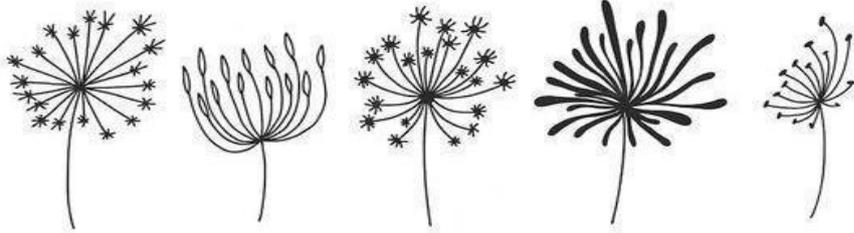


ELVIRA MEJÍA HERREJÓN



## **NARRATIVAS INTERSEXO**

Um nó nos mitos epistemológicos fundantes



Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura PPGLinC da Universidade Federal da Bahia UFBA, como parte das exigências da obtenção do grau de Doutorado em Língua e Cultura.  
Orientadora: Profa. Dra. Denise Maria Oliveira Zoghbi

Salvador  
2024

Universidade Federal da Bahia  
Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura-PPGLinC  
Salvador, Bahia



Elvira Mejía Herrejón



**NARRATIVAS INTERSEXO**  
Um nó nos mitos epistemológicos fundantes



Salvador  
2024

## FICHA CATALOGRÁFICA

Herrejón, Elvira Mejía  
NARRATIVAS INTERSEXO: Um nó nos mitos epistemológicos fundantes / Elvira  
Mejía Herrejón. -- Salvador, 2024.  
274 f. : il

Orientador: Denise Maria Oliveira Zoghbi.  
Tese (Doutorado - Programa de Pós Graduação em Língua e Cultura PPGLinC) --  
Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras, 2024.

1. Narrativas Intersexo.
2. Epistemes Emergentes.
3. Queerização da Linguagem.
4. Linguística Aplicada.
5. Análise Crítica do Discurso.

ELVIRA MEJÍA HERREJÓN

NARRATIVAS INTERSEXO

Um nó nos mitos epistemológicos fundantes

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura PPGLinC da Universidade Federal da Bahia UFBA, como parte das exigências da obtenção do grau de Doutorado em Língua e Cultura.  
Orientadora: Denise Maria Oliveira Zoghbi

Aprovada em 09 de abril de 2024

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Denise Maria Oliveira Zoghbi (Orientadora)  
Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura  
Universidade Federal da Bahia

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Lavinia Neves dos Santos Mattos  
Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura  
Universidade Federal da Bahia

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Daniele de Oliveira  
Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura  
Universidade Federal da Bahia

---

Prof. Dr. Rodrigo Borba  
Professor e pesquisador em Linguística Aplicada e Linguística Queer  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

---

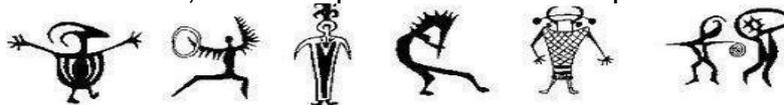
Prof. Dr. Iran Ferreira de Melo  
Pesquisador e Professor de Linguística Aplicada, Queer e ACD  
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Salvador  
2024

## AGRADECIMENTOS

A começar pelos laços mais estreitos

**1. Os consanguíneos:** à minha mãe Basilisa Mejía (em memória);  
Ao meu pai Refúgio Herrejón; aos meus irmãos: Eugenio, Roberto, Eulálio,  
Isidro, Alfredo e Raul; às minhas irmãs: Enedina (em memória), Antonia e  
Maria Enedina, com quem aprendi o senso crítico e a resiliência, a disputa por  
voz e espaço, o desabafo e o confronto, ganhar e perder na alternância de  
atos solidários e atitudes egoístas que se combinam ao longo do devir  
Saí cedo de casa, mas não perdi contato com quem me deu asas para voar



**2. Os construídos na formalidade e informalidade dos encontros entre:**

Parentes, amigos, vizinhos, colegas de estudo e trabalho  
Integrantes do Instituto das Missionárias Combonianas  
Membros do Instituto dos Missionários Combonianos  
Coletivos indígenas, ribeirinhos, diaspóricos e quilombolas  
Migrantes e refugiados de diversas nacionalidades  
Comunidades seminômades Gujji, Borana e Oromo  
Lideranças locais como o Abba Gadda do Sul da Etiópia  
Comunidades terapêuticas de Margate (UK) e Maryland (EUA)  
Instituto de Língua e Cultura Italiana do ES  
Lideranças Pastorais das quatro Dioceses do ES  
Seminário de Filosofia e Teologia de São Mateus, ES.  
Conselhos tutelares, Projeto Sentinela e Rádio Kayrós  
Parceiros de fronteira nas diversas experiências transculturais  
Companheiros e amigos das muitas viagens para fora e para dentro.



**3. Os decorrentes do conhecimento adquirido na informalidade e na rua:** feiras  
populares, poesia, música, viagens; pintura, dança, teatro, esporte, cinema, grafite,  
festas tradicionais, aulas particulares, encontros interpessoais, rodas de conversa,  
grupos de autoajuda, rituais e práticas de cura, clubes de leitura, círculos de  
mulheres e todas as formas de aprendizado adquiridas nos palcos da vida, nas  
performances e performatividades que dão visibilidade e sentido à diversidade de  
gênero e sexo que gradativamente se impõe como fato inegável.

**4. Os adquiridos na escola:**

Ensino Fundamental (Carbonera, Huipulco e Xochitepec);  
Ensino Médio (Huichapan, Xochimilco);  
Ensino Superior (México, Londres e Brasil);  
Construídos na UCSAL, na UNEB, na UNOPAR e na UFBA;  
No Grupo de Pesquisa Família e Desenvolvimento Humano – UCSAL;  
No Grupo de Pesquisa em Direitos Humanos, Direito à Saúde e à Família–  
UCSAL/CNPQ;  
Na Pesquisa de campo com Crianças Intersex no  
Ambulatório de Genética Médica Especializada - UFBA/UCSAL  
No Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares sobre Violência, Democracia,  
Controle Social e Cidadania- NEVIDE/UCSAL;

No Programa de pós-graduação em Língua e Cultura-PPGLinC/UFBA;  
 No Núcleo de Pesquisa e Extensão em Culturas, Gêneros e Sexualidades-NuCus;  
 No Programa de Proficiência em Língua Estrangeira para Estudantes e Servidores;  
 No Núcleo de Atendimento a Migrantes e Refugiados-NAMIR/UFBA;  
 Na Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia-SEI;  
 Na Vila Brasil, comunidade de Línguas e Saberes para refugiados e Migrantes



### 5. Os fortalecidos na relação Docente-Discente

Sendo muito extensa a lista me limito à orientação de pesquisa e  
 Integração de bancas de qualificação e defesa

Na orientação de TCC em Direito a Prof. Ana Claudia Gomes (UCSAL);

Na orientação de TCC em Letras o Prof. Rolim Anderson Teixeira (UNOPAR);

Na orientação da Dissertação de Mestrado e da Tese de Doutorado  
 a Prof. Denise Maria Oliveira Zoghbi (UFBA);

Na qualificação de Mestrado Maria Luisa Ortiz Alvarez (UNB);

Na defesa de Mestrado Márcia Paraquett Fernandes (UFBA), Lavínia Mattos (UFBA)

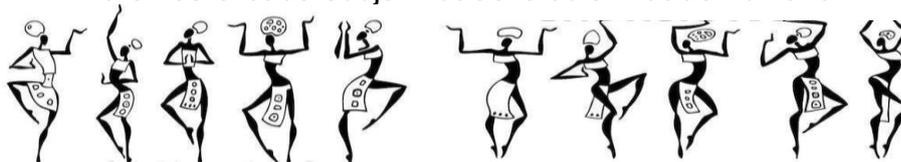
Na qualificação de Doutorado Luis Paulo da Moita Lopes (UFRJ) e Lívia Baptista  
 (UFBA); Na orientação de TCC da Especialização em Direitos Humanos pela  
 Faculdade de Direito da UFBA, a Prof. Jéssica Hind – (UFBA)

Na Defesa de Doutorado Rodrigo Borba (UFRJ), Iran Melo (UFRPE)

Lavínia Santos Mattos (UFBA) e Daniele de Oliveira (UFBA).



6. Os incontestes e revigorados na amorosidade que rompe barreiras espaços-  
 temporais e se mantêm vivos na amizade, espiritualidade e ancestralidade feitas de  
 energias criativas disseminadas no universo que a todos inspira, orienta e protege,  
 enquanto produtores de saberes e afetos, marcados pela beleza e ineditismo  
 inerentes a cada subjetividade e coletividade humana.



7. Os construídos na interação com os seres de Luz que guiaram os meus  
 passos até a Baía de Todos os Santos, capital do Axé, do dendê e acarajé, da  
 negritude afrodiáspórica, alegre, desinibida e cheia de ginga, enfeitada com as fitas  
 coloridas do Bonfim, uma cidade protegida pelas águas de lemanjá e a braveza dos  
 Orixás que vieram de longe para reviver saberes e afetos de toda ordem nessa terra  
 abençoada, onde há lugar para toda diversidade possível da qual faço parte. **Axèió!**



## Dedicatória

Às pessoas intersexo que com seus testemunhos de vida tornaram possível este trabalho; a Amiel Vieira, amigo e primeiro doutor intersexo do Brasil; ao Ambulatório de Genética Médica Especializada por permitir a pesquisa com pais de crianças intersexo; à Brújula Intersexual do México e à Associação Brasileira Intersexo - ABRAI por cuidarem de pessoas, cujos corpos quebram paradigmas e produzem narrativas passíveis de superar a violência sexual e de gênero em nível global.



## Epígrafe

Ao lado de uma língua que nos faça ser mundo, deve coexistir uma outra que nos faça sair do mundo. De um lado um idioma que nos crie raiz e lugar. Do outro, um idioma que nos faça ser asa e viagem. Ao lado de uma língua que nos faça ser humanidade, deve existir uma outra que nos eleve à condição de divindade (Mia Couto).

## RESUMO

Em um contexto de comemoração pelo fato de no dia 4 de abril de 2024, o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas ter aprovado a primeira resolução (A/HRC/55/L. 9) sobre a discriminação, violência e práticas prejudiciais contra as pessoas intersexo, busca-se desvendar a maneira em que os epistemes, produzidos por adultos intersexo, clareiam a importância e efetivação do devir no acontecimento narrativo com vistas à construção de percepções que reflitam a quebra de paradigmas e a desestabilização do monopólio científico epistêmico de caráter heteropatriarcal. Objetiva-se *questionar* a apropriação do conhecimento, propondo uma semiótica desorientadora do sistema na queerização do self e da linguagem; *analisar* os efeitos da imposição heteropatriarcal no controle biomédico sobre corpos e sexualidades não binárias; *investigar* verdades cristalizadas responsáveis pelo ar de mistificação atribuído ao instinto materno e e à omissão da cultura do estupro e *especificar* as contradições de predominância binária, as imposições identitárias, as nomeações vinculantes e os paradoxos interseccionais como resguardo das diferenças; a partir de um corpus consistente em 24 narrativas, publicadas em plataformas como a Brújula intersexual do México e outros espaços virtuais, administrados por pessoas com variações intersexo. Em uma abordagem qualitativa que se vincula teórica e metodologicamente à indisciplinar e *queer* Linguística Aplicada em interface com a Análise Crítica do Discurso (doravante LA e ACD respectivamente), aos estudos feministas e decoloniais, a fim de problematizar o biopoder que valida as cirurgias não consensuais em crianças intersexo. Por meio da revisão de literatura especializada, de trabalhos acadêmicos anteriores se constrói uma base teórica sólida na análise das referidas narrativas, desmitificando princípios epistemológicos fundantes no descentramento da linguagem, ainda muito atrelada às hierarquias internas e às relações de poder que lhe impedem ir além de abordagens interdisciplinares sobre práticas violadoras de direitos personalíssimos. Entre os resultados constata-se que as narrativas intersexo são epistemes *queer*, indisciplinadas e emergentes que atravessam as ciências sociais e as humanidades como incursões discursivas decoloniais que questionam o objetivismo científico e a imparcialidade que ratifica o controle dos corpos; denunciam as práticas biomédicas que banalizam o direito à autonomia na esfera pessoal e se opõem às cirurgias não consensuais. Advoga-se a oportuna reelaboração discursiva e pedagógica das narrativas intersexo para que não se reduzam à desabafo catártico as lembranças pungentes e traumáticas de difícil verbalização, mas que, ganhando a necessária projeção política no espaço público, possam se somar à verdade factual epistemológica com desdobramentos éticos, morais, educacionais e jurídicos que renovem as políticas públicas educacionais e da saúde sobre diversidade sexual, em alinhamento com os Direitos Humanos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Narrativas Intersexo; Epistemes Emergentes; Linguística Aplicada; Análise Crítica do Discurso; Queerização do self e da linguagem.

## SUMMARY

In a context of celebration for the fact that on April 4, 2024, the United Nations Human Rights Council approved the first Resolution (A/HRC/55/L. 9) on discrimination, violence and harmful practices against intersex people, we seek to unravel the way in which epistemes, produced by intersex adults, clarify the importance and effectiveness of becoming in the narrative event with a view to constructing perceptions that reflect the breaking of paradigms and the destabilization of the epistemic scientific monopoly of a heteropatriarchal nature. The aim is *to question* the appropriation of knowledge, proposing a disorienting semiotics of the *cysteme* in the queerization of the self and language; to *analyze* the effects of heteropatriarchal imposition on biomedical control over non-binary bodies and sexualities; *investigate* crystallized truths responsible for the air of mystification attributed to maternal instinct and the omission of the rape culture and *specify* the contradictions of binary predominance, identity impositions, binding nominations and intersectional paradoxes as a safeguard for differences; based on a corpus consisting of 24 narratives, published on platforms such as Brújula intersexual in Mexico and other virtual spaces, managed by people with intersex variations. In a qualitative approach that is theoretically and methodologically linked to the interdisciplinary and queer Applied Linguistics in interface with Critical Discourse Analysis (hereinafter LA and ACD respectively), to feminist and decolonial studies, in order to problematize the biopower that validates non-consensual surgeries on intersex children. Through a review of specialized literature and previous academic works, a solid theoretical basis is constructed for the analysis of these narratives, demystifying epistemological principles that underlie the decentering of language, which is still very much tied to internal hierarchies and power relations that prevent it from going beyond interdisciplinary approaches to practices that violate very personal rights. Among the results, it is clear that intersex narratives are queer, undisciplinary and emerging epistemes that traverse the social sciences and humanities as decolonial discursive incursions that question the scientific objectivism and the impartiality that ratifies the control of bodies; they denounce biomedical practices that trivialize the right to autonomy in the personal sphere and oppose non-consensual surgeries. We advocate the timely discursive and pedagogical reworking of intersex narratives so that poignant and traumatic memories that are difficult to verbalize are not reduced to cathartic outbursts, but rather that, by gaining the necessary political projection in the public space, they can be added to the epistemological factual truth with ethical, moral, educational and legal developments that renew public educational and health policies on sexual diversity, in alignment with the Human Rights.

**KEYWORDS:** Intersex Narratives; Emerging Epistemes; Applied Linguistics; Critical Discourse Analysis; Queerization of the self and language.

## RESUMEN

En un contexto de conmemoración de que el 4 de abril de 2024 el Consejo de Derechos Humanos de las Naciones Unidas aprobó la primera resolución (A/HRC/55/L. 9) sobre discriminación, violencia y prácticas nocivas contra las personas intersex, busca-se descubrir la manera en que las epistemes, producidas por adultos intersexuales, esclarecen la importancia y efectividad del devenir en el acontecimiento narrativo con miras a construir percepciones que reflejen la ruptura de paradigmas y la desestabilización del monopolio científico epistémico de carácter heteropatriarcal. El objetivo es *cuestionar* la apropiación del conocimiento, proponiendo una semiótica desorientadora del sistema en la queerización del yo y del lenguaje; *analizar* los efectos de la imposición heteropatriarcal sobre el control biomédico sobre cuerpos y sexualidades no binarias; *investigar* las verdades cristalizadas responsables del aire de mistificación atribuido al instinto maternal y la omisión de la cultura de la violación sexual y *especificar* las contradicciones del predominio binario, las imposiciones de identidad, los nombramientos vinculantes y las paradojas interseccionales como salvaguardia de las diferencias; a partir de un corpus compuesto por 24 narrativas, publicadas en plataformas como Brújula intersexual en México y otros espacios virtuales, gestionados por personas con variaciones intersexo. En un enfoque cualitativo que se vincula teórica y metodológicamente a la Lingüística Aplicada indisciplinaria y queer en interfaz con el Análisis Crítico del Discurso (en adelante LA y ACD respectivamente), a los estudios feministas y decoloniales, con el fin de problematizar el biopoder que valida las cirugías no consensuales en niños intersexo. A través de la revisión de literatura especializada y trabajos académicos previos, se construye una sólida base teórica en el análisis de las narrativas mencionadas, desmitificando principios epistemológicos fundamentales para el descentramiento del lenguaje, el cual aún está muy ligado a jerarquías internas y relaciones de poder que impiden que vaya más allá de los enfoques interdisciplinarios hacia prácticas que violan los derechos personales. Entre los resultados, queda claro que las narrativas intersexo son epistemes *queer*, indisciplinarias y emergentes que atraviesan las ciencias sociales y las humanidades como incursiones discursivas descoloniales que cuestionan el objetivismo científico y la imparcialidad que ratifica el control de los cuerpos; denuncian las prácticas biomédicas que banalizan el derecho a la autonomía en el ámbito personal y se oponen a las cirugías no consentidas. Se aboga por la oportuna reelaboración discursiva y pedagógica de las narrativas intersexuales para que los recuerdos conmovedores y traumáticos, difíciles de verbalizar, no se reduzcan a estallidos catárticos, sino que, ganando la necesaria proyección política en el espacio público, puedan sumarse a la verdad fáctica epistemológica con consecuencias éticas, morales, educativas y jurídicas que renueven las políticas públicas educativas y de salud en materia de diversidad sexual, en alineación con los Derechos Humanos.

**PALABRAS CLAVE:** Narrativas Intersexo; Epistemes emergentes; Lingüística Aplicada; Análisis Crítico del Discurso; Queerización del yo y del lenguaje.

## RIASSUNTO

In un contesto di commemorazione del fatto che il 4 aprile del 2024 il Consiglio per i Diritti Umani delle Nazioni Unite ha approvato la prima Risoluzione (A/HRC/55/L. 9) sulla discriminazione, la violenza e le pratiche dannose contro le persone intersessuali, cerchiamo di svelare il modo in cui le episteme, prodotte dagli adulti intersessuali, chiariscono l'importanza e l'efficacia del divenire nell'evento narrativo, con l'intenzione di costruire percezioni che riflettono la rottura dei paradigmi e la destabilizzazione del monopolio scientifico epistemico di carattere eteropatriarcale. L'obiettivo è *mettere in discussione* l'appropriazione della conoscenza, proponendo una semiotica disorientante del sistema nella queerizzazione del sé e del linguaggio; *analizzare* gli effetti dell'imposizione eteropatriarcale sul controllo biomedico sui corpi e sulle sessualità non binari; *indagare* le verità cristallizzate responsabili dell'aria di mistificazione attribuita all'istinto materno e all'omissione della cultura dello stupro e *specificare* le contraddizioni della predominanza binaria, delle imposizioni identitarie, delle nomine vincolanti e dei paradossi intersezionali come salvaguardia delle differenze; da un corpus composto da 24 narrazioni, pubblicate su piattaforme come Brújula intersessuale in Messico e altri spazi virtuali, gestiti da persone con variazioni intersessuali. In un approccio qualitativo che si collega teoricamente e metodologicamente alla Linguistica Applicata indisciplinare e *queer* in interfaccia con l'Analisi Critica del Discorso (di seguito rispettivamente LA e ACD), agli studi femministi e decoloniali, al fine di problematizzare il biopotere che valida gli interventi non consensuali in bambini intersessuali. Attraverso la revisione della letteratura specializzata e dei precedenti lavori accademici, si costruisce una solida base teorica nell'analisi delle suddette narrazioni, demistificando principi epistemologici fondamentali per il decentramento del linguaggio, che è ancora molto legato a gerarchie interne e rapporti di potere che impediscono che vada oltre gli approcci interdisciplinari alle pratiche che violano i diritti personali. Tra i risultati, è chiaro che le narrazioni intersessuali sono episteme *queer*, indisciplinate ed emergenti che attraversano le scienze sociali e le discipline umanistiche come incursioni discorsive decoloniali che mettono in discussione l'oggettivismo scientifico e l'imparzialità che sancisce il controllo dei corpi; denunciano le pratiche biomediche che banalizzano il diritto all'autonomia nella sfera personale e oppongono agli interventi chirurgici non consensuali. Sosteniamo la tempestiva rielaborazione discorsiva e pedagogica delle narrazioni intersessuali in modo che ricordi toccanti e traumatici, difficili da verbalizzare, non si riducano a esplosioni catartiche, ma che, ottenendo la necessaria proiezione politica nello spazio pubblico, possano essere aggiunti alla verità fattuale epistemologica con conseguenze etiche, morali, educative e giuridiche che rinnovano le politiche pubbliche educative e sanitarie sulla diversità sessuale, in allineamento con i Diritti Umani.

**PAROLE CHIAVE:** Narrazioni intersessuali; Epistemi emergenti; Linguistica applicata; Analisi Critica del Discorso; Queerizzazione del sé e del linguaggio.

## ABREVIATURAS UTILIZADAS

*ACD.* Análise Crítica do Discurso  
*AGIP.* Ambulatório de Ginecologia Infante-Puberal  
*ANTRA.* Associação Nacional de Travestis e Transexuais  
*CFM.* Conselho Federal de Medicina  
*CNJ.* Conselho Nacional de Justiça  
*CIDH.* Comissão Internacional de Direitos Humanos  
*C/MGF.* Corte ou Mutilação da Genitália Feminina  
*CNPQ.* Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico  
*CTETP.* Clínica de Trabalho Escravo e Tráfico de Pessoas  
*DGP.* Disgenesia Gonadal Parcial 46, XY  
*DSD.* Desenvolvimento Sexual Diferente  
*ECA.* Estatuto da Criança e do Adolescente  
*ECLAMC.* Estudo Colaborativo Latino-Americano de Malformações Congênitas  
*EUA.* Estados Unidos de América  
*ES.* Espírito Santo  
*FSH.* Hormônio Folículo Estimulante  
*HAC.* Hiperplasia Adrenal Congênita  
*HCRS.* Hiperplasia Congênita da Suprarrenal  
*HIV.* Vírus da Imunodeficiência Humana  
*HUPES.* Complexo Hospitalar Universitário Professor Edgard Santos  
*HV.* Hermafroditismo Verdadeiro  
*IBGE.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
*ILGA.* Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersexo  
*ISNA.* Sociedade Intersexual de Norte América  
*LA.* Linguística Aplicada  
*LBL.* Liga Brasileira de Lésbicas  
*LGBTQIA +.* Movimento político que defende (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexuais, Assexuais e toda diversidade sexual)  
*LQ.* Linguística *Queer*  
*MGF.* Mutilação Genital Feminina  
*MRKH.* Mayer-Rokitansky-Küster-Hauser  
*NAMIR.* Núcleo de Atendimento a Migrantes e Refugiados – UFBA  
*NEVIDE.* Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares sobre Violência, Democracia, Controle Social e Cidadania  
*NuCus-* Núcleo de Pesquisa de Extensão em Culturas, Gêneros e Sexualidades  
*OMS.* Organização Mundial da Saúde  
*ONU.* Organização das Nações Unidas  
*PCNs.* Parâmetros Curriculares Nacionais  
*PL.* Projeto de Lei  
*PPGLinC.* Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura  
*PROFICI.* Programa de Proficiência em Língua Estrangeira da UFBA  
*SEI.* Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia  
*SICA.* Síndrome de Insensibilidade Completa aos Andrógenos



*SOP.* Síndrome de Ovário Policístico  
*STF.* Supremo Tribunal Federal  
*TCC.* Trabalho de Conclusão de Curso  
*UCSAL.* Universidade Católica de Salvador  
*UFM.* Universidade Federal de Minas Gerais  
*UFRJ.* Universidade Federal do Rio de Janeiro  
*UFBA.* Universidade Federal da Bahia  
*UK.* Reino Unido (Inglaterra)  
*UNEB.* Universidade Estadual da Bahia  
*UNFPA.* Fundo de População das Nações Unidas  
*UNICEF.* Fundo das Nações Unidas para a Infância  
*UNIRIO.* Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
*UNOPAR.* Universidade Norte do Paraná  
*VIU.* Vida Intra Uterina  
*47 XXY.* Síndrome de Klinefelter

## Sumário

<b>Considerações preliminares</b> .....	16
<b>I. Potências da linguagem e do discurso</b> .....	33
1.1 <i>Narrar para desenjaular saberes</i> .....	42
1.2 <i>Intermitências de memória e esquecimento</i> .....	51
1.3 <i>À beira do desconhecido</i> .....	60
1.4 <i>Discursos e saberes médicos</i> .....	68
1.5 <i>Queerização do self e da linguagem</i> .....	76
<b>II. Ondas da sexualidade no contorno dos corpos</b> .....	84
2.1 <i>Evidências da cis instabilidade</i> .....	93
2.2 <i>Desdobramentos do machismo</i> .....	101
2.3 <i>Heterossexualidade compulsória</i> .....	109
2.4 <i>Transgressões à dominância masculina</i> .....	117
2.5 <i>Encadeamentos intersexo</i> .....	125
<b>III. Reduccionismos de gênero e desejo</b> .....	134
3.1 <i>O suposto instinto materno</i> .....	142
3.2 <i>O estupro disparador de revolta</i> .....	151
3.3 <i>Libertas pelo requebrado</i> .....	161
3.4 <i>Corporeidades insubmissas</i> .....	169
3.5 <i>Desterros e desorientações</i> .....	177
<b>IV. Atravessamentos e desajustes</b> .....	186
4.1 <i>desconstruindo paradigmas</i> .....	195
4.2 <i>Imposições identitárias</i> .....	203
4.3 <i>Nomeações vinculantes</i> .....	211
4.4 <i>Resguardo das diferenças</i> .....	218
4.5 <i>Pichações no muro da cisnormatividade</i> .....	226
<b>Considerações conclusivas</b> .....	233
<b>Referências</b> .....	239
<b>Glossário técnico</b> .....	262
<b>Anexos</b> .....	270

## Considerações preliminares



Este trabalho aborda um problema social que está associado ao biopoder como conjunto de forças multilaterais que governa os corpos, esta prática que começou a vigorar a partir do século XVII é de grande aplicabilidade nos dias atuais para aprofundar a compreensão das políticas públicas de controle do sexo, especialmente as que atuam nas intervenções do poder médico científico na saúde da população intersexo, durante os primeiros meses e anos de vida.

O termo intersexo, comumente serve para designar uma variedade de condições apresentadas por indivíduos diagnosticados não binários, a partir dos cromossomos, hormônios, gônadas ou órgãos genitais, visíveis no ato do nascimento e em estágios de desenvolvimento mais avançados como a puberdade; é um termo que diz respeito à pessoa que nasce com características sexuais que não se ajustam à prática que limita a definição dos corpos em masculinos e femininos.

O aparecimento tardio de características intersexo favorece que nem todas as crianças passem pela cirurgia nos primeiros meses ou anos de vida. Possibilita que muitas delas nasçam e cresçam sem saber que tem essa condição biológica, portanto, vivem despreocupadas em relação a quaisquer tipos de tratamentos hormonais e procedimentos cirúrgicos. Não passam pelas mesmas dificuldades de saúde que as pessoas diagnosticadas no ato do nascimento.

A partir da maneira como Foucault entendia o biopoder, vemos que este não atua em conformidade com a lógica binária dos médicos detentores de saber científico versus os pacientes dominados por conta da ignorância desse saber, é um poder que emana, age e se conserva no centro de aparente onisciência incontestável que se expande de modo microfísico nas relações suscetíveis a mudanças e arranjos transitórios.

O exercício do poder está invariavelmente associado a alguma forma de saber, isto é, a força de controle se torna possível mediante formas de conhecimento que servem de instrumento e justificação às práticas que, de outro modo, seriam consideradas arbitrárias. Com o passar do tempo e a repetição esses saberes vingam.

Por meio de saberes ortodoxos e aparatos sofisticados de controle se adequam os corpos intersexo ao modelo vigente, operam de maneira capilar e difusa, espalhados em instituições como a escola, a família, os hospitais e as clínicas para manter os sujeitos sob observação, esquadrihados, tratados como objetos, de maneira que se destrói ou desconsidera o que eles pensam, sentem e querem, como se não pensassem.

O tratamento disciplinar dos corpos intersexo se baseia numa política de masculinidade e feminilidade dentro do aparelho científico de verificação de normalidade. Essa política realiza uma standardização e imposição estética hierárquica de sexo, gênero e desejo nas instituições que contribuem com a patologização dos corpos.

Essa política se assemelha a uma máquina de produção ontológica que funciona mediante a invocação performativa do sujeito como corpo sexuado (Preciado, 2014) e vive em função da produção e reprodução sexual heterocentrada, submetendo-se às suas normas inscritas política e sócio culturalmente nas mentes dos indivíduos e das coletividades das quais hodiernamente participam.

A máquina repressiva vá no automático, naturaliza e normaliza a combinação homem-mulher, enquanto desdenha o *queer* ou esquisito ou diverso corporal, ignorando-o totalmente ou buscando ajustá-lo ao modelo hegemônico, simulando uma alteridade que não existe, pois faz prevalecer a invisibilização das outras combinações, submetendo-as a procedimentos precoces e irreversíveis de normalização não consensual que mais prejudicam do que ajudam à saúde integral das pessoas.

O termo *queer* não se alinha com qualquer categoria de gênero específica, mas tem o potencial de ser anexado a um grande número de discussões relativas à produção de identidades (Jagose, 1996). O termo *queer* sofre uma importante mudança semântica, pois de um xingamento que denotava anormalidade, perversão e desvio que servia para “destacar o compromisso em desenvolver uma analítica da normalização” (Miskolci, 2009, p. 152), passa a ser espaço de acolhimento e discussão.

Nesse espaço, as pessoas não binárias trocam experiências, se autodenominam e representam na fluidez identitária das diferentes formas de orientação sexual e de gênero. Cabe esclarecer que nem todas as categorias não binárias se identificam como *queer*, e não necessariamente se sentem representadas na sigla LGBTQIA+.

O fato da não adesão individual ao processo de adequação estética sexual binária denota o insucesso da anuência incentivada pela gestão política dos corpos, a qual pretende induzi-los à aceitação passiva com tal de preservar a visão sobre normalidade e dar continuidade à estreita relação entre sexualidade e reprodução.

A referida gestão usa como mecanismo de controle um conglomerado de discursos de convencimento e aceitação para alinhamentos corporais que sejam condizentes com as máquinas de produção/reprodução de óvulos e espermatozoides (Preciado, 2017) e tudo isso sob manutenção de práticas sigilosas ou pouco divulgadas.

Tanto o alinhamento quanto o desalinhamento têm repercussões políticas, jurídicas e de saúde dentro da normatividade cisgênera. Uma pessoa cis, homem ou mulher, mantém privilégios que são negados às outras pessoas. A alinhada de gênero é aceita como normal, enquanto a não alinhada paga o preço da sua incongruência entre a dimensão morfológica (aparência corporal) e sua orientação de gênero.

A necessidade de sobrevivência pode levar as pessoas intersexo a fazer concessões e adequações transitórias ao sistema. Essa transitoriedade faz parte da resistência, mas é a mobilidade ou a dissidência o meio que permite desvencilhar-se do controle. Reconhece-se essa mobilidade como elemento indissociável da reivindicação de autonomia que foi sequestrada dos intersexo desde meados do século XX.

Época na qual, sob a batuta de Money, o gênero passou “a ser objeto de ‘cuidados’ com a expansão dos discursos que tinham por objeto principal normatizar o sexo e a sexualidade, ensejando maior intervenção médica sobre esses corpos, em nome do progresso científico e da consolidação da vida moderna” (Oliveira A, 2015, p. 6).

O mal-estar, a ansiedade e o senso de impotência que vinha se manifestando há décadas dentro das pessoas insatisfeitas com a gestão dos corpos, ganhou a escrita “um modo de ferir o silêncio imposto, ou ainda, executar um gesto de teimosa esperança” (Evaristo, 2003, p. 2). Teimosa e esperançosa é a escrita intersexo que não pretende só a materialização do texto e sim do corpo emancipado das práticas de controle dos sexos.

Por meio da narrativa dissidente, o corpo se reinventa, desafia e subverte o discurso preconceituoso, faz nascer exegeses que contrariam a ordem estabelecida, dá clareza ao cis e ao trans como termos que por nomeação e oposição definem o que é

mutuamente exclusivo. O corpo livre de amarras se torna capaz de descentralizar as dominâncias de gênero, desestabilizando a classificação hierárquica e assimétrica.

Por entender que os tentáculos do biopoder, esparsos nos sistemas de significação discursiva a serviço da ordem preestabelecida, não são apenas coercitivos, mas também invasivos, evasivos e simbólicos, o dissidente intersexo rompe o sigilo para detalhar a grossura dos fardos que lhe foram impostos por não aderir aos parâmetros de normalidade, tendo sido visto como gerador de periculosidade e desordem social.

Devido à atribuição de periculosidade e discordância social o corpo intersexo foi submetido ao controle político-científico, passando por alterações de várias ordens, mas tão pronto como lhe é possível, o dissidente intersexo desvenda o sentido da cisgeneridade, terminologia que está na base da problematização das suas narrativas.

Os conceitos dissidente e *queer* não são sinônimos, mas ambos se caracterizam por se afastar da organização binária, por divergir de seus princípios, ideias, doutrinas, métodos etc., eles fogem da normalidade atribuída à cisgeneridade “no sentido de problematizar as hierarquias de autenticidade e inteligibilidade entre corpos e identidades de gênero, através de uma proposição conceitual” (Vergueiro, 2016, p. 47).

Para uma aproximação do que sejam os corpos intersexo e as suas narrativas dissidentes dentro dos seus contextos comunitários específicos, dos seus recursos semióticos, ideias, crenças, pensamentos e ações, recorreremos ao arcabouço indisciplinar e queer que permita subverter os efeitos dos discursos totalizantes, isso exige que quaisquer áreas produtoras de conhecimento, entre as quais a LA e a ACD pratiquem o desapego das prerrogativas que toda disciplina garante, como segurança e credibilidade.

Renunciar aos privilégios adquiridos ao longo de décadas de exercício disciplinar pode favorecer uma abertura leal das ciências médica e linguística às formas alternativas de identificar opressões na descrição detalhada dos processos “desumanizadores de um amplo espectro de corpos, identificações e identidades de gênero não normativas, para muito além dos conceitos ocidentalizados de gênero” (Vergueiro, 2016, p. 48).

Teoricamente mestiços, reconhecidamente desobedientes e indisciplinados, epistemes emergentes, produzidos por vítimas intersexo, narram o escabroso caminho percorrido por dezenas, quiçá centenas, de crianças, em consequência de violações graves à dignidade humana. Tornam-se potentes ferramentas de identificação dos

mecanismos de “regulação da sexualidade heterossexual hegemônica e as maneiras pelas quais as sexualidades não normativas são negociadas em relação a essas estruturas regulatórias” (Bucholtz e Hall, 2004, p. 471).

Tanto a LA como a LQ “não se preocupam com objetividade ou distanciamento; preferem estabelecer seus objetos de estudos a partir de uma proximidade crítica e reconhecem que fazer pesquisa é fazer política” (Lau e Borba, 2019, p. 14), como elas, esperamos a ACD e disciplinas de consagração acadêmica se comprometam com:

o estudo das relações entre língua, gênero, sexualidade e as dinâmicas de manutenção e/ou contestação de normatividades (linguísticas e sociais) a partir de um posicionamento político que desessencializa identidades e desontologiza a língua, problematizando, assim, a relação supostamente sólida entre aquilo que falamos/escrevemos e aquilo que somos (Lau e Borba, 2019, p. 13).

É a postura que assumem os “estudiosos politicamente engajados e autorreflexivos que trabalham em várias áreas de estudo [...] e estão convencidos de que os corpos intersexuais e seu “tratamento” são pelo menos em parte, um problema de orientação” (King, 2021, p. 1), ocupam-se de estudar “o espaço semântico-pragmático entre os discursos dominantes sobre gênero e sexualidade e a performance linguística situada” (Lau e Borba, 2019, p. 13). Experiências e reflexões de vida refletidas de forma crítica podem desconstruir a ideia de estabilidade atribuídas aos corpos e aos sexos.

Estudos e estudiosos dão visibilidade à fluidez dos fenômenos vivos, feitos de aspectos biológicos corporais e de construções discursivas linguísticas em tom denunciante do modelo conservador, ameaçado pelas próprias inconsistências. E dado que “não existe uma luta de uma única questão porque não vivemos vidas feitas de um único problema” (Lorde, 2007, p. 138), entretecemos diálogos profícuos sobre corpo, gênero e sexualidade para, longe de definir qualquer coisa, focar o sujeito subalterno e transversal que escapa à lógica da normalidade sexual.

Traça-se um giro epistemológico importante para a mudança de paradigmas, esmigalhando um problema que se deglute na passagem pelos estágios do trajeto de reinvenção subjetiva numa crítica reflexiva sobre o que já foi descoberto “pela mente que trabalha na história, que transita de uma paisagem onde as coisas estão em seu lugar – em casa e no exterior, em nós e eles – onde se pode sair e voltar” (Clifford, 2015, p. 67), onde as coisas nunca estão totalmente arrumadas e sim em estado permanente de transformação e ressignificação porque fazem parte do fenômeno vivo em movimento.



### *O problema impulsionador da pesquisa*

O problema da pesquisa é fruto da trajetória pessoal, está enraizado no ato de quem escreve ter sido fisgado por algo ou alguém que, como espinho na carne, fustiga a curiosidade sobre um apelo visceral que não se digna a revelar a razão exata que impulsiona à materialização de um texto dissertativo, apenas aproxima experiências representáveis da relação corpo-linguagem-sexo, inspirando confecções teóricas poéticas discursivas que seguem os rastros deixados por quem lhe precedeu no campo investigativo, na busca de espectros que englobam uma série de descobertas nos tempos e espaços de frequência incomum que exigem escuta atenta e ineditismo criativo.

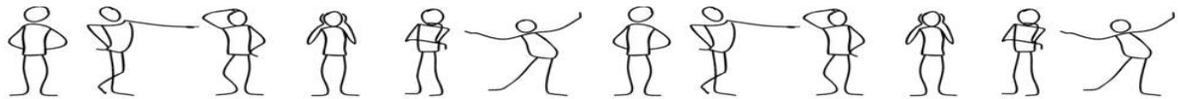
Embora a sensibilidade em relação ao preconceito sexual e de gênero já estivesse latente na trajetória individual, foi com a inserção nos estudos linguísticos indisciplinados e *queer* que ganhou força em nível consciente, gerando uma série de incômodos, entre os quais a inconformidade com as cirurgias impostas às crianças intersexo; com a indiferença do Estado e da sociedade civil diante desse problema sobre o qual surgiram sérios questionamentos à cis hetero regulamentação corporal em nível local e global.

A partir de então foi possível compreender que a biopolítica é um dispositivo disciplinar dos corpos não binários dentro do sistema de controle em que se inserem a pesquisa e a produção acadêmica, favoreceu mudanças na concepção tradicional da linguagem e da sexualidade, na interpretação crítica dos fatos numa abordagem que pretende contribuir para a transformação da sociedade, não se distanciando dos saberes nem das problemáticas mais prementes em função do saber acadêmico.

Embora se tenha consciência sobre a inexistência de respostas definitivas aos problemas sociais que inspiram o estudo e sobre a possibilidade das inquietações mudarem incessantemente, a pesquisa é válida porquanto produz novos pontos de vista, novos ângulos dos conflitos, enigmas, paradigmas e desafios a serem integrados na produção de conhecimento, seja pela inserção de epistemes emergentes ou a escuta de vozes outrora excluídas dos espaços que só acolhiam saberes científicos consagrados.

O construto ontológico de mudanças contínuas faz com que o ser humano possa se constituir tanto em sujeito quanto em objeto, torna possível que a pessoa no ato de

narrar a si mesma possa se afirmar não só pela alteridade e sim pela diferença, no sentido de diferir de si em relação a estágios anteriores, promovendo transformações que reflitam o devir em um escopo pessoal projetado para a socialização. Dessa forma o problema da pesquisa se resume à seguinte pergunta: De que maneira os epistemes produzidos por adultos intersexo clareiam a importância e efetivação do devir no acontecimento narrativo com vistas à construção de percepções que reflitam a quebra de paradigmas e a desestabilização do monopólio científico epistêmico?



#### *Justificativas pertinentes sobre as narrativas dissidentes*

Embora voltado para as narrativas de adultos intersexo, este trabalho remete a uma pesquisa realizada em 2015 numa parceria entre a UCSAL e a UFBA, com aplicação de questionários e entrevistas aos pais de crianças intersexo no Ambulatório de Genética Médica Especializada do Complexo Hospitalar Universitário Professor Edgard Santos – HUPES, Salvador, Bahia, como equipe interdisciplinar, sob a coordenação da Dra. Ana Karina Canguçu-Campinho e incentivo da Dra. Isabel Lima.

Em consulta realizada na plataforma CAPES sobre o estado da arte encontramos três teses de doutorado e três dissertações de mestrado sobre intersexualidade na área de Sociologia, Saúde Coletiva, Psicologia e direito. Nenhuma da área de Letras, em Linguística Aplicada ou Análise Crítica do Discurso (doravante LA e ACD). Esta seria a primeira tese nessas áreas, criando um espaço de acolhimento e discussão dos epistemes emergentes relativos às cirurgias não consensuais na infância.

Sem abandonar suas especificidades, a LA e a ACD se somam a um conjunto de forças que supera a divisão entre teoria e prática para se involucrar na investigação de problemas relativos a corpo, gênero e sexualidade, em paridade de igualdade com subjetividades múltiplas e fluídas geradoras de “epistemologias emergentes que unem várias áreas das ciências humanas e sociais” (Pennycook, 2018, p. 128).

Tanto como membros da sociedade civil quanto como membros do ambiente acadêmico, tende-se a participar das relações de poder que geram estratégias identitárias hegemônicas; contribuindo com a absorção das subjetividades em um círculo vicioso que consegue capturar os corpos ditos anormais e os seus saberes, pouco os

valorizando como epistemes com capacidade de dialogar e somar com os saberes consagrados científica e academicamente falando.

Pensar e agir na contramão consiste em unificar forças, formar uma amálgama epistêmico indisciplinar, como sugere o linguista aplicado Pennycook (2023) que possibilite ir além dos apanágios e limites das disciplinas; a fim de que as atividades linguísticas interajam em pé de igualdade com os diversos domínios de conhecimento, com os epistemes em ascensão sobre situações de injustiça e desigualdade social que afetam as minorias, no caso, as minoras intersexo.

Os corpos intersexo, atravessados não só enquanto anatomias físicas e sim como potências desejadas e desejantes, são vistos pela ciência biomédica e pela linguística como reserva de possibilidades ou artefatos manipuláveis e como objetos de pesquisa, mas eles, seja com os seus corpos ou com a produção de narrativas, evidenciam a distorção da identidade, a perpetuação do preconceito e a apropriação de conhecimento como formas concretas de abusos de poder, é o que revelam os seus saberes.

Esses saberes descortinam que o vexatório não é tão descartável como se pensa, já que faz com que um novo discurso comece a tomar forma dentro e fora do ambiente acadêmico, ganhando reconhecimento e direitos que lhes foram negados. Como valiosos epistemes de produção livre, os relatos intersexo fazem oposição à tutela sobre cirurgias irreversíveis na infância; opõem-se às premissas encabeçadas pela força biomédica no que tange à violação de direitos humanos e sexuais.

Embora autorizada pela Resolução 1664/2003 do Conselho Federal de Medicina - CFM a violação que os adultos intersexo desaprovam em crianças pequenas se equipara com tortura, tratamento desumano, cruel e degradante (Méndez, 2013). Segundo o inciso II do artigo 5 da Constituição Federal, ninguém deverá ser submetido à tortura ou tratamento desumano ou degradante, pelo que essa prática é inconstitucional.

Albergadas no ambiente virtual, as narrativas intersexo, resgatam a memória, “entendida como produto social que se situa nas intersecções entre o individual e o coletivo, constituinte dos laços de coesão e estabilidade em uma dada sociedade” (Napolitano, 2018, p. 205). Produzidos por subjetividades ditas excêntricas, esses epistemes acessam a memória, registro de experiências individuais.

Adultos intersexo se rebelam contra a violação de direitos, resistem o enquadramento em um único paradigma, tornam-se a antítese contra a ordem estabelecida, consenso que afirma ser o único legítimo (Fusaro, 2022). Nas suas narrativas individuais, embora únicas, “se alinham aferições que, de certo modo, são generalizações dos casos tomados conjuntamente na sua singularidade. Aliás, a comparação dessas singularidades de vida aponta para um padrão marcado pela vivência comum de situações de precariedade” (Pais, 2003, p. 100).

Apesar de descreverem percepções individuais, as narrativas que nada tem de neutro, espelham aspectos de interesse coletivo, isto é, retratam um fenômeno de interesse social. Trata-se de um consenso de múltiplas leituras individuais que se explicam pela *práxis* sintética do ser humano que “singulariza nos seus atos a universalidade de uma estrutura social [e,] pela sua atividade destotalizadora/totalizadora, individualiza a generalidade de uma história social coletiva” (Ferrarotti, 2014, p. 36). História e memória se unem na reconstituição dos fatos para:

lutar contra o esquecimento, contra o negacionismo e o trauma, mas nem sempre o fazem seguindo os mesmos procedimentos e partindo das mesmas premissas. A questão do testemunho e seu estatuto teórico e metodológico para o historiador estão no centro desses novos regimes de memória e de história [...], o testemunho, visto como expressão da subjetividade fraturada, tenciona o discurso historiográfico. A matéria principal do testemunho é o acontecimento traumático, visto como desafio ao discurso histórico estruturado e objetivo (Napolitano, 2018, p. 209).

Discursos cisgêneros produzem uma estética confusa e limitante para os indivíduos não binários, os faz perder de vista a causa material da sua opressão, ao lançá-los numa espécie de vácuo a-histórico (Wittig, 1980). Por isso, ainda que algumas especificidades corporais pareçam reforçar a patologização e o aspecto exótico que lhes é atribuído, sua contribuição específica “é uma maneira de intervir no social para mudar o *habitus* ou ideologia dominante ou hegemônica” (Threadgold, 2005, p. 264).

Epistemes intersexo são interpelações explícitas na busca de soluções com “discussões sobre a função das políticas de pesquisa crítica em linguagem, gênero e sexualidade” (Hall et al, 2019, p. 487). Buscam “demonstrar a contínua relevância da identidade no estudo linguístico da prática cultural, levando em conta os recentes avanços teóricos na compreensão da subjetividade social” (Bucholtz e Hall, 2004, p. 473). No caso dos adultos intersexo que se opõem ao discurso homogêneo.” Quer estejam

dispostos a admitir ou não, o trabalho deles já é uma forma de intervir no próprio fenômeno que eles estão olhando” (Rajagopalan, 2012, p. 98).

Compartilhada no ciberespaço, a narrativa feita de fragmentos de história de vida, “é voltada para obter algo em troca: atenção, reconhecimento, comentários, contradições e outras histórias” (Schachtner, 2020, p. 86). Os assuntos e as formas de abordá-los funcionam como elos soltos, abertos ao inesperado, ao contingente de novas possíveis interações. Da mesma forma que, sem prévio aviso, uma história pessoal cai na rede, pode desaparecer de um momento para outro, manifestar-se, tornar-se visível e audível.

O espaço virtual não limita o número de conexões entre textos, mantém certa reciprocidade entre seus usuários porque “os tópicos e os nós são permeáveis para que os narradores possam se inspirar em novos impulsos e para que suas narrativas estimulem a conectividade” (Schachtner, 2020, p. 86). A internet é uma agrupação de aldeias de comunicação global em que milhões de usuários de todos os cantos do mundo interagem num fluxo contínuo, assumiu status indispensável na socialização de ideias.

O ambiente virtual não escapa do controle da temporalidade nem dos apelos e critérios normativos que, por vezes, parecem asfixiar as falas dissidentes que se afastam da ortodoxia sexual e vêm ganhando espaço com seus saberes e trânsitos, com suas percepções da realidade que circulam e ganham mais atenção do que em décadas passadas. Elas viram etnografia “de grande relevância para entender os hábitos sociais e linguísticos das novas tribos da imensa rede mundial” (Marcuschi, 2005, p. 14).

De caráter decolonial, a análise e interpretação do pluralismo conceitual dos corpos, dos gêneros e das sexualidades que subvertem a ordem por meio dos aspectos espaço temporais, dessas produções autorreferenciais, contribui para a superação da subalternidade (Mignolo, 2006); reafirmando que o Norte e o Sul não são lidos como representações geográficas (Grosfoguel, 2008) e sim a partir das ausências e das emergências dos corpos que transgridem a lógica da ciência, tradicionalmente defendida. Mas ainda se duvida que este tipo de escrita:

se possa fundir às realidades vivenciadas como um todo, tendo em vista a nossa sociedade pluralizada. É mais provável que surjam como produtos escritos que espelham realidades múltiplas com facetas incompatíveis. Mesmo assim, escrever heterotopias digitais pode perseguir a intenção de produzir uma realidade coerente. Quaisquer que sejam as realidades que emergem da narração digital, elas são vivências pessoais que existem junto a outras

realidades. As realidades “reais”, no entanto, não se isolam das heterotopias digitais (Schachtner, 2020, p. 117).

Enquanto epistemologias periféricas que se desdobram em diversas performances, as narrativas intersexo comunicam o sentido do self e o modo de negociá-lo em cada contexto social, porquanto de modo individual contam suas vivências para intervir criticamente em relação à cisheteronormatividade, definida como o conjunto de “estruturas, instituições, relações e ações que promovem e produzem a heterossexualidade (e a cisgeneridade) como natural, auto evidente, desejável, privilegiada e necessária” (Cameron e Kulick, 2003, p. 55).

Representativas de um universo que ganha espaço no ambiente acadêmico, o conteúdo e alegações das narrativas intersexo têm um caráter subjetivo que “sugere a generalidade em todas as circunstâncias altamente idiossincráticas desses argumentos. Assim, nesses casos, histórias são encontradas ou construídas e usadas para ilustrar ou resumir uma verdade mais geral” (Squire, 2014, p. 277) do ser humano que é assimétrico.

Assimétrica, desarmônica e dessemelhante é constituição do ser humano, essa dessemelhança não desmerece a apropriação do processo sócio histórico de mudanças constitutivas de quem se encontra em incessante construção. Sem alinhar-se às concepções verticais sobre linguagem nem às ideias preconcebidas sobre sexualidade, as narrativas intersexo abrem novas portas à diversidade epistemológica que se impregna da necessidade de superar paradigmas e fronteiras.

Esboçando os objetivos

*Traçando os contornos do objetivo principal*

Aportes teóricos e experiências de vida sobre diversidade sexual permitem reconhecer a existência de uma força de poder-saber dominante, uma imbricada relação entre linguagem e sexualidade nos discursos hierarquizantes que hipervalorizam a heterossexualidade e concebem o gênero como algo natural e não como algo construído por meio das performances que “ocorrem sempre dentro de contextos locais de interação, visto que é a partir daquela dada situação comunicacional que os propósitos são negociados” (Santos Filho, 2012, p. 113).

Entende-se que: “A ‘realidade’ do sexo não preexiste à linguagem na qual é expressa; antes, a linguagem produz as categorias através das quais nós organizamos nossos desejos, práticas e identidades sexuais” (Cameron e Kulick, 2003, p. 5), nesse

sentido, o intersexo denuncia o duplo padrão da moral sexual dominante, critica os modelos de viés heterossexual e as representações centradas na penetração peniana vaginal. Em razão disso, o objetivo principal consiste em **indagar** a maneira em que os epistemes produzidos por adultos intersexo clareiam a importância e efetivação do devir no acontecimento narrativo com vistas à construção de percepções que reflitam a quebra de paradigmas e a desestabilização do monopólio científico epistêmico.

#### *Primeiro objetivo*

Não há nada de inócuo no discurso produzido em nome do sucesso científico que tem o aval das instituições a serviço do biopoder que se impõe material, discursiva e ideologicamente aos corpos intersexo, aproximando-os do modelo dominante de normalidade sexual. Os efeitos da linguagem e dos discursos de representação dos corpos evidenciam que o biopoder está diluído por toda parte e que “o sexo só encontra seu lugar ali onde as práticas discursivas tropeçam e de modo nenhum onde conseguem produzir significado” (Copjec, 2006, p. 23). Em função disso, o primeiro objetivo consiste em **questionar** a apropriação do conhecimento, propondo uma semiótica desorientadora do sistema na queerização do self e da linguagem.

#### *Segundo objetivo*

A oposição e ambiguidade binária heterossexual tem interferido nas práticas sociais, criando e disseminando crenças que quebram a linha tênue entre o público e o privado ao colonizar subjetividades, corpos e desejos que não aspiram ao rótulo de normalidade, naturalização e normatização cisgênera. Em atenção a esses corpos, o segundo objetivo visa **analisar** efeitos da imposição heteropatriarcal no controle biomédico, no declínio heterossexual, na cis instabilidade e na transgressão como resistência às práticas agenciadoras da política de integração ao saber hegemônico sobre corpo, gênero e sexualidade.

#### *Terceiro objetivo*

Toda representação sexual e de gênero tem conotações políticas que se manifestam nas performances, entre as quais aquelas que subvertem a dominância masculina, desempenham uma importante ressignificação dos corpos e discursos por encorajarem a emancipação de quem vive sob a supervisão da virilidade. Em função disso, o terceiro capítulo se ocupa de **investigar** as verdades cristalizadas responsáveis

pelo ar de mistificação atribuído ao instinto materno e e à omissão sobre a cultura do estupro, resultando na revolta que engloba a pluralidade e representatividade feminina que desorienta a matriz patriarcal.

#### *Quarto objetivo*

Entendemos que “a identidade é um significado - cultural e socialmente atribuído” (Silva, T. 2000, p. 89) e que a política de identidade é um projeto reflexivo, moldado pelas sociedades e instituições favoráveis à regulação dos sexos e dos corpos; uma potente ficção da atividade linguística que ganhou visibilidade a partir da segunda metade da década de 1960, junto às categorias que defendiam o direito de as pessoas não binárias serem reconhecidas pelas suas diferenças, ao invés de tratá-las como criaturas exóticas. Em função disso, o quarto capítulo assume a tarefa de **especificar** as contradições de predominância binária, as imposições identitárias, as nomeações vinculantes e os paradoxos interseccionais como resguardo das diferenças na pichação dos muros erigidos pela normalidade heteropatriarcal.

#### *Percurso metodológico*



Partimos da dimensão indisciplinar e *queer* que nos permite estabelecer um diálogo com epistemes emergentes sobre problemas relativos à manipulação dos corpos gêneros e sexualidades. Acolhemos epistemes produzidos por adultos intersexo que foram submetidos a cirurgias não consensuais na infância, privando-os do poder de agência sobre o próprio corpo; esses saberes sintonizam com a abordagem proposta por Moita Lopes (2006), a qual possibilita pensar a LA “como *queer difusa e politicamente engajada*” (Pennycook, 2023, p. 73).

A LA é um campo de estudo que se engaja na investigação de problemas sociais relativos ao corpo, gênero e sexualidade, é por isso que é *queer* e faz nascer a LQ, ultrapassando os limites das disciplinas, em interfase com diversos domínios de conhecimento como a ACD, analisa problemas conjunturais que se preocupam com a linguagem, especificamente com o discurso científico que cria verdades limitadoras da livre determinação dos corpos.

Em consonância com a LA, sugerimos aprender com as formas alternativas de pensar as nuances específicas da problemática intersexo, numa abordagem qualitativa

discursiva que: demanda esforço na tessitura de relações entre múltiplas semioses; “envolve um processo de inconformidade ativa, de resistência à camisa de força ou à normatividade que prevalece nas disciplinas (...), é tanto ideológica quanto mestiça (...), supera a divisão teoria e prática, engaja-se com subjetividades múltiplas e fluidas” (Pennycook, 2023, p. 71).

Teorias de base (LA, LQ e ACD) não disputam espaço com teorias de apoio (Estudos Feministas, Decoloniais, Filosóficos etc.) nem tutelam epistemes alternativos e sim participam da responsabilidade de produzir conhecimento acadêmico científico na leal aplicabilidade dos respectivos pressupostos, incluindo e dando os créditos aos saberes emergentes, vistos e tratados em pé de igualdade, independentemente da maneira que cada um tenha de pensar, abordar e propor soluções aos específicos problemas sociais sobre os quais se debruçam.

A abordagem epistêmico indisciplinar, precisa de linguistas aplicados e *queer* como Moita Lopes, Borba, Fabrício, King, Milani e Hall, de analistas críticos do discurso como van Dijk, Resende, Barros e Melo), da contribuição feminista, decolonial e intersexual de Collins, Butler, Fausto-Sterling, Scott, Alcántara, Mignolo, Anzaldúa, Preciado e outros favoráveis à análise crítica sobre corpo e sexualidade que ajudem a superar a divisão entre teoria e prática.

A LA tem variadas formas de pensar sobre a língua e os problemas sociais, reescrevendo as relações de poder como medidas favoráveis à compreensão da vida em sociedade (Moita Lopes, 2006); a LQ “perturba a ordem natural das coisas e desorienta os sentidos e práticas excludentes que permeiam a vida social” (Lau e Borba, 2019, p. 12); a ACD se ocupa com a “descrição, explicação e interpretação dos modos como os discursos dominantes influenciam o conhecimento, os saberes, as atitudes e as ideologias socialmente partilhadas” (Melo, 2011, p. 1339).

Os estudos feministas trazem contribuições de oposição binária sobre os dogmas de gênero e sexualidade e quebram paradigmas androcêntrico-científicos; a interseccionalidade e a decolonialidade resgatam saberes e explicam problemas que “desvendam as formas como várias estruturas de subordinação convergem, pois é muito provável que tais problemas se apresentem claramente como produto de vulnerabilidades múltiplas” (Crenshaw, 2002, p. 183).

A construção do corpus se dá a partir de plataformas virtuais como a Brújula Intersexual de México, coordenada por Hana Oi, pessoa intersexo com a participação de ativistas como Fabian Gimenez Gatto e a Prof.<sup>a</sup> Eva Alcántara, da Universidade Autônoma Metropolitana UAM. Algumas narrativas estão alojadas em sites de produção independente que organizam e publicam textos sem enviá-los para plataformas de ampla divulgação. O link de cada narrativa aparece em nota de rodapé para acesso da versão íntegra na língua original.

Entre os critérios do *corpus*, o da homogeneidade consiste no fato de todos os narradores serem pessoas adultas com alguma variação intersexo; que tenham sofrido modificações na genitália nos primeiros meses ou anos de vida; que tenham sido impossibilitados de decidir consciente e livremente sobre o próprio corpo. O critério de sincronia contempla o período entre julho de 2019 e outubro de 2020 na colheita de dados, embora posteriormente tenham sido substituídas as narrativas que, como tudo que que cai na rede, desapareceram sem prévio aviso.

O critério de quantidade considera seis narrativas para cada capítulo acompanhadas por uma texto poético. O critério identidade respeita o nome real ou fictício que os adultos escolheram para se identificar como autores; somente foi atribuído o nome de Yela a um texto anônimo. No critério de progressão temos: Ale, Peter, Ana, Yela, Harnaam e Gaby (Cap. I). Michael, Georgie, Paloma, Alemanha, Sean e Maddie (Cap. II). Macarena, Esther, Cabral, Tryla, Anaid e Hana (Cap. III); Shana, Pidgeon, Cary, Ray, Reino e Bélgica (Cap. IV).

Cabe dizer que os corpos intersexo como suas narrativas não estão em busca de pena ou compaixão; não buscam atenuar a dor de conviver com as sequelas de cirurgias que eles não pediram, não buscam minimizar a solidão que suportam pela exclusão, a discriminação e a censura ou o castigo social que lhes é tácita ou explicitamente aplicado, mas, sim, fazer entender que o biopoder e a micropolítica do mal-estar afetam todos nós, motivo pelo qual, precisamos imaginar estratégias coletivas de superação e transfiguração social (Rolnik, 2018).

A inscrição poética e política em cada seção de capítulo responde a uma preferência metodológica, inserem-se vozes, epistemes alternativos em uma produção científico-acadêmica que se equipara com uma ação restaurativa, na busca de equilíbrio

entre vítimas e ofensores, uma espécie de reparação simbólica de danos. Na recomposição das relações sociais rompidas pela desigualdade, cria-se um equilíbrio de poder entre as grandes narrativas e as narrativas menores, inclusão de formas alternativas de conhecimento, outrora silenciadas.

O material imagético é de produção independente que está aí, com suas provocações sobre a problemática em foco, um recurso que acompanha contrasta e constata a descrição crua das vivências intersexo, narrativas por demais pungentes que dialogam com o material alojado na Pinterest<sup>1</sup>, na interação com instrumentos não necessariamente pragmáticos conceituais ou apropriados, mas favoráveis à ideia da descolonização do inconsciente, tarefa de máxima urgência nos dias atuais, em que o combate nessa esfera está engatinhando (Rolnik, 2018).

Disponibilizamos entre os anexos uma imagem da evolução da genitália feminina e masculina, produzida por Gil Guerra da Unicamp, um glossário técnico elaborado por nós a partir de fontes devidamente referenciadas. Traduzimos as narrativas e citações em Língua Estrangeira – LE, mas omitimos esse dado a cada instância para evitar repetições inúteis; em contrapartida colocamos o link de acesso à versão completa de cada narrativa na língua original.

### *Traçado dos capítulos*

**O primeiro capítulo** se ocupa da potência da linguagem, do discurso e narrativas não binárias, da memória e do esquecimento, da apropriação do conhecimento, em especial do discurso e saber médico, produzindo uma semiótica desorientadora do sistema, ao propor a *queerização* do ser e da linguagem, em resposta à longa vigência do masculino genérico que tende a impor os seus critérios de normalidade.

Entende-se por *queerização* o processo de transgressão das normas hegemônicas sobre gênero e sexualidade, a dessacralização da biopolítica heteronormativa por meio do questionamento do seu histórico de violência e negação de direitos fundamentais às pessoas não binárias; uma semiótica desorientadora do sistema que saúda, condecora e engrandece a si mesmo em detrimento de multidões queer.

---

<sup>1</sup> A pinterest é uma plataforma de busca visual que disponibiliza, imagens, ideias sobre culinária, arte, etc., gerando dicas e inspiração entre os usuários para melhorar o ambiente laboral, a casa, as relações humanas com criatividade; acolhe e publica bilhões de Pins, é assim que são chamados os produtos de livre acesso, desde que se cite a fonte.

**O segundo capítulo** foca a sexualidade e os seus desdobramentos no descontrole dos corpos, na imposição heteropatriarcal e nas práticas agenciadoras da política de integração ao saber hegemônico sobre gênero e sexualidade, nas supremacias patriarcais, entre as quais a dominância masculina que mostra as gretas da cis instabilidade e da potência epistêmica.

Entende-se a cis instabilidade como um dos sintomas da inevitável derrocada do modelo identitário hegemônico que se considera o único formato normal, correto, digno e merecedor de aprovação e detentor de direitos. A ruptura hegemônica que vem se operando é consequência das contradições nascidas e alimentadas pelo próprio sistema.

**O terceiro capítulo** trata dos reducionismos de gênero, do instinto materno, do estupro como dispositivo de revolta, da reação das minorias que encabeçam performances e performatividades, participando de desterros e desorientações que geram a desestabilização heteropatriarcal por meio da desconstrução de verdades cristalizadas hierarquicamente estabelecidas.

Entende-se por verdades cristalizadas as crenças geradas por uma moral heterossexual que se atribui o direito de administrar a economia dos corpos, controlando as práticas relativas a gênero, desejo e sexo nos diversos âmbitos sociais, não mais fazendo distinção entre o público e o privado em função das pluralidades.

**O quarto capítulo** aborda a interseccionalidade, os atravessamentos e desajustes da subjetivação, propõe a desconstrução de paradigmas e imposições identitárias que geram fronteiras e pontes nas nomeações vinculantes, no resguardo das diferenças, na pichação dos muros erigidos pela supremacia de normalidade de predominância binária.

Entendem-se como inevitáveis os desajustes que resultam dos atravessamentos interseccionais no processo de construção e desconstrução de paradigmas, nos quais é possível gerar pontes de aproximação, assim como se geram fronteiras e limites saudáveis na preservação e resguardo das pluralidades e suas respectivas diferenças.

Transgredir e desestabilizar o sistema significa investir num estilo de vida *queerizado* que favoreça a dessacralização das ideais, crenças, atitudes e discursos sobre os afetos, as corporeidades e os sexos, de modo a acabar com essa visão do abjeto como inclassificável. Trata-se de ser capazes de ensaiar outro mundo possível no qual se inaugurem novas relações entre as pessoas que são e se reconhecem diferentes.

## I. Potências da linguagem e do discurso

Para tratar das potências da linguagem e do discurso é preciso abordar as categorias de enunciação que são a pessoa, o tempo e o espaço; dizer que a linguagem tem uma dimensão social e a língua tem uma dimensão individual que é a fala. A enunciação se define como o ato de dizer e o enunciado como aquilo que é dito. Mediadora entre a língua e a fala, a enunciação é a instância do eu aqui e agora (Benveniste, 1966). Pessoa, espaço e tempo são as categorias da enunciação, e a pessoa é a categoria essencial para que a linguagem se torne discurso.

A pessoa é o eu que se pronuncia em um dado espaço e em um tempo determinado. Espaço e tempo se organizam em torno do sujeito que é seu ponto de referência. Espaço e tempo dependem do eu, que neles se enuncia. O aqui é o espaço e o presente é o tempo da pessoa, na qual coincidem o momento do evento descrito e o ato da enunciação que o descreve. Nesses elementos se organizam todas as relações espaciais e temporais. Desse modo, a enunciação é o lugar em que o sujeito se instaura como ponto de referência das relações espaciais e temporais.

Enquanto fenômeno social, a linguagem é constituída de língua e fala. Entende-se por língua o sistema de comunicação verbal que é uma instituição feita de signos, com estabilidade necessária para que uma comunidade de falantes, várias pessoas, possam se comunicar. A linguagem é considerada o elemento fundador das relações sociais, enquanto as línguas objetivam diversos tipos de ações, entre os quais, definir as línguas oficiais e decidir as línguas de menor importância que ficam em segundo plano.

Considera-se relevante trazer essa discussão a partir do fato de que a discriminação de algumas línguas acompanha o modo de produzir conhecimento, seja o de ontem ou o de hoje, demonstrando que ainda há uma distorção acerca do corpo e do desejo sexual e da maneira como se fala sobre esses assuntos, ainda mais se pensarmos que os dados que temos sobre eles foram escritos por homens pertencentes a culturas historicamente detentoras de poder.

Existe uma estreita relação entre a linguagem e os corpos. A linguagem tem mostrado ser uma ferramenta poderosa na criação de estruturas que exaltam uns corpos enquanto oprimem outros, seja por questões de raça, etnia, gênero ou sexo. O que

acontece com as línguas sucede também com os corpos, alguns gozam de mais privilégios do que outros, não todos têm o mesmo reconhecimento e aceitação social.

A linguagem, enquanto faca de dois gumes, serve aos interesses dos mais influentes, mas também desenha caminhos para diminuir a desigualdade nas mais diversas instâncias sociais. A linguagem “é a consciência real, prática, que existe também para as outras pessoas, que existe, portanto, também primeiro para mim mesmo e, (...) com a necessidade dos intercâmbios” (Marx e Engels, 1989, p. 26).

Construímo-nos é pela linguagem e pelas interações nas quais o elemento da alteridade está sempre presente como aspecto fundamental para a linguagem, independentemente do grau de atenção dada à língua, “considerada em geral como dado natural, neutro, supra social e supra esturrico” (Carboni e Maestri, 2003, p. 9).

Moldadas e, muitas vezes, usadas como instrumentos de opressão, a língua e a linguagem tem servido como meios para hierarquizar pessoas, modos de ser, pensar e agir; têm sido capazes de nos constranger, envergonhar, humilhar e colonizar (hooks, 2013). A língua se vincula à cultura, depende de um marco histórico para obter significado, valor e limites. A maneira como se veiculava a língua à cultura medieval é diversa da maneira como se vincula à cultura atual.

Todavia, algumas coisas as tornam semelhantes ou próximas na maneira como se posicionam em relação aos corpos, ao gênero e à sexualidade. Basta ver a curiosidade exagerada atual, a inegável obsessão em relação às genitálias virilizadas que fazem voltar a atenção para a Idade Média, especificamente para o século XVI.

Registra-se que foi no no Século XVI em que Andreas Vesalius (Bruxelas, 31 de dezembro de 1514 — Zacinto, 1564), médico Belga argumentava que o clitóris não aparecia em mulheres saudáveis, na mesma época o *Malleus Maleficarum*, conhecido como o martelo das bruxas, utilizava-se um manual escrito em 1487 por dois monges da ordem religiosa dos dominicanos. O livro definia o clitóris avantajado como sinal indesejável, um dos motivos das cruzadas às bruxas.

O controle em relação aos corpos intersexo, se dá pelo enunciado médico como relevante “instrumento de ordenação do mundo, e mesmo não sendo anterior à organização social, ele é inseparável desta” (Scott J, 1998a, p. 15). Inseparável das

práticas reguladoras de ficção médico-científica, a designação de um sexo unívoco é heterocentrado no processo ordenador das sexualidades.

### **Feminização** (Ale)<sup>2</sup>

Quando nasci, os médicos determinaram que meus órgãos genitais fossem modificados, porque não se encaixavam no que a medicina define como normal para um homem ou uma mulher. Aos dois meses, os médicos decidiram retirar o meu falo/clitóris porque era muito pequeno [para um homem] ou muito grande [para uma mulher], o que levou a um longo processo de feminização forçada, que posso resumir em duas palavras: estupro e tortura. Aos nove anos fiz uma segunda cirurgia, que consistiu na confecção de uma neovagina, cujo único objetivo era criar um conduto que pudesse ser penetrado. E para garantir que o canal não fechasse, eles prescrevem a introdução constante de dilatadores. Fora do hospital, era minha mãe que tinha a obrigação de fazer essa chamada terapia, com as consequências na relação mãe-filho que vocês podem imaginar. Não tenho palavras para descrever a humilhação que tive que viver todos os dias, me senti vexada, estuprada, triste e cheia de dor. Minha mãe foi a principal testemunha desses sentimentos. Aos onze anos, aconteceu a última e mais dolorosa intervenção, que consistiu em reconstruir um canal para urinar, não porque eu não tivesse, mas porque os médicos queriam ter certeza de que a menina que estavam criando conseguiria sentar no banheiro para fazer xixi. Essa intervenção acabou destruindo minha vida, é impossível descrever as dores que sofri, mas o mais terrível é que nenhuma das intervenções anteriores foram necessárias para proteger minha saúde ou minha vida; foram apenas cirurgias cosméticas para fazer com que meu corpo e comportamentos futuros se encaixassem nos padrões médicos que definem a normalidade.



Aspectos espaço temporais (quando Ale nasce e o ambiente hospitalar), situam os atores sociais nos seus respectivos *habitats* e *modus operandi*. Verbos na terceira pessoa do plural como determinaram e os mantidos na voz passiva como ‘modificados’ e ‘não encaixavam’, evidenciam a ausência de oposição às práticas reguladoras que designam um sexo unívoco a quem quer que seja, com o aval do Conselho Federal de Medicina-CFM que aprova modificar as genitálias que não se encaixam no que a medicina define como normal para homem ou mulher.

<sup>2</sup> A imagem que dialoga com a narrativa sobre a originalidade destruída no processo de feminização, está disponível em: <<https://br.pinterest.com/pin/14918242509983100/>>. Último acesso 07/05/2024. Ale compartilha sua narrativa em primeira pessoa, pode ser lida na língua original e na versão completa na plataforma da Brújula Intersexual de México: <<https://brujulaintersexual.org/2018/02/27/ale-chile-iachr/>>. Último acesso 13/03/2020.

A Resolução 1.664/2003 do CFM, único instrumento normativo no Brasil que regula as intervenções em crianças intersexo, não se opõe ao fato de que: aos dois meses, os médicos decidam retirar o falo/clitóris por ser muito pequeno [para um homem] ou muito grande [para uma mulher]. A norma cumpre com a tarefa para a qual foi criada há duas décadas, produzir um imperativo de urgência biológica, política e social que justifica procedimentos cirúrgicos e/ou hormonais em crianças recém-nascidas, fator idade que por si só já garante que elas sejam passivas ao longo do processo de feminização forçada, que pode se resumir em duas palavras: estupro e tortura.

O corpo sobre o qual está centrada a narrativa, faz parte da classificação dos corpos ditos anômalos que constam suas “histórias sobre sexualidade, já que as narrativas de pessoas que têm atravessado a linha imaginária na fronteira hetero-homo têm se tornado cada vez mais claras na prática social” (Moita Lopes, 2009, p. 45). Consideradas anomalias da diferenciação sexual, algumas situações clínicas são conhecidas como genitália ambígua, intersexo, hermafroditismo verdadeiro, pseudo-hermafroditismo, disgenesia gonadal (Resolução 1664/2003, Art. 1º).

Corpos intersexo enquadrados nas situações clínicas descritas pela CFM são atingidos na sua materialidade pela mediação do discurso médico legal, responsável pelos “efeitos que a rejeição provoca em quem destoa do quadro de normas previamente estabelecidas e legalizadas pela sociedade” (Machado I, 2015, p. 129), deixando claro que: “o discurso contribui para a reprodução da desigualdade e da injustiça social, determinando quem tem acesso a estruturas discursivas e de comunicação aceitáveis e legitimadas pela sociedade” (van Dijk, 1994, pp. 4-5).

Os discursos médicos científicos e normativos, se apresentam favoráveis aos procedimentos precoces em crianças intersexo, por meio de nomenclaturas e siglas que fazem referência às anomalias de diferenciação sexual (ADS), aos distúrbios de diferenciação sexual (DSD). Essa terminologia contribui com o aumento da patologização intersexo e incentiva práticas que sequestram a infância às crianças, retidas por longos períodos no ambiente hospitalar, para a realização de infundáveis processos de feminização e/ou masculinização nelas. Na relação médico-paciente, a ACD sugere evitar o obscurantismo na comunicação com os pacientes, a qual “deve ser clara, evitando-se o uso de jargão desnecessário” (Magalhães, 2000, p. 179).

Mais uma vez, a dimensão espaço temporal está presente na determinação médica que se dá dentro de um espaço e tempo determinado, o ambiente hospitalar e a idade da criança que aos nove anos faz a segunda cirurgia que consistiu na confecção de uma neovagina, cujo único objetivo era criar um conduto que pudesse ser penetrado.

O polo mais forte da relação médico-paciente impõe-se sobre quem não pode competir. Em razão disso cabe concordar com a ideia de que: “não podem mais existir mulheres e homens, e que enquanto classes e categorias de pensamento ou linguagem eles têm de desaparecer, política, econômica e ideologicamente” (Wittig, 1992, p. 8).

Nomenclaturas fechadas como a relação peniano-vaginal representação de normalidade sexual esquecem que: “Afirmações não são meras declarações da consciência emissora de um sujeito unificado; antes, afirmações e sujeitos emergem de um campo de possibilidades. Esse campo de possibilidades não é estático ou singular, mas uma multiplicidade dinâmica e contingente” (Barad, 2017, p. 23).

Embora nada seja estático e exista um campo muito aberto de possibilidades, a terminologia da biomedicina está bem guarnecida de vocábulos como anomalia, distúrbio, atrofiado, ambíguo, hermafrodita verdadeiro, sexo, reverso, canal estreito, micro pênis, clitóris agigantado, testículo não descido, incompleto, pseudo-hermafroditismo etc., que ganham aspectos de naturalidade e superioridade cisgênera na pretensão de se impor em pessoas intersexo.

Foucault foi um dos teóricos que mais ênfase deu ao estudo das estruturas subjacentes ao modo de classificar os corpos abjetos, cujos discursos, quando aparecem na história, o fazem por meio de narrativas, mostrando que: “marcados pela diferença sexual, esses corpos se esbarram sempre nas estruturas de poder que formam a linguagem e, por isso, constroem-se de maneira descontínua, nas rasuras, nos limites da palavra e dos gêneros canônicos” (Escaleira, 2017, p. 507).

A predominância do discurso cisgênero, subentendida nas intervenções médicas, transforma o sujeito em objeto, reconfigura sua identidade e ignora o significado da reciprocidade na diferença não na repetição de um saber-poder que naturaliza intervenções definidoras do sexo como se fossem imprescindíveis à saúde. É nestes pressupostos de aparente amparo ou tutela médica que a mãe da autora da narrativa se baseia para concordar com a confecção de uma neovagina, cujo único objetivo era criar

um conduto que pudesse ser penetrado. E para garantir que o canal não fechasse, os médicos prescrevem a introdução constante de dilatadores.

Pressupostos estes nos quais, a maioria dos pais e representantes legais das crianças intersexo, se apoia para concordar com procedimentos que violam os direitos humanos dos menores de idade a eles confiados e por cujos interesses deveriam zelar, mas não o fazem por falta de conhecimento e clareza por parte dos profissionais da saúde, cuja preocupação está voltada para fins institucionais da prática científica.

Fora do hospital a mãe deve-se realizar a terapia de alongamentos vaginais na filha, procedimento grosseiro e doloroso que deve deixar a cabeça de ambas a mil, com consequências graves na relação mãe-filha, gerando para a genitora responsabilidade direta no processo de feminização em que a filha se sente estuprada, pois compara a prática aos crimes de estupro e tortura, termos nada exagerados.

Os alongamentos vaginais já são bárbaros em mulheres adultas. Imaginá-los numa criança de nove anos provoca mal-estar, pois o que a criança precisa é brincar, ter uma convivência familiar saudável; “ter sua identidade respeitada e precisa ter uma genitália funcional. Uma genitália funcional no sentido de estar apta a urinar e defecar. Não preparar essa genitália penetrativa ou para ser penetrada” (Freitas, 2023, p. 17).

O que se entende por genitália funcional parece não ter conseguido um consenso até hoje pois, apesar de ter nascido com canal urinário, Ale passa pela mais dolorosa das intervenções aos 11 anos de idade por conta de o canal com o qual nasceu ter sido inapropriado para uma das convenções mais comuns. Os médicos fizeram outro canal para ela fazer xixi sentada, mesmo deixando-a prostrada de dores indescritíveis.

As cirurgias de reconstruções vaginais e as dilatações que as sucedem também são objeto de debate. Há diversas técnicas que utilizam tecidos, como pele e segmentos intestinais, para promover reconstruções vaginais [...]. Dependendo da anatomia urológica de alguns pacientes, podem ocorrer infecções ou incontinência urinária, que tornam necessários tratamentos cirúrgicos para a melhora desses sintomas (Leite, 2023, pp. 7-8).

É difícil dizer o que é maior, a crueldade ou a falácia dos alongamentos, o terrível é saber que nenhuma das intervenções era necessária. Não passaram de cirurgias cosméticas para fazer com que seu corpo encaixassem nos padrões que definem a normalidade. A zaga de Ale se une a muitas outras que só pessoas intersexo podem contar, dizendo: “Esse ato de fala, de ‘erguer a voz’, não é um mero gesto de palavras vazias: é uma expressão de nossa transição de objeto para sujeito” (hooks, 2019, p. 39).

Na enunciação de Ale estão implícitos os que se opõem à cisgeneridade, os que se colocam como o polo conflitante das versões oficiais, na tarefa de não se enrijecer como sujeitos e de não se submeter a processos de identidades estanques. Suas vozes, mais do que refletir o social, apropriam-se dele; o mediatizam, filtram e voltam a traduzi-lo, enquanto se projetam numa outra dimensão, a dimensão psicológica da subjetividade.

O discurso produzido por e sobre os corpos socialmente rejeitados é um retalho necessário à completude da ideia do que se entende por ser humano; concepção ampliada e aceita na medida que se abandonam os preconceitos que geram patologias, para assumir a expressão necessária favorável a todos os corpos que sobrevivem nos campos de batalhas reais e simbólicas a despeito da patologização e do preconceito.

### **Brinde** (Guitzel) <sup>3</sup>

Meu corpo, um campo de batalha  
 Chora, grita e sente  
 Combate de forma valente, todo o dia  
 A mesma e nova transfobia me constrói  
 Cada dia mais uma batalha  
 Venço, perco, segue empatado  
 Do lado de cá me fortaleço  
 Mas eles crescem, não me esqueço  
 Na mira, sigo perseguida  
 O corpo, as regras, as normas evidência  
 Hetero, cis, burguês  
 Essa moral em mim se desfaz  
 Corta, mutila, hormoniza  
 Transforma a cada dia  
 De forma desigual é impedida  
 De ser plenamente reconhecida  
 Da miséria destinada  
 À insurreição organizada  
 Se levanta, me levanto  
 Sei, nasci pra ser sujeito  
 Escolhi, decidi, quis ser eu mesma  
 Me tornar abjeta, parece comum  
 Um ser que não parece merecer afeto  
 A nós, um brinde, guerreiras sobreviventes  
 Mais um dia no campo de batalha  
 Da vida, do corpo, da alma.



O poema de Guitzel retrata a diversidade sexual, reconhece o corpo como um campo de batalha, um terreno feito de trilhas, veredas, atalhos e picadas, onde se torna

<sup>3</sup> A imagem que dialoga com a poesia, representa a merecida comemoração à vida que todos os corpos almejam, é de domínio público e se encontra alojada e disponível para conferir autoria na pinterest: <<https://br.pinterest.com/pin/496521927689042697/>>. Último acesso 08/05/2024. A poesia de Guitzel se encontra disponível no seguinte site: <[https://www.esquerdadiario.com.br/spip.php?page=gacetilla-articulo&id\\_article=4812](https://www.esquerdadiario.com.br/spip.php?page=gacetilla-articulo&id_article=4812)>. Último acesso da poesia 13/03/2021.

ininterrupta e cotidiana a luta identitária. Um corpo submetido a um combate violento, no qual se ganha e se perde, mas não se desiste; se vá sempre em frente por escolha e determinação própria, impelida pela necessidade de ser si mesma, sem adequações à cisheteronormatividade nem concessões ao heteropatriarcado.

Uma das formulações da narrativa, é que o sujeito se sinta convocado a contar sua própria história, tenha consciência da relevância de dar a conhecer as escassas possibilidades de ser e estar por inteiro como sujeito social nas tessituras da inexistência, da instabilidade, causada pelos muitos ataques, agressões e confinamentos. Tudo isso dificulta estar inteira na produção auto etnográfica, entretecendo esquecimento e memória, revolta e impotência ao trazer fatos que preferia esquecer.

Narrar a própria trajetória de vida, seja em prosa ou poesia, estimula outras pessoas a fazer a mesma escolha; as interpela para que, a partir de suas circunstâncias, possam inaugurar um processo autorreflexivo no qual reconstruam a si mesmas, afirmando que nunca se enquadrarão às expectativas e julgamentos de quem quer que seja; tampouco recuperarão o que lhes foi arrancado e com essa perda lidarão sempre.

Guitzel e Ale trazem abordagens inéditas, epistemes valiosos sobre temas atemporais que dialogam com assuntos relacionados às imposições de gênero e sexualidade. Ambas as narrativas são auto referenciais, descrevem vicissitudes da vida em primeira pessoa, sob as imposições de estruturas sociais, sob os impactos da linguagem nas relações de poder e importância dada aos jogos de verdade.

O campo de batalha das pessoas intersexo é o corpo mutilado que carrega marcas para nunca esquecer a relevância atribuída aos significados que os discursos de poder produzem e com os quais se está em constante negociação nos diversos contextos de interação. O princípio de relevância que o corpo mutilado traz é usado para se referir à criação de contexto e efeito. É um enunciado relevante pelo efeito em contextos bem específicos como o ambiente hospitalar, familiar, escolar e social que descreve:

1- que o modelo de pensamento binário organiza a produção da ciência hegemônica pauta-se no discurso que separa corpo e mente; 2- a escola é lugar e espaço privilegiado para disseminação do discurso que afasta corpo e mente na sociedade capitalista/moderna; 3- o desdobramento para a educação escolar, do afastamento corpo e mente, desejo, prazer, erotismo é materializado pelo mecanismo de docilização dos corpos e exercício de apagamento das paixões, do erotismo, das diferenças e diversidades sexuais e de gênero no espaço escolar; e, 4- O Estado, por meio da educação escolar, também opera sobre o corpo, as sexualidades e o gênero (Silva, E., 2014, p. 27).

Poesia e narrativa são epistemes emergentes que refletem o impacto dos termos e regimes de verdade disseminados nas instituições (contextos específicos) para reforçar formas cruéis de impor crenças de normalidade no sujeito social que “tem sido focalizado com base no apagamento de suas marcas sócio históricas que o fragmentam como homens, mulheres, heterossexuais, homossexuais” (Moita Lopes, 2009, p. 36).

Por entender que o saber formal ou hegemônico não é maná puro, descido do céu e sim uma construção que precisa de inúmeras vozes, inclusive as dissonantes, as dissidências sexuais não mais admitem submeter-se ao silenciamento nem à cega obediência da tirania gerada pelo preconceito, ao invés disso, produzem saberes que dialogam com os estudos de gênero e com as ciências da linguagem, epistemes estes compreensíveis e aplicáveis no ambiente acadêmico e no contexto social.

Fazendo dos traumas sofridos uma semiótica de abrangência social mais ampla, sem se limitar aos efeitos produzidos em nível individual, as contribuições de Guitzel e Ale apontam para o aparecimento de características que tornam a poesia transexual e a narrativa intersexo próximas e interdependentes das corporeidades dispersas nas potências da linguagem e do discurso; com ambas as produções esperam-se superar estigmas e preconceitos como partes constituinte da produção de conhecimento.

Busca-se, entre outras coisas superar a visão heteropatriarcal que reduz as possibilidades afetivas-reprodutivas para alguns corpos, enquanto agiganta os efeitos da patologização sistemática na forma centralizadora de veicular conceitos sobre a sexualidade desses corpos, dando ênfase ao sexo dicotômico, legitimando-o como o único discurso autorizado para determinar as especificidades da sexualidade reprodutiva.

Trata-se em fim de quebrar esse longo reinado de natureza heterossexual que defende estar baseado na cientificidade epistemológica para fazer valer os seus princípios em detrimento de uma conveniente seleção e organização de saberes que ameaçam a permanência e estabilidade da pirâmide produtora de conhecimento.

Potências da linguagem e do discurso consistem justamente em criar pontos de fuga, em inventar formas de escapar das concepções tradicionais que tornam opacas as vidas e corpos que tem muito a contribuir com a diminuição dos efeitos de noções normativas de gênero e diferença sexual. As potencias emergentes defendem um novo modelo de inteligibilidade mais inclusiva e menos hierárquica sobre sexualidade

### 1.1 Narrar para desenjaular saberes

Nos primórdios dos estudos da linguagem, as narrativas eram estudadas em termos de suas características formais (Labov e Waletzky 1968, Labov 1972); eram entendidas como recapitulação discursiva sequencial de experiências passadas, uma contagem de eventos que seguia uma ordem cronológica. As mais recentes, entre as quais as de Georgakopoulou (2008) superam as concepções formais para realçar significados subjacentes à narrativa que destaca as experiências de cunho pessoal.

As abordagens que incluem os contextos sociais e históricos e a função da linguagem, contribuem com mudanças sociais, analisam as práticas e os discursos com suas significações que fazem sentido, de uma forma ou de outra, para o pensamento da época (Moita Lopes, 2009), daí que: “politizar o ato de pesquisar e pensar alternativas para a vida social são parte intrínseca dos novos modos de teorizar e fazer LA” (Moita Lopes, 2006, p. 22). Uma linguística que tem características específicas.

A indisciplinar LA ajuda, entre outras coisas, a identificar que nas narrativas intersexo há sombras, silêncios, e omissões ou não-ditos que estão em perpétuo deslocamento (Pollak, 1989); isso significa dizer que, a arquitetura material delas não tem estabilidade e fixidez alguma, pois até quando silenciam, o fazem apenas para aflorar com força, em momentos de crise, em sobressaltos bruscos e exacerbados (Herberick-Marx, 1985), exibindo seu lado *queer* como ação epistemológica que:

não visa compreender os sujeitos dentro das normas sociais, mas sim, problematizar a própria construção destas normas, designando-as como formadoras dessas margens e produtoras de seus sujeitos anormais. Ou seja, *queer* se refere aos sujeitos que não fazem pedidos para adentrar na normalidade, diz respeito a aqueles que não visam ser assimilados nem normalizados (Cuevas, 2015, pp. 144-145).

Se por um lado, as grandes narrativas são o polo dominante da história que, voltado para o além do mundo real, cria verdades cristalizadas e nutre menosprezo pelo tangível, pelo limitado ao espaço humano, depreciando a fragilidade, subestimando os afetos, as parcerias, os atos de colaboração e produção desinteressada; essas macro narrativas, não aceitam versões alternativas da história, elas fazem da identidade das coisas e das pessoas uma essência e trazem cada entidade fechada em si mesma.

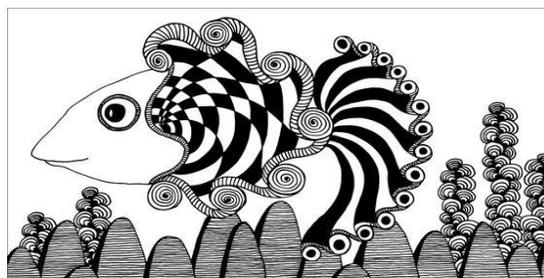
Representantes da heterossexualidade compulsória e das grandes narrativas, “instituem um certo conhecimento sobre o desejo heterossexual, sobre o qual se

consideram especialistas – e talvez guardiões (já que afirmam quem será desejado, por quem e para quê)” (Cabral e Benzur, 2005, p, 291). Desconstruir essa crença de competência absoluta na guarda da sexualidade, como integridade universal, pelos critérios de legitimidade científica, é o desafio das narrativas intersexo.

Narrativas dissidentes são as micro narrativas ou narrativas menores que desmascaram o jogo da normatividade, estabelecido sobre a concepção dualista que mensura sujeitos em termos de duplicidade, superioridade e inferioridade; estreitamentos que desenham a oposição entre normal-anormal, colocando uns contra outros, constringendo o menos racional que só consegue dar vazão à poesia, única coisa que depois de sabida continua secreta, engolida para dentro, como único nutriente da alma.

**Cuspe** (Cassiano)<sup>4</sup>

O mundo me ensinou,  
Me cuspiu no rosto,  
Me fez triste e sábio.  
E em meio ao triste pão  
Que minha mão amassa,  
Em meio à convicção  
Que substitui o êxtase,  
Em meio à mais abjeta  
Condição de vida,  
Resta-me, só,  
A ironia da poesia.  
Resta-me só esta graça  
De ser poeta.  
Poesia! Única coisa que,  
Depois de sabida,  
Continua secreta.



Versões alternativas ou micronarrativas podem ajudar a montar o quebra-cabeça de uma história truncada, contada a partir da visão única, descritiva de fatos que dizem respeito a sujeitos não levados em conta, porque seus pontos de vista, leituras e interpretações são tidos como faltos de cientificidade e coerência. É o caso da narrativa intersexo, uma epistemologia mutilada ou residual que não se equipara ao saber legítimo, preciso e consagrado como certo, coerente e coeso, pois o seu é um saber marginal, no sentido de se originar à margem, isto é, longe do centro que produz ciência.

<sup>4</sup> O poema de CASSIANO, Ricardo foi publicado em: Melhores Poemas. Seleção Luiza Franco Moreira. São Paulo: Global, 2003. pp. 108-112, mas também se encontra disponível no site: <<https://almaacrea.blogspot.com/search/label/CASSIANO%20RICARDO>>. Último acesso 13/03/2021. A imagem que acompanha a poesia é de livre acesso e se encontra disponível no link: <<https://br.pinterest.com/pin/31525266120872430/>>. Último acesso 08/05/2024.

Entre as narrativas menores, estão as das pessoas intersexo, elas se sabem confinadas ao lugar daqueles que falam desde a dor sufocada, conforme entendem Cabral e Benzur (2005) -e só da dor- que traz na fala a marca do idiotismo é que elas podem falar de si mesmas sobre uma dor que parece não ter alívio. A dor e o idiotismo que se revelam ao esmiuçar ou pormenorizar a violência sexual e de gênero em pequenas dosagens, faz com que o sofrimento e a desventura ganhem a confluência de dois eventos, o momento do evento descrito e o ato da enunciação que o descreve.

Pessoas intersexo introduzem narrativas personalíssimas sobre a saída de um pesadelo que, para defini-la apropriadamente, seria necessária a invenção de um novo vocabulário, uma nova linguagem. Na falta de terminologia apropriada, essas narrativas complicam a gramática e a linguagem em geral; acrescentam reticências e asteriscos às experiências difíceis de contar; dão um trava-língua à língua, dão um nó no sistema e desorientam a ciência, fazendo lamentar as perdas pela arrogância conceitual.

Por conta dos efeitos da experiência pessoal, muitas vezes perturbadora, a escrita intersexo se apresenta fragmentada, incapaz de acomodar no devido lugar as vozes e os papéis dos personagens da trama. O acesso à memória faz emergir a necessidade de os autores se reconstruírem por dentro, e o fazem a partir de um olhar retrospectivo e prospectivo dos fatos, cientes de estarem vivendo um novo tempo e um novo espaço.

Para as narrativas intersexo produzir efeitos é preciso que encontrem sintonia nos seus interlocutores, os quais, cientes de que aquilo que elas dizem funciona como uma epistemologia de tarraxa, no sentido de apertar uma fissura prestes a se abrir em qualquer momento devido às dilacerações físicas, emocionais e morais provocadas pelas cirúrgicas não consensuais. A convalescença é lenta e demorada.

O processo de recuperação demanda habilidades que permitam ao convalescente se reencontrar consigo mesmo, pacificar-se com a interrompida infância. No processo podem acontecer picos de raiva e impaciência. A impotência pode virar atordoamento, e insanidade que obstaculizam a produção de uma narrativa objetiva que jamais poderá ser definida nos termos da produção científica, racional, acadêmica e normativa.

De qualquer forma, objetivas ou não, as narrativas intersexo são epistemes não de opinião e sim de oposição às cirurgias que há mais de sete décadas continuam a vitimar crianças intersexo, e nos últimos vinte anos essas vítimas, enquanto pessoas

adultas “têm se organizado para pedir o fim da mutilação genital e os processos de redistribuição forçada. Ao mesmo tempo em que cada vez mais corpos começam a identificar-se como não-binários” (Morando, 2019, p. 4).

Com a auto narrativa, a pessoa intersexo encarna a promessa de libertar saberes outrora enjaulados e pluralizar ações favoráveis à emancipação. Não se trata de um movimento de passagem da vulnerabilidade para o orgulho, mas de uma ação do discurso que engendra a autoafirmação pela via da experiência de uma assunção da vulnerabilidade (Melo, 2021) que diz respeito ao ser individual, mas também à coletividade, depois de tudo, estamos todos a caminho e estamos juntos.

Ocupada com esquadrinhar a complexidade da pessoa intersexo, a cisnormatividade, enquanto narrativa maior, impõe-lhe o obrigatório encaixe preestabelecido em formas de anexação que prometem libertá-la do monstruoso, abjeto e anormal, embora não faça o menor esforço para perguntar se é isso que ela quer ou como pode reagir às modificações. Importa é produzir indivíduos que respondam ou, ao menos, se aproximem das expectativas binárias, vejamos.

#### **Descontrole** (Peter)<sup>5</sup>

É uma luta terrível encontrar cuidados médicos adequados quando você é intersexual. Fui encaminhado a um endocrinologista, e sinceramente foi muito ruim, eu não tinha ideia do que estava fazendo. Eu não sabia nada sobre o manejo do XXY, estava perdido, minha testosterona estava muito alta e eu estava tendo recaídas quase psicóticas antes de cada injeção, toda vez que ia ao endocrinologista, ele dizia que não sabia o que estava acontecendo, e que não havia uma explicação fisiológica. Foi muito estressante, uma coisa terrível. Eu não tinha controle da minha vida, meu sangue estava ficando espesso e eu corria o risco de ter um derrame. Já ouvi outras histórias de horror de médicos. Mas isso me motiva a tentar mudar seus pontos de vista.



Como discurso e episteme que se constrói, a narrativa intersexo adquire conotações espontâneas ou formais, define, caracteriza, exemplifica e propõe caminhos novos para os corpos desalinhados do sistema que quer alinhá-los à normalidade. O

<sup>5</sup> A imagem quer mostrar o estado emocional do ser humano, no caso específico a pessoa intersexo, cujas vivências dramáticas alteram os batimentos cardíacos em ameaça da saúde integral, está disponível no link: <<https://br.pinterest.com/pin/28358672649739044/>>. Último acesso 08/05/20224. A versão completa da narrativa de Peter está disponível para ser lida na versão completa, na língua original do autor em: <<https://www.starobserver.com.au/news/national-news/it-was-dreadful-struggle-find-appropriate-healthcare-when-intersex/169748>>. Último acesso 13/03/ 2021.

cistema finge não se dar conta de que o alinhamento resulta mais tortuoso e dramático do que a condição da qual quer arrancar as pessoas com variações intersexo. A dramaticidade começa com a difícil busca de atendimento.

A narrativa de Peter é acompanhada por um texto imagético que retrata o estado caótico do paciente intersexo, o que se define em total descontrole. A imagem dá conta de definir a inabilidade de raciocinar quando o pensamento é ofuscado pela angústia e o desespero diante ameaças reais de perder a vida. Nessas condições, o indivíduo nada enxerga, sua visão se nubla e o seu coração dispara. Essa disparada pode ser um recuo necessário para que possa ressignificar ou dar sentido aos fatos avassaladores (Orlandi, 2007), quem sabe a partir dessa experiência retome novos rumos.

Nesse sentido, a crise é aproveitada para entender sentidos do discurso na relação médico-paciente; na relação paciente-hospital e nesse entendimento, aprender algumas formações discursivas de cunho mais técnico, como as relacionadas com a síndrome de Klinefelter (47 XXY), variação intersexo do narrador, sobre a qual diz não saber nada. Desconhecer especificidades sobre o manejo da condição cromossômica relativamente comum (1/500 meninos nascem com ela) acrescenta a vulnerabilidade do paciente.

É importante que o paciente saiba que os extras cromossomos X causam diminuição de esperma e andrógenos e que o tratamento consiste na reposição de testosterona, substância que se aplica em forma injetada. Todavia, a maior preocupação de Ray consiste na luta para encontrar cuidados médicos adequados; dificuldade que pode estar ligada à ininteligibilidade dos corpos, ao estigma e preconceito que a as pessoas com variações intersexo padecem. A narrativa em análise evidencia que:

embora a genitália constitua apenas uma pequena porção do corpo humano na área de superfície, sua forma e aparência têm grande consequência para as trajetórias de vida e as formas como os corpos e as pessoas são entendidas. Pessoas intersexo, nascidas com corpos que não são classificáveis sob um construto binário masculino/feminino, são cada vez mais abraçadas pelas identidades intersexuais, mas a ininteligibilidade na sociedade pode ser difícil de acontecer porque os modelos culturais e a linguagem contribuem com a ininteligibilidade dos seus corpos (King, 2016, p. 359).

Tendo em conta que a ininteligibilidade e uma série de práticas sociais de cunho interacional assumem um peso específico para quem narra uma vivência que descreve processos significativos de construção de alianças; o aspecto a ser levado em consideração a Peter é que todo hospital age e interage numa gramática

heteronormativa, isto é, é sobre esse modelo que a instituição se ergue, se fortalece e se mantém em pé, por conta das alianças estabelecidas com a cisnormatividade.

Como toda instituição, a estrutura hospitalar tem limitações e fissuras, e o que a narrativa de Ray mostra é que suas frestas somente se descobrem na contingência de precisar dos seus serviços e antes ou depois todo mundo recorre à procura dos seus atendimentos, quem em nível mais emergencial, pontual e esporádico, quem de maneira mais consistente e até vitalícia como é o caso de vários pacientes intersexo.

Ainda que nem sempre esteja ao seu alcance a perícia e agilidade necessárias, o ambiente hospitalar se apresenta como a alternativa em situações que colocam em risco a saúde, mas pacientes intersexo não estão mais a procura, se é que algum dia estiveram, de habitar qualquer espaço seguro de ininteligibilidade, eles entendem que “o ponto não é viver perpetuamente onde lidar com o corpo é um problema e sim chegar a um lugar onde possa haver espaço para respirar diferença” (Holmes, 2008, p. 15).

Uma vez explicitado em que consiste a primeira e principal aflição no rol das inquietações intersexo, vemos no trecho acima que, a segunda se relaciona com o fato de não saber nada sobre a própria variação intersexo e desconhecer o tratamento; a terceira se refere ao medo do desconhecido que, por sua vez, leva ao medo de perder o controle não só por uma das partes da relação, e sim por ambas.

O médico que não tem explicação alguma para a alta perda de testosterona do paciente, nem apresenta solução alguma para as crises psicoemocionais do jovem intersexo, o qual em estado de surto, não consegue traduzir o que o seu corpo parece estar gritando ao ponto de quase enfartar, mostra uma deficiência que transcende o profissional para evidenciar uma falta grave do ambiente hospitalar.

Em se tratando da responsabilidade hospitalar, parece existir uma emergência na necessidade de diagnóstico do sexo, a partir da qual se determina o que deve ser feito com os corpos. Trata-se de uma emergência que se aplica apenas de forma a normatizar os corpos, “para indicar-lhes limites de sanidade, legitimidade, moralidade ou coerência. Daí porque aqueles que escapam ou atravessam esses limites ficam marcados como corpos - e sujeitos - ilegítimos, imorais ou patológicos” (LOURO, 2020, p. 76).

A mesma emergência parece estar diminuída, se não totalmente ausente, na hora de o paciente precisar de soluções imediatas a um problema premente que coloca em

risco sua saúde e a própria vida. Não podemos afirmar que seja proposital a discrepância entre a emergência de atender às demandas médico hospitalares e as demandas do paciente, mas uma coisa é inegável. A produção de conhecimento e as instituições que se encarregam de distribuir essa produção obedecem ao sistema hegemônico.

Sistema hegemônico este que captura, determina, modela e orienta as condutas, opiniões e discursos relativos às diversas corporeidades e sexualidades para as quais destina orientações e propostas que correspondem aos modos específicos de ser homem e de ser mulher, reafirmando a consistência dos padrões socioculturais de gênero e sexualidade socialmente validados, conforme as determinações do referido sistema.

O corpo pode espremeia e se convulsiona ante o desamparo, angústia e impotência por se perceber diante dos perigos latentes que comprometam a estabilidade emocional de quem, tendo a razão ofuscada, questiona o sentido da própria existência. Sentido este que parece desaparecer, mas que na verdade está aí, “disponível apesar do, ou melhor, através do sofrimento, desde que o sofrimento seja inevitável, pois se for evitável, o que faz sentido é remover a sua causa, porque sofrimento desnecessário é masoquismo e não ato heroico” (Frankl, 1991, pp. 120, 125).

Peter encara as três principais fontes de medo que mais comumente afetam o ser humano, no sentido de lhe retirar temporariamente sua segurança e estabilidade emocional. O pai da psicanálise classificou essas incertezas da seguinte forma: o “nosso próprio corpo, condenado à decadência e à dissolução; o mundo externo, que pode voltar-se contra nós, com forças de destruição esmagadoras e impiedosas; e as ações e atitudes dos outros” (Freud, 1996, p. 93). Peter reconhece que tudo foi tenso e desgastante como muitas outras histórias que já ouviu.

A ACD aponta para a singularidade de sujeitos materiais, socioculturalmente situados, defende o seu papel de construtores da própria história, assumindo o papel de partícipes de uma construção intermediada por muitas vozes, entre as quais também as suas vozes (Souza E, 2007). Os diferentes atores sociais da trama, estão aí como coadjuvantes do ator principal, mesmo que a história envolva todos, importa é o que cada um faz com os fatos mais marcantes da trama.

Eis a relevância das narrativas intersexo, elas não inventam situações dramáticas; elas são a síntese do drama existencial, pesadelo inenarrável, feito de sensações

desagradáveis do muito estressante e terrível; da perda de controle da própria vida; da agonia do sangue ficar espesso; do risco de ter um derrame. Onde tudo parece perdido, inclusive e sobretudo, a própria existência e não parece haver saídas para quaisquer impasses pessoais, aprende-se a ser resiliente, inclusive nas piores condições possíveis.

A intenção de gerir a própria vida é um bom sinal de superação do evento traumático marcado pelo pensamento fatalista, pela paranoia de que todo mal se concentra por inteiro no que se passa de ruim aqui e agora, nos limites da subjetividade que se sente ameaçada, “nos limites do próprio corpo, sob a forma de uma presença invasiva, a do mal que insiste em atormentar-nos, de maneira tão mais difícil de suportar quanto nos parece privada de sentido” (Landowski, 2014, p. 14). Narrativas intersexo:

problematizam o objetivismo que até então paira no discurso acadêmico e científico para motivar outras incursões de descolonização, que questionem a produção científica, que, por séculos, defende a imparcialidade como princípio de legitimação da produção em conformidade com as epistemologias dominantes (Pereira, 2021, p. 228).

Os corpos intersexo têm uma dimensão projetiva que as motiva a tentar mudar os pontos de vista dos médicos, isto é, quando adultas as pessoas intersexo projetam um futuro promissor para as diversas formas de ser e estar no mundo; projetam-se para o ulterior, enquanto se envolvem no presente, involucrando-se na realidade com seus desafios e contradições, cientes de que ao colidir com outros corpos é que se dá o alisamento de arestas em ambas as partes, “essa área de atrito se torna uma espécie de tecido, de oposição criativa” (Cacopardo, 2018, pp. 181-182).

A história das pessoas intersexo, merece e precisa ser contada; sua revolta e rejeição em relação aos processos de normalização genital não podem ser sufocadas, entre outros motivos, por serem de interesse coletivo já que englobam considerável número de pessoas. A longa trajetória de violações em nível individual pede uma revisão, releitura e reelaboração dos fatos que têm-lhes impedido de ser sujeitos inteligíveis.

A poesia de Cassiano e a narrativa de Ray se completam quando relembram aspectos desagradáveis, por entender que detalhar toda violação moral, pormenorizar as diversas formas de abuso sofridas, é uma maneira de insubordinar-se ao controle dos corpos e permite que outros indivíduos, em circunstâncias parecidas se sintam:

autorizados a manter/ter sua corporeidade intersexual e ao mesmo tempo identificar-se com o gênero que eles sentem que são (masculino, feminino, ambos, nenhum dos dois, queer, intersexo, etc.), quando não têm seu gênero auto identificado questionado por outros com base em sua corporalidade

intersexual, quando questionam e desafiam os procedimentos da “normalização” a que foram submetidos, quando rejeitam a atribuição normativa de gênero que outros fizeram para eles, quando se tornam visíveis, audíveis e legíveis de várias outras maneiras (Amato, 2016, pp. 296-297).

Desenjaular saberes, outrora reprimidos, tem como principal motivação a consciência de fazer parte de uma coletividade, cuja retomada de sentido não pode se limitar à dimensão individual nem só às prerrogativas do grupo, ambas importantes, mas só possíveis como processos de repetitividade de fatos e discursos que, apesar de embutidos nas relações espaço temporais vão muito além do acontecimento local, influenciando e sendo influenciadas por situações globais. A vontade de:

abordar os discursos por suas falhas convém particularmente às abordagens denunciadoras que pretendem expor o inconfessável [...]. A consistência de um discurso se constrói por meio de um trabalho permanente sobre uma inconsistência múltipla; as fronteiras de um discurso nunca deixam de ser atravessadas pelo discurso que as domina” (Maingueneau, 2015, pp. 102-103).

A maneira como globalmente se definem homens e mulheres tem uma repercussão direta na forma de entender e atender as necessidades da categoria intersexo em cada contexto específico em que essas pessoas se movimentam, “assim como a categoria masculina e feminina, foi (e continuará sendo) construída de diferentes maneiras em diferentes épocas e lugares. A natureza é confusa, embora tentemos criar categorias organizadas a partir da confusão da natureza” (Dreger, 2007, p. 2).

A fixidez, como signo da diferença cultural/histórica/racial no discurso do colonialismo, é um modo de representação paradoxal: conota rigidez e ordem imutável como também desordem, degeneração e repetição (Bhabha, 2017) Novos epistemes, como os produzidos nas narrativas intersexo, têm, entre outras exigências, a repetição como algo inevitável, ela exige reviver eventos traumáticos pelos quais a pessoa passou, mas é nessa repetição que se origina a desnaturalização dos sentidos e das significações patologizantes atribuídas aos corpos e às sexualidades não cisgêneras.

O objetivo é desenjaular saberes que tornem visíveis, audíveis e legíveis os sujeitos intersexo que se repositonam no mundo a partir de sua maneira específica de compreender a aplicação da agressividade heteropatriarcal que afetou suas existências, sabendo que toda e qualquer aceitação de restrições, só poderá acontecer apelando ao medo como afeto político, o qual se desdobra no medo do exterior, do poder soberano, da desposseção produzida pelo outro e até da produzida por si mesmo (Safatle, 2015).

## 1.2 Intermittências de memória e esquecimento

Diz-se que “uma história merece ser contada se uma norma foi violada (uma norma moral ou probabilística, ou as duas coisas juntas)” (Moretti, 2009, p. 829). No caso das pessoas intersexo que tiveram muitos direitos violados, a história delas, além de merecer ser contada, exigiria o direito a pedido de indenização pelos múltiplos direitos negados, mas, como compensar alguém sexualmente violentado, destituído de sua liberdade de escolha, quando o que resta dele é o que os outros desejaram que fosse ou, pelo menos, a sua maior aproximação possível no caso a ideia de ser homem e a ideia de ser mulher.

Parafraseando Gatti (2008, p. 43) a indenização ou reparação de danos se torna obsoleta porque o corpo que foi modificado, o corpo que foi parcial ou totalmente adulterado, impede o instituto jurídico da *restitutio ad integrum*. E ainda tem mais outros empecilhos, como os longos processos burocráticos; as acareações entre a parte agressora e a vítima; as inúmeras perguntas e cansativas repetições sobre fatos de um passado que não só não apaga, como, pelo contrário, aumenta o mal-estar relativo aos traumas retidos na memória corporal feita de células sensíveis.

As cirurgias não consensuais superam qualquer violência conhecida. Durante e depois delas os corpos intersexo viram algo totalmente alheio a eles mesmos. Com o novo formato, o corpo original desaparece. O velho modo de ser não existe mais. Um novo estado de ser e estar no mundo é criado. Nesse novo eu construído, a pessoa ocupa um espaço impreciso, incerto, alheio no qual nem sempre consegue ficar à vontade.

Ela a pessoa intersexo não está exatamente entre a vida e a morte ou no limbo, mas numa experiência de duplo desmoronamento, encontra-se entre “a arquitetura moderna de identidade e a possibilidade de se representar. São duas faces da mesma catástrofe” (Gatti, 2008, p. 50). Duas faces da mesma desventura que dia após dia bate no rosto que se espelha não necessariamente nos outros e sim em si mesmo.

É salutar que o narrador acione o passado. Coloque para funcionar a memória e o esquecimento que podem entretecer a versão dos fatos numa linguagem dissidente, autobiográfica e benéfica, a qual contribui com uma nova concepção social sobre a diversidade sexual ao questionar as ficções construídas. Na revisão de fatos que o prejudicaram direta ou indiretamente, o intersexo entra em contato com perdas valiosas, algumas delas definitivas, irrecuperáveis e inelutáveis.

Percebe que tanto a memória como o esquecimento não dizem respeito simplesmente a uma experiência iniciada e concluída no passado, qual seja a da cirurgia não consensual, mas sim a algo que permanece vivo, animando os modos de ser e de pensar e as relações com os indivíduos e grupos com os quais interage no presente. Isso significa dizer que os laços sociais alimentam a memória e neles o indivíduo reexiste, se refaz apesar das muitas perdas sofridas e pelas quais não viveu qualquer luto.

Genitálias extirpadas, gônadas removidas e infâncias roubadas não voltam, apenas “confirmam que a rememoração opera sobre algo que não está presente, por isso a fragmentação de seus vestígios é inelutável” (Vecchi, 2021, p. 4). Uma constatação sobre o irreparável em relação às perdas é que traz repercussões para o presente e para o futuro não pelo poder fatídico e sim pela importância que lhe é atribuído.

Tempo, memória, lembranças e esquecimentos, fazem conexões, mas também as quebram. Lugares, pessoas e acontecimentos, a depender do grau de importância que um dia tenham tido e/ou ainda tenham, surgem como pontos luminosos ou apenas como uma vaga nebulosidade (Bergson, 2010). Os pontos brilhantes se multiplicam quando a memória se dilata diante de lembranças agradavelmente significativas.

Memória e esquecimento estão presentes no esforço interno e dinâmico que Rayo intersexo realiza ao se deparar com efeitos da violência sofrida, uma violência que se justapõe ao direito e à justiça, pois transforma e deturpa questões éticas de primeira instância, deixando em aberto uma dívida para com os direitos da criança que jamais poderá ser quitada. Mas essa parte fosca ofuscada é melhor que não apareça.

Neste sentido, é preciso que haja uma coerência entre o que se diz e o que se traz internalizado como memória, sentindo-se representado naquele discurso rememorado de tal forma que ela mantenha uma relação de partilha com aquilo que já foi introjetado nas suas estruturas. O que traz, de certa forma, uma coerência de sentido com as discussões atuais sobre a fluidez dos conceitos de gênero e sexualidade evocados numa memória pós-estruturalista pelos movimentos contra-hegemônicos (Halbwachs, 1990, p. 34).

Memória, esquecimento e trauma estão presentes na narrativa que inscreve a manipulação do corpo intersexo, a partir do discurso dominante, cuja força consiste na repetição, sempre incisiva e eficiente na estabilização da norma oficial e dos padrões tradicionais de comportamento. O discurso dominante ou das elites, ao qual a ACD faz sérios questionamentos, prevalece nas mais diversas instâncias e estruturas sociais como a família, a escola etc. Os analistas desses discursos são:

normalmente, militantes sociais, intelectuais orgânicos que formulam propostas para exercerem ações de contra-poder e contra-ideologia a situações de opressão. Ela tem se apresentado como um instrumental teórico para a análise das práticas discursivas que constroem as várias ordens sociais vigentes e como uma forma de investigação das formações discursivas que engendram as relações de poder, as representações e identidades sociais e os sistemas de conhecimento e crença (Melo, 2009, p. 9).

Por conta de que: “a memória constitui um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas” (Indursky, 2011, p. 77); ela tem familiaridade com o corpo que viaja pelo mundo, com a imagem de si que embaça, com a ferida que não fecha, com o tempo que não cura e com o medo de tudo de ruim acontecer novamente, conforme mostra a poesia a seguir.

**Gaiola** (Herrejón)<sup>6</sup>

Tenho uma familiaridade gasta,  
Com o corpo que me leva  
Nessa viagem esquisita  
Pelo mundo que embaçou  
Toda manhã quando acordo  
Eis a presença antiga  
A mesma ferida aberta  
Que o tempo não curou  
É nessa gaiola de carne  
Onde busco mostrar-me  
Através da velha grade  
Por onde posso olhar  
Tudo que passa lá fora  
Com medo de ser atingida  
Por olhares de lascívia  
Que me façam lembrar  
Fatos e rostos não queridos  
Crimes nunca punidos  
E a proteção que faltou



Porquanto deslocamentos de um evento traumático, memória e esquecimento não são facilmente identificáveis nem facilmente acessíveis. Em certos casos o esquecimento pode até ser providencial, pois, se já é complicado lidar com fragmentos, pior seria poder acessar e lidar com a totalidade, mas o não acesso à realidade não impede ninguém padecer seus efeitos. Talvez devamos aprender a lidar com o fato de que: “qualquer conhecimento já contém suas próprias ignorâncias” (Britzman, 1996, p. 91).

<sup>6</sup> A imagem que acompanha a poesia fala do processo de enjaular identidades intersexo, esta busca retratar o medo, a insegurança e a tristeza de quem passou por vivências traumáticas e se percebe aprisionado num corpo que não é dele ou no qual se sente como se estivesse em uma gaiola de carne; está disponível em: <<https://br.pinterest.com/pin/644648134176678593/>>. Último acesso 08/05/2024. O texto poético de Herrejón é inédito, deverá ser referenciado a partir desta tese.

A memória não é compreensível nem desde a busca de um modelo interpretativo, nem da abordagem psicológica, mas como sujeito histórico capaz de ser historicamente tratado deve ser lembrado e o que não deve, bem como uma decisão sobre a maneira e o propósito de lembrar-se, seja para fins puramente punitivos ou para fins de revalidar o que o passado traiu (Garzón, 2023, p. 29).

O evento traumático consiste na desapropriação de si, tem a ver com a redução de si a um corpo devastado, é um eu apagado dentro de um corpo quebrado pela perda de sentido. O trauma se gesta na tortura moral ou psicológica como evento que toca o corpo e a palavra, ponto de intersecção do humano. Na desapropriação de si, se roubam registros sem os quais parece impossível continuar vivendo. Por outro lado, a devastação que o trauma provoca é profunda, sim, mas é uma experiência transitória ou provisória:

porque há instituições com capacidade para regular desequilíbrios, competentes para garantir que a desestabilização seja seguida pela institucionalização de um novo equilíbrio de significados e fatos. Com o passar do tempo, tudo volta ao seu lugar; é assimilado, é normalizado. A morte de um próximo é um trauma; o luto, quando termina, fica resolvido, é uma instituição que permite que seja bem gerido. Tortura ou exílio, por mais profundas que sejam, também são feridas que tendem a cicatrizar. Mesmo que doa, o que é torto fica reto (Gatti, 2008, p. 28).

Ações de contra-poder e contra-ideologia são situações de opressão que acontecem em hospitais, espaços de internação e modificação corporal, instituições sanitárias públicas, cujas estruturas organizacionais são verticalizadas, com extremo controle de procedimentos e centralização de poder decisório que investem na manutenção do sistema vigente sem necessariamente escutar o paciente intersexo.

A devastação provocada pelo sofrimento nesses espaços, antes ou depois é superada, graças ao esquecimento que funciona como inibidor de tensões para preservar a saúde e o equilíbrio mental. A necessidade de driblar perigos e ameaças influi na maneira de elaborar a própria narrativa, sabendo que: “a memória parte do presente, de um presente ávido pelo passado, cuja percepção é a apropriação veemente do que nós sabemos que não nos pertence mais” (Bosi, 2003, p. 20).

Esse tempo e espaço que não nos pertence mais está carregado de traços de supremacia patriarcal na regência dos corpos e das sexualidades, principalmente em resposta aos interesses e princípios mais conservadores e, na mesma proporção, tem dificuldade de abrir-se às novas concepções e perspectivas que se contrapõem ao estado de vigilância contínua nos diversos ambientes de interação social.

O poder disciplinar é aquele que se materializa em noções e conceitos que configuram um controle social que se efetiva por meio de normas e regras, com

intervenções pontuais que incluem atitudes de inspeção, restrição, vigilância, controle e punição, fazendo funcionar os membros de um determinado grupo ou categoria, de acordo com as relações de poder-saber que produzem uma série de verdades que se aplicam ao sujeito sujeitado por práticas e discursos disciplinares que atrofiam sua mente.

É assim que são podadas algumas existências, impondo nelas as preferências comportamentais, estereotipadas de gênero e sexualidade, a partir de um conceito de normatividade que foi concebido no imaginário mais conservador e repressivo que existe, aquele que exige que todos caibam na mesma camisa de força, discriminando ou excluindo os menos condizentes, enxergando-os como corpos passíveis de correções, corpos ajustáveis aos regramentos baseados na moralidade.

#### **Alienação** (Ana)<sup>7</sup>

Nasci com genitália ambígua, meu clitóris era hyper desenvolvido e não tinha canal vaginal visível (a vagina e a uretra estavam no mesmo canal), as coisas ficaram complexas. Depois de ver que eu nasci com genitália diferente, os médicos fizeram estudos e entenderam que eu nasci com HAC perda de sal, fizeram um exame de cariótipo que mostrou que meus cromossomos são XX e me designaram menina. Todo o tempo que estive no hospital, no meu primeiro mês de vida, eu só podia ver minha mãe uma vez por dia para que ela pudesse me amamentar. A partir daí o hospital tornou-se uma segunda casa para mim, pois ali passei grande parte dos primeiros anos da minha vida. Continuei a crescer e os médicos determinaram que várias mudanças tivessem que ser feitas no meu corpo. Aos três anos de idade fizeram o que chamam de reconstrução vaginal e de clitoroplastia, cirurgia que dura em torno de sete a oito horas. Pouco tempo depois me fizeram uma colostomia. Incomodava-me ser observada por vários médicos estagiários e estudantes.



Pesquisas e produções teóricas dos “analistas críticos do discurso pretendem mostrar o modo como as práticas linguístico-discursivas estão imbricadas com as estruturas sociopolíticas mais abrangentes de poder e dominação” (Kress, 1990, p. 85), esse é um dos aspectos que vemos na narrativa de Ana, pois “o abuso profanador da pulsão é difícil de captar, já que ele se dá numa esfera que escapa à consciência e cuja

---

<sup>7</sup> Ana compartilhou sua história de vida em 19 de agosto de 2022 na Brújula Intersexual, a versão original pode ser lida na íntegra no site: <<https://brujulaintersexual.org/2022/08/19/vida-pagina-ana-ma/>>. Último acesso, 11/12/2022. A imagem dialoga com a alienação materna, está do link: <<https://br.pinterest.com/pin/4011087165471525/>>. Último acesso 09/05/2024.

experiência é anestesiada no modo de subjetivação hegemônico, sob o feitiço da sedução perversa que captura as subjetividades” (Rolnik, 2019, p. 115).

O fato de Ana dizer que nasceu com genitália ambígua, que o seu clitóris era hyper desenvolvido e não tinha canal vaginal visível (a vagina e a uretra estavam no mesmo canal), e que as coisas ficaram complexas, dá a impressão de haver uma adesão por parte dela ao modelo hegemônico de entender a sexualidade. Assimila-se o discurso dominante no uso da linguagem e no tom apreensivo, a narradora adere a ideia de ser um problema não ter um sexo 100% definido, como se o tamanho do pênis e do clitóris determinassem a qualidade da relação sexual.

A hipervirilização clitoriana guarda um histórico constrangedor que vai muito além da dimensão estética. O clitóris já foi considerado a causa de histeria, ninfomania atribuídas à compulsão masturbatória; distúrbios que ao retirar os clitóris supostamente ficariam resolvidos. O volume avantajado do clitóris não é necessariamente a causa das hipertrofias clitorianas nem das outras anomalias sexuais.

Assim como não foi a disfunção erétil nem o vaginismo a provocarem a invenção do vibrador e do pegging e outros brinquedos eróticos disponíveis no mercado, também o o volume do clitóris não é o motivo justificador das mutilações. Quando o volume for motivo de incômodo no ato sexual, acompanhado ou não de distúrbios psicológicos, as mesmas mulheres buscam ajuda de ginecologistas e endocrinologistas.

A iniciativa parte das mesmas adultas interessadas que são encaminhadas para realizar cirurgias com as quais elas estejam de acordo e se sintam confortáveis. A liberdade de escolha faz a diferença em relação à autonomia e aos resultados que se assumem diante dos perigos reais à saúde física e à estabilidade psicoemocional. Não se equipara a escolha de uma mulher adulta com a imposição sobre uma bebé.

Os epistemes intersexo constroem e reconstroem novas quebras de paradigmas opressivos que afetam os corpos mais vulneráveis dentro do amplo leque das dissidências sexuais porque, fora o choro, aos dois meses de idade, as vítimas não podem ainda verbalizar quaisquer incômodos. Se pudessem falar, diriam que não deve se reduzir o “corpo ao constructo biológico, esquecendo que ele é concomitantemente (re)construído em nossas relações sociais” (Teixeira & Magnabosco, 2010, p. 34).

Nesse viés, o poema da jaula de carne se completa com a narrativa de Ana, especialmente nesse atravessamento da sociabilidade e no que tange aos três anos de idade, um atravessamento importante também por conta de acentuar o estado de desamparo em que se encontrava a vulnerável. Um registro sobre a gravidade de submetê-la a várias cirurgias longas, não consensuais e de alto risco.

O uso de termos técnicos evidencia a relação entre linguagem, gênero, sexualidade e o poder vigente; confirma a relação entre discurso e corpo, a qual não é determinista, nem unidirecional e sim uma relação de construção (King, 2016). Nessa relação não deveria haver lugar para hierarquias e preconceitos sobre pênis não apumados ou clitóris avantajados. Cirurgias da genitália quando e se forem necessárias, deverão ser feitas com o consentimento esclarecido da pessoa intersexo na fase adulta e nunca na infância. O projeto de lei n. 5,683/2023 diz que:

Muitas condições intersexo são geralmente detectadas no nascimento ou mais cedo durante os testes pré-natais, outras só podem tornar-se aparentes na puberdade ou mais tarde na vida. Tais variações, em sua maioria, não geram prejuízo à qualidade de vida da pessoa intersexo e não necessitam de correções cirúrgicas. Embora as pessoas intersexo possam enfrentar vários problemas, as Mutilações Genitais Infantis estão entre os mais graves e urgentes (PL 5,658, 2003, p. 3).

A clitoroplastia para o avantajado clitóris da menina, a determinação por parte dos médicos de extirpar o seu clitóris, corresponde a uma verdade estanque, a um axioma inamovível e incontestado que, entre outras coisas, impede aos especialistas desconfiar do próprio preconceito, construído na interpretação limitada e limitante de um saber teórico científico, classificatório; voltado exclusivamente para a fixidez de uma ideia binária.

O cariótipo 46 XX é insuficiência do cortisol que pode provocar excesso de secreção de andrógenos e ambiguidade genital; a exposição excessiva aos andrógenos explica a virilização da genitália externa aumenta o clitóris. O tratamento não contempla a cirurgia e sim suprir deficiências hormonais, corrigir o distúrbio hidroeletrolítico que consiste na perda de sal e água, evitar a crise adrenal, controlar a quantidade de andrógenos e realizar a reposição dos hormônios que o corpo não produz.

Apontam-se significados que refletem o peso do discurso cisnormativo no controle dos corpos intersexo pouco se importando com suas reais necessidades que, no que tange à sua corporeidade, esta é sequestrada na forma de alienação parental e retenção

no ambiente hospitalar que, como afirma Ana, a partir do primeiro mês de vida tornou-se uma segunda casa para ela, pois ali passou grande parte dos primeiros anos da sua vida.

Em sociedades nas quais o sujeito social tradicionalmente definido como homogêneo foi re-descrito em termos de sua natureza fragmentada, processual, discursiva e performativa (Moita Lopes, 2002; 2008), não parece fazer mais sentido realizar pesquisa com base em teorias que o descorporificam e essencializam, apagando sua história, classe social, gênero, desejo, raça, etnia etc. ou mantendo-o em espaços fechados e previamente determinados (Moita Lopes, 2009, p. 37).

A cisnormatividade se imiscui nas relações familiares, prejudicando a rotina na relação mãe-filha, retendo a bebê no hospital no seu primeiro mês de vida, que podem se ver uma só vez por dia para amamentar. Sacrificam-se as relações familiares; desvirtuam-se e alteram-se questões afetivas em favor dos interesses da medicina, pois são os médicos que decidem como e porque fazer uma colostomia na bebê.

Quando crescer estará diante de um profissional da escuta, contando-lhe sua história, traumas e decepções. O profissional achará difícil distinguir entre o adulto que o procurou e a criança, cuja tragédia está sendo narrada, essa criança “que sequer tinha ideia do que estava acontecendo com ela, e que jamais pôde opinar ou decidir sobre o que foi feito com seu corpo, e conseqüentemente, sua existência” (Herrera, 2023, p. 10).

O fato de a bebê praticamente morar no hospital fez aos médicos se sentirem autorizados a fazer com a vulnerável o que convinha aos experimentos e pesquisas. A internação de Ana com apenas um mês de idade foi um erro grave de alienação da mãe. Enquanto os médicos dispunham em tempo integral do indefeso corpo, mantendo-o sob observação como objeto de estudo, mãe e filha só se encontravam uma vez por dia.

O caminho estava sempre livre, sem interdição alguma. Ninguém, nem sequer a mãe sabia o que faziam ou deixavam de fazer os médicos, não consta que ela interferisse nas suas decisões e ações, talvez porque nem se inteirou-se dos constrangimentos, incômodos e outros sofrimentos que a filha relataria muito mais tarde.

Na ACD se aprende que incluir e excluir informações ou pessoas não são ações inocentes, pelo que eliminar a mãe, isto é, mantê-la o dia todo afastada do ambiente hospitalar e da filha, beneficia a instituição e seus pesquisadores, mas afeta o sujeito mãe e o sujeito filha, com o sequestro dos seus afetos, confidências, olhares, brincadeiras, cheiro, respiração, alento na hora do choro e da estranheza inicial de todo recém-nascido. A bebê sofreu desamparo na fase de maior vulnerabilidade.

Não consta que a mãe tenha estado nas sessões de olhares masculinos, urubuzando as partes íntimas da bebé “excêntrica”, tratada como uma raridade a ser mostrada para o público curioso, sempre ávido de novidade, é assim que Ana expressa no solilóquio, no ‘não dito’ que guarda só para si. Mas o que ela cala também torna identificável sua genuína e peculiar subjetividade que, sem nada dizer, pode gerar um nó no sistema, como a maioria dos corpos intersexo pode fazer em fases avançadas de maturidade e discernimento sobre as perdas materiais e imateriais que sofreu.

Diz a expressão popular que ‘olhar não tira pedaço’, mas um olhar inadequado tira o essencial que é a confiança, a inocência e o senso de segurança. Se a moça intersexo se sentia incomodada ao ser sempre observada por vários médicos estagiários e estudantes, algum motivo deve haver tido, embora a ciência médica não se preocupe com questões subjetivas; o incômodo permanente sob a observação contínua dos machos não é frescura; olhar fixamente de maneira invasiva é assédio sexual. A manifestação de assédio pode acontecer em qualquer lugar e idade.

Basta que os olhares, lascivos ou não, deixem desconfortável à pessoa que está sendo objeto de atenção exagerada para dizer que essa atitude é inadequada. Não precisa existir uma vontade ou intencionalidade sexual, explicitamente manifesta, para configurar o comportamento de assédio sexual, por isso deveria se ter mais consideração e atenção com a sensibilidade de bebês, crianças e pessoas especiais ou em estado de maior vulnerabilidade. O fato de que a prática está à frente da:

teoria nos interpela sobre a adequação de nossos modos de fazer pesquisa (tanto do ponto de vista teórico como metodológico) em vista de nossas sociedades que estão experimentando mudanças rápidas e requerendo modos alternativos para responder a tais mudanças. O ponto crucial é quão relevante e pertinente são os instrumentos teóricos e metodológicos que usamos para lidar com pesquisa aplicada em tais sociedades ou em pesquisa que, de uma forma ou de outra, quer falar às práticas sociais contemporâneas, nas quais nossas vidas privadas e públicas foram alteradas (Moita Lopes, 2009, p. 37).

Submetida aos procedimentos de normalidade, a criança intersexo passa por experiências múltiplas de abandono sob práticas médicas que obedecem a conceitos estacionários que patologizam as variações não binárias. Sob desculpa de preservá-la do preconceito social, as autoridades médicas a constroem com longos períodos de retenção hospitalar, submetendo-a a experimentação e vigilância frequentes com excessiva exposição e invasão de privacidade.

### 1.3 À beira do desconhecido

Confinados na infosfera, esfera da informação, estamos no meio de uma transição entre a era das coisas e a era das não coisas; um mundo cada vez mais intangível, nublado e espectral, no qual quase nada é sólido, e essa não solidez tem repercussões não só com as corporeidades e sim com a linguagem, os discursos que se produzem de maneira hodierna por meio dela “não se desenvolvem em total isolamento do clima intelectual geral do período ou das atitudes particulares mantidas pela sociedade que promove a atividade científica” (Koerner, 1996, p. 57).

Uma sociedade em que a informação e não o conhecimento é o que determina as relações, a energia libidinal se desloca das coisas às não coisas, e a consequência mais imediata disso é a compulsão de armazenar informação. Tornamo-nos fetichistas, adictos, dependentes da informação e dados que nem sempre aproveitamos a nosso favor ou sobre em favor das pessoas à nossa volta, pelo que cabe perguntar: Em que medida, a imensa pluralidade de informações soltas, pode ajudar a promover a alteridade em contextos que nos isolam sempre mais uns dos outros?

Em que medida as montanhas de dados que recebemos, produzimos e imediatamente compartilhamos com os outros, podem favorecer o encontro das diferenças de gênero e sexualidade e gerar novas epistemologias e melhores perspectivas quanto à vida em sociedade? Não podendo fugir dessa realidade, esperamos aprendermos a “captar, de forma mais ampla, a complexidade envolvida nos fenômenos sociais e seus desdobramentos políticos” (Fabrício, 2006, p. 58).

O excesso de informação, a pobreza e muitas vezes a ausência de conhecimento, elimina laços duradouros, nos empurra para o consumo compulsivo de tudo que é descartável. E como todos participamos, em maior ou menor proporção, tanto do consumo, quanto da produção de informação e não de conhecimento, e ambas as atividades tiram a materialidade rebelde das coisas, eliminam sua resistência e multiplicam o egocentrismo por meio de grillhões invisíveis, as palavras destacadas do mundo material não sustentam as representações (Barad, 2017).

Discursos legitimados como os da cisnormatividade: “por sua vez, refletem e refratam, através da regularidade de uma prática, a vontade de verdade de uma “comunidade científica”, seja como uma disciplina ou como uma doutrina” (Costa H, 2011,

p. 140), também como prática disciplinadora dos corpos, como a aplicada aos corpos intersexo; daí afirmar que “a LA seria um mediador entre descrições teóricas e atividades práticas diversas” (Celani, 1992, p. 18).

Teoria e prática nem sempre andam juntas na tarefa de separar o mundo em domínios que se descrevem como ontologicamente desarticulados de palavras e coisas, quando, na verdade, é necessária a ligação entre elas para que o conhecimento seja possível, mas o discurso unilateral dominante “sempre foi justificado pela noção de que existe um jeito certo de estar aqui na terra, certa verdade ou uma concepção de verdade, que guiaria muitas das escolhas feitas em diferentes períodos da história” (Krenak, 2020, p. 8). Nesse sentido o epistemicídio tem sido:

mais vasto que o genocídio porque ocorreu sempre que se pretendeu subalternizar, subordinar, marginalizar, ou ilegalizar práticas e grupos sociais que podiam ameaçar a expansão capitalista ou, durante boa parte do nosso século, a expansão comunista (neste domínio tão moderno quanto a capitalista); e também porque ocorreu tanto no espaço periférico, extra europeu e extra-norte-americano do sistema mundial, como no espaço central europeu e norte-americano, contra os trabalhadores, os índios, os negros, as mulheres e as minorias em geral (étnicas, religiosas, sexuais) (Santos B., 1995, p. 328).

O que mais acontece na sociedade majoritariamente patriarcal é a prática de inúmeros epistemicídios ao menosprezar os valiosos epistemes de indivíduos e coletivos subalternizados, ao impregnar o saber oficial com “a objetificação dos corpos, a desumanização do sujeito das comunidades tradicionais, e na maioria das vezes, a usurpação dos saberes que, ao chegarem à Academia, tornam-se ciência do “branco” ou folclore” (Quintiliano, 2019, p. 13).

O processo de destituição da racionalidade, capacidade de produzir conhecimento de relevância sociocultural por parte do outro, tem sido o *modus operandi* do empreendimento colonial, “da visão civilizatória que o informou, e que alcançará a sua formulação plena no racialismo do século XIX” (Carneiro, 2005, p. 96). A versão limitada e limitante sobre o evento colonial ganhou força desproporcional também no tratamento dos sexos. Os considerados socialmente inadequados produzem discursos que não ganham visibilidade e são censurados.

O hetero sistema é insaciável, não se satisfaz em prender o colonizado subalterno nas suas redes, nem se limita a esvaziar o seu cérebro de toda forma e de todo conteúdo; pelo contrário, dominado “por uma espécie de perversão da lógica, ele se orienta para o passado do povo oprimido e o distorce, desfigura, aniquila” (Fanon, 2005, pp. 243-244).

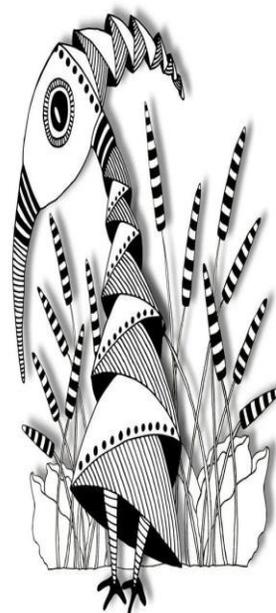
O discurso canibalíssimo que parecia ter sido sepultado, está vivo, mas não vale a pena perder tempo negando o legado europeu:

ou questionando a validade de teorias pelo simples fato de serem importadas – não, ao contrário: devemos nos aproveitar dos recursos já existentes. O que importa é mantermos a vigilância crítica não só da validade de teorias e discursos poderosos a nossos contextos locais, mas também da própria coerência interna dessas teorias. E assumirmos a ousadia de propor novas e diferentes reflexões (Resende, 2010, p. 194).

O colonialismo pode ter sido superado, mas a colonialidade, o lado mais obscuro da história (Ballestrin, 2013), a mais violenta forma de domínio e apropriação do outro, usurpadora de identidades, valores e saberes culturais, continua viva e muito forte, dando ênfase à propagação de um saber hegemônico, cuja máxima expressão se manifesta nas relações de poder que tem como fim último o voraz consumo e aniquilamento do outro e tudo que ele representa.

**Canibalismo** (Anzaldúa)<sup>8</sup>

Este é o nosso costume  
 O consumo  
 Das pessoas a quem amamos.  
 Tabu carne: intumescida  
 Genitália mamilos  
 Escroto a vulva  
 As solas dos pés  
 As palmas das mãos  
 Fígado e coração saborosos.  
 O Canibalismo é uma benção.  
 Eu vou usar seu maxilar  
 Em volta do pescoço  
 Ouvir suas vértebras  
 Osso por osso  
 Dançando no meu pulso.  
 Seus dedos num cinto  
 Em torno da cintura  
 Num abraço íntimo.  
 Sobre o meu coração  
 Um broche com um cacho do seu cabelo.  
 Noites eu dormirei embalando  
 Seu esqueleto aafiando  
 Os meus dentes no seu sorriso desdentado.  
 Aos domingos, missa e comunhão,  
 Aí então colocarei suas relíquias para repousar.



<sup>8</sup> Anzaldúa é autora de “canção do canibal” e mais dois poemas que Micheliny Verunschik posta na íntegra em 13 de outubro de 2013 no site moça rara <<https://musarara.com.br/tres-poemas-de-gloria-anzaldua>>. Último acesso 10/05/2020. A imagem que acompanha a poesia canção de Anzaldúa se encontra disponível na Pinterest: <<https://br.pinterest.com/pin/247979523219368817/>>. Último acesso 09/05/2024.

A apropriação indevida de riquezas materiais e imateriais dos povos subalternizados, continua sendo possível graças à disseminação de ideias neoliberais e ao controle do pensamento social baseado no acúmulo e não na distribuição de riquezas, por meio de discursos que conferem a um único domínio o direito de tutelar as coisas, mas também os corpos, as sexualidades, os gêneros e os desejos, decidindo sobre eles a partir de uma lógica que não os representa.

Quando eu perguntava sobre o fato cirúrgico após tê-lo descoberto, eu percebia que não havia condições de meus pais revelar algo sobre isso e, diante de minha insistência, uma das frases que a minha mãe me falou foi: “os médicos estudam por seis anos, fazem residência, especialização, por isso eles sabem mais do que nós (Vieira, 2013, p. 38).

É assim que funcionam os epistemicídios e a apropriação indevida do conhecimento, o especialista sabe tudo, para isso estuda ao longo de muitos anos, aos pacientes às famílias cabe acatar suas orientações e se adequar às suas determinações, fazem parte da “hegemonia da estrutura social inteligível e consagrada ao negar a existência de subjetividades que possam contestá-la ou propor reformulações menos violentas para o seu existir” (Eugenio, 2018, p. 132).

O poema de Anzaldúa evidencia a prática de arrancar partes do outro a partir de um apetite voraz que desconhece limites. O poder saber é voraz e viciante; poder administra-lo, ostenta-lo, impô-lo nos outros vira uma droga difícil de largar, exalta o ego e a vaidade dos detentores que vivem voltados para si próprios e não para o maior bem da sociedade, quanto menos para o bem-estar dos membros mais vulnerabilizados.

Medidas relativas às crianças intersexo devem ser guiadas pelo princípio de que quaisquer ações relacionadas aos seus corpos e às suas genitálias devem assegurar o direito à dignidade humana; nada fazendo contra sua vontade ou que ameace “os direitos sexuais reprodutivos; o direito de estar livre de tortura e maus-tratos; além do direito à autonomia” (Sandrine, 2023, p. 22).

A poesia de Anzaldúa e a narrativa de Yela se completam como práticas discursivas limitadoras de fronteiras; revelam que a historicidade material é restritiva e excludente nas práticas regulatórias como fatores determinantes no processo que efetiva a interdição; elas deixam em evidência a implicação recíproca entre materialidade e discursividade nas regulações sobre corpo e sexualidade.

**Pânico** (Yela)<sup>9</sup>

Ele me forçou a me despír completamente e deitar sob um lençol com as pernas nos estribos. Meu médico nunca teria feito isso, eu poderia apenas sentar em um banco com minhas roupas e expor a área necessária. Foi desconcertante. Ele colocou as mãos na minha bunda e me puxou para baixo, administrou os hormônios e foi extremamente doloroso, eu chorei. Nunca doeu antes. Ele examinou meus órgãos genitais, seu rosto estava muito próximo, eu podia sentir sua respiração em meus genitais. Meu médico nunca teria feito isso, nem mesmo na única vez em que precisei de um exame genital. Comecei a entrar em pânico. Eu estava paralisada e não conseguia me mexer, tinha dificuldade para respirar e comecei a ver pontos pretos. Então ele colocou os dedos dentro de mim e os moveu de um lado para o outro. Ele me perguntou se eu estava arrependida, se eu tinha gostado. O sorriso dele era muito assustador. Eu não conseguia responder, não conseguia respirar. Ele se levantou e me disse para levantar e me vestir. Então eu tive que pagar a ele. Levei muitos anos para perceber que isso tinha sido um estupro.



A narrativa intersexo produz epistemes na descrição das relações e instituições mais diversas, entre as quais: a relação médico-paciente no ambiente hospitalar, na qual acontece de tudo e há algo sempre novo para nos surpreender, como por exemplo, o uso da força para a jovem paciente se despír completamente e deitar sob um lençol com as pernas nos estribos, exerce um efeito paralisante na construção das significações individuais e coletivas sobre as relações de poder.

Não são poucas as iniciativas nem poucas as razões que o movimento intersexo tem apresentado dentro e fora do Brasil sobre a necessidade de discutir a integridade corporal e a saúde psicológica da pessoa intersexo, a qual “não pode estar atrelada a uma prática brutal de cirurgia “normalizadora”. A diversidade corporal precisa ser respeitada” (Pires, 2023, p. 71). Alguns médicos saem das caixinhas binárias, sob cujos critérios foram treinados para exercer sua profissão, mas, os relatos intersexo, nos levam a acreditar que a maioria deles persiste em pensar e tratar o paciente como inferior, especialmente quando carece de adequação aos padrões binários. A violência social:

é uma experiência comum relatada por muitas pessoas intersexo que acompanho no espaço da psicoterapia. É necessário cuidar da saúde de forma integral,

<sup>9</sup> Yela é o nome fictício dado a esta narrativa publicada na página 69 da coletânea #MiHistóriaIntersexo onde pode ser lida a versão íntegra da narrativa na língua original: <[https://oiieurope.org/wp-content/uploads/2022/02/MiHistorialnter\\_ES.pdf](https://oiieurope.org/wp-content/uploads/2022/02/MiHistorialnter_ES.pdf)>. Último acesso 22 de abril de 2023. A imagem que expressa a desolação de quem passa por abusos como o narrado acima, se encontra disponível em: <<https://br.pinterest.com/pin/57491332738052777/>>. Último acesso 09/05/2024.

incluindo a família e, especialmente, considerando a participação ativa da pessoa intersexo no seu próprio processo de saúde-doença-cuidado (Canguçu-Campinho, 2023, p. 90).

A narradora intersexo, apesar de ter familiaridade com os médicos e com o que se passa dentro da instituição hospitalar, descobre que não estava preparada para lidar com encadeamentos e subterfúgios por trás dos discursos. Acha desconcertante a atitude do novo médico porque contrasta com a maneira de agir do médico que normalmente a atende. Os contrastes levam Yela a evocar a simplicidade do médico habitual que usava um banco, proporcionava respeito e segurança, a examinava com roupas, garantindo limites e ética profissional, expunha apenas a área necessária.

Tanto as falas quanto os silêncios fazem parte das concepções socioculturais ideológicas que circulam sobre o crime de estupro que não se dá unicamente no ambiente hospitalar nem se limitam à relação médico-paciente, no entanto, as omissões a respeito desse abuso são ditadas pela formação ideológica dominante que está à base da estrutura dessa instituição que vai desde seus alicerces sobre os quais se assentam as suas estruturas internas e externas. É fundamental:

explicar as normativas no atendimento hospitalar às pessoas que buscam o serviço de saúde logo na primeira infância e assinalar as normativas na qualificação administrativas porque existe um consenso que está presente no direito nacional e internacional, na saúde coletiva e na interseção [...] em torno dos direitos humanos. As intervenções eletivas médicas nos bebês e crianças intersexo trazem consequências psicológicas. Insistir na Resolução é manter o enquadramento social que busca mutilar a integridade física das crianças, sendo isso uma decisão médica e política muito equivocada (Pires, 2023, p. 71).

Os silêncios intersexo são feitos do pânico que paralisa, impedindo a vítima se mexer e respirar. O medo intenso faz Yela ver pontos pretos e não conseguir responder. Relações assimétricas, enquanto produtos e efeitos da cisnormatividade no ambiente hospitalar mostram que “as construções científicas não são universais e sim locais, contingentes e provisórias” (Silva F, 2012, p. 55), são passíveis de contestação contundente e constante, pois o bom senso diz que:

nunca há pontos de partida absolutamente certos, nem problemas definitivamente resolvidos; afirma que o pensamento nunca avança em linha reta, pois toda a verdade parcial só assume sua verdadeira significação por seu lugar no conjunto da mesma forma que o conjunto só pode ser conhecido pelo progresso no conhecimento das verdades parciais (Goldmann, 1991, pp. 5-6).

A gramática contida nas narrativas intersexo pretende mover as estruturas metanarrativas, construídas em areias movediças, constituídas de verdades rígidas e

incontestes a força de repetições constantes. É através de novas narrativas que serão desvendados os interesses por trás dos absolutismos, os quais amarram e pretendem manter eternamente amarrados os corpos intersexo ao velho pelourinho heterossexual, que os exhibe em praça pública e castiga sem piedade.

O machismo diluído por toda parte, paralisa e silencia suas vítimas com o seu sorriso assustador, colocando os dedos dentro da vítima, movendo-os de um lado para outro de maneira cínica e ainda pergunta se ela está arrependida ou gostou do ato devasso, mandando-a levantar-se, vestir-se e pagar a consulta. O medo impera, regula e censura a percepção e a fala das vítimas, é por isso que só muitos anos depois Yela percebe que o ato obsceno do médico foi um estupro.

Trazendo o crime de estupro para a análise crítica da linguagem, vemos que tanto os silêncios quanto os sentidos dos discursos, produzidos ao longo do processo de subjugação da vítima, são administrados a partir dos interesses do polo mais forte da relação médico-paciente. O processo de silenciamento que envolve o crime de estupro é orquestrado não só pelo médico e sim pelo sistema que ampara e protege sua profissão, causando a subnotificação dessa conduta.

Não consta se a paciente intersexo deu queixa ou não, nem se o médico foi punido ou não pelo crime, mas os motivos da subnotificação são o temor da vítima sofrer revitimização ao ser conduzida formalmente às instâncias de controle social, como a Polícia, o Ministério Público e a Justiça (Câmara, 2008), que, independentemente de administradas por homens ou mulheres, funcionam nos moldes androcêntricos, intimidando e julgando a vítima, em vez de ajudá-la.

Assim, o crime de estupro intersexo se torna invisível, envolto no silêncio fundador que se integra à passiva omissão da instituição hospitalar. Passividade acatada pela maioria da população que adere à livre escolha da vítima não denunciar algo que se submete à censura para não vazarem dados e especificidades sobre suas vítimas e agressores, impossibilitando a adoção de medidas efetivas que possam prevenir a multiplicação desse tipo de ocorrências (Reckziegel, 2022).

Um dos elementos centrais da análise discursiva, desenvolvida nessa narrativa específica é o silenciamento, intenção e finalidade contida nos gestos e termos agressivos do médico que deixam a vítima sem ação, sem condições sequer para

respirar. O silêncio, enquanto elemento teórico da análise de discurso, pode assumir diversos sentidos e não simplesmente o sentido de alguém se calar, deixar de falar e expressar verbalmente; vai além da verbalização dos fatos.

É crucial abrir a pesquisa para vozes alternativas de modo que seja possível revigorar a vida social ou construí-la por meio de outras narrativas, aquelas normalmente apagadas no decorrer da modernidade, como as dos pobres, mulheres, indígenas, negros, homossexuais etc. Essas vozes podem não somente apresentar alternativas para compreender o mundo contemporâneo, mas também podem colaborar na produção de uma agenda anti-hegemônica ou na construção de novos esquemas de politização, como diz Foucault (1979, p. 19). Ou seja, novamente volto à questão de que fazer pesquisa no nosso campo deve ser teorizado lado a lado com a ação política (Moita Lopes, 2009, p. 37).

O estupro no ambiente hospitalar faz parte da produção e divulgação maciça de preconceitos que integram o discurso heteronormativo. Só depois de superarem o impacto do abuso, as vítimas intersexo produzem narrativas para além da dimensão emotivo-catártica, com as quais nasce uma gramática operante, capaz de produzir “outras epistemologias, outras referências que não aquelas que aprendemos a ver como “verdadeiras”” (Pelúcio, 2012, p. 399).

com o objetivo de inaugurar novas possibilidades para a vida social mesmo que elas não sejam mais do que possibilidades emergentes, que possam de alguma forma questionar práticas sociais naturalizadas e, principalmente, colaborar na construção de alternativas para o sofrimento humano (Moita Lopes, 2009, p. 38).

Além das pessoas intersexo, cujas narrativas contribuem com a compreensão do sofrimento humano, penso em Frida Khalo que tinha todos os motivos para ficar prostrada definhando lentamente numa cama hospitalar, depois de ter sido atravessada por uma barra de ferro que despedaçou sua coluna, destruiu os seus órgãos internos e quadris etc., no meio do aparente fracasso ela se reergueu, fez do sofrimento físico e moral um gerador de narrativas de inspiração mundial porque assim decidiu lidar com o fracasso.

Um aspecto importante do discurso colonial é sua dependência do conceito de “fixidez” na construção ideológica da alteridade. Essa fixidez do lonialismo é um modo de representação paradoxal (Bhabha, 2007). As formações discursivas têm no silêncio o seu ponto de apoio ou sustentação, atribuindo pesos e significados específicos às crenças de acordo com a constituição do indivíduo, mas é a saída do silenciamento que tira a vítima da beira do desconhecido, fazendo-a irromper na compreensão da materialidade e dimensão simbólica das novas epistemologias, favoráveis à reificação da identidade intersexo, com tudo que ela implica em termos de reconhecimento social.

#### 1.4 Discursos e saberes médicos

Embora o reconhecimento da identidade de gênero se encontre ligada à ideia, segundo a qual o sexo e o gênero devem ser percebidos como parte de uma construção identitária que resulta da decisão livre e autônoma de cada pessoa, sem que deva estar sujeita à sua genitália, os discursos e práticas médicas discriminam os corpos que não atendem às expectativas sociais sobre o que é ser homem ou mulher, o que justifica a precisão de ajustá-los à ordem hegemônica.

Alinhado ao discurso patriarcal, o médico mantém estreitos vínculos com outros regimes de legitimidade e autenticidade, como a cisnormatividade, um poder disciplinar que, por mais críticas e questionamentos que receba, não se deixa perturbar, mantém-se inabalável. “Como os estudiosos trans demonstraram convincentemente, o cissexismo é tão cristalizado e dado como certo que é difícil de desafiar” (Hall *et all*, 2021, p. 7).

Os mais afetados são os corpos intersexo, submetidos a procedimentos cirúrgicos antes de terem condições de fazer uso da palavra. Em função disso, os ideais da cisgeneridade: “têm sido questionados e reescritos, principalmente aqueles referentes à definição do sujeito social como homogêneo, trazendo à tona seus atravessamentos identitários, construídos no discurso” (Moita Lopes, 2006, p. 22).

É por isso que: “a maior preocupação epistemológica e analítica da LQ é analisar como a linguagem é utilizada para sustentar ou desafiar a cisheteronormatividade” (Lau e Borba, 2019, p. 13). Por meio de questionamentos à dominância heterossexual na origem, intencionalidade e efeitos das violências que se praticam de forma velada contra os corpos, especialmente “nos casos de mudança de sexos registrados desde o início do século XX” (Oliveira A, 2015, p. 7). Prática que não tem deixado de acontecer.

Desde então, o poder médico se converte em uma ambiguidade indiscutível; por um lado é um poder-dever que demonstra zelo, preocupação com o bem-estar dos pacientes; por outro lado é um poder disciplinar que se apropria dos corpos intersexo, por meio de práticas irreversíveis, que visam adaptá-los ao modelo binário, visto como o único capaz de os proteger da rejeição social, especialmente da prática, amplamente sofrida no ambiente escolar, chamada *bullying*.

A LA, Fabrício (2006, p. 47), argumenta que: “está em operação um campo de forças plurais que entrelaça uma série de novos significados, modos de produção de

sentido, práticas, técnicas, instituições, procedimentos de subjetivação e relações discursivas”, que problematizam, questionam e abertamente se opõem à utilização de explicações superficiais em relação aos corpos que não se enquadram ou identificam com o modelo sexual hegemônico.

Forças plurais trazem novos significados ao se opor às práticas estigmatizantes, mostrando que o que para a medicina é criar, para as pessoas intersexo é destruir; o que para os cirurgiões é um genital corrigido, para as pessoas intersexo é um genital irremediavelmente estragado (Kessler, 1996), o que para as equipes médicas é um corpo transformado, para as pessoas intersexo é um remedo ou coisa artificial com a qual são obrigadas a conviver.

**Marcas**<sup>10</sup> (Cabral, 2003, p. 124)

**Levo as** marcas de suas ideias sobre o gênero e a sexualidade gravadas no corpo para sempre. Convivo com elas todos os dias, elas formam parte da paisagem cotidiana da minha pele, estão aí para serem questionadas cada vez que tiro a roupa, mas respondem com o silêncio da insensibilidade que sua prática instalou na minha experiência íntima do que é corporal.



Pacientes intersexo, como Cabral, tiveram a vida parcial e/ou totalmente comprometida, voltada quase única e exclusivamente para cuidar das sequelas dos tratamentos e intervenções cirúrgicas. Infecções urinárias, distúrbios digestivos, dor neuropática, mau cheiro e vazamentos de líquidos na região genital, incontinência urinária, além de dor nas áreas de onde foi retirado tecido para as cirurgias, e essas são apenas alguns dos efeitos das cirurgias (Narváez, 2023).

Toda modificação corporal não consentida, é uma violação restritiva de direitos, que visa à homogeneização das sexualidades, reduzindo-as a categorias estanques, simplesmente porque: “a maioria das sociedades pretere a diversidade -tomada como deformação- em favor de um sistema sexual binário” (Santos A, 2013, p. 3). A vigência dessas práticas confirma que toda ideia de:

reconstrução de conhecimentos consagrados implica persistências e descontinuidades, pois, ao longo da nossa história, quebras de moldes e derretimento de grilhões tendem a coexistir com cânones, às vezes revestidas de

---

<sup>10</sup> A imagem que acompanha a problemática existencial de Cabral em relação às marcas do cirurgião que ficaram disseminadas pelo seu corpo, é de acesso livre, se encontra alojada na Pinterest e está disponível no seguinte link <<https://br.pinterest.com/pin/9922061670672022/>>. Último acesso 09/05/2024.

outras roupagens, configurando um território multifacetado no qual convivem múltiplas vozes (Fabrício, 2006, p. 49).

Problematizar a prática médica que embarcou numa intervenção maciça nos corpos intersexo por meio de normalizações cirúrgicas e ingestão de hormônio, pressupõe fazer frente à aparelhagem estrutural da saúde que, movida pelo desejo de manter o *status quo*, faz dos corpos intersexo depósitos “de doenças localizadas e danos subsequentes decorrentes de, acidentalmente, tratá-los como sujeitos isentos dos direitos a outros concedidos” (Dreger, 2006, p. 83).

Tanto na poesia de Cabral quanto na narrativa de Harnaam, prevalece a manutenção da premissa patologizante das pessoas intersexo, inviabilizando ou, pelo menos, dificultando o direito de legibilidade por elas perseguido. A partir da ACD cabe uma reflexão sobre “o papel da linguagem na reprodução da distância social e do preconceito” (Magalhães, 2000, p. 179). Naturaliza-se a ideia de o médico ser o único legitimado a verificar se a condição de intersexualidade é verdadeira ou não; o único perito autorizado para emitir um laudo, prescrever medicamentos, definir idades, modalidades e duração dos tratamentos, mesmo que, com tais determinações, possa estar limitando à autodeterminação do paciente.

**Bullying** (Harnaam)<sup>11</sup>

Quando menino, era difícil lidar com o *bullying* e o assédio, um corpo diferente, problemas mentais e emocionais devido ao preconceito, dores físicas, puberdade, escola e ambiente novos e recentemente diagnosticado com uma condição confusa e complicada. Seria difícil para qualquer um, lidar com isso; mas eu sabia que tinha que passar por isso com firmeza. A educação e a escola não eram realmente o que eu pensava que seriam ou deveriam ser, e olhando para trás, posso apenas vislumbrar algumas boas lembranças – o resto é ofuscado pela escuridão. Agora que estou muito mais velho, uma década depois, percebi que a sociedade foi obscurecida pelo véu patriarcal do poder. Se você é um pouco diferente, peculiar ou “estranho”, você é marginalizado e porque a masculinidade é tão frágil hoje em dia, as pessoas atacam, insultam e atormentam aqueles que não têm vergonha de ser eles mesmos.



---

<sup>11</sup> Harnaam compartilha sua experiência na Brújula Intersexual e pode ser lida na versão íntegra e original no site <<https://brujulaintersexual.org/2018/09/28/harnaam-kaur/>>. Último acesso 11/02/2019. A imagem que representa o conflito e luta incessante da vítima de bullying, é de livre acesso e está disponível no seguinte link <<https://br.pinterest.com/pin/35254809575016448/>>. Último acesso 09/05/2024.

A linguagem médica e o seu fazer determinístico não pesam só no ambiente ambulatorial. Enquanto instrumentos de perpetuação da ordem distorcida englobam relações assimétricas junto à sociedade hierárquica e à desigualdade de gênero e sexual, “trabalham juntas para manter o círculo” (Pervin e Nasreen, 2017, p. 89). Perpetuam o assédio e o preconceito, dificultam avançar na proteção integral de crianças e adolescentes intersexo e ultrapassar a classificação binária.

O diagnóstico que é de responsabilidade médica é produzido a partir de parâmetros binários, favorece a prevenção e a eventual intervenção ambulatorial e hospitalar em casos específicos, todavia, é preciso separar o diagnóstico dos procedimentos invasivos porque em si mesmo, este não é patologizante, apenas deve descrever uma determinada condição e não outra sem ir além desse limite.

Um diagnóstico não devidamente especificado nem totalmente voltado para o cuidado e a saúde integral dos pacientes pode gerar “angústia, alucinação, melancolia, depressão, dissociação, opacidade e repetição [...], custos gerados pela manutenção dessa epistemologia normativa” (Morando, 2019, p. 3). O que os especialistas decidem sobre anormalidades sexuais e como corrigi-las, nem sempre coincide com o que mais convém aos pacientes, pelo qual muitos deles reivindicam indenização por danos morais.

O diagnóstico pressupõe “uma descrição sincrônica do corpo –o corpo como ele é no momento-” (Vieira *et al*, 2021, p. 232). É um recurso de negociações e tentativas de convencimento, uma ferramenta que veicula ideias e preceitos políticos narrativo-essencialistas. É por conta disso que: “Tal política é tributária do modelo expressivo da identidade que sustenta as ciências biológicas” (Borba, 2014a, p, 181), pois para todos os efeitos dá aparência de normalidade às variações sexuais.

O *bullying* que se sofre fora do ambiente hospitalar se relaciona diretamente com o discurso preconceituoso produzido e reproduzido por essa estrutura milenar. A chacota e zombaria devidos à ignorância e ao preconceito em relação à diversidade de orientação sexual, são destino inevitável, é difícil para qualquer um lidar com isso, mas como Harnaam diz, de maneira um tanto fatalista, que ele tinha que passar por isso.

Socialmente legitimada, em estágios iniciais de desenvolvimento, a violência de gênero gera distúrbios mentais e emocionais que podem desembocar em suicídio em quem sofre maus-tratos, marginalizações, estigmas e perseguição por possuir alguma

anormalidade. O *bullying* se define como o desejo consciente e determinado de maltratar alguém pelo fato de ser tímido e inseguro, como se a sociedade comportasse só os fortes.

O *bullying* é considerado um ato de arrogância por parte de quem exhibe uma superioridade em relação a alguém inferior com quem mede forças, ao ponto de que, pelo medo incontrolável, nunca mais queira cruzar o seu caminho. Quanto mais acentuadas forem as fragilidades da vítima, mais ameaçadora será a perseguição do agressor. A palavra adotada explica o “comportamento agressivo, cruel, proposital e sistemático inerente às relações interpessoais” (Silva, A. 2010, p. 22).

A rejeição coloca em risco a saúde integral de quem a sofre. É um fenômeno social que se soma à urgência de “tirar a sexualidade do campo do discurso da verdade científica e explicá-la através da história dos discursos” (Sutherland, 2014, p. 6). Nada do que é dito é inocente, o discurso homofóbico tem intenção e efeito deletério. Olhando para trás, Harnaam, consegue vislumbrar apenas algumas boas lembranças da escola, o resto é ofuscado pela escuridão (leia-se sofrimento). Faz-se necessário superar-se.

A superação desse quadro pessimista marcado pelo senso de fracasso exige uma estratégia que possibilite fazer uma leitura dos acontecimentos traumáticos de forma crítica, a qual consistirá em produzir estranhamento na gramática que parece tão familiar ao desejo. “Faze-la ser atravessada por um gozo que explode seus limites, que produz continuamente monstruosidades e anomalias” (Safatle, 2021, p. 43).

O que seria retirar a sexualidade do discurso da verdade científica e explicá-la através da história dos discursos se não o que as pessoas intersexo já vem fazendo? Os seus corpos e epistemes escapam ao processo de produção dos gêneros inteligíveis, se colocam em situações de risco, não só por desobedecer às normas de gênero, mas por narrar a hostilidade das instituições onde ainda prevalece o preconceito de gênero e sexualidade, o hospital e a escola. Os corpos são fenômenos de índole discursiva.

Conforme aos estudos críticos da linguagem, a dimensão espaço temporal joga um papel determinante na maneira de o sujeito posicionar-se à distância dos acontecimentos traumáticos e das instituições que os recriam. Afetados pelo o insulto repetido e o apelido repisado que segregam, os corpos ocupam espaços de perseguição, mas crianças não são obrigadas a responder às expectativas de ninguém, não deveriam ser submetidas à pressão alguma, elas precisam de instituições e ações afirmativas.

Só uma década mas tarde é que Harnaam consegue enxergar e avaliar fatos, fazer uma leitura das ações que o desestabilizaram e embruteceram o seu raciocínio, perceber a sociedade obscurecida pelo véu patriarcal do poder. O seu drama parece administrável quando visto à distância, sendo traduzido a partir da materialidade corpórea não reconhecida como mulher nem como homem, mas em processo de reestabelecer sua inteligibilidade, buscando, como to ser humano: “uma descrição de um eu que ocorre em uma linguagem que já está acontecendo, que já está saturado de normas, que nos predispõe ao tentarmos falar de nós mesmos” (Butler, 2004, p. 69).

Basta ser um pouco diferente, peculiar ou “estranho”, para ser marginalizado e sofrer nas mãos de algum *bully* (valentão e tirano) a ação que ele pratica, o *bullying* ou conjunto de atitudes que envolvem violência física, emocional e psicológica, por conta da masculinidade tão frágil que precisa atacar, insultar e atormentar aqueles que não têm vergonha de ser eles mesmos; os intimida com assédios intencionais de prepotência.

Crueldade e prepotência encobrem a frustração, apatia e aversão às normas. Pratica bullying quem não aprendeu a ser contrariado. Vítimas desse crime já passaram por situações que diminuíram sua autoestima e amor-próprio, ficam indefesas diante das agressões físicas e verbais, psicológicas e morais das pessoas tóxicas e abusivas. Não existe um perfil definido para as vítimas, mas tudo indica que, fisicamente apresentam:

alguma “marca” que as destaca da maioria dos alunos: são gordinhas ou magras demais, altas ou baixas demais; usam óculos; são “caxias”, deficientes físicos; apresentam sardas ou manchas na pele, orelhas ou nariz um pouco mais destacados; usam roupas fora de moda; são de raça, credo, condição socioeconômica ou orientação sexual diferentes. Enfim, qualquer coisa que fuja ao padrão imposto por um determinado grupo pode deflagrar o processo de escolha da vítima do bullying (Silva A, 2010, p. 38).

Pacientes intersexo sofrem preconceito nos ambientes hospitalares que “desenvolvem determinadas molduras interpretativas em que se nota uma expectativa de descaso [...], alguns/algumas questionam o poder médico e as falhas nos serviços prestados” (Magalhães, 2000, p. 177). Suas reações constituem, “juntamente com o corpo (por ser corpo) o principal elemento de resistência às mesmas normas [...], esse corpo não é um elemento extralinguístico, nem estranho ao poder discursivo” (Burgos, 2012, p. 118). Esse corpo se constrói e desconstrói por meio daquilo que se diz ao seu respeito. Daí a importância de cuidar dos intersexo para que:

não adoeçam e morram por falta de atendimento médico; em outras palavras, que a despatologização não funcione contra as próprias pessoas intersexo, que

peças intersexo possam aprender mais sobre seus próprios corpos para tomar decisões informadas sobre eles. É uma posição um pouco mais complexa do que dizer “sim” ou “não” à despatologização (Vieira *et al*, 2021, p. 233).

As pessoas intersexo têm direito à atenção médica e estudos que indiquem com precisão o tratamento endocrinológico, hormonal, psicológico ou cirúrgico; saber a duração do tratamento e o que esperar em curto e longo prazo. Indivíduos intersexo não devem ser atendidos como se todos fossem iguais, os atendimentos deverão ser “compatíveis com a identificação de gênero através de terapia hormonal, assim como possibilitar o acompanhamento clínico” (Arán e Murta, 2009, p. 19). Não consta todas as crianças intersexo se tornem vitalícias, mas essa possibilidade indica que a necessidade de atendimento prolongado está associada aos procedimentos cirúrgicos malsucedidos e às sequelas. Eis o depoimento de Amiel Vieira, autorizado para opinar sobre o assunto:

O que acontece com as intervenções precoces é que muitos de nós tivemos experiências muito traumáticas e, por outro, problemas associados a elas. No meu caso, não tenho de ir ao check-up porque nasci com Rokitansky (*termo explicado no glossário*), mas sim pelas consequências das intervenções. Isso adiciona uma forma extra não de patologização, mas de relacionamento com o sistema médico. Muitas pessoas intersexo têm um relacionamento vitalício com o sistema médico porque fomos forçados a esses relacionamentos, ou seja, nosso corpo foi danificado de tal forma que nos transforma em pacientes para o resto da vida (Vieira *et al*, 2021, p. 234, grifos nossos).

Vieira confirma que o diagnóstico visa à funcionalidade da cirurgia, mas na superação do autoritarismo, parece inadequado: “Obrigam alguém a submeter-se a uma cirurgia para garantir-se o direito à identidade, além de violar o direito à liberdade de quem não quer se submeter ao delicado e arriscado procedimento cirúrgico, viola o próprio dever do Estado de proteger seus cidadãos” (Dias M, 2014. pp. 280-281).

o autoritarismo e a opressão contra certos grupos e indivíduos. Infelizmente, uma das verdades sobre linguagem é que ela é autoritária e opressora. Isso fica evidente através das relações assimétricas entre homens e mulheres. Os homens são o padrão de medida na linguagem, e as mulheres só podem se expressar por meio de relações com os homens. O padrão de medição é definido por uma maioria, que tem algo a ver com quem tem poder, não com quem supera em número (Pervin e Nasreen, 2017, p. 89).

A linguagem e os discursos participam na disputa de poder e de significação nos sistemas simbólicos, por meio dos quais os significados são produzidos como sujeitos e não como objetos da história; colocando-os favoráveis ou contrários a quaisquer determinismos identitários, pois “esses sistemas simbólicos tornam possível aquilo que somos e aquilo no qual podemos nos tornar” (Woodward, 2012, pp. 17-18).

O saber médico é importante na medida em que se coloca a serviço da segurança dos pacientes, sem deixar predominar o evento traumático e como sabemos: “não há nenhuma linguagem que seja capaz de se livrar de seu resíduo traumático, assim como não há nenhuma outra maneira de lidar com o trauma, a não ser através do esforço árduo exigido para dirigir o rumo de sua repetição” (Butler, 1997, p. 38).

É preciso reinventar noções de linguagem científica no seu uso como políticas de linguagem que são, sabendo que a masculinidade se fortalece em cada ato discriminatório que nega as diferenças e se faz presente nas práticas médicas que violam direitos fundamentais, na omissão do Estado que não se manifesta em favor dos corpos duplamente vulnerabilizados em ambientes que deveriam ser de cura e proteção.

Cabe a nós a escolha de escutarmos, ou à voz de autoridade nos abafar: a resistência supõe uma arte de viver e uma luta tanto contra as formas de poder que aspiram às relações de dominação, quanto em favor de novas formas de subjetividade; subjetividades dissonantes (Da Silva, 2020, p. 66).

A poesia de Cabral e a narrativa de Harnaam trouxeram saberes relativos à sexualidade, exigindo o reconhecimento da violência que a produção e imposição do saber médico-científico imprime sobre os corpos intersexo, legitimando práticas cruéis. Ambos os epistemes, mostram que o preconceito com a não binariedade é uma das mais frequentes formas de violência de gênero. “O objetivo é forjar futuros concretos ou utopias realistas, suficientemente utópicas para desafiar a realidade que existe, mas realistas para não serem descartadas facilmente” (Santos, 2006, p. 30).

Isso é o que Santos (2006, p. 30) sugere ao se referir a como uma Sociologia do Emergente deva operar ou como, em minha visão, uma LA do Emergente deva funcionar. Deve “tentar ver quais são os sinais, pistas, latências, possibilidades que existem no presente que sejam sinais do futuro, que são possibilidades emergentes e que são desacreditadas por que são embriões, por que são coisas não muito visíveis” (SANTOS, 2006, p. 30). A ideia é que “um outro mundo é possível, um mundo feito de alternativas e possibilidades” (SANTOS, 2008, p. 31) (Moita Lopes, 2009, p. 38).

Os referidos saberes emergentes que representam aos dois jovens intersexo produzem um contra discurso corporal, linguístico subversivo; os respectivos epistemes se tornam capazes não só de mostrar o caráter político da linguagem e sim de questionar a naturalização da binariedade sexual e o discurso de roupagem científica, feito de crenças e preceitos que visam manter os privilégios do sistema.

### 1.5 Queerização do self e da linguagem

A maneira como se concebem o corpo, a orientação de gênero e a sexualidade está intimamente ligada à linguagem, produzida nos discursos de patologização, discriminação e hierarquização das diversas categorias. A linguagem tem uma dimensão política e ideológica, responsável pela estigmatização das subjetividades, construídas, não só, mas também através dos equívocos que se cometem em relação às pessoas quando se faz referimento às suas orientações de gênero e variações sexuais.

Equivoca-se quem equipara o intersexo a um transexual ou qualquer outra orientação da sigla LGBT, pois a intersexualidade não é uma identidade nem uma orientação de gênero como gay, lésbica, travesti ou bissexual, embora a pessoa intersexo possa também ter uma orientação de gênero. Instrumentalizar e deturpar as dissidências sexuais e as variações intersexuais, equivale a ignorar a forma diversa em que são violados os seus respectivos direitos. Valendo enfatizar que são direitos diversos.

A violação de direitos que os intersexuais sofrem, difere daquela que a comunidade LGBT enfrenta; nesse sentido, as violações são abordadas em separado como agravos específicos. No intuito de corrigir os equívocos da linguagem precisamos intervir com um discurso desestabilizador direcionado, não só ao discurso oficial dominante, mas também ao linguajar chulo, entorpecido e simplório que desqualifica o outro por puro desconhecimento sobre diversidade sexual.

Histórica e sociologicamente, nossa sociedade é orientada e centrada no homem. A discriminação de gênero é sentida e encontrada universalmente. As mulheres sempre foram consideradas inferiores aos homens. O sexismo na linguagem é um reflexo do sexismo na realidade social. É comumente considerado discriminação e/ou ódio contra pessoas com base em seu sexo, em vez de seus méritos individuais. Também se refere a toda e qualquer diferenciação sistêmica baseada no sexo dos indivíduos. O sexismo se intrometeu no sistema de linguagem. O sexismo refere-se a crenças ou sentimentos sutilmente diferentes (Pervin e Nasreen, 2017, p. 78).

Em oposição ao sexismo, o ativismo sexual e de gênero visa aderir às *queerilidades*, às individuais e às das multidões que se declaram transgressivas da ordem, desapontam as expectativas da família e da sociedade tradicional e frustram as políticas de identidade. Elas se materializam ao enfatizar a importância da expressão *queer*, ao fazer referimento aos seus fundamentos e trajetória teórica, sendo que o *queer* sempre existiu, embora o termo só tenha aparecido em 1990 como:

tema de um workshop que organizei na Universidade de Califórnia em Santa Cruz. O termo *queer* tem uma longa história; em inglês existe há mais de quatro séculos, e sempre com denotações e conotações negativas: estranho, raro, excêntrico, de caráter duvidoso e questionável, vulgar. Nas novelas de Charles Dickens, *Queer Street* denominava uma parte de Londres na qual vivia gente pobre, enferma e endividada. No século passado, depois do célebre juízo e posterior encarceramento de Oscar Wilde, a palavra *queer* se associou principalmente à homossexualidade como estigma. Foi o movimento de liberação gay da década de 1970 o que a converteu em uma palavra de orgulho e em um símbolo de resistência política. Ao igual que as palavras *gay* e *lésbica*, *queer* tem designado, em primeiro lugar, um protesto social, e só em um segundo lugar uma identidade pessoal (Lauretis, 2015, p. 109).

Desde a década dos 90 a teoria *queer* se desenvolve pelo reordenamento das representações chamadas pós-estruturalistas relativas à diversidade sexual como constelação de posições múltiplas e ao mesmo tempo instáveis, em oposição ao sexismo ocidental que protege e defende o masculino genérico através do qual acaba por encobrir o desejo de dominação daqueles que fazem alarde de uma braveza que mal esconde o mais alto grau de insegurança individual fruto da obediência e sujeição não refletida.

o sexismo extrapola o mero masculino genérico e chega a se confundir com misoginia. O professor espanhol Álvaro García Meseguer foi um dos precursores do estudo do sexismo linguístico e criou o conceito de 'salto semântico'. Ele é encontrado quando o masculino é usado como genérico para se referir a homens e mulheres seguido de referência a particularidades unicamente masculinas. Trata-se de prática antiquada e machista que não deveria passar despercebida (Fisher, 2020, p. 6).

Essa prática exacerbadamente machista não é exclusiva de uma ou duas culturas. Enquanto tomada de posição política, a linguagem inclusiva abarca diferentes modos de linguagens que buscam a inclusão de quem está às margens. Mas é preciso ir além da eliminação do uso masculino genérico e da ideia de substituí-lo com um gênero neutro ou linguagem inclusiva. A introdução de palavras neutras em termos de gênero não será *per se* capaz de garantir paridade de tratamento das categorias.

a simples existência de um gênero neutro, presente em idiomas como latim e alemão, ou a ausência de gênero em substantivos como no finlandês e no turco, não implica na diminuição do machismo em uma cultura. É preciso transformar a maneira de pensar. A língua é uma ferramenta viva e um dos instrumentos mais efetivos para essa evolução (Fisher, 2020, p. 5).

O verbo *queerizar* “quer-se cravejar aos estudos linguísticos com ideais queer, criar inteligibilidades sobre como construímos, negociamos e estruturamos nossas identidades dentro de sociedades heteronormativas que impõem determinadas maneiras de ser aprioristicamente” (Borba, 2015, pp. 98-99). O substantivo *queerização* reúne

ressignificações distintas do derogatório termo *queer*, serve de choque de realidade para quem se nega a enxergar as inúmeras transições e instabilidades em curso

É um processo que já iniciou e não tem volta, pois *queerizar* é uma atitude de influência performática benéfica para estar no mundo sem precisar cultuar, reverenciar, enaltecer ou prestar contas a qualquer regime opressivo que impeça ou limite a liberdade de escolha sobre o próprio corpo que se estende aos outros corpos. Quando alguém passa pelo processo de *queerização* muda a maneira de se enxergar e ver os outros.

Esse delineamento decolonial e político que desconstrói verdades cristalizadas sobre as subjetividades, visa superar a tendência a enaltecer e venerar ideais, crenças, atitudes e discursos sobre os afetos, as corporeidades e os sexos, de modo a acabar com essa visão do abjeto como algo inclassificável e descartável, como algo inferior para o qual não há lugar na sociedade. O que precisa mudar é a mentalidade não os corpos.

Da mesma maneira que: “o gênero social é marcado por relações de poder, o gênero gramatical é permeado por assimetrias que extrapolam o linguístico e alcançam o social e vice-versa” (Borba e Lopes, 2018, p. 258). Daí a necessidade de a linguagem e o *self* passarem por um processo de *queerização* junto com a mentalidade.

O *self* escapa às verdades cristalizadas, às normas e ao controle social; não se submetendo às imposições que criam “uma zona de desconforto, duplicidade e indeterminação que leva à melancolia cognitiva e ao declínio ético” (Cusicanqui, 2018, p. 78), que, por sua vez, conduz ao mal-estar e à insatisfação que afetam o desejo e a saúde sexual. Para tanto é preciso que a mentalidade, o *self* e a linguagem mudem.

#### **Dissolvido** (Barreto)<sup>12</sup>

Após o golpe do orgasmo, esbarro no espasmo da perda.  
O leite ferve na fonte e se derrama em mim.  
Um alicerce de sombras desaba sobre labaredas.  
Cenas dissipam-se em fuga, meu filme chega ao fim.  
Escorregando das redes e das paredes do nada,  
Solto no espaço que some, quando o cavalgar se acaba,  
Após o golpe do orgasmo, caio no chão do meu corpo,  
A carne inerte, o punho morto -intimamente anoiteço.  
Sol que eu era, já não sou; sonho dissolvido- sêmen.



<sup>12</sup> Barreto publica essa poesia em *Esconderijos em papéis*. Salvador: Kalango, 2007. A fotografia que acompanha o texto poético está disponível no link: <<https://br.pinterest.com/pin/146437425378509088/>>. Última consulta 09/05/2024.

O poema acima permite refletir sobre o fato de a inteligibilidade se dar a dois níveis experienciais: o *self* e a alteridade. É salutar entrar na zona de desconforto, duplicidade e indeterminação que a melancólica, insatisfatória e apática heterogeneidade das superfícies pode gerar. São realidades que se justapõem, o contato vai além da plenitude e do vazio, vai além da conexão e da desconexão, e, não sabendo o que fazer com isso, o indivíduo simplesmente anoitece como o autor de poema anoiteceu.

Na tarefa transformadora do *self* não há nem um saber nem um poder e sim um processo de individuação que diz respeito à especificidade das pessoas e dos seus grupos de pertencimento e interação. A alteridade para além do *self* e do outro “é a estrutura geral de cada consistência e de cada consciência” (Nancy, 2001, p. 51). A subjetivação remete às estruturas de agenciamento do *self* e sua experiência com as estruturas de poder. Na visão de Bakhtin, o *self* se metamorfoseia:

em movimentos internos da própria existência e exprime-se na transmutação de certas formas em outras, no eterno inacabamento da existência. Sente-se, nesse jogo ornamental, uma liberdade e uma leveza excepcional na fantasia artística; essa liberdade, aliás, é concebida como uma alegre ousadia, quase risonha (Bakhtin, 1999, p. 28).

A poesia de Barreto e a narrativa de Gaby estão alinhadas com a ideia de reler fatos acontecidos no passado. Ambas as epistemes se posicionam na contramão do discurso sexista e repressivo que tem origem numa ideologia que o sustenta e permite sua existência como instrumento de repressão patriarcal que possui vários tentáculos institucionais em lugares tempos diferentes dos quais assumem algumas características.

Na constituição de si mesmo conta a capacidade de negociar as relações de pressão e obediência, para, de alguma maneira fortalecer a capacidade de retornar à forma original, àquilo que se é e não àquilo que outros querem que alguém seja, especialmente nos primeiros anos de vida dentro do ambiente familiar.

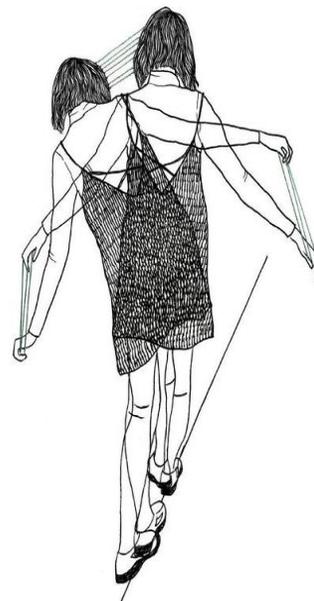
Dessa forma, a partir do momento em que se adquire certa autonomia, busca-se viver priorizando o *self* no processo de transformação que se aloca em uma espécie de labirinto porque dificilmente se está satisfatoriamente seguro do que se conseguiu adquirir em termos de convicções sobre a própria identidade.

O sentido de si não coincide com a ideia que muitas vezes nos formamos sobre nós mesmos. Não se trata de se instalar em um porto seguro e sim partir da ideia de estar

dispostos a navegar num mar aberto de seguranças e inseguranças inerentes ao processo de cada um se tornar um si múltiplo capaz de negociar diversas diferenças.

### **Calibrações** (Gaby)<sup>13</sup>

Quando eu era bem pequena fiz minha primeira intervenção cirúrgica, na qual fizeram grandes lábios e reduziram parte da virilização com que nasci (um clitóris maior do que o considerado “normal”), escondendo completamente aquela parte de mim que, segundo eles, poderia me fazer sentir diferente. Aos 12 anos veio uma nova operação (chamada vaginoplastia), diziam: “Será para te deixar mais feminina”. Então, sem explicações e sem saber direito o que iriam fazer comigo, fui para a operação. Mais tarde, quando saí daquela sala, senti meu corpo diferente, mas o martírio não acabou aí, então começaram com terapias de calibração vaginal (também chamadas de dilatações), que eram tão incômodas e estigmatizantes, depois entendi que fui estuprada sob anestesia, porque é isso que essas calibrações são: um estupro. Poucas são as lembranças que tenho desse tempo de consultas intermináveis, de horas dentro dos hospitais, e das vezes que eu prestava alguma atenção e não fugia com a minha mente. Numa dessas consultas, o médico mencionou que com o passar do tempo e com mais tratamentos: eu poderia ser mãe! Aí dispararam todos os meus alertas, alguém me perguntou se era isso que eu queria, se era isso que eu queria? Ou apenas eles continuaram criando uma vida para mim sem o meu consentimento? Essa foi a gota que quebrou as costas do camelo. Ouvir aquilo deu um clique na minha cabeça, não queria mais isso, não queria mais aqueles tratamentos que eles continuavam escolhendo por mim! Eu tinha 19 anos e não queria mais!



Conforme a ACD, tanto no uso das palavras, quanto nos silêncios, omissões e ações, todos os sentidos são administrados pela ideologia dominante, confirmando o fato de não haver neutralidade no que se diz/faz ou deixa de dizer-se/fazer-se. O que está por trás da intervenção cirúrgica são os discursos dominantes como os do saber médico científico que persegue denegações e ambiguidades ou qualquer falta para se impor.

O que sabem os médicos do que faz a paciente vir a sentir-se diferente? Eles sabem que o diagnóstico de clitomegalia não impede a retenção do tecido excedente, isto é, embora algumas mulheres em fase adulta decidam retirá-lo, um dos motivos para

<sup>13</sup> Gaby partilha sua história em 25 de fevereiro de 2018 na Brújula Intersexual, a versão completa pode ser lida no site: <<https://brujulaintersexual.org/2018/02/25/hsc-intersex-gaby-argentina/>>. Última consulta 03/03/2019. A imagem que acompanha e dialoga com a narrativa de sofrimento extremo em relação à violência de gênero, se encontra disponível no link: <<https://br.pinterest.com/pin/519813981972768284/>>. Último acesso 09/05/2024.

se opor a essa tendência é que “a cirurgia para reduzir o tamanho do clitóris traz o risco de danificar os nervos sensoriais e prejudicar a capacidade de resposta erótica” (Gillam *et all*, 2010, p. 5). O clitóris não é uma coisa qualquer.

o clitóris além de possuir oito mil terminações nervosas em seu “topo”, elas se limitam a um espaço extremamente pequeno, o que o torna ultra sensível. Grande parte do que sabemos sobre a anatomia do clitóris deve-se à pesquisadora australiana Helen O’ Connell, que o estudou com a profundidade merecida, depois de quatro séculos de obscurantismo em relação à real anatomia do órgão, e pelo fato da ciência ser dominada pelos homens (Mattei, 2018, p. 116).

Voltando para a análise da narrativa de Gaby, já tinha sido estragada a sua infância com a primeira cirurgia, na segunda seria a vez de prejudicar a sua adolescência quando aos 12 anos veio uma nova operação que a deixaria ‘mais feminina’, mas porque alguém pagaria um preço tão alto para obter algo que ninguém sabe o parâmetro em que esse algo se funda? Qualquer que seja o significado atribuído à mais acentuada feminilidade, esta jamais dependerá de uma vagina natural ou clinicamente produzida.

Ações arbitrárias e discriminatórias, impostas em razão da identidade sexual e orientação de gênero são criminosas. Não sei como é que Timmermans *et all*, (2018, p. 520) afirmam que “desde 2006, médicos, defensores dos pacientes, lutam para que as necessidades da criança sejam colocadas como prioridade e o atendimento seja centrado no paciente”, todavia, as narrativas sobre experiências pessoais dizem o contrário.

Toda dominância nasce da mesma fonte que surge a crença de superioridade; o sexista crê ter uma sexualidade superior às outras, ganha a visão distorcida para manter velhos privilégios. O sexismo não dá trégua com suas verdades relativas à sexualidade, exerce violência como domínio masculino que está presente no martírio continuado das terapias de calibração vaginal, descritas como dilatações incômodas.

Sendo tidas como práticas normais, não se lhes atribui uma conotação abusiva no ambiente hospitalar, só muito tempo depois Gaby entendeu que foi estuprada sob anestesia nessas calibrações que ela define como estupro. É na tomada de consciência que ela entra o processo de *queerização*, situando-se na ruptura de conceitos sobre linguagem e sexualidade, numa reinvenção contínua de quebra de paradigmas.

Só depois da releitura de situações dramáticas traumáticas em ambientes hospitalares é que as vítimas de estupro conseguem reescrever suas vidas e mudar o presente, projetando para si e para as futuras gerações um cenário menos violento.

Escrever as experiências pessoais de vida pode dar visibilidade às variações intersexo, e valorizar outras formas de produzir conhecimento, as quais possam servir de contrapeso à produção hegemônica de compreender a diversidade sexual.

Sem novas estratégias de produção epistêmica o mundo continuará a se omitir diante das inúmeras violações aos direitos humanos, subjacentes a todo pensamento sexista dominante, o que manteria as pessoas ligadas ao trauma, mecanismo de defesa que faz com que aconteça o bloqueio das memórias dolorosas. Não faz sentido lembrar para sofrer, as lembranças precisam ser aproveitadas para a pessoa se refazer.

Fugas estratégicas são importantes em situações de grande tensão para não sentir a dor emocional e psicológica. A fuga não pode ser indefinida, esta deve ser cortada para dar início ao processo de cura, ainda que não se possa prever o tempo que cada indivíduo precisará para se pacificar com o acontecimento traumático, “visto como desafio ao discurso histórico estruturado e objetivo” (Napolitano, 2018, p. 209).

A ACD mostra que o discurso oficial dominante restringe a visibilidade e participação dos corpos “naturaliza-se a ideia de que compete aos médicos examinar, explicar, solicitar exames, prescrever; e aos pacientes aceitar serem examinados e medicados, ouvir explicações, realizar os exames solicitados e seguir a prescrição médica” (Magalhães, 2000, pp. 18-19). Ignora-se a parte menos favorecida da relação.

Pouca ou nenhuma dedicação tem sido dada à escuta do que a paciente intersexo realmente quer ou precisa, ninguém perguntou, se era isso que Gaby queria; apenas continuaram criando uma vida para ela sem o seu consentimento. Pensa-se que, pelo fato de lhe confeccionar um corpo, e mais especificamente, uma genitália o mais próxima possível do imaginário heterossexual, ela deverá abraçar a ideia de ser mãe.

Os questionamentos de Gaby sobre a promessa de poder exercer a maternidade biológica, são um rompimento com a lógica cisgênera; uma quebra de paradigmas em relação às expectativas médicas sobre os corpos femininos, cuja legibilidade não seria possível sem uma nova lógica epistemológica de representações que ultrapassem as linhas de visibilidade da sexualidade e os efeitos de verdade.

A narrativa intersexo expõe o quanto os corpos e as sexualidades podem sofrer interferências e o quanto as pessoas demoram para perceber essas ações como prejudiciais. A insistência médica provocou um clique na cabeça de Gaby que com 19

anos não queria mais se submeter aos tratamentos que os médicos tinham escolhido para ela; entendeu que o carimbo de normalidade é resultado da produção discursiva e imaginária, atribuídas às subjetividades, mas que ela poderia viver sem esse carimbo.

Nada de ingênuo há nas decisões e ações médicas que respondem a uma ordem discursiva, por meio da qual se “determina um processo em que se evidenciam procedimentos interpretativos próprios de uma sociedade profundamente desigual e autoritária” (Magalhães, 2000, p. 176). Ciente do emaranhado social, Gaby se sente motivada para unir-se ao processo de subversão em busca do sentido de si, a partir do pensamento *queer* para fazer contrapeso a maneira como se entende o sexo, o qual:

só se submete a imperativos de reprodução depois de um longo processo através do qual a polimorfia infantil é organizada a partir do primado genital, os corpos serão insubmissos. Pois não há lugar possível de existência para algo sem propósito em uma sociedade marcada pela funcionalização extensiva de tudo, de todos e todas (Safatle, 2021, p. 45).

O sexo, o corpo, o prazer se submetem ao cálculo, ao ajuste, à enunciação consciente e o cuidado de si como parte da lógica da constituição que é paradoxal pelo fato de envolver simultaneamente a abertura do eu para o outro e o seu fechamento para esse outro na salutar colocação de limites. A alteridade é tal que, apesar de reconhecer e gostar do outro, lhe é negado o acesso total como mecanismo de preservação da individualidade. O acesso pode acontecer sob a condição da inevitável alteridade:

de uma alienação radical. Uma dialética do *self* e o outro, do *self* no outro, do *self* que é outro, que desfaz essa aporia, mas esse desfazer tem um preço, o preço da dialética em geral, a qual revela o poder do negativo que prende o eu ao outro, a desalienação e reapropriação do poder da própria alienação como alienação do *self*, será sempre pressuposta como o poder do eu (Nancy, 2006, 94).

O ser humano se reconhece como outro que não é ele mesmo e sim a constituição da autoconsciência. Ele trabalha na desconstrução de paradigmas e é nela que “achará os meios para intervir no campo das oposições que critica (Derrida, 1991) Em função disso e para mostrar sua grandiosidade, une-se à multidão *queer*, se empenha na desconstrução do masculino dominante para que nunca mais seja o que mais prevalece.

Empenha-se em exaltar a beleza da diversidade. Engaja-se em nível individual e coletivo na mudança social, propõe ações condizentes com a urgência de quebrar diversas amarras da cisnormatividade, inaugurando o processo de *queerização* em nível local e global, com atitudes condizentes com o sonho de conquistar relações mais humanizantes, capazes desfazer acontecer a melhor versão de cada ser humano.

## II. Ondas da sexualidade no contorno dos corpos

Inseparável do gênero, da orientação sexual e da identidade de gênero, a sexualidade é inerente à vida de todas as pessoas, independentemente do grau de conhecimento que elas possam ter sobre essa grande companheira, embebida de múltiplos medos, receios, preconceitos e disputas que a afastam dos parâmetros cientificamente aferíveis (Cunha, 2023). A sexualidade é um dispositivo que produz formas convencionais de vida em diferentes momentos da história.

Levando em conta usos, costumes, tradições e crenças de cada época, a sexualidade permeia a existência e a expressão do sexo, dos contatos corporais e modos de conceber os corpos, sendo avaliados a partir da utilidade na obtenção ou produção de prazer e adquirindo uma valorização específica a depender de inúmeros fatores (Heilborn, 2002), o fato é que, o interesse pela sexualidade desperta a necessidade de estudá-la, e é estudada basicamente pelo construtivismo e pelo essencialismo:

Considera-se como construtivismo a postura de enfatizar a preeminência da socialização, da aprendizagem de regras, roteiros e cenários culturais para o exercício da experiência sexual. O essencialismo, por sua vez, seria a crítica que os construtivistas fazem à ideia de existência de um instinto sexual na natureza humana, que funcionaria a despeito do tipo de organização cultural. Ele é geralmente equacionado à vertente biomédica ou psicanalítica, referindo-se a algo constitutivo da natureza humana (Loyola, 1999 *apud* Heilborn, 2002, p. 8-9).

O estudo da sexualidade tem abarcado os diferentes papéis de gênero, a orientação sexual, o erotismo, o prazer, a intimidade e a reprodução, resultando em diversos modos de conceber cada um desses marcadores que a integram. A sexualidade é vivenciada nas fantasias, desejos, crenças, atitudes, valores, condutas sob a influência de fatores biológicos, sociológicos, econômicos, políticos, culturais, éticos, legais, históricos, jurídicos, religiosos e espirituais de cada contexto histórico.

Enquanto área de pesquisa, a sexualidade mantém laços estreitos com os estudos de gênero e da linguagem, com os “sistemas de ideologias, práticas e identidades mutuamente constituídas que dão significado sociopolítico ao corpo, como um corpo erotizado e/ou reprodutivo local” (Bucholtz e Hall, 2004, p. 470). Uma razoável familiaridade com aspectos básicos que envolvem a sexualidade, é considerada pressuposto basilar para uma vida digna já que não há como conceber qualquer ser humano dissociado dos elementos que o constituem como tal.

A trajetória da sexualidade é longa e se manifesta de maneira única em cada período da história. Parece ser que foi só a partir do século XIX que o sexo deixou de ser tratado como problema individual para ser visto como assunto de interesse público e de polícia (Foucault, 2005), a partir de então o sexo passou a ser vigiado e punido, sendo abordado com certo constrangimento, incerteza, como se fosse tabu, praticamente restrito à sexualidade entre homem-mulher e centrado-o nas genitálias e estas:

vinculadas ao que seria o dispositivo da sexualidade, o sexo se determinou como o princípio causal de sua mesma unidade fictícia, um princípio onipresente. A capacidade polissêmica e especulativa da categoria sexo -ao mesmo tempo anatomia e carência, função e latência, instinto e sentido- se conectou ao dispositivo de saber com as ciências biológicas da reprodução (Alcántara, 2018, p. 152).

No começo dos estudos, o sexo era visto como dado natural ou pré-discursivo. Há vários séculos de distância, entendemos que este “não é um simples fato ou condição estática de um corpo, mas um processo pelo qual normas regulatórias materializam o ‘sexo’ e alcançam essa materialização por meio de uma reiteração dessas normas” (Butler, 1993, pp. 1-2). O poder disciplinar é exemplificado pela analogia do panóptico.

Monogâmica e heterossexual devia ser a relação homem-mulher para garantir a sustentabilidade e preservação do patrimônio e da família, esse porto seguro, no qual o casal hetero detinha a capacidade de fazer valer a norma e a verdade, reservando-se o princípio do segredo, consistia. “No espaço social, como no coração de cada moradia, um único lugar de sexualidade reconhecida, mas utilitário e fecundo: o quarto dos pais” (Foucault, 2010, pp. 9-10). Outros espaços não eram contemplados para tal prática.

Curiosamente e apesar de associado a algo em extremo reservado, confidencial, íntimo e prazeroso, o sexo se apresenta com um lado pouco atraente ou chato (Foucault, 2010), parecendo “que o divertido do sexo não é tanto sua realidade crua, mas sua conversão em objeto de simulação, sua existência secundária no espaço de significação” (Giménez, 2011, p. 128). Foucault (2010, pp. 9-10) conclui que “o decoro das atividades esconde os corpos, a decência das palavras limpa os discursos”. Leandro Colling, diz:

não aguento mais ler textos sobre sexualidade que não falam de sexo, assim como não suporto mais ler estudos (inclusive *queer*) e/ou ouvir discursos de pessoas que militam e/ou escrevem em nossa área sem falar sobre sexo, ou quando falam tratam de fazer um imenso esforço de higienizar tudo quando dizem algo, “cu” vira “anus”, “buceta” vira “vagina”, com a já velha proposta de parecer aceitável à academia e/ou limpinhos aos olhos da heteronormatividade e de, com isso, usufruir de financiamento de nossas agências de fomento e/ou criar

uma representação tida como positiva para conseguir alguns direitos que, até agora [...] são umas migalhas (Colling, 2015, pp. 24-25).

Também tem-se que: “o sexo é mais excitante na tela e entre as páginas de um livro do que entre os lençóis” (Warhol, 1998, p. 48). Esse aspecto desinteressante do sexo descrito por Warhol Foucault e Colling parece ter a ver com a prática higienizadora da sexualidade e com as conotações moralistas ligadas ao tabu e o decoro da época. Abordagens mais recentes sobre corpo e sexualidade sugerem atitudes mais ousadas; menos tímidas ou repressivas que convocam a liberar expressões outrora reprimidas.

Narrativas mais modernas constroem sentidos e valores menos rígidos sobre o sexo, afastando-se do discurso normativo que parece tentar proteger o sujeito do que há de mais libertador do sexo, a explosão orgástica no gozo, aspecto real submetido a proibições e limites, muitas vezes extremos e talvez por isso contraproducentes desse “produto híbrido do discurso da ciência e do discurso capitalista em que estamos todos imersos” (Pitavy, 2023, p, 79). Daí que ser ou não ser é a dádiva e também a dúvida.

#### **Ser ou não ser (Linn Santos)**<sup>14</sup>

Ser trans para mim é libertar-se. É não ser ator nem atriz: é ser atroz. É ir atrás. Estar à frente. É enfrentar. É atuar sobre si mesma. É assumir riscos. É ter a dádiva de duvidar da vida. Ser trans é ter peito. E também é não ter. Ser trans é genial, não genital. Não é do caralho, nem da xoxota. É de corpo inteiro. É reinventar-se e criar sobre a própria existência. Ser Trans é confuso, é borrar os limites, é rascunho. Ser Trans é poesia. É assumir-se corpo. Ir além. Ser criação e criadora. A médica e a monstra. Ser Trans é divino. É obra de Deus. De todos os eus que me constituem. Não é obra das trevas. É obra das trevas. Ser trans é um ato de coragem. É um campo de batalha. Ser trans é entregar-se. É não abrir mão de si. O que pode ser algumas vezes solitário. Mas tenho me encontrado em outras solidões. E tenho percebido que não estou sozinha. Não estamos. Eu sou trans. E celebro minha existência. Celebro as nossas vidas, nossas conquistas. Se eu não fosse Trans, gostaria de ser.



A poesia de Linn fala do orgulho de não ter de se espelhar na diferenciação como pré-requisito de aceitação. Fala da importância de saber-se parte da multidão de corpos tidos como inadequados, e até há pouco associados a enfermidades psíquicas ou sexuais, o que: “despertava simplesmente a indignação, e as lacunas do conhecimento

<sup>14</sup> A poesia de Linn Santos se encontra no prefácio do livro de Dodi Tavares Borges Leal. De trans para Frente. São Paulo: Patuá, 2017. A imagem que acompanha o texto poético se encontra alojada na plataforma da Pinterest <<https://br.pinterest.com/pin/606437906063134869/>> Último acesso 24 de abril de 2024.

eram preenchidas com uma moral absolutamente desprezível. Tudo era hereditário, i.e., biologicamente determinado, e isso era o fim” (Reich, 1975, p. 20).

A poesia de Linn é uma homenagem à diversidade de potências, é uma espécie de enfrentamento e uma postura de quem decide assumir riscos para superar os resíduos de uma sexualidade vista como algo vindo de um céu azul sem nuvens, algo que surpreendia na puberdade, naqueles contextos escuros em que: “Dizia-se que a “sexualidade despertava”. Ninguém podia dizer onde ela havia estado antes disso” (Reich, 1975, p. 20), continua cheia de ambiguidades, mesmo assim deve ser celebrada.

Em relação à compreensão e à vivência da própria sexualidade, o ser humano se constrói e reconstrói entre tentativas de acertar, lidando com mais equívocos do que esperava e conseqüentemente com a necessidade de inúmeros recomeços, pelo que “podemos nos arriscar a dizer que o corpo seria o lugar de simbolização onde se marcariam os sintomas sociais e culturais desses equívocos” (Ferreira, 2013, p. 105).

Em diálogo com a poesia de Linn, a seguinte narrativa intersexo traz para a luz o lado confuso, desagradável e dramático das imperfeições e protuberâncias dos corpos e das sexualidades, os quais irrompem junto com os equívocos da língua, naquilo que há de mais real do discurso e sobretudo da língua, qual seja “a zona do impossível, e a ideologia marca os equívocos historicizados” (Ferreira, 2013, p. 104).

**Desabafo** Michael)<sup>15</sup>

Eu sou XXY. Síndrome de Klinefelter. Fui persuadido a tentar implantes de testosterona, causam hemorragias e hematomas, nada mudou para mim física ou emocionalmente, um caso perdido, um impotente. Dois implantes se tornaram cinco. Depois de uma enxurrada de testes, o inferno começou. Fui transferido para cuidados intensivos, minha dor foi causada por uma trombose venosa profunda, centrada no local dos implantes, rastejando com a perna direita no abdômen! Em uma ocasião que o endocrinologista me visitou com um bando de estagiários. Eu tive o grande prazer de dizer a ele bem alto que, “você pode pegar meus implantes, usá-los como supositórios e enfiá-los no seu rabo” Foi a última vez que o vi.



<sup>15</sup> Para ler a versão completa e original da narrative de Michael acesse o Intersex Human Rights Austrália <<https://ihra.org.au/category/articles/personal-stories/>>. Última consulta 12/03/2021. A imagem que dialoga com a atitude determinada do narrador é de acesso livre e se encontra alojada na plataforma da Pinterest, no link: <<https://br.pinterest.com/pin/646336984043845998/>> Última consulta 07/05/2024.

No âmbito dos estudos da linguagem, o pioneirismo das narrativas estudadas em termos de sua estrutura e características formais é atribuído a Labov e Waletzky 1968, e Labov 1972 que definia a narrativa como recapitulação discursiva de experiências passadas, em articulação sequencial na tentativa de ordenar cronologicamente eventos passados. Já na relação da ACD com a história, procuram-se parear os discursos e os eventos, de tal sorte que narrativas como a de Michael são construídas e analisadas em função de questionar cânones socioculturais de viés essencialista.

Os referidos cânones classificam e enrijecem duas coisas que se mostram tão complexas quanto impossíveis de administrar, qual seja a sexualidade e a orientação de gênero. Ao em vez de ser XY, como convencionado pelo essencialismo sexual, Michael, por ser XXY, é diagnosticado com a síndrome de Klinefelter, com possibilidade de baixos níveis de testosterona e massa muscular, aparecimento reduzido de pelos e produção baixa ou nula de esperma, o que precisa de tratamento ambulatorial específico.

A narrativa de Michael dá ênfase ao evento traumático, à dramaticidade, remete à Linguística de Labov e Waletzky e a de Labov nos idos 1967 e 1972, onde respectivamente, propõem que a função da avaliação em narrativas consiste basicamente em informar o nível de dramaticidade e da carga emocional do evento que está sendo relatado. Ambos os autores deixam evidente que o modo e o grau do aspecto emocional em que se envolvem os participantes da interação narrativa é considerado aspecto central do que está sendo veiculado. Em 1982 Labov:

modificou a abordagem para examinar relatos de violência em primeira pessoa - histórias breves, centradas em tópicos e ordenadas temporalmente, mas manteve os componentes básicos da estrutura de uma narrativa: o abstrato (resumo e/ou ponto da história); orientação (para tempo, lugar, personagens e situação); ação complicada (a sequência de eventos, ou enredo, geralmente com uma crise e um ponto de viragem); avaliação (onde o narrador se afasta da ação para comentar o significado e comunicar a emoção- a "alma" da narrativa); resolução (resultado da trama); e uma coda (terminando a história e trazendo a ação de volta ao presente) (Riessman, 2005, p. 3).

Tudo isso acontece na narrativa de Michael que não aceita um sentido universalmente válido atribuído às sexualidades, aos corpos e aos gêneros porque os seus significados não são verdades inamovíveis e sim discursivamente construídos. Na contramão do essencialismo, o sentido construcionista entende que o mundo social se forma à medida que os diferentes atores sociais, o discutem, descrevem e contestam dentro do "âmbito linguístico-semântico" (Fabrício, 2006, p. 50). O fato é que:

A realidade psíquica necessita, para se constituir, além de alguém que vá decodificando e nomeando os primeiros balbucios de necessidade da criança, uma série de interações que são implementadas pelos aspectos culturais e sociais, sem deixar de lado a questão biológica pois a realidade psíquica necessita de um suporte corporal para que as pulsões possam inscrever, sobre esse corpo, sua estória libidinal (Laender, 2004, p. 1).

O aspecto dramático da narrativa de Michael, se enquadra no cânone de sentido construtivista, pois se ocupa de descrever, discutir e questionar o clima de terror que as estruturas e os mecanismos de controle dos corpos imprimem no ambiente hospitalar, sua narrativa descreve as práticas cirúrgicas, nem sempre necessárias, mas sempre dolorosas sobre as quais a grande maioria das pessoas intersexo se queixa e classifica como desumanas; ele se revolta com as sequelas e com o péssimo atendimento.

Continua em alta a dramaticidade quando o autor narra ter sido transferido para cuidados intensivos, acometido de intensa dor centrada no local dos implantes, dor essa causada por uma trombose venosa profunda; motivo pelo qual ele anda rastejando com a perna direita no abdômen, o que não deixa de ser revoltante, pois segundo o narrador, foram os procedimentos mal sucedidos que deixaram ele nesse estado, isto é, a realização de grande número de testes e a operacionalidade de cinco implantes, longe de garantir os resultados esperados, multiplicaram as hemorragias e os hematomas.

Junto com a dor física aumentada, cresceu também o abalo emocional, dando ênfase aos aspectos negativos, sentidos e percebidos como algo extremosos para o próprio corpo; nada melhorou para Michael física ou emocionalmente, o descrédito é tanto que chega ao ponto de definir-se como um caso perdido, um impotente, desde quando foi transferido para a UTI. A falta de perspectiva se acentua com a dor física que imprime um senso de fracasso, abala o amor-próprio e dificulta a auto aceitação.

Desapontado e infeliz, cheio de ressentimento, raiva e impotência, emoções inerentes aos problemas reais que física e emocionalmente o afetam, Michael não esconde a tragédia pessoal pela qual passam muitas pessoas que convivem com as sequelas de cirurgias mal sucedidas, as quais pecam por silenciarem sobre os perigos e as consequências de procedimentos camuflados pelo discurso puro da normalidade.

Em processo metamórfico ou de mutação, Michael incorpora o drama de muitos corpos, torna-se a encarnação de um avatar, cujo maior perigo é cair nas representações idealizadas daquilo que se está querendo fugir, a partir da compreensão que hoje se tem sobre os fatos; por ter compreendido que não há imitação capaz de satisfazer a

necessidade de autenticidade que a ciência médica persegue e de maneira perspicaz promete para os pacientes, apesar de não ter condições de garantir bons resultados.

Foi ela, a ciência médica, que por meio de um discurso que induz a pensar na probabilidade de alcançar o inalcançável, persuadiu o paciente a fazer alterações corporais das quais se arrepende amargamente. É nisso que basicamente consiste o drama existencial de Michael, embora ele faça referência a fatos pontuais da sua experiência pessoal, alcança outras anatomias tão sofridas quanto a dele, abrindo sérios questionamentos sobre as praticamente impossíveis representações sexuais.

Desabafar, usar palavrões, embora alivie a tensão, pode parecer deselegante, mas pode também ser eficaz, no sentido de funcionar como válvula de escape para dar vazão às frustrações, raivas, dores e impotências que desestabilizam emocionalmente às pessoas que os proferem. Os palavrões, para a linguística e para o senso comum, apresentam-se como termos que não devem ser proferidos, por conta dos tabus de origem social ou religiosa, pois os vocábulos se relacionam ao sexo ou às excreções.

Embora o sentido restritivo atribuído aos palavrões, estes podem ser próprios ou impróprios a depender do que se queira enfatizar e da rigidez da objetividade ou criatividade subjetiva no que se diz. Por toda a carga emocional contida nos palavrões, eles e somente eles, conseguem expressar a força das sensações e sentimentos do falante que, se está precisando extrapolar os termos comuns é porque estes não lhe servem ou bastam para expressar de maneira satisfatória o que lhe atormenta.

Se os termos comuns dissipassem a carga emocional negativa, dispensar-se-iam os palavrões usados na forma espontânea e franca de informar que não se está mais disposto a tolerar algo. Mandar ‘enfiar no rabo’ é um xingamento relativo ao desprezo por algo que já encheu a paciência de quem está prestes a explodir. Esse algo ou alguém, no caso de Michael, se apresenta em dose múltipla porquanto direcionado para os implantes, o endocrinologista, os estagiários, a instituição hospitalar e o sistema.

Não deveria ser um tabu a forma de expressar as frustrações pessoais e muito menos deveriam se deixar fora da produção epistêmica essas formas chulas alternativas de comunicar, de narrar e se posicionar em relação à própria história e aos personagens imiscuídos nela. A forma pode não ser agradável aos ouvidos, mas o importante na

análise dos discursos produzidos em situações extremas não é só interpretar o que se diz, mas compreender como um determinado conteúdo gera sentidos.

Em relação à temática dos desabafos, do ponto de vista da ACD, entende-se que, independentemente da roupagem em que se apresente; “o discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem: suas próprias normas e convenções, como também relações, identidades e instituições que lhe são subjacentes” (Fairclough, 2016, pp. 94-95).

De qualquer forma, quando o assunto é controverso – e qualquer questão que envolve sexo é –, não se pode esperar a verdade. Só se pode mostrar como se chegou a ter a opinião que se tem. Só se pode dar ao público a oportunidade de tirar as próprias conclusões ao observar as limitações, os preconceitos (Woolf, 2014, p. 13).

Limitações, preconceitos e tabus sobre sexo fazem parte da frustração de Michael, deixam entrever o quão grande era seu desejo de encontrar respostas satisfatórias às suas necessidades físicas e emocionais, psicológicas e afetivas. Não é uma crítica à confiança absoluta que o paciente deposita no médico, e sim atestar que ao: “discutir as metas e os fins pelos quais lutamos [...] não podemos pensar que essas metas estão dadas, precisam ser questionadas e examinadas constantemente” (Woolf, 2012, p. 19).

As vicissitudes de Michael tem algo a dizer sobre a sexualidade em tempos remotos. Convidam a olhar para trás, invitam a rever o passado em que a confissão, o exame de consciência e a penitência eram os modos de colocar o sexo para examinar, vigiar, expurgar e transformar esses segredos revelados no confessionário em discursos repressores, já que só podia se falar em sexualidade para proibi-la ou adequá-la aos parâmetros da moral da época, marcada pelas ameaças e medos de condenação eterna.

Esse passado pode permitir uma melhor compreensão do presente e uma adequada previsão do futuro ao analisar a forma como a sexualidade está sendo regulamentada nos dias atuais, ao questionar se não está se vivendo uma nova forma de opressão, na qual se desfruta do prazer pelo prazer ao refazer os corpos não binários, tendo em mente o prazer da onipotência como um fim em si mesmo.

Sob a influência do dispositivo que se apresenta como uma estratégia sem sujeito e se como uma rede de instituições e mecanismos de apoio que se reajustam, segundo as circunstâncias do contexto, a fim de obter uma estratégia global de coerência racional, concebe-se uma sociedade voltada para o consumo, pelo qual a sexualidade é

regulamentada nos dias atuais em função desse dispositivo das relações de poder e não do atendimento das necessidades próprias de cada ser humano.

A repulsa verbalizada de Michael, a determinação de nunca mais voltar denota raiva e frustração. O que provoca raiva e gera frustra é o descaso, a imperícia e incapacidade de administrar algo (o sexo) que, os homens de branco, presumem ter condições de nivelar a partir de um modelo que se finge infalível e perfeito. Frustra ser submetido às frágeis ideias sobre normatividade sexual de um sistema que gera ‘cópia da cópia’ de um pseudo sujeito, ilusório, inoperante, imperfeito, condenado a viver na alienação, como apêndice ou resto simbólico de um “normal” impossível de materializar.

É a partir do ideário de perfeição e normalidade sexual que o agir cisnormativo se alinha com a cultura do espetáculo ao encarar o outro (o abjeto) como um objeto para o seu escopo de refaze-lo de forma experimental. É por isso que se aponta para a tragédia de um corpo extremamente manipulado que se assusta com a imagem grotesca, sádica e agigantada de um sistema perverso que se dá ao luxo de eliminar os corpos quando não mais lhe servem para acalmar a sua compulsão antropofágica. Teme-se pelo:

apagamento dos limites do eu (moi) e do mundo pelo esmagamento do eu (moi) que a presença-ausência do mundo assedia, é também a supressão dos limites do verdadeiro e do falso pelo recalçamento de toda verdade vivida, diante da presença real da falsidade garantida pela organização da aparência (Laender, 2004, p. 3).

Michael teme pelo próprio corpo, pelo menos é isso que sua narrativa deixa bastante claro, mas ele teme não somente pelo seu corpo e sim pelos outros corpos que a cisgeneridade segue refazendo laboratorialmente, reproduzindo o pensamento pós-moderno e se achando habilitada para descrever, interpretar e resolver tudo sobre os sujeitos concebidos como universais, sem ver as especificidades que os conformam.

Pode se dizer, por tanto, que a luta de Michael e da maioria das pessoas intersexo não defende uma bandeira individual e sim coletiva; trata-se de uma tomada de atitude que parte da experiência pessoal traumática para um engajamento social numa militância que é contra os assaltos e as ondas heteronormativas que, ao passar uma única régua em todos os corpos, buscam acomodá-los ao binário compulsório, podendo interferir, mas nunca determinar os contornos dos corpos que destoam da cisgeneridade.

## 2.1 Evidências da cis instabilidade

Com o intuito de lançar um olhar mais atento aos processos de agenciamento de corporeidades dissidentes em relação às normas de gênero, ao longo de trajetórias e percursos de pessoas intersexo, tomando tal categoria sexual, não como bloco uniforme, pois esta contempla, pelo menos 150 variações diversas, mas como espaço de articulação de experiências e narrativas múltiplas que fazem alusão a episódios traumáticos que desmontam a ideia de um corpo natural e universal.

A tentativa de reificação corporal binária responde às expectativas de um sistema de organização das relações de poder patriarcal. “Esse sistema de organização do poder ativado pelos corpos é, em suma, o que permite a reinscrição obsessiva da dupla identidade masculino/feminino em todas as dimensões da vida” (Reverter-Bañón, 2004, p. 137). Todavia, longe de atribuir qualquer periculosidade às variações intersexo é preciso lembrar com simplicidade a quem tem um ovário que ela:

precisa de controles ginecológicos, que vai precisar de ultrassom, que depois de certa idade pode haver cistos ovarianos, tumores ovarianos, cirurgias ovarianas. Em outras palavras, nesse sentido, as descrições clínicas de corpos endosexo funcionam da mesma maneira para pessoas intersex (Vieira A *et al*, 2021, p. 232).

A genitália intersexo como qualquer outra genitália não necessariamente representa ameaças à saúde, e quando aparecem, normalmente essas ameaças são menores do que as produzidas pela biopolítica e a biomedicina que, nos seus servidores, empurra esses sujeitos para o despenhadeiro da remontagem sexual, faltando ao juramento de zelar pelo bem-estar integral das pessoas. O papel da medicina não consiste em definir masculinidade ou feminilidade, mas em preservar a saúde e a vida.

Desmontar a ideia de um corpo dado pela natureza, em termos de estabilidade e consistência que nunca foram garantidas nem pelas crenças nem pelas práticas culturais, é o que as narrativas intersexo fazem ao encerrar o dualismo natureza-cultura e abrir novos percursos de compreensão sobre a maneira como se articulam as inevitáveis descontinuidades entre sexo, gênero e desejo, como marcadores sociais e culturais, linguísticos e discursivos que fazem frente ao sistema regulador dos corpos.

O controle da sexualidade tem sido uma obsessão dos absolutistas, herdeiros de um sistema político que existiu na Europa, entre os séculos XVI e XIX, o qual ficou caracterizado pela concentração do poder nas mãos dos monarcas. Pois bem, os

herdeiros desse sistema acreditam “que as forças perturbadoras do sexo podem ser controladas apenas por uma moralidade muito cristalinamente definida, uma moralidade inscrita em instituições sociais: o casamento, a heterossexualidade, a vida familiar e a monogamia” (Weeks, 2000, p. 65). Eles inventaram o patriarcado e o machismo para manter-se no pedestal, desde onde pretendem comandar todos os corpos.

Filho fiel do absolutismo, o patriarcado gera o homem cisheterossexual, cujo poder não se questiona nem quer se mudar. Em relação ao prefixo ‘cis’ Moira<sup>16</sup> (2017) diz que o mesmo surgiu na virada do século XXI, setenta anos após a criação do termo trans e que a governança do cis gênero<sup>17</sup> coloca ênfase na genitália, também diz que: “Poucos são os registros sobreviventes de pessoas que, no passado remoto, reivindicaram uma existência outra que não a predita por seu genital” (Moira, 2017, p. 365).

Sendo assim, mesmo que de forma velada permanece a suposição de que todos os seres humanos teriam que fazer as mesmas escolhas, isto é, deveriam “seguir trajetórias de vida preconcebidas –e.g., de casar-se, ter filhos– que se apresentam simultaneamente como ideias e ideologias que privilegiam a heterossexualidade em detrimento de todas as outras orientações sexuais” (Teixeira e Santos, 2018, p. 139), mas os não cis estão aí para mostrar que o saber sempre foi trans, isto é, sempre foi o:

atravessamento, aliança da intuição com a vida. Nem uma pura ontologia, muito menos uma epistemologia, mas uma epistemontologia, visto que o saber não opera por dualidades, mas por composição: não existe isolamento no saber, mas apenas relações de relações [...]. Evidencia-se que todo saber é transaber, um suposto saber nunca se isola, pois é da prática da sabedoria relacionar (Job, 2013a, *apud* Fabrício, 2017, p. 600).

Ninguém tem a chave de superação da visão binária que impede conceber o sujeito constituído no gênero, não somente por conta da diferença sexual e sim da linguagem, uma ferramenta que possui utilidade em certos campos, mas acabou por se tornar uma espécie de mediadora universal das relações humanas, o que urge ser problematizado de modo pragmático (Job, 2022). Voltando aos conceitos cis e trans, eles

---

<sup>16</sup> Amara Moira Rodvalho é doutoranda em Teoria e Crítica Literária pelo Instituto de Estudos da Linguagem/UNICAMP, feminista e militante dos direitos de LGBTs (Ts em especial) e de profissionais do sexo.

<sup>17</sup> Ser cisgênero difere do fato de ser heterossexual, no sentido de sustentar a manutenção de relações lineares entre corpo-gênero-desejo, nas quais estão presentes a vagina de mulher-heterossexual e o pênis de homem-heterossexual, responsáveis por ditar e reforçar o padrão normativo do masculino e feminino na sociedade heterocentrada.

são “os dois extremos de uma dada divisão do mundo, entre eles havendo uma grande variedade de sujeitos e mesmo casos fronteiriços” (Moira, 2017, p. 369).

Em alguns aspectos os cis gêneros têm tantos ou mais medos do que os trans, o medo aumentado deles talvez se deva à dificuldade que tem de quebrar regras, transgredir crenças, cruzar fronteiras e perder seguranças; esse medo os coloca numa redoma de proteção que mais os limita do que os engrandece ou lança para o necessário desenvolvimento. O cis é limitado, contrasta com a ampla abrangência do trans. Ao não margear a linha divisória de gênero e da sexualidade, o cis escolhe ficar “estático, imóvel, petrificado diante da audácia” (Moira, 2017, p. 369) de quem sai da zona de conforto.

São os próprios corpos e os seus discursos os que ajudam a identificar pelos “códigos linguísticos e representações culturais; um sujeito “engendrado” não só nas suas experiências de relações, mas também nas de raça e classe: um sujeito, portanto múltiplo em vez de único, e contraditório em vez de simplesmente dividido” (Lauretis, 1994, p. 208). Na metáfora do tempo instável do saudoso amigo Helmut Kurt, falecido no dia 18 de outubro de 2022, aprofunda-se o tema da inevitabilidade de o ser humano se reconhecer instável nas suas percepções, referências e definições.

**Instável** (Kurt)<sup>18</sup>

Não ventam em mim expectativas.  
O coração dorme  
Por ordem do cérebro.  
Meus olhos chovem rios  
Alagando o rosto.  
Solto um grito trovejante  
Numa cidade surda e muda.  
Insisto em escrever.  
Tento chocar minha sensibilidade  
Com metáforas  
Despido de letras  
Sinto como se fosse  
Uma folha em branco.



No tempo instável o protagonismo desaparece, não é percebido como aspecto significativo, pois tem a sensação de que só pode ser rascunho. A nudez de argumentos prevalece e se depara com o vazio, a imprecisão e o não lugar que se apresenta como uma folha em branco onde, se o fôlego permitir pode se escrever um novo nascimento,

<sup>18</sup> KURT, H. Poeta de Niterói, RJ. Coletânea no site: <[http://www.kurt.com.br/poesias\\_c.htm](http://www.kurt.com.br/poesias_c.htm)>. Última consulta 12/02/2022. A imagem retrata a passividade, dormência, mudez e ausência de expectativas de Kurt, é de livre acesso, no seguinte link: <<https://br.pinterest.com/pin/428686458300119567/>>. Último acesso 07/05/2024.

um merecido recomeço, deixando de lado a versão que o sistema cisheteronormativo, como regime político de subjetivação criou nele e em todos que o cercam.

É nesse contexto social, no qual “a LQ se lança ao desafio de investigar o papel da linguagem em conferir ou retirar sentidos das múltiplas formas de vivenciar a sexualidade e desejos sexuais, incluindo aí a heterossexualidade” (Lau e Borba, 2019, pp. 13-14) que vive afastada do cruzamento desde onde lhe fala “o monstro que tem aprendido a linguagem dos homens” (Preciado, 2014, p. 28), sabendo que essa linguagem ainda não é aceita pela heterossexualidade a qual é uma espécie de:

armadilha, que impõe a cada homem o dever de afirmar, em qualquer circunstância, a sua virilidade [...] A virilidade, entendida como capacidade reprodutiva, sexual e social, mas também com aptidão para o combate e para o exercício da violência, é antes de tudo uma carga. Tudo concorre para fazer do ideal da impossível virilidade o princípio de uma imensa vulnerabilidade (Bourdieu, 2012, p. 64).

Todavia, e apesar da heterossexualidade e das sociedades que deliberadamente atribuem ao homem privilégios e regalias devidas à sua virilidade, elas mesmas são as que, de forma severa, o sancionam e castigam pelo descumprimento das regras. Sobre os privilégios que a virilidade outorga, cabe se perguntar “até que ponto é possível ou razoável esperar que os homens desenvolvam essa forma de autoconhecimento que inevitavelmente levará à erosão do poder e privilégio masculino?” (Morgan, 1992, p. 37).

Tanto em relação à masculinidade quanto à sexualidade, é preciso entender que não há uma única e sim diferentes versões, todas elas funcionando como realidades fluidas, em estado permanente de construção e desconstrução, sendo fortemente contextualizadas ou influenciadas pelo ambiente e época em que se criam e consolidam (Johnson 1997; Milani 2019). Elas respondem ao comando da heterossexualidade, centrada nos aspectos que mais interessam ao sistema patriarcal, quais sejam a preocupação com a constituição familiar monogâmica e com a procriação.

A parafernália genital constituída por útero, ovários, trompas, vagina, testículos, pênis etc., é o que mais faz acontecer o funcionamento desse conjunto de comandos destinados à produção de prazer e à procriação. Outras partes e funções do corpo parecem ser desligadas, pelo que vale perguntar: “por que não nomeamos como rasgos sexuais nossas mãos, bocas, cus? [...] unicamente nomeamos sexuais (leia-se, sentimos sexuais) os rasgos funcionais para a atividade reprodutiva” (Butler, 1990, p. 202).

As reflexões aqui traçadas estão orientadas pelas vivências e relatos de pessoas situadas no conflito com as normas de gênero, que impõem uma linearidade regulatória ao sexo. As narrativas que aqui se analisam, convocam a um pensar situado a partir de uma trajetória pessoal, na qual o narrador negocia sua dignidade de sujeito, agenciando conflitos corporais e discursivos que o projetam nas relações de sociabilidade.

**Consentimento** (Sean)<sup>19</sup>

Quando eu nasci, os médicos queriam remover meus testículos e criar uma vagina. Minha mãe foi informada de que eu nasci com um traço intersexual conhecido como: Síndrome de Insensibilidade Androgênica (parcial). Isso significa que meu corpo estava apenas parcialmente masculinizado quando eu estava no útero. Como resultado, nasci com testículos que não desceram e genitália ambígua. Os médicos queriam me manter no hospital para observação, mas minha mãe recusou. Quando ela me trouxe para casa, o Departamento de Endocrinologia da Columbia Presbyterian ligou para ela durante várias semanas, pressionando-a a me levar ao hospital para uma cirurgia. Ela recusou. Ela não estava disposta a fazer uma cirurgia sem o meu consentimento, foi o seu cuidado que me impediu de passar por muitos dos horrores que as pessoas intersexuais têm que suportar.



O contar seguido e alinhavado não é comum nas narrativas intersexo, portanto, esta de Sean é uma exceção. Na ordenação temporal de ações narrativas no passado: quando eu nasci; queriam remover meus testículos e queriam criar uma vagina; Minha mãe foi informada; o meu corpo estava apenas parcialmente masculinizado; quando eu estava no útero, se dá uma alternância entre construções ativas e passivas.

As construções ativas são dos médicos (querer/remover/criar); as construções passivas são da mãe e do paciente que também é o narrador (nasci, informada, estava<sup>2</sup>). A construção de sentidos identitários depende do engajamento dos atores na prática discursiva que é a produção e interpretação da história contada. Guimarães Rosa já dizia que o contar seguido e alinhavado só se dá nas coisas de rara importância: “De cada vivimento que eu tive, de alegria forte ou pesar, cada vez daquela hoje vejo que eu era

---

<sup>19</sup> Sean publica sua narrativa na Washington Blade e na Scalawag, onde se encontra a versão completa no idioma original: <<https://www.washingtonblade.com/2019/01/01/intersex-activists-denounce-infant-surgeries/>>. Última consulta, 20/03/2021. A imagem que dialoga com a atuação corajosa e satisfatória da mãe de Sean nos seus primeiros anos de vida, embora ela não tenha conseguido salva-lo da cirurgia mais tarde, está disponível no link da Pinterest: <<https://br.pinterest.com/pin/2674081019059700/>>. Último acesso 07/05/2024.

como se fosse diferente pessoa. Sucedido ou desgovernado. Assim eu acho, assim é que eu conto” (Rosa, 2001, p. 99). É assim que Sean acha e também conta.

A prática discursiva ordena e normaliza a experiência extraordinária de Sean ser uma pessoa intersexo. Ele, enquanto ator social, se constrói em redes de expectativas e significados disponíveis na cultura da qual ele faz parte; constrói-se em interação com outros atores sociais: a mãe, depositária de informações e os médicos, detentores de saber-poder sobre a sua variação intersexo pela qual os médicos queriam remover os seus testículos e criar nele uma vagina que pudesse ser penetrada por um pênis.

A prática médica de normalização dos corpos se fundamenta em algo que envolve, mas ao mesmo tempo transcende a instituição hospitalar que é reprodutora dos discursos hegemônicos disseminados em nível local e global. O seu discurso não é um discurso qualquer. Trata-se de um discurso particular, que “pode incluir presunções acerca do que existe, do que é possível, necessário, desejável. Tais presunções podem ser ideológicas, posicionadas, conectadas a relações de dominação” (Resende; Ramalho, 2006, p. 48).

Parcialmente masculinizado, Sean não reunia os requisitos que fariam dele um homem, nos moldes preestabelecidos pela cisnormatividade, mas a mãe entendeu que fabricar uma vagina não faria do seu filho uma moça, aliás cirurgia alguma faria do jovem um homem ou uma mulher, pois ele nasceu intersexo. Mas o que pode ter levado essa mulher a se posicionar contra o que a maioria das mães aceitam de bom grado ou de modo conformado, quando persuadidas pelos médicos favoráveis à cirurgia como a melhor opção para evitar o preconceito e a rejeição futuradas pessoas intersexo?

O que a narrativa registra é de grande relevância. A mãe recusou o querer dos médicos, ela não permitiu que o filho permanecesse hospitalizado sob observação médica nem que fosse submetido a várias cirurgias. A mãe não criou possibilidades para que transformassem o corpo intersexo em um corpo cis feminino. O que aconteceu com essa mulher, outrora simples depositária ou receptora de informações científicas?

A atitude da mãe de Sean é incomum, é um exemplo de como a construção do narrador e dos seus personagens transitam discursivamente tempo e espaço, movimentando-se da passividade para a atuação ativa para influenciar a realidade. Diante dos desafios, a mãe de Sean demonstra que é fazendo uso de noções como

posicionamento, agência e alinhamentos coerentes que as coisas melhoram, foi isso que aconteceu quando ela escolheu ficar do lado do filho e não da ciência médica.

Talvez mais intuitiva do que consciente, a escolha da mãe de Sean está na contramão do que se espera que seja, pois não obedece a ordem social que é formada por estratificações, especificamente por uma segmentação sexual que vai consolidando gradualmente dois *habitus*<sup>20</sup> distintos de a pessoa ser e estar no mundo que, por sua vez, “levam a classificar todas as coisas do mundo e todas as práticas segundo distinções redutíveis à oposição entre o masculino e o feminino” (Bourdieu, 2012, p. 41).

A história de Sean é formulada em um movimento argumentativo que atribui à mãe o mérito do filho permanecer com sua genitália intacta, segura e saudável. Enfatiza as persistentes ligações que a mãe recusa para não levá-lo de volta ao hospital; ela não sucumbe à pressão hospitalar, pois diagnóstico não é doença; ser intersexo não mata e cirurgia compulsória se dispensa quando não aporta vantagens para o interessado.

O não da mãe de Sean se traduz no cuidado que impede o filho passar por sofrimentos inúteis. A rejeição das cirurgias foi uma prova da capacidade que a mulher tem de gerir o conflito. Capacidade esta muitas vezes sequestrada da mulher silenciada pelo machismo que a deixa diminuída na sua habilidade de ver, pensar e agir a partir das suas convicções. É a partir da desvalorização dos gêneros que a visão heteropatriarcal tende a atribuir uma importância inferior ao poder de agência das mulheres.

Machista como é a sociedade ocidental, opta pela hipocrisia moral, relegando a capacidade de poder decisório e poder sexual a algo superficial e secundário para as mulheres, apesar de que “o erótico oferece um manancial de força revigorante e provocativa à mulher que não teme sua revelação, nem sucumbe à crença de que as sensações são o bastante” (Lorde, 2018, p. 10). Essa mesma força acompanha suas decisões na condução de uma família e de uma nação inteira se for preciso.

Superando, de certa forma, a obrigatoriedade de resolver problemas, atribuída por décadas à mulher sem necessariamente dar-lhe os devidos créditos. Ela se equipara à

---

<sup>20</sup> Pierre Bourdieu (2012) cunha o termo *habitus* pelo qual entende as disposições, estilos de vida, gostos, preferências, maneiras de ser e de se comportar que gradativamente são incorporados em um espaço social que possui estrutura própria e, relativamente, autônoma em relação a outros espaços sociais, que por sua vez também tem sua própria lógica de funcionamento, estratificação e princípios que regulam as relações/interações.

LA, conforme Moita Lopes (2006, p. 14) que diz esta ser: “um modo de criar inteligibilidade sobre problemas sociais em que a linguagem tem um papel central”. Em efeito, os problemas sociais existem, e as soluções a esses problemas, quando acontecem, se dão de maneiras imprevisíveis, por caminhos alheios à ciência, à academia ou à pesquisa.

Embora sejam valiosas contribuições na identificação das tensões geradas em nível micro e macro da sociedade, a ciência médica e a academia não tem todas as respostas na ponta da língua, pelo que precisam aprender a ouvir outras vozes, precisam aprender a valorizar e acolher outros pontos de vista sobre o corpo e a sexualidade por meio de investigação de campo na qual o dizer alternativo possa ser levado a sério.

A partir da pesquisa e da produção de conhecimento é que se consegue ter uma visão discursiva das identidades sociais (Moita Lopes, 2003), através das quais entende-se que as masculinidades são construções disponíveis para todos, sem distinção de gênero ou de orientação sexual. Entende-se que de uma maneira ou de outra, todos participam na prática que reforça a pretensa estabilidade atribuída à heterossexualidade, portanto, esses todos também podem contribuir com a sua desmitificação.

Se por um lado, as formações e posições hierárquicas do sujeito sexuado são fornecidas por meio de práticas linguísticas binárias, por outro, deve-se perceber que elas por si só não bastam ou justificam essa formação. É necessário “indexar uma presença de gênero que entre no momento social já construído” (Leap, 2008, p. 283), especialmente quando a pressão é muito grande para que todos os corpos sejam claramente identificáveis como binários ou o mais parecidos possíveis.

A heteronormatividade, caracterizada como modelo de normalidade, produz cada aspecto da organização da vida social, “fazendo-se presente no Estado, na lei, na política, na religião, na medicina, no trabalho, no comércio, na arquitetura, na mídia, na educação, na família, no lar e na linguagem” (Fabrício, 2017, p. 609). E como parece, a divisão entre comportamentos femininos e masculinos, se apresenta como sendo a verdade mais reconfortante da heterossexualidade compulsória (Coventry, 2000). E mais compulsória que a biomedicina, só tem a jurisprudência e a religião que têm contribuído para reforçar os limites fixados pelas redes de poder que disputam sua estratificação representativa da contradição que só pessoas como a mãe de Sean são capazes de contestar.

## 2.2 *Desdobramentos do machismo*

Responsável pelos desdobramentos do descontrole corporal, a cisnormatividade investiu no projeto, cujo objetivo era estabelecer uma nação heterossexual e reprodutora, baseada na família mononuclear burguesa (Miskolci, 2013). A partir de então, gênero e sexo não se dissociam da reprodução. Até as intervenções intersexo remetem a corpos configurados em uma materialidade que opera a través desse poder. Fabricam-lhes uma vagina destinada a ser penetrada, ou (menos frequente) um pênis a ser penetrador.

Enquanto o não binário precisa constantemente cobrar o respeito que sua corporeidade parece não merecer, os que menos se expõem ou se explicam são os cisheterossexuais (Oliveira, MRG, 2017). Por reagirem e se posicionar de maneira defensiva frente às diversas formas de controle, os indivíduos tidos como transviados porque fogem da cisnorma, são perseguidos e mortos; “não podendo ingressar na máquina estatal, permanece às bordas, atacando-a” (Zamboni, 2016, p. 51).

Dissidentes são os corpos que não se adequam à norma e sobrevivem à estigmatização e hipocrisia moral que relega o desejo erótico a algo secundário; tornam-se resilientes quando não se submetem ao crivo do modelo que se impõe como absoluto, quando contestam a bioética determinista que consagra a heterossexualidade como “fato imutável da natureza - uma norma estabelecida normalmente” (Katz, 1996, p. 40).

Vítimas de ódio em nível individual e coletivo são alvos de discursos de ódio que não negam o diferente, apenas dizem que ele: “deve procurar esconder suas diferenças e não chamar a atenção para elas” (Barros, 2015, p. 67). Produzidos pelos “zeladores da boa moral” esses discursos ocupam uma posição dominante, detendo, assim, o poder de conferir a certos seres uma “etiquetagem estigmatizante” que seria, afinal de contas, fruto de um “racismo sem raça” (Kaufman, 2004, p. 212, *apud*, Machado I, 2015, p. 136).

O discurso homofóbico é tão deletério que pode deixar a vítima prostrada em estado permanente de depressão. O poema a seguir desvela o mal-estar sem disfarces de quem é julgado e discriminado, revela a imundície provocada pelo lixo decorrente do luxo da classe mais conservadora, normalmente a mais moralista que, protegida em sua redoma feita de bons costumes, exhibe um ar de retidão aparente, mas vive tão assaltada pelos instintos eróticos quanto à meretriz “que se enfeita de adereços e, em seu permanente cio, segue solta” (Pimentel e Magalhães, 2021, pp. 5-6).

**Pedaços** (Anzaldúa) <sup>21</sup>

Estendida numa cama estreita  
 As roupas encharcadas de sangue.  
 Sei que silenciosa nada sou.  
 Desdita,  
 Distante, com a boca inchada,  
 Vomito algo amarelo,  
 Repito palavras sem sentido.  
 Sinto algo arrebentando  
 Dentro de mim.  
 Estou imóvel nas margens  
 De uma noite escura.  
 Revolvo e repito palavras sem sentido.  
 Algo se rompe dentro de mim.  
 Como sujeira um agitado vento me empurra.  
 Me sinto alheia, julgada  
 Pelo urubu dentro do meu ventre.  
 A fera noite entra armada com navalhas  
 Me encontra tão pertinho,  
 Gesticula, me perfura duas, três vezes.  
 Percebo que me arrancam as entranhas.  
 Que varre meu útero para o lixo.  
 Útero sem túmulo.  
 Um dedo sai do céu e desce,  
 Se insinua em minhas rachadas cavidades.  
 Chispas saem do buraco  
 E me preparo e me despeço da vida assassina.  
 Revolvo e repito palavras sem sentido  
 A vida edema, útero sem túmulo  
 Dentro de mim algo se arrebenta  
 E um agitado vento empurra os pedaços.



Anzaldúa retrata a perturbadora trajetória de vida do corpo transviado, numa sociedade hostil e cruel, armada de navalhas como urubu noturna que perfura e arranca até as entranhas, varrendo tudo (útero, trompas falopianas, ovários) para o lixo, deixando a vítima em estado de total agonia e abandono; nada que não saibamos em termos de violência de gênero em quaisquer uma de suas formas e em quaisquer latitudes desse mundão de Deus, cujo dedo sai do céu e desce para se apiedar da dor.

Diz-se que o século das trevas é coisa do passado e que diferentemente do positivismo, o construtivismo se preocupa com avaliar a validade de qualquer prática (médica, discursiva, jurídica, linguística, ambiental etc.), por conta de um compromisso

<sup>21</sup> Anzaldúa é autora de “útero sem túmulo” e mais dois poemas que Micheliny Verunschck posta na íntegra em 13 de outubro de 2013 no site *musa rara* <<https://musarara.com.br/tres-poemas-de-gloria-anzaldua>>. Último acesso 12/02/2022. A imagem que dialoga com a visão realista da poesia, retrata a crueldade dos fatos sobre os quais não temos controle, se encontra disponível no seguinte site: <<https://br.pinterest.com/pin/388083692883453418/>>. Último acesso 07/05/2024.

ético. Atos válidos são aqueles que se comprometem com a desconstrução de práticas injustas e com a transformação da sociedade. Esse compromisso ético se dá a partir de uma visão aplicada de toda e qualquer uma das ciências sociais e humanas.

Esse acordo se opõe ao desengajamento das epistemologias de demandas puramente racionais, teóricas ou cognitivas que atuam na identificação, descrição e enfrentamento dos diversos problemas sociais, como o problema relativo à construção identitária por meio das cirurgias intersexo, analisado a partir da LA Indisciplinar, conforme definida por Moita Lopes (2006) e da perspectiva construcionista Fabrício, (2006) que não só desvelam problemas sociais como ajudam para que se solucionem.

A LA em interfase com a ACD entende que o discurso heterossexual: “segue o padrão de qualquer discurso ideológico, sendo caracterizado por uma estratégia geral de auto apresentação positiva e de apresentação negativa do outro em todos os níveis da fala e da escrita” (Van Dijk, 2015, p. 39). É um discurso que exalta a cisnormatividade em detrimento das sexualidades desalojadas do eixo que as quer normatizar, colocando-as em perigo com cirurgias que ameaçam sua saúde integral.

**Bandagens** (Georgie) <sup>22</sup>

Aos 12 anos o meu pai me levou ao hospital, com cromossomos 47, XXY durante um ano cutucaram nos testículos não descidos, induziram a descida com estímulo invasivo e cirurgia testicular. Na puberdade cresceram meus seios e quadris e me tornei mais feminina. Contra meu querer me bombardearam com hormônios masculinos e esteróides. Fugi várias vezes de casa, bebi álcool e fumei maconha para lidar com os dramas. Meu pai chamava a polícia que me pegava na rua e levava para casa, de onde o meu pai me levava de volta aos médicos para mais intervenções, aos 17 anos ele me pegou pelo pulso, uma enfermeira enfiou uma agulha na minha mão, acordei de costas, senti dor no lado esquerdo, olhei para baixo, percebi que me haviam enfaixado no peito. Rasguei as bandagens apenas para descobrir que meu seio esquerdo havia sido removido. Foi traumático acordar, descobrir que parte do meu corpo havia sido removida sem me perguntar ou informar. Eu ainda não sei por que eles só removeram um seio, mas assim que me recompus, apenas vesti minhas roupas, fugi de novo e nunca mais fui a mesma pessoa desde então.



<sup>22</sup> Para ter acesso à versão original e completa da história de Georgie basta acessar o site da ABC net da Austrália: <<https://www.abc.net.au/local/stories/2014/12/01/4135509.htm>>. A imagem que acompanha a estupefação da narradora, está disponível no link: <<https://br.pinterest.com/pin/60728294969247514/>>. Último acesso 07/05/2024.

A narrativa intersexo se constitui uma frente de resistência estratégica à heteronorma na qual as lutas de reafirmação do conjunto de subalternidades sejam contempladas sem lhes serem dadas quaisquer tipos de atribuições hierárquicas. O teor *queer* da trama cheia de drama permite pensar uma nova concepção de sujeito e representações menos engessadas e mais plurais que vão além das questões subjetivas.

Enquanto corpo estático, dopado, forçado à inanição, Georgie é privada de dignidade; carregada em peso pela força policial a partir dos 12 anos de idade, fase vulnerável da adolescência, em que é diagnosticada intersexo 47, XXY, (cariótipo do sexo masculino, conhecido como síndrome de Klinefelter)<sup>23</sup>, pelo qual é obrigada a se submeter durante um ano aos métodos experimentais para fazer descer os testículos com estímulo invasivo e por meio de uma cirurgia testicular.

O diagnóstico de Georgie, como a maioria deles, se realiza a partir da variabilidade anatômica, genital, gonadal, hormonal e cromossômica. O que ela problematiza é o poder da biomedicina que sob a égide essencialista do binarismo sexual, insiste em modificar sua genitália, desconsiderando fatores comuns à experiência da cotidianidade, entre os quais o tempo, relacionado à construção da sociabilidade; este fica comprometido quando os longos procedimentos sequestram o paciente no hospital.

A Síndrome de Klinefelter ou SK constitui a causa mais prevalente de hipogonadismo no sexo masculino, as características aparecem na a puberdade com o aumento de seios e quadris. O tratamento consiste na substituição de testosterona ou TST a partir dessa idade; mais cedo seria prejudicial ao desenvolvimento da criança, pois provoca uma virilização progressiva e o aumento muscular e ósseo dos adolescentes (Formoso *et all*, 2020, Pedipedia, enciclopédia on-line)<sup>24</sup>.

Frustrando os projetos de procriação alicerçados pelo domínio patriarcal, o corpo de Georgie irrita o pai, os policiais que a aprendem e os médicos que a sedam e mutilam; todos fazem uso da força física violenta que compromete a saúde física e psicológica da paciente, que em termos de gênero e número se encontra em desvantagem, abusada e

---

<sup>23</sup> O único fator de risco comprovado é a idade materna avançada, pelo que alguns estudos sugerem um aumento da prevalência de SK nas últimas décadas. Veja o site da Associação Brasileira de Intersexualidade (ABRAI) em: <<https://abrai.org.br/a-sindrome-de-klinefelter/>>. Última consulta 14/05/2024.

<sup>24</sup> Formoso, Adrião e Guardiano publicaram em 30/07/2020 na Pedipedia, enciclopédia on-line, conteúdo disponível no site: <<https://pedipedia.org/artigo-profissional/sindrome-de-klinefelter/>>. Última consulta 13/05/2024.

reduzida a objeto, uma natureza inferior, sub-humana, projeção que pode chegar à invisibilização e “até levar a seu extermínio, que, em casos extremos, culmina com o desaparecimento de seu corpo” (Rolnik, 2019, p. 116).

Os agentes sociais da trama são discursivamente construídos através das noções de tempo e espaço, posicionamento, agência e atos concretos que se alinham à estrutura de controle sob a ideologia heteropatriarcal, cujos princípios se articulam no cenário macro contextual e sócio-histórico onde se aceitam ou rejeitam as identidades localmente instituídas que se relacionam com os discursos especializados ou de senso-comum.

Os saberes que confluem para a construção das idiosincrasias dos agentes sociais, participam tanto na assimilação quanto na disseminação dos discursos de normalidade. O discurso é “um modo de ação historicamente situado, que tanto é constituído socialmente como também é constitutivo de identidades sociais, relações sociais e sistemas de conhecimento e crença” (Resende; Ramalho, 2006, p. 26).

Por conta do discurso dominante, Georgie está entregue ao que as figuras masculinas (pai, policiais, médicos) decidam fazer com o seu corpo, ela está sozinha nessa luta. Nem a enfermeira faz diferença, pois, em última instância, ainda que seja mulher, ela está inserida em um macro contexto de ideologia patriarcal, pelo que o seu fazer profissional, para além dos papéis de gênero, prioriza a racionalidade masculina.

Às avessas da força masculina impregnada nos discursos cisnormativos que, para além da materialidade, também trabalha com as representações simbólicas de violência, a narrativa intersexo aqui analisada, mostra o que normalmente acontece com pessoas intersexo, elas, como Georgie, se deparam com o abandono parcial ou total, inclusive estando acompanhadas por membros da família.

Georgie teve uma mama extirpada, embora não haja registro de ginecomastia, nome técnico dado ao aumento descontrolado das mamas em algumas pessoas que recorrem à mamoplastia de redução, no entanto saibam que o risco de recorrência é comum. O maior problema dessa disfunção hormonal se relaciona com o constrangimento social, a discriminação e a violência verbal como *bullying*, mas não consta que Georgie tenha sofrido esse tipo de violência.

De toda forma, na narrativa de Georgie problematizam-se as masculinidades pai, médico e policiais que ocupam o polo universal, político e cultural predestinado aos mais

fortes (mas fortes nos diversos sentidos do termo), pois estes assumem papéis estratégicos, legalmente amparados para exercer as funções tradicionais de vigiar e punir os violadores da ordem. Enquanto fornecedores da ordem, os guardiões do regime político e epistemológico regulam os corpos e articulam as relações de poder.

São eles (os representantes da masculinidade tóxica) os que exercem grande influência nas formas de pensar, sentir, organizar e representar as subjetividades por meio do conjunto de comandos de subjetivação que se reveste de legitimidade para vigiar, julgar e punir as ‘anomalias’ dos sujeitos, para decidir através da cientificidade médica o bombardeio das pacientes com hormônios masculinos e esteróides, decidindo a sorte delas e de todos os ‘desajustados’ que ousam fugir da normalidade sexual.

As palavras ditas falam daquilo que o sujeito quer falar e deixam subentendido aquilo que busca esconder. Georgie revela hábitos e crenças, contradições e conflitos na maneira como se dão as tensões familiares. Produz uma episteme diversa, ocupando um “palco privilegiado de luta de classes, expressão e registro dos valores e sentimentos contraditórios de exploradores e explorados” (Carboni e Maestri, 2003, p. 10).

Mas também naquilo que Georgie não fala, está implícito que: “o espaço da cultura sexual se tornou terrivelmente limitado por fazer da heterossexualidade uma metacultura do normal” (Berlant e Warner, 2002, p. 197). No que ela silencia está implícito que questionar a heteronormatividade não significa ser contra as normas ou ter medo do que é normal, defende-se uma vida sem violência que nada tem a ver com destruir valores da família, ela apenas gostaria de ser respeitada como pessoa intersexo.

No curto texto exhibe-se a força viril projetada para os homens que se impõem com brutalidade na dominação corporal dentro de um contexto social, cujos principais interesses consistem em exibir a macheza através de uma série de eventos concatenados que vão desde chamar a polícia; aprender a paciente fujona, levá-la para casa e logo para os médicos. Georgie vira coisa manipulável, levada e trazida ao bel-prazer dos homens que fazem dela uma marionete. Ela parece mais atormentada com a violência de gênero do que com as ‘anomalias’ das quais querem livrá-la.

Cabe dizer que os policiais, os pais e os médicos não são um bloco homogêneo, pelo contrário, em consonância com o pensamento crítico e interseccional, considera-se que suas performances revelam formas plurais de masculinidade em quase todas as

instâncias e espaços sociais, quem dirá no ambiente hospitalar que tanto zela pelos corpos. Em efeito, são variados os espaços sociais (casa, rua, hospital) que podem dar testemunho das performances de masculinidade que não foram transcendidas, pelo contrário, elas parecem se multiplicar e robustecer em níveis alarmantes.

Gil (2006) usa o protótipo do monstro para definir as características do homem temível, um termo guarda-chuva que dá guarida a toda classe de personagens masculinos insensíveis, fugidios, cruéis, psicopatas perversos e imorais; homens estes que se distanciam do herói, mas ficam próximos do patriarca que se move no campo da luta pelo poder, do acúmulo patrimonial, investindo energias e habilidades para continuar na disputa de poder para a qual os homens são treinados e cobrados cotidianamente.

O que se define como másculo, forte, disciplinar e sob controle, acaba por enrijecer a sociedade, ao ponto de torná-la cega e obstinada por uma ideia, um sentimento ou um vício de perspectiva hegemônica nas relações de poder, haja vista a crueldade máscula nas perseguições policiais e nos procedimentos nada ortodoxos na ministração de sedativos em Georgie. Tudo isso apenas para ajudar a entender que: “O oposto do preferível, em determinado campo de avaliação, não é o indiferente, e sim aquilo que é repelente ou, mais exatamente, repellido, detestável” (Canguilhem, 2009, p. 92).

O mais alto grau de violência masculina no caso de Georgie se concentra na remoção de uma única mama; ato mesquinho, perverso de mutilar um corpo saudável sem que nem para quê. A perversidade asseverada na fragilização feminina, ostenta a onipotência máscula que não se importa com a gravidade dos seus excessos na mal administrada virilidade que humilha o subjugado o corpo intersexo, sedado e preso a um leito hospitalar. Como a analista de discurso crítico, Magalhães (2000) observa, a prepotência masculina na área médica se apóia na racionalidade científica.

Na história de Georgie, observa-se que, enquanto o privilégio masculino persiste em se exibir por meio da força física viril, ela, como a maioria das mulheres e das categorias subalternizadas, luta por ganhar concretude histórica, busca ganhar visibilidade e reconhecimento social, procura adquirir a qualidade de sujeita capaz de decidir sobre o próprio corpo e o próprio sexo sem ter de ser arrastada para fazer acontecer mudanças que ela não escolhe fazer. Já os homens, pelo menos os que se revelam ao longo da breve narrativa, confiam no fato de terem herdado, um modelo:

dominante que lhes era dado pronto. Não se pensava no que era ser masculino, pois isso seria intrínseco a eles. Com a crescente recusa desses valores tipicamente masculinos, aos quais os homens estavam acostumados, emerge uma sensação de desestruturação e desamparo, afinal, o mundo sempre foi pensado a partir deles (Santos S, 2010, p. 63).

Na trajetória de Georgie desfilam ações e discursos preconceituosos que não podem ser vistos como entidades estáticas que representam um fato isolado; eles precisam ser lidos, analisados e entendidos “como fenômenos dinâmicos, sócio historicamente situados, politicamente (in)formados e como produtores de realidades” (Lau e Borba, 2019, p. 18). Os discursos de violência que produziram outra Georgie fazem parte da variedade gramatical da violência que não só é temida como:

ilegítima por aparecer como puro processo produtor de sofrimento psíquico neurótico através da constituição de figuras de autoridade que retiram sua legitimidade da perpetuação da sujeição sob a máscara da condição necessária para a conservação do vínculo social (Safatle, 2015, p. 32).

A nova Georgie é produzida não só pela clínica, nem só pelo agir dos machos que de forma brutal a submetem aos seus caprichos; ela é produzida por uma sociedade cruel que exalta os fortes, enquanto silencia o choro das vítimas, mas uma vez que estas se recompõem, conseguem vestir-se, partir para outra vida, para outro horizonte de escolhas. É assim que funciona o corpo insubmisso “sempre se coloca como a figura inofensiva do “agregado”, de quem vive com pouco, de quem se preserva à margem, de quem constrói vínculos inusitados a outros sabendo como despertar neles a infantilidade do desejo de um tempo sem função e sem produção” (Safatle, 2021, p. 46).

Invocando o lado simbólico do sistema da representação, baseado em signos e significações discursivas que a determinam como sujeito de ação, após ter fugido tantas vezes do absurdo, Georgie tem na fuga talvez a única forma de driblar a prepotência masculina. A fuga na sua vida como na vida de tantas outras pessoas, se torna a inevitável interação entre as experiências reais de tortura e a falta de proteção.

A fuga é um modo peculiar de responder aos desdobramentos do descontrole que não é só corporal, embora seja no nível físico que mais se constatam a prepotência e a legitimidade da agressão masculina, e pouco se faça para evitar que esta seja praticada; basta visitar as delegacias da mulher para ouvir os absurdos sobre esse específico desdobramento do machismo estrutural que tantas vítimas produz.

### 2.3 *Heterossexualidade compulsória*

O patriarcado é um sistema político-social que insiste na afirmação de haver uma superioridade e dominância indiscutível dos homens, colocando-os acima de todas as coisas e de todas as pessoas. Embora o feminismo evidencie que patriarcal não é só o homem, a maioria das pessoas continua a identificá-lo com ele, mas “mulheres podem ser tão apegadas ao pensamento e à ação patriarcal quanto os homens” (hooks, 2020, p. 5). Formas diversas de pensar os gêneros da binariedade passam pelo grau de conscientização relativo à feminilidade que:

tem sido percebida tanto como internalizada quanto como externamente imposta, de forma que, por exemplo, a feminilidade seja identidade para a mulher e deseabilidade para os homens. O conceito feminista de conscientização e seu lugar na ordem social e na mudança emergem dessa análise prática (Mackinnon, 2016, p. 807).

Homens, mulheres, heterossexuais ou não, todos oscilam em posições variadas e variáveis entre os extremos do leque binário; em maior ou menor grau se submetem ao poder dos fantasmas que os trazem de volta para o personagem habitual na cena colonial-capitalística, quando participam das relações de abuso, seja qual for sua posição nessas relações (Rolnik, 2019). Isto se dá porque o patriarcado acontece “através do caráter aparentemente abrangente, sintético e neutro de gênero masculino que impõe sua essência social” (Carboni e Maestri, 2003, p. 55).

a palavra patriarcado encerra ambos os sentidos no mesmo termo. O sistema de sexo/gênero, por sua parte, é um termo neutro que se refere a essa esfera de relações, e indica que a opressão não é inevitável nessa esfera, mas é produto das relações sociais específicas que a configuram (Rubin, 2012, p. 13).

A LA entende que para desnaturalizar o patriarcado, é preciso: “emaranhar-se e afetar-se com e pelo objeto em construção, promovendo a cópula – como sugere Job (2010) – entre diferentes saberes e jogos de pensamento. A meu ver, seria esse gesto que conferiria algum grau de complexidade às nossas pesquisas” (Fabrício 2017, p. 613). Especialmente em situações de violência da hegemonia e supremacia masculina.

A perpetuação de uma heterossexualidade compulsória, “assegura que as mulheres se voltem, inevitavelmente, mesmo que impetuosa e tragicamente, para os homens. Até mesmo quando a atração é suicida” (Rich, 2010, p. 41). Alega-se um patriarcado restrito aos nômades de comunidades pastoris do Velho Testamento, entre

os quais o patriarca Abraham que tinha mulheres, crianças e rebanhos como subordinados, mas o patriarcado como sistema político não é página virada e sim um:

modelo da cultura e dominação masculina, especialmente contra as mulheres. É reforçado pela religião e família nuclear que impõem papéis de gênero desde a infância baseados em identidades binárias, informadas pela noção de homem e mulher biológicos, sendo as pessoas cisgêneras aquelas não cabíveis, necessariamente, nas masculinidades e feminilidades duais hegemônicas (Akotirene, 2019, p. 67).

Na década de 80, Rich e Wittig cunham o termo 'heterossexualidades compulsórias' para questionar a naturalização de uma sexualidade normal, atrelada a um sistema de coerência articuladora de sexo, gênero e desejo, a qual opera na lógica de que, um corpo com pênis (sexo) é de homem (gênero) que se vincula com mulher (desejo heterossexual). Dessa década para cá não mudou muito o modo tradicional de pensar a normalidade e naturalização dos corpos, dos desejos e das sexualidades.

Corpos, desejos, gêneros e sexualidades continuam sendo objetos de manipulação por parte da ideologia heteropatriarcal, instituição política dominante que não se limita à descrita no texto bíblico; deve ser avaliada na sua inseparabilidade com o capitalismo, pois “Na medida em que desenvolve a sua argumentação, a causalidade econômica torna-se prioritária e o patriarcado está sempre se desenvolvendo e mudando como uma função das relações de produção” (Scott J, 2019, pp. 58-59).

Os estudos feministas confrontam o poder masculino ao mesmo tempo em que reconhecem “que ele é “total” porque define o mundo e os critérios que permitem julgar a adequação dos comportamentos no mundo por ele definido – e um reconhecimento de que ele é uma ilusão, uma mistificação” (Biroli, 2013, p. 99). É preciso abraçar a luta das mulheres como uma classe e lutar pelo desaparecimento dessa classe (Wittig, 2019).

Quem luta pelas mulheres, luta também pelo fim da heterossexualidade que maltrata e desqualifica em público e em privado mulheres adultas e crianças. Maltratar e desqualificar o subalternizado é covardia, que o digam as quatro paredes de uma casa, elas “guardam os segredos de sevícias, humilhações e atos libidinosos/estupros graças à posição subalterna da mulher e da criança, face ao homem e da ampla legitimação social dessa supremacia masculina” (Saffioti e Almeida, 1995, p. 33).

Atribuições heterossexuais se impõem desde o dia do nascimento até estágios mais avançados através de rótulos de inadequação e sequenciais processos de subalternidade de gênero e sexo, aos quais é preciso reagir de forma individual e coletiva,

pois estes não se limitam às orientações de gênero e sim a tudo que envolve o ser humano nas diferentes esferas de socialização. Trata-se da prática discursiva que:

é constitutiva tanto de maneira convencional como criativa: contribui para reproduzir a sociedade (identidades sociais, relações sociais, sistemas de conhecimento e crença) como é, mas também contribui para transformá-la. [...]. Assim, a constituição discursiva da sociedade não emana de um livre jogo de ideias na cabeça das pessoas, mas de uma prática social que está firmemente enraizada em estruturas sociais materiais, concretas, orientando-se para elas (Fairclough, 2016, pp. 96-98).

Em efeito, diferentes quanto elas são, as atribuições heterossexuais envolvem normalmente as práticas discursivas nas relações de gênero, as quais mostram que, diferentemente da feminina, a potestade masculina é: “produto das formas arbitrárias de classificação que organizam o mundo e, nele, as posições relativas dos indivíduos. Mas coincide com a posição real dos homens em um mundo cujos termos – valores, comportamentos, instituições – foram por eles definidos” (Biroli, 2013, p. 99).

O senhorio masculino heteropatriarcal, estrategicamente disseminado em nível micro e macro contextual, não é facilmente localizável, não está em um único lugar nem faz valer o seu arbítrio de forma unívoca; tornou-se criativo e esperto no modo de pensar e organizar a vida em sociedade em que são eles (os homens) a parte majoritária nos cargos de chefia, aplicando os ferretes patriarcais: “feixe difuso de forças que abarcam desde a brutalidade física até o controle da consciência” (Rich, 2010, p. 25).

**Ferretes (Herrejón)<sup>25</sup>**

Acordo revoltada com a vida  
Decido apagar as impressões  
Deixadas pelo patriarcado  
Arranco os carimbos da fria pele  
E abandono a condição de gado  
“Estúpida, histérica, puta e passiva”  
Adjetivos ferretes de legitimação  
Do direito à propriedade privada  
Hoje os vômito na putrefata boca  
Do indolente e estéril sistema  
Cuja potência suicida é a dor;  
As nádegas, os peitos e os lábios  
Pela acumulada raiva estão inchados  
Recusam-se a servir de suporte  
Para quaisquer medos projetados.



<sup>25</sup> A imagem dialoga com as emoções de revolta e desapontamento da poesia, se encontra disponível no site da Pinterest, no link: <<https://br.pinterest.com/pin/20055160837793921/>>. Último acesso 07/05/2024. O texto poético de Herrejón foi publicado na página 38 de Fronteiras e multidões queer. In: ZOGHBI, D. e BORGES, R. Diálogos com a linguística: saberes em relação. Salvador: Quarteto editora, 2020, pp. 29-55.

É grande a impotência diante do poder masculino, que, embora se queiram apagar as suas impressões deixadas na pele, estas parecem se impregnar na alma, como se fossem uma segunda natureza, tanto é assim que, no feroz intento de as vítimas quererem arrancar da memória o ferro em braças, correm o risco de machucar-se de novo. A raiva e o nojo podem se voltar contra a vítima, reforçando preconceitos e bloqueios até alcançar um autodesprezo intolerável que a mantenha presa ao passado.

O importante é que mais cedo ou mais tarde e, sob a ótica da fluidez de uma análise objetiva, a vítima consiga colocar sob suspeita a “matriz da heterossexualidade” (Butler, 1990, p. 17) “a que todos nós estamos submetidos e segundo a qual desobedientes são considerados desviantes, sendo continuamente apagados ou limados” (Moita Lopes e Fabrício, 2020, p. 375), pois enquanto dispositivo de poder relega ao nada qualquer existência que ameace derrubá-la do trono.

A heterossexualidade compulsória não aceita ser desafiada nem gosta de ser testada no quesito tolerância, torce o nariz para todo discurso corporal ou verbal de gênero e sexo que não seja do seu agrado ou ameace subverter sua matriz de normalidade. Em função disso a variação intersexo é percebida através de uma escala de identificação que parte do desviante ao odioso, pelo que é submetida à violência genital com procedimentos promovidos pelo velho regime que:

Funciona como “poder regulador” que participa dos processos de subjetivação dos próprios sujeitos e se constitui, de outra parte, em relações de poder que materializam corpos como “sexuados” e “generificados”. É no campo concreto das práticas de poder que a divisão binária – masculino e feminino – se naturaliza e isso acontece devido à atualização dos dispositivos de saber-poder, tanto nas práticas sociais, quanto na materialização dos corpos e das subjetividades (Camargo, 2012, p. 184).

O critério de normalidade heterossexual tem uma medida e função certas para os genitais; o pênis, por exemplo, deve ser maior de dois centímetros e com capacidade erétil, enquanto o critério da normal feminilidade, segundo as mesmas determinações sexistas, tem como referencial o escondido e quase imperceptível clitóris, o qual se medir mais de cinco centímetros será “conjurado pela prática regular das clitoridectomias” (Cabral e Benzur, 2005, p. 291), salvo se não for percebido em tempo pela lente binária.

Quaisquer corpos que discordarem da lógica heterossexual serão considerados não apenas anormais no sentido normativo, mas também, em um sentido político, pelo qual se tornam “menos detentores de direitos, menos importantes, menos respeitáveis,

menos sujeitos e, até mesmo, menos humanos” (Cuevas, 2015, p. 58). A subestimação e descarte sumário de certos corpos se explica pela força que a pseudo verdade heteropatriarcal ganhou ao longo da história da sexualidade, cuja preocupação com:

pureza/verdade na produção do conhecimento foi definitiva na modernidade, marcada por um ideal de ciência que não concebia a inseparabilidade de pesquisa, subjetividade e poder. Assim, a produção do conhecimento está situada no olho do exercício do poder e, na modernidade, foi crucialmente definida por ideais colonialistas de conhecimento branco, heterossexual, masculino, cristão, capitalista etc. (Moita Lopes e Fabrício, 2019, p. 712).

Tendo se tornado um dos regimes de maior domínio institucional que, por suas devastadoras repercussões e número de vítimas em escala mundial, o heteropatriarcado deveria ser combatido mais do que quaisquer guerras armadas, haja vistas que esse velho regime, além de infectar com suas verdades cristalizadas à ciência médica, naturaliza as cirurgias intersexuais, amalgamando nesses corpos as potências linguísticas mais obscuras sobre gênero e sexualidade.

além de desnaturalizar a separação entre linguagem corpo e mundo social, é preciso desalojar o entendimento de linguagem como sendo primordialmente um instrumento mediador entre o sujeito pensante e a realidade que o cerca, cuja função principal seria a de representar ou descrever objetos, pessoas, fatos, estados de coisas e pensamentos [...]. A noção de ação linguística prioriza, não a estrutura da linguagem ou sua função referencial, mas sim sua atuação em contextos interacionais concretos e os efeitos de sentido neles engendrados (Moita Lopes e Fabrício, 2019, p. 717).

Embora a política de subjetivação busque fixar e enrijecer as pessoas, inventando-lhes uma identidade compatível com a ideologia heteronormativa dominante, elas são seres em atos, no sentido de estarem sempre se fazendo em associação com a cultura e com a linguagem; cientes dos inúmeros atravessamentos, dentre os quais o mais marcante é, sem dúvida, aquele que as conecta com a experiência do amor e do acolhimento; no qual se reconhecem e aceitam como seres únicos que não se realizam plenamente se não na originalidade da diferença individual.

Qualquer proposta de valorização da diversidade terá que abordar, explicar e propor como superar as desigualdades sexuais e de gênero, como alcançar a igualdade de oportunidades e direitos, sabendo que existem múltiplas diferenças, dependendo da estrutura de sentido do mundo que se tenha e do horizonte humano que se pretenda alcançar. Os epistemes intersexo traçam caminhos e estratégias diferentes daqueles que a ideologia ortodoxa sugere, mas ainda são pouco valorizados.

O fato de afirmar que há um poder regulador por trás da maneira como se pensam e organizam as relações e “que a própria palavra heterossexual significa uma forma histórica ligada ao tempo, um modo historicamente específico de organizar os sexos e os prazeres” (Katz, 1996, pp. 45-46), implica em admitir que o desejo antecede a hierarquização dos sexos. Admissão esta que permite uma aproximação crítica e não alienada ou distorcida sobre a manipulação dos corpos, a fim de enxergar os seus disfarces e as suas mais diversas alianças com a biopolítica.

**Humilhada** (Paloma)<sup>26</sup>

Com um clitóris maior do normal consultei vários especialistas, sempre sozinha em todas as consultas, lembro um ginecologista que verificou os meus órgãos genitais e chamou vários médicos de outras áreas para tirarem várias fotos, até ouvi um deles dizer que iriam usar essas fotos para uma conferência. Senti-me muito mal com toda essa situação, muito humilhada e indefesa, mas não disse nada. Essa experiência foi repetida com alguns dos outros médicos que me examinaram, eles sempre chamavam outros colegas médicos para mostrar o meu corpo [...], eu penso que todas as pessoas deveriam ter direito de decidir sobre seus corpos, cientes dos riscos envolvendo os genitais.



Há uma atitude preconceituosa em relação à variação intersexo de Paloma, que depois de consultar vários especialistas, de forma unânime decidem mutilar sua genitália saudável não por ser uma ameaça à saúde, e sim por ter superado a medida regulamentar. O fato de até agora não conhecer otorrino algum que defina a saúde nasal e de ouvido medindo à régua o nariz e as orelhas, permite classificar de irrisórias as razões e de absurdos os critérios que avaliam a ponta de régua as variações intersexo.

Inferindo que as ideologias dominantes são significações de mundo, de vida e doutrinação engajadas em definir formas homogêneas de construir a realidade “(o mundo físico, as relações sociais, as identidades sociais), que são construídas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a reprodução ou a transformação das relações de dominação” (Fairclough, 2016, p. 126). São elas as que decidem características do que se entende por normal.

---

<sup>26</sup> Paloma publicou sua história na Brújula Intersexual, onde se aloja a versão original e completa: <<https://brujulaintersexual.org/2015/03/17/historia-de-paloma-mujer-intersexual-con-hiperplasia-suprarrenal-congenita/>>. Última consulta 12/04/2022. A imagem que representa a humilhação descrita ao longo da narrativa, é da Pinterest, disponível no link: <<https://br.pinterest.com/pin/492649950710282/>>. Última consulta 07/05/2024.

Ao lembrar-se de um ginecologista que verificou os seus órgãos genitais e chamou vários médicos de outras áreas para vê-los, Paloma alude à prepotência biomédica que busca “produzir no campo da clínica– um corpo dócil, isto é, dócil de acordo com o gênero ou, pelo menos, desde um olhar clínico, que tenta lê-lo na emulsão fotográfica, de um lugar perturbadoramente próximo ao olhar pornográfico” (Giménez, 2016, p. 45).

Sujeitas à negociação constante com as normas e com o poder que elas exercem sobre elas, as pessoas ora se submetem a situações constrangedoras sem questioná-las, ora as questionam e as repelem. Apesar de certa frustração por querer viver a diferença que carregam e as constitui como seres livres e plurívocos, pessoas como Paloma, nem sempre reagem aos constrangimento e humilhações, deixam-se usar.

A LA avança no entendimento das construções discursivas nas relações de poder, as analisa e alerta sobre os modos como as práticas narrativas dominantes orientam e legitimam certas ações, como a fixação com a genitália feminina, especialmente a extrema vigilância em relação ao tamanho do clitóris que dá prosseguimento a uma prática que desde meados do século XX legitima mutilações da genitália intersexo.

A exposição dos corpos nus das meninas intersexo sob os olhares da equipe médica que fotografa suas genitálias para fins de análise ou possíveis conferências, é como mínimo constrangedora; mostra às claras a existência de “um jogo de linguagem que associa os signos “vagina”, “mulher”, “feminilidade” e “desejo sexual pelo sexo oposto” como *uma fabricação semântica performativa*. Sua ancoragem, entretanto, é a repetição que nunca se sedimenta” (Moita Lopes e Fabrício, 2020, p. 375, grifos nossos).

Cabe lembrar que no desenvolvimento se dá o aparecimento dos caracteres sexuais secundários e o que se define como sexo endocrinológico. Da mesma forma, é necessário dizer que: “A aceitação, ou não, do indivíduo ao sexo que lhe é atribuído define o sexo psicológico. As ações da sociedade sobre as pessoas, aceitando-as em um outro sexo, define o sexo social” (Muniz, 2009, p. 121).

Certas práticas médicas são justificáveis, o diagnóstico médico é um deles quando visa identificar ameaças potenciais à saúde das pessoas, mas o diagnóstico de normalidade sexual que resulta da análise dos testes cromossômicos, da reação aos hormônios, do tamanho do falo e do orifício urinário em meninos XY; do tamanho do clitóris, vagina e canal vaginal nas meninas XX, é preciso pensar que:

não são simplesmente dados de antemão de projetos [linguísticos], mas são construídos em domínios conceituais e ideológicos que têm histórias – muitas vezes histórias coloniais a não ser que a [linguística] atenda de forma contínua e sistemática ao problema da formação conceitual-ideológica dos objetos que constituem seu discurso, não poderá evitar a reprodução do discurso colonialista (Scott D, 1999, p. 13).

O diagnóstico merece se considerar vital sempre que tiver como objetivo prevenir qualquer problema de saúde sobre as variações intersexo, mas este não deve ser usado para induzir os pacientes, seus pais e representantes legais à tomada de decisões que coloquem em risco a saúde integral. A violência ambulatorial não é uma questão individual e sim de interesse social a ser abordada partir de uma perspectiva crítica, pois diz respeito a um problema que transcende inclusive a categoria representada.

Uma perspectiva realmente crítica partirá, necessariamente, da desconstrução desse modo de inscrição de sujeitos políticos em indivíduos. Única maneira de produzir a abertura social à multiplicidade formal própria a um corpo sem eu comum e unidade. Ele nos levará a pensar um corpo aberto a sua própria spectralidade (Safatle, 2015, p. 12).

Não é desconexa da violência simbólica a curiosidade excessiva em relação à genitália infantil quando esta vira atração para uma produção fotográfica que se aproxima da atitude pornográfica, incentivada pela supremacia patriarcal. O ambiente hospitalar deixa de ser confiável quando a paciente se sente constrangida pelo fluxo contínuo de curiosos, sem que seja percebido como falta ao pudor e à ética profissional.

A exposição das partes íntimas, a invasão de privacidade, a produção e o uso indevido de material imagético configuram graves violações à honra objetiva da pessoa intersexo. Motivo pelo qual a denúncia de Paloma é uma forma concreta de oposição às supremacias patriarcais das quais, não de maneira exclusiva, mas pelo seu grau de vulnerabilidade, as crianças intersexo têm sido as principais vítimas.

Faz-se violência não só com as cirurgias não consensuais e sim com os múltiplos atos de desrespeito, entre os quais as fotografias tiradas sem autorização, sob desculpa de serem para aprofundar o tema das variações intersexo, quando na verdade se tiram e disseminam com vistas a fazer violência, a qual não é física, mas é tão dolorosa quanto.

A mesma consciência que leva a compreender os interstícios das relações de poder que se formam nas estruturas do patriarcado, leva a compreender que, embora todas as mulheres sejam subjugadas, nem todas elas o são da mesma maneira e das mesmas circunstâncias, princípio que se aplica aos corpos não binários, todos eles sofrem a opressão heterossexual, mas nenhum na proporção sofrida pelos intersexo.

#### 2.4 *Transgressões à dominância masculina*

Projetadas para respeitar regras e se adequarem aos cânones preestabelecidos, as pessoas em geral, observam uma obediência incondicional, uma cega subserviência às figuras masculinas dentro e fora do ambiente familiar, em especial se revestidas de autoridade como porta-vozes da verdade ou como representantes da divindade. A dominância masculina à qual adere a maioria das ciências, e de modo particular a ciência médica, tem estabelecido critérios específicos sobre a normalidade sexual e de gênero, atitude da qual se depreende uma série de problemas de várias ordens.

A biomedicina e a sociedade como um todo, contribuem para a normalização das práticas heteronormativas e, ao fazê-lo, se constitui uma distinção rígida, quando não patológica sobre a diversidade sexual com preconceitos que não “permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro” (Foucault, 2004, p. 12).

A dominância masculina segue: “um padrão que descrevemos como pertencimento vicioso -um projeto identitário que argumentamos se caracteriza pela incongruência inerente às tensões irrecuperáveis” (Milani e Levon, 2019, p. 625), esse padrão é feito de ideias que ignoram a nova ordem, “na qual se sucedem e se justapõem os movimentos feministas, homossexuais, transexuais, intersexuais, transgêneros, chicanas, pós-coloniais” (Preciado, 2011, p. 14).

O domínio masculino “apela para o poder social das instituições científicas” (Ferrarotti, 2014, p, 43), as quais criam várias clivagens entre as diversas categorias sexuais, produzindo um padrão de normalidade que se caracteriza pela inferiorização alteritária, a qual: “ainda opera com ideais de verdade e transparência do conhecimento, como se escolhas teóricas, analíticas e metodológicas não tivessem um endereço ideológico” (Moita Lopes e Fabrício, 2019, p. 714).

Em sentido oposto ao que acaba-se de dizer, a descrição autorreferencial de Ney Matogrosso traz um pensar e um agir categórico de quem não se adequa, nem minimamente que seja, aos lugares-comuns que a concepção linear heteronormativa outorga aos corpos e sexos de aparência masculina. Trata-se de um posicionamento

individual que ganha o meio social para romper a rigidez a respeito do que se convencionou ou legítima como sexualidade normal.

Palavras e ideias como as de Ney Matogrosso que vão de mãos dadas com o agir cotidiano do indivíduo, tem um valor epistêmico que supera o valor concebido à produção puramente teórica; esses saberes são capazes de favorecer grandes transformações tanto pessoais como coletivas, pois “oferecem oportunidades excelentes para (re)modelar interações sociais, assim alterando certos discursos ideológicos (de gênero e sexualidade, neste caso) produzidos performativamente” (Lewis, 2016, p. 20).

**Mal necessário** (Ney Matogrosso)<sup>27</sup>

Sou um homem, sou um bicho, sou uma mulher  
 Sou a mesa e as cadeiras desse cabaré  
 Sou o seu amor profundo, sou o seu lugar no mundo  
 Sou a febre que lhe queima, mas você não deixa  
 Sou a sua voz que grita, mas você não aceita  
 O ouvido que lhe escuta quando as vozes se ocultam  
 Nos bares, nas camas, nos lares, na lama.  
 Sou o novo, sou o antigo, sou o que não tem tempo  
 O que sempre esteve vivo, mas nem sempre atento  
 O que nunca lhe fez falta, o que lhe atormenta e mata  
 Sou o certo, sou o errado, sou o que divide  
 O que não tem duas partes, na verdade existe  
 Oferece a outra face, mas não esquece o que lhe fazem  
 Nos bares, na lama, nos lares, na cama.  
 Sou o novo, sou o antigo, sou o que não tem tempo  
 O que sempre esteve vivo  
 Sou o certo, sou o errado, sou o que divide  
 O que não tem duas partes, na verdade existe  
 E não esquece o que lhe fazem  
 Nos bares, na lama, nos lares, na cama  
 Na cama, na cama, na cama



O mal necessário está povoado de enunciados relativos à construção identitária, um saber potencialmente ambíguo sobre a trajetória pessoal que ousa enfrentar o contraditório sem medo de se perder nessa aventura. Talvez a ambiguidade constitutiva saiba que “todos os enunciados de uma língua são ambíguos; daí a linguagem ser um trabalho de equilíbrio” (Rezende, 2008, p. 97), um trabalho de negociação contínua consigo mesmo e com os outros, com os diferentes, pois não há nada como um diálogo com pessoas que não compartilham suas suposições para alguém aguçar o intelecto.

<sup>27</sup> Matogrosso, Ney. Disponível em: <<https://www.lettras.mus.br/ney-matogrosso/47728/>>. Último acesso: 13/03/2021 A imagem que acompanha a dramaticidade, ambivalência, controvérsia e ambiguidade da poesia está no link da Pinterest: <<https://br.pinterest.com/pin/12807180185205393/>>. Último acesso 07/05/2024.

O mal necessário, mais do que um texto poético, é um convite para acessar o eu profundo e extrair um saber a ser dividido, mas antes de qualquer exteriorização, é preciso que cada um se aproprie de operações básicas como identificação em relação a quem é e de onde veio, como foi projetado e quem se tornou; comparar-se em relação àquilo que já foi e naquilo que pretende se tornar ao projetar-se para o futuro.

É fundamental apropriar-se de operações como a diferenciação entre aquilo que já fez e aquilo que gostaria de fazer; a semelhança entre as escolhas feitas e as que gostaria de fazer; a aproximação que existe entre a versão atual daquela que já foi; o distanciamento não necessariamente dos outros indivíduos e sim dos cânones sociais que podem lhe desviar da busca permanente de ajustes necessários à intersubjetividade.

A referida sugestão vá na contramão da dominância masculina que ostenta rótulos fixos e inquestionáveis, ditando responsabilidades decisórias sobre si mesma e sobre os indivíduos ou grupos que ele capitaneia, esses rótulos são assumidos por figuras tutelares, provedores, empresários, diretivos, governantes, líderes políticos que se diferenciam do homem herói, devotado à família e à comunidade.

Todavia, independentemente da ideologia que defendem, esses indivíduos que competem entre si e não consigo mesmos, isto é, com versões anteriores e novas versões de si, são treinados para dar ordens, julgar, dirigir e governar seu patrimônio; para esses indivíduos responsabilidade e arbitrariedade são as duas faces da máscara masculina dos patriarcas, dos heróis e dos monstros (Gil, 2006).

Não faltam critérios tácita ou implicitamente definidos para refletir sobre o hábito de medir forças, delimitar espaços, saberes e competências, critérios estes que, independentemente da intenção do autor, alude ao gênero e aos eixos viris, fazendo recair no plano triangular das esferas públicas, onde os homens rivalizam com outros homens para disputar posse, poder, capital e objetos de desejo de qualquer ordem.

E sobre esta base triangular se fundam as três máscaras masculinas aqui contempladas: a do herói, ator que se move ao longo do eixo da luta pelo poder; a do patriarca, ator que se move ao longo do eixo da acumulação de patrimônio; e a do monstro, ator que se move ao longo do eixo da satisfação do seu desejo (Gil, 2006, p. 40).

Na infância, a depender dos contextos, os meninos aprendem a medir força viril nas corridas de carros e cavalos; na distância que o jato de urina alcança. Em fases posteriores usam aspectos como estatura, musculatura, profissão, poder aquisitivo,

liderança, persuasão, charme e sedução para conquistar admiração e espaço social. Quanto ao poder disciplinar de gerar e administrar o patrimônio familiar, tarefa que os homens faziam a partir da casa grande, isso mudou para eles:

já que agora mandam desde suas empresas e seus escritórios profissionais, de onde atuam como patrões com lógica patriarcal. Por isso, aos patriarcas atuais não há que buscá-los entre os chefes de família e sim entre os empresários, políticos e governantes: ou seja, entre os patrões e os padrinhos, mafiosos às vezes (Gil, 2006, p. 34).

Independentemente de identificar a razão pela qual os homens se confrontam uns com os outros, eles gastam muito tempo e energia quando se comparam entre si, rivalizam em ideias e opiniões sobre questões políticas, esportivas e ideológicas, a partir de interesses e critérios que reforçam a superioridade viril, nem sempre inscrita nos atos ou decisões e sim no plano das ideias ou da razão, campo preferido deles.

Há na competição viril um investimento significativo na aceitação e reconhecimento social, pois “se o sujeito expressa atitudes viris e másculas, está livre do controle imposto aos meninos delicados, viadinhos, bichinhas ainda que estejam de “amassa-amassa” juntos!” (Oliveira, MRG, 2018, p. 179). Por outro lado, descontando tarefas seminais ou produtivas, reduzidas à reprodução assistida generalizada:

não há nenhuma função viril presumida que não possa ser igualmente exercida por mulheres com propriedade idêntica. Mas, apesar disso, a verdade é que os homens se especializam em desempenhar certas funções que afirmam ser inerentes à sua condição ou definidoras de sua identidade (Gil, 2006, p. 34).

Talvez caiba dizer que nem tudo que parece verdade é verdade, “a norma lógica de prevalência do verdadeiro sobre o falso pode ser invertida de modo a se transformar em norma de prevalência do falso sobre o verdadeiro, assim como a norma ética de prevalência da sinceridade sobre a hipocrisia pode ser transformada em norma de prevalência da hipocrisia sobre a sinceridade” (Canguilhem, 2009, p. 92).

Por mais corriqueiras que pareçam, hierarquias e estruturas de poder são discursos dominantes que contaminam não apenas a sociedade civil, mas também o Estado: atribuições, regulações e formalidades, estabelecidas para conceder direitos e oficializar legitimidade cidadã. Para alguns indivíduos resulta difícil se submeter a padrões de dominação que lhes tolem liberdade, preferem assumir riscos, dizendo:

Desfiz a máscara da feminilidade que a sociedade tinha desenhado sobre o meu rosto até que os meus documentos de identidade se tornaram ridículos, obsoletos. E depois, sem escapatória, aceitei me identificar como transexual e ‘doente mental’ para que o sistema médico-legal pudesse me reconhecer como

corpo vivo humano. Tenho pagado com o meu corpo o nome que levo (Preciado, 2014, p. 27).

Dando relevo à investigação de fatores de ordem sociocultural e política na relação que estes mantêm com a linguagem, a LA em interface com a ACD, analisa narrativas de identidade sobre a segregação aberta ou velada que se desvenda na fala e nas atitudes dos personagens do enredo. Personagens estes, discursivamente construídos, por meio do que se diz sobre eles, e do que eles mesmos dizem de si e do problema identitário em destaque, qual seja a definição sexual.

**Intimidada** (Alemanha)<sup>28</sup>

Com o início da puberdade, comecei a ter mudanças corporais, a me desenvolver de maneira masculina. Comecei a ficar mais alta que as outras meninas (aos 14 anos já tinha mais de 1,80 m), minha voz se aprofundou, me cresceram pelos no corpo, inclusive barba que tentei esconder sob meus longos cabelos, mas comecei a me barbear secretamente todas as manhãs antes de ir para a escola. Meu clitóris cresceu e ficou em pé. Meu peito mal se desenvolveu. A princípio, essas mudanças me pareceram interessantes, até que percebi que nenhuma outra garota passava por tais mudanças e que muitas vezes eu era tratada em público com um “menino”. Também comecei a ser provocada e intimidada na escola porque tinha aparência diferente das outras jovens da minha idade. Tentei esconder essas mudanças (usando roupas de mangas compridas e calças durante o verão para cobrir braços e pernas, vestindo roupas esportivas sob outras roupas para evitar tirar a roupa nos vestiários). No instituto de genética humana, os especialistas me proporcionaram informação que mais à frente resultaria ser informação deliberadamente enganosa ou falsa sobre “os ovários cancerígenos”, isto para me persuadir a extirpar as gônadas (Gonadectomia).



A essencialização da heterossexualidade contribui com a perpetuação do pensamento dicotômico, reafirma a superioridade do sexo masculino em detrimento de tudo que se opõe à sua virilidade e castiga todo afastamento, tomado como evidência de desvio patológico. “Ao fazer isso, os homens reproduzem o discurso hegemônico da masculinidade normativa e se tornam incapazes de atender a esse padrão desejado” (Hall *et all*, 2019, p. 486).

<sup>28</sup> Alemanha comparte sua experiência de vida nas páginas 64-67 da coletânea #MiHistorialIntersexual onde pode ser lida na versão completa e na língua original no site: <[https://oiieurope.org/wp-content/uploads/2022/02/MiHistorialter\\_ES.pdf](https://oiieurope.org/wp-content/uploads/2022/02/MiHistorialter_ES.pdf)>. Último acesso 14/02/2023. A imagem denota a tristeza e o desanimo presentes ao longo da narrativa, se encontra disponível no site da Pinterest: <<https://br.pinterest.com/pin/9851692921347102/>>. Último acesso 07/05/2024.

A narrativa da Alemanha está sustentada por um sistema de coerência, interpretativo, derivado de crenças e expectativas por conta das quais ela tende a se esconder porque começou a ficar mais alta que as outras meninas (aos 14 anos já tinha mais de 1,80 m); sua voz se aprofundou; cresceu-lhe pelo no corpo e no rosto, tem que se barbear; o tamanho aumentado de clitóris e o não desenvolvimento das mamas contribuem para que o sistema de coerência sexual a enxerga como anormal.

O discurso homogêneo é fruto do sistema de coerência sexual que mantém o princípio da tábua arrasada no controle proposital dos corpos que visa a adequação social das pessoas, fazendo-as passar por um conjunto de determinações, as quais funcionam como pressupostos de aceitação, enquanto raridades que dificultam a distinção nítida entre feminino e masculino, levando às pessoas a se esconderem e com isso aprofundam-se as práticas de discriminação e preconceito relativas às variações.

Algumas variações intersexo se identificam durante o desenvolvimento embrionário e/ou fetal, as alterações são percebidas ao nascimento, contudo, em alguns casos, como a referida variação que, segundo a OMS, se verifica em cerca de 2% dos recém-nascidos, as alterações só se apresentam ou são percebidas durante a puberdade; é o caso dos indivíduos com hiperplasia congênita da suprarrenal que leva à masculinização de meninas como aconteceu com Alemanha.

O ser humano se reconhece pela diferenciação e não pela semelhança, se define em relação aos outros por ser diferente e não repetível. As características que o diferenciam só passam a ser um problema quando abordadas como aberrações da natureza. As diferenças não teriam representado um perigo para Alemanha se estas não fossem motivo de hostilidade, se ela tivesse sido provocada e intimidada pelos colegas.

Todos os ambientes sociais, mas de maneira especial o escolar coloca à prova habilidades como a resiliência e a tolerância, ora as fortalece, ora as debilita. Presume-se que os indivíduos que mais sofrem preconceito se tornem mais resistentes, mas isso não necessariamente acontece. Ninguém é imune à concepção de corpo normal numa escola geradora de discursos que legitimam a humilhação que leva ao isolamento.

A linha de pensamento que sustenta a narrativa intersexo segue uma versão simplificada da tese de assimilação, o drama é provocado, não pelas raridades físicas e sim pelos adjetivos de abjeção que a elas se atribuem. Por mais que a pessoa intersexo

oculte sua compleição com roupas de mangas compridas, cobrir braços e pernas etc., nada resolve. Os colegas continuam a atormentá-la por sua aparência esquisita. Independentemente do que ela vestir, ela é socialmente inassimilável.

Pessoas intersexo perturbam a fixidez do sistema, elas são rejeitadas na família, perseguidas no ambiente escolar e corrigidas no hospital; sabem que aversão e desgosto não são devidos à ausência de saúde ou má aparência. O que as faz desprezíveis é a indisciplina, a desobediência, o não alinhamento com a normalidade. O abjeto é e sempre será: “aquele que não respeita limites, lugares, regras” (Kristeva, 2004, p. 11).

São as relações de poder que a ACD permite analisar nos discursos que representam os vários atores da narrativa. Narrador e pessoas narradas ocupam lugares diferentes, representam estruturas sociais organizadas de maneira hierárquica, assumem pesos específicos em relação ao discurso que proferem. Os profissionais detêm o controle sobre as pessoas leigas, submissas ao querer médico.

Apesar de submissas e entregues à máquina heterossexual, as pessoas intersexo desconfiam que as informações em relação às cirurgias fazem parte da manipulação do sistema, sabem quando os especialistas proporcionam informação enganosas, desconfiam dos médicos que as persuadem a mentir, pois esse peido é um “mecanismo de controle social que pode ser a base para, de algum modo, manipular explicitamente os membros em percepção, pensamento e sentimento” (Schein, 2009, p. 18).

Se dependesse do instituto de genética humana e dos especialistas, todo corpo intersexo entraria numa maquinaria de poder, seria esquadrihado, desarticulado e se comportaria a partir dos critérios de quem acredita saber o que é melhor para ele. Por sorte Alemanha recupera o senso crítico, entende que uma vez assimilado pelo sistema, todo corpo intersexo, inclusive o dela é “jogado ao lado do possível, do tolerável, do pensável. Está lá, bem perto, mas inassimilável” (Kristeva, 2006, p. 1).

O controle exercido sobre os corpos abjetos nem sempre se apresenta excessivo nem ostensivo, não se aplica como obrigação ou proibição; diga-se que é um controle que não mais investe em batalha alguma, no sentido de guerrear, mas o faz no sentido biológico, através da “diferenciação de espécies, seleção do mais forte, manutenção das raças mais bem adaptadas” (Foucault, 2010, pp. 67-68). Como a ACD assevera, a

segregação pode ocorrer de forma aberta ou velada, essa última, talvez seja a mais comum, além de ser a mais dramática e perversa por significar que está:

simulando o que não significa. Afinal, afirmar que se aceita o outro, mas querê-lo convenientemente a distância, “confinado” em seu “próprio” espaço, não é aceitação real -já que “diferente” de nós-, ele está em todos os lugares; é primordialmente um problema social, mas que traz em seu bojo outros fatores: históricos, políticos, econômicos e, porque não dizer, discursivos (Lara e Limberti, 2015, pp. 7-8).

A LA em interface com a ACD, favorece identificar que há uma medição desigual de forças na hierarquia de funções e saberes sobre o corpo e a sexualidade. Há uma medição de forças desfavorável para os corpos intersexo na relação médico-paciente que ostenta o poder-saber da biomedicina. O seu é um agir político ideológico, “aspecto de mantenedor, fiador e homologador da cultura da organização [...] elemento estático ou preservador que também leva ao controle” (Bertero, 1996, p. 38).

A hipótese principal, na articulação entre a LA, a ACD e os Estudos Culturais, é que o discurso tende a legitimar as identidades (Silva D. e Silveira, 2020). Nesse sentido, no que tange à identidade específica do indivíduo intersexo, os teóricos críticos da linguagem em interface com os estudos culturais tecem um profícuo diálogo sobre a compreensão de haver um sujeito empírico, clivado, múltiplo e disperso, não individualizado e muito menos semelhante nas suas identidades.

O peso dos modelos de dominação sobre gênero e sexualidade não impede abrir espaços para questionar as construções discursivas que: “comportam sentidos bastante divergentes, até contraditórios, fazendo-se então necessário todo um cuidado ao interpretá-las” (Moirá, 2017, pp. 370-371). Uma vez que se faz a leitura crítica dos acontecimentos, espera-se que as pessoas aprendam um princípio fundamental sobre a pessoa intersexo, ela, como todos os outros indivíduos, precisa de aceitação e cuidados, mas não depende do olhar do outro para saber-se merecedora de respeito.

Saber a especificidade cromossômica do bebê não implica em decretar qualquer patologia subjacente a uma cirurgia. As gônadas masculinas ou femininas, identificadas por meio de ultrassonografia, devem ser acompanhadas, sem necessidade de remoção para evitar sofrimentos desnecessários. Foi necessária a desvinculação do hospital para a Alemanha estar em condições de fazer uma releitura dos acontecimentos, só à distância do ambiente mantenedor da cultura higienista a pessoa intersexo se permite fazer um levantamento dos danos e analisar o que ainda pode resgatar.

## 2.5 Encadeamentos intersexo

Com o intuito de dar sentido aos encadeamentos que as narrativas intersexo conseguem fazer em oposição ao sistema que as apaga ou desfigura, surgem conceitos e teorias de gênero e sexualidade que apresentam a normatividade como o aparelho que oprime e marginaliza sujeitos considerados abjetos por suas especificidades de caráter cromossômico, gonadal, anatômico e socioafetivo, tidos como inadequados.

Desapontada com a maneira persuasiva e enganosa que conduz à realização da cirurgia não consensual, a pessoa intersexo questiona os biologismos e moralismos que funcionam como empecilhos ao seu desenvolvimento integral, à manifestação livre dos seus desejos e afetos, mas nenhum dos princípios de fidelidade à dominância masculina, pode impedir a produção de narrativas que desafiem a estabilidade e supremacia hetero.

Como afirma (Canguilhem, 2009, p. 92) “sob qualquer forma implícita ou explícita que seja, as normas comparam o real a valores, exprimem discriminações de qualidades de acordo com a oposição polar de um positivo e de um negativo”. Verifica-se que praticamente toda polaridade parte da experiência de normalização que busca se sustentar cientificamente para ser imposta socioculturalmente como se fosse verdade.

O termo intersexo não tem conotação de identidade, faz alusão pelo menos 150 variações anatômicas e tipologias intersexo. Em 2024 três mulheres intersexo publicam um livro com descobertas científicas e dados da OMS, demonstrando a complexidade da diferenciação sexual que vai além do cromossomos XX para mulheres e XY para homens. Nas variações intersexo o essencial do sexo masculino se encadeia com o substancial do sexo feminino numa justaposição sem avaliações em separado.

O dia da visibilidade intersexo é no dia 26 de outubro, em homenagem aos membros da ISNA (Sociedade intersex Norte-Americana) que em 1996 foram impedidos de participar na Conferência Anual da Academia Americana de Pediatria, desde então se intensifica a luta pelo reconhecimento das pessoas intersexo e a crítica às intervenções compulsórias, que resultam em mutilações genitais de crianças recém nascidas.

O termo intersexo descreve pessoas cujos órgãos sexuais não se encaixam no formato binário, um “1,7% das pessoas nascem com genitália ambígua no mundo, o que é aproximadamente o mesmo número de pessoas ruivas no planeta” (Cunha, 2018, p. 198). O termo não faz referimento a um corpo particular, “mas a um conjunto muito amplo

de corporeidades possíveis, cuja variação em relação à masculinidade e feminilidade corporais típicas é dada por um modo cultural e biomecanicamente específico de olhar e medir corpos humanos” (Cabral e Benzur, 2005, p. 284).

A reificação binária responde às expectativas de um sistema de organização das relações de poder patriarcal. “Esse sistema de organização do poder ativado pelos corpos é, em suma, o que permite a reinscrição obsessiva da dupla identidade masculino/feminino em todas as dimensões da vida” (Reverter-Bañón, 2004, p. 137). Confere-se que longe de atribuir qualquer periculosidade às variações intersexo é preciso lembrar com simplicidade a quem tem um ovário que ela:

precisa de controles ginecológicos, que vai precisar de ultrassom, que depois de certa idade pode haver cistos ovarianos, tumores ovarianos, cirurgias ovarianas. Em outras palavras, nesse sentido, as descrições clínicas de corpos endosexo funcionam da mesma maneira para pessoas intersex (Vieira A *et al*, 2021, p. 232).

A genitália intersexo não necessariamente representa ameaças à saúde, e quando estas aparecem, normalmente são menores do que as produzidas pela biopolítica e a biomedicina que, empurram os sujeitos não binários para o despenhadeiro da remontagem sexual, faltando ao juramento de zelar pela saúde integral dos pacientes. O papel da medicina não é definir masculinidade ou feminilidade, mas preservar a saúde e a vida das pessoas. Sendo fundamental para sua:

detecção precoce o cuidadoso exame dos genitais de todo recém-nascido. A investigação etiológica da ambiguidade genital não é simples e implica a atuação conjunta e integradora de vários especialistas com experiência no tema, para que se possa, chegando ao diagnóstico, propor uma conduta (Damiani e Guerra-Júnior, 2007, p. 1014).

A não ser para a biomedicina e para a política reguladora dos corpos, pouco importam as nomenclaturas dos mosaicos cromossômicos XXY e XX0 e as configurações das gônadas (tecido testicular e ovariano) ou as especificidades genitais (tamanho do pênis, do clitóris e do canal vaginal), elas demonstram algo que precisa ser reforçado sobre o real e o fantástico, demonstram que ao contrário dos hermafroditas mitológicos:

os intersexuais estão presentes neste mundo. Variações na formulação genética, efeitos hormonais antes e após o nascimento e atipicidades no desenvolvimento com causas desconhecidas resultam diária e globalmente no nascimento de ‘meninos’ com pênis pequenos ou ausentes e/ou testículos não descidos, ‘meninas’ com clitóris aumentados ou sem vaginas, ou bebês cujos cromossomos, órgãos e hormônios são misturas daqueles típicos para meninas ou meninos (Harper, 2007, p. 3).

A latente sobreposição de profundas crises na sociedade preconceituosa moderna — seja em seu centro, seja em sua periferia de poder — acaba por ter um impacto relevante não só no lugar ocupado pela nata heteropatriarcal, mas também na forma como as variações intersexo podem representar, trabalhar e tencionar uma resposta ética, estética, epistêmica e ao mesmo tempo política, aos impasses de cada contexto.

Entre outros, tem o tensionamento de Chase, ativista fundadora da ISNA, ela nasce sem lábios externos nem clitóris, não sabe o que há de errado com ela, examina seu histórico médico e se inteira de ter passado por uma clitorectomia quando era bebê. Começa sua oposição ao manejo dos distúrbios intersexuais em meados de 1990, e só uma dúzia de anos depois ela e vários ativistas intersexo conseguem eliminar os fundamentos lógicos do protocolo Money, oficialmente derrotados em agosto de 2006.

Chase foi salva do suicídio graças ao ativismo que repisa o fato de que pessoas intersexo não têm dificuldade com a especificidade sexual ou com a autoimagem, afirma serem os pais que tem problemas com a aceitação da diferença sexual; sendo assim, o ativismo recomenda que é a ansiedade dos pais que precisa ser tratada com aconselhamento psicológico e não tratem a variação intersexo dos filhos com a cirurgia. Pelo ativismo os direitos das crianças vão preservados, mas como pergunta Preciado:

Quem defende o direito das crianças diferentes? Os direitos do menino que adora se vestir de rosa? Da menina que sonha em se casar com a sua melhor amiga? Os direitos da criança queer, bicha, sapatão, transexual ou transgênero? Quem defende o direito da criança a mudar de gênero, se for da vontade dela? Os direitos das crianças à livre autodeterminação de gênero e de sexualidade? Quem defende os direitos da criança a crescer num mundo sem violência sexual ou de gênero? (Preciado, 2013, p. 97).

Na mesma linha de pensamento de Chase e Preciado, é muito estranho achar normal a criança ser submetida “a procedimentos que visam a alterar o seu corpo ou comportamento, e ninguém questionar se não seria a própria norma que talvez necessitasse de correção” (Dreger, 2006, p. 78). Em outras palavras, o grito dos inocentes clama por justiça e os juízes simplesmente dão de ombros.

Depois dizem que anormais e necessitadas de tratamento são as crianças intersexo por serem diferentes da maioria, esquisitas. Caberia conhecer melhor, aprofundar e valorizar os encadeamentos intersexo, pois “a preocupação substancial com a política dos oprimidos, (...) pode ocultar um privilégio do intelectual e do sujeito 'concreto' da opressão que, na verdade, agrava o apelo” (SPIVAK, 2010, p. 79).

**Ferida intersexo**

A memória guarda  
 Fragmentos difusos  
 Vozes imprecisas  
 Dor que não acaba  
 O corpo não esquece  
 Nem a mente apaga  
 Os extirpados bulbos  
 Nem as cruéis facadas  
 Nas globosas formas  
 Outrora censuradas  
 Redimidas no sulco  
 Das Pétalas rosadas  
 (Herrejón)<sup>29</sup>



O primeiro caso intersexo na história psiquiátrica foi Herculine, com ela se deu a introdução de uma série de descontinuidades irreparáveis na “cadeia causal de produção sexual, que a levará a se tornar não apenas um espetáculo médico, mas também uma monstruosidade moral” (Preciado, 2009, p. 18) em um contexto que não admitia que se dissesse clara e abertamente que anormal não era a moça intersexo e sim o querer biomédico que decidiu etiqueta-la como anormal a partir de um saber científico limitado e preconceituoso que era o saber-poder dominante na época.

Os critérios corporais que sugerem a intersexualidade incluem, entre outros: (a) clara ambiguidade genital (exemplo, extrofia cloacal), (b) genitália com aparência feminina com aumento clitoriano, fusão labial posterior ou massa inguinal ou labial, (c) genitália com aparência masculina com criptorquidia bilateral, micropênis, hipospádia perineal isolada ou hipospádia leve com testículos não descidos, (d) história familiar de ADS, tal como insensibilidade androgênica completa, (e) discordância entre a aparência genital e o cariótipo pré-natal (Damiani e Guerra-Júnior, 2007, p. 1016).

Os critérios corporais que sugerem a intersexualidade viram cultura que se revela força motriz da reprodução social, e não apenas sua linha auxiliar. Ao mesmo tempo em que é ideológica, ela se consolida através de práticas sociais reais. Na contramão, a hermafrodita sempre se mostrou uma figura desafiadora que apareceu suficientemente estranha, cercada de grande mistério e inúmeras incógnitas, suficientes para suscitar um

---

<sup>29</sup> A imagem que acompanha o poema “ferida intersexo” representa a prostração do corpo, a dor e impotência diante do fato consumado da cirurgia irreversível, se encontra na plataforma da Pinterest, e pode ser acessada pelo link: <<https://br.pinterest.com/pin/844493671162864/>>. Último acesso 07/05/2024. O texto poético é de Herrejón, foi publicado na página 31 de Fronteiras e multidões queer. In: ZOGHBI, D. e BORGES, R. Diálogos com a linguística: saberes em relação. Salvador: Quarteto editora, 2020, pp. 29-55.

conjunto de opiniões e fantasias sobre sua origem, além de ser motivo de associações mitológicas, mas esse corpo estranho, diferenciado e enigmático foi visto como:

a encarnação de um passado humano anterior à divisão sexual dualista. Os primeiros intérpretes da Bíblia pensavam que Adão começou sua existência como hermafrodita, e que só se dividiu em dois indivíduos, macho e fêmea, depois que caiu em desgraça. Platão escreveu que originalmente havia três sexos masculino, feminino e hermafrodita, mas o terceiro sexo foi perdido. (Young, 1937 *apud* Fausto-Sterling, 2006, p. 50).

Os registros dos outrora chamados hermafroditos remontam aos séculos XVII e XVIII, há anotações de finais da década de 1830 que os classificam de espúrios e autênticos. De acordo com Dreger (1998) no hermafroditismo verdadeiro há presença de tecido testicular e ovariano no mesmo indivíduo, enquanto nos hermafroditos espúrios a genitália e a configuração sexual têm desenvolvimento imperfeito, mas como corretamente afirma a própria Dreger que é uma pessoa intersexo:

Não estou interessada em gastar mais tempo com nomenclaturas para anomalias e variações sexuais. A nomenclatura é, em certo nível, um problema de luxo. Se tiver que escolher entre gastar energia tentando obter o termo perfeito ou tentar salvar tecido clitoriano perfeitamente saudável de cirurgias pediátricas bem-intencionadas, optarei por escolher a segunda opção. (Dreger, 2007, p. 7).

Não há como tirar a razão de Dreger em relação a inutilidade de discussões sobre nomenclaturas intersexo. Independentemente de serem 45, 90 ou 150, nenhum desses dados e debates vão salvar as crianças da faca dos cirurgiões, pois como tem sido discutido, esses especialistas são condicionados por um sistema normativo de viés heteropatriarcal que faz valer o que, ao longo de muitos anos de prática médica, se veicula como o mais correto e necessário para o bem-estar das crianças e suas famílias.

Chase e Dreger, pilares muito valiosas da militância intersexo, não se colocaram a caminho para perder-se em discussões estéreis. Elas aprenderam que do ponto de vista antropológico, nenhuma norma pode ser original, conseguiram entender que toda nomenclatura e qualquer regra seja da área que for: “só começa a ser regra fazendo regra, e essa função de correção surge da própria infração” (Canguilhem, 2009, p. 92).

Tudo que a militância intersexo quer é salvar as crianças das mãos dos cirurgiões que na base da régua, rigoroso instrumento de medição e nivelamento, implacavelmente quantifica em centímetros ou polegadas o tamanho da genitália dos bebês intersexo, “cujos corpos não podem ser lidos à luz da máxima “um corpo-um-sexo” (Giménez, 2016, p. 42) e que excedendo ou não atingindo a medida os seus órgãos são mutilados.

**Invasiva** (Maddie)<sup>30</sup>

Lembro algumas coisas após a cirurgia para criar uma vagina, o que não lembro é, em nenhum momento antes da cirurgia, ter sido informada de que eu realmente não precisava disso, não fui enganada. Deram-me escolhas. Ainda assim, como muitas pessoas intersexuais, passei por uma cirurgia invasiva para mudar meu corpo sem entender completamente minhas opções. Não é que não me disseram que a cirurgia não era medicamente necessária –me disseram. Mas não é suficiente ser informado de que uma cirurgia não é medicamente necessária se a implicação social, sexual e biológica mostra a importância de ser “consertada”, porque não seria capaz de fazer sexo- pelo menos não até que eu corrigisse o “problema” através de dilatação vaginal e da cirurgia, então comecei a dilatação naquele dia, estivesse ou não pronta. Depois, me disseram: “Então, você tem partes faltando. Você está perdendo seu canal vaginal, seu útero e um ovário, mas não se preocupe, nós testamos seus cromossomos: você ainda é definitivamente uma menina.



Lembrar é um dos verbos mais recorrentes em alguém como Maddie que se reporta ao passado, à experiência cirúrgica em que ganhou uma vagina. O lembrar dela não é algo nítido, mas confuso e um tanto contraditório, mas é o que pode partilhar. Ela diz que não foi enganada, pelo contrário, afirma ter sido informada sobre o procedimento e recebido escolhas, mas isso não foi suficiente. No entanto ter sido informada, não há nada que possa “justificar uma prática permanente e potencialmente transformadora que constitui uma violação dos direitos humanos fundamentais” (OMS, 2008, p. 9).

Insegurança e fragilidade argumentativa, lembranças nebulosas, ideias confusas, fantasias misturadas com aspectos reais, objetivos, esquecimentos misturados com fatos reais parecem fazer parte do impacto produzido pelo abuso, mas com ou sem consentimento informado, a cirurgia que alterou substancialmente o corpo de Maddie, aconteceu sem ela entender completamente suas opções. Apesar de tudo:

Narrativas que renegociam vidas e experiências intersexuais e o significado da cultura da categoria de intersexo do ponto de vista da pessoa intersexo têm o poder de desafiar as narrativas médicas culturais hegemônicas, rejeitar as definições e termos através dos quais o intersexo foi e é entendido e fornecer as condições para uma resignificação do intersexo (Amato, 2016, p. 295).

<sup>30</sup> A imagem que alude ao estado de desestruturação de Maddie após a cirurgia invasiva está disponível no link: <<https://br.pinterest.com/pin/3799980929202888/>>. Último acesso 12/06/2024. Quanto à versão completa e na língua original da narrativa de Maddie, esta pode se acessar no seguinte link: <<https://www.teenvogue.com/story/im-intersex-and-i-was-told-i-could-never-have-sex-unless-i-got-surgery>>. Último acesso 23/07/2022.

O fato de em um primeiro momento Maddie dizer que não lembra de ter sido dito que a cirurgia não era necessária, e em um segundo momento esclarece 'Não é que não me disseram que a cirurgia não era medicamente necessária -me disseram', revela uma dificuldade comum em vítimas de abuso, elas ficam confusas, não conseguem responsabilizar o agressor. Maddie questiona os mecanismos científico-sociais de patologização que a obrigam a tomar decisões contrárias à própria saúde, ainda que a tenham informado sobre a não obrigatoriedade cirúrgica. Informar não é suficiente.

É difícil para Maddie se opor à patologização da genitália, mas não há como ficar indiferente diante da técnica biopolítica de manutenção binária homem/mulher, sexo/gênero que causa tantos sofrimentos e estragos a cada tentativa normalizadora que mais viola do que protege os direitos da pessoa intersexo. Maddie entra numa avenida estreita, desprovida de possibilidades, e se as há não são necessariamente satisfatórias ou reais, mas apenas residuais, únicas disponíveis para pessoas como ela.

A biomedicina se preocupa com aspectos do corpo que não são relevantes em termos de saúde, como o tamanho do clitóris que raramente oferece risco de câncer. Caberia à medicina "tirar o rótulo de patologia da diversidade corporal e reservar cuidados de saúde para aquelas questões que precisam de atenção médica" (Vieira A *et al*, 2021, p. 232). Essa seria uma ótima forma de se redimir dos equívocos.

Faria um bem a si própria e à humanidade se a medicina conseguisse repensar os alongamentos da vagina após a vaginoplastia, procedimentos grosseiros realizados "através da introdução forçada e reiterada de um objeto na vagina, prática que foi descrita como extremamente dolorosa, altamente traumática e comparável ao abuso sexual, no que diz respeito à experiência da paciente" (Tamar-Mattis, 2013, p. 3).

Tendo sofrido lesões físicas e psicológicas e danos morais indenizáveis, as crianças intersexo poderiam dizer "Fomos todas lesadas, profundamente. Precisamos de regeneração, não de renascimento, e as possibilidades para nossa reconstituição incluem o sonho utópico da esperança de um mundo monstruoso, sem gênero" (Haraway, 2019, p. 210). O ser deve ser substituído pelo devir, a fim de cair na conta de que inexistem essências e o que há são mudanças que mudam (Job, 2022).

Dever do especialista é diagnosticar os pacientes, especificar sua variação e dar a cada um o tratamento adequado e não usar o diagnóstico para prejudicá-los.

Questionar o médico, não equivale a não consultar-se. Significa que “nascer sem vagina tem a ver com a diversidade do corpo, que ter um clitóris mais comprido ou um pênis mais curto tem a ver com a diversidade do corpo. Nada disso é um problema de saúde. Patologizar é considerar isso um problema de saúde” (Vieira, 2021, p. 233).

Ao invés de mexer no meio das pernas dos recém-nascidos, “esvoaçando os sexos, oscilando, como o pêndulo de Foucault, entre os nove milímetros e os dois centímetros e meio” (Giménez, 2016, p. 43), os especialistas da área de saúde deveriam deixar que o avatar intersexo, o monstro que fala desde outro planeta que não o dos terráqueos, lhes ensine o que ainda não sabem sobre diversidade sexual e sobre o respeito às diferenças. Esse mutante dirá, entre outras coisas, que parem de se preocupar com a genitália alheia e cuidem da própria; lhes dirá que a diferença de sexo:

não só se celebra, como se constrói, laboriosamente, com tesouras, com fios de sutura, com carne; o corpo se faz, um corpo não nasce, ele chega a ser, dolorosamente, mutilado -como afirma Beatriz Preciado e Monique Wittig- através de uma cirurgia plástica de primeira inscrição, a da carne no corpo (Cabral e Benzur, 2005, p. 301).

Porque paradoxalmente é o mutilado e o estranho, “o que está ‘fora’ da lei, que nos dá uma maneira de compreender o mundo inquestionado da categorização sexual, como um mundo construído, e que certamente poderia ser construído diferentemente” (Butler, 2015, p. 56) não fosse o sistema que tende a reforçar atitudes regressivas da sexualidade e a reprimir a liberação de ímpetos transformadores e críticos.

Entretanto, tendo em vista a gradativa desestabilização do sistema na perda de suas forças cisgêneras por incoerentes e contraditórias, cujo declínio é provocado pelo mesmo processo de produção padronizada fortemente questionada pelos epistemes alternativos que não cessam de fazer pressão para mudar o rumo dos acontecimentos em relação às crianças, especialmente as diagnosticadas com variações intersexo.

Em resposta à pressão da militância intersexo, a Defensoria Pública da União realizou em 12 de janeiro de 2022 uma Audiência Pública intitulada “Urgência, necessidade de cirurgias e cuidados com a saúde de crianças intersexo”, transmitida pelo canal do Youtube. Na referida audiência, solicitada pela Presidência da Associação Brasileira Intersexo (ABRAI) foram ouvidas especialistas e pessoas intersexo.

As falas dos especialistas e das pessoas intersexo que participaram da audiência foram publicadas em um dossiê, promovido pela Revista Direito e Sexualidade, sob a

coordenação do Professor Leandro Cunha da Faculdade de Direito, da Universidade Federal da Bahia - UFBA. Uma importantíssima iniciativa que favorece o engajamento específico das pessoas intersexo, as quais ganham visibilidade e contribuem com a educação sobre as variações intersexo no Brasil e no mundo.

As palestras e relatos da Audiência Pública se somam à produção de epistemes emergentes ao “promover medidas urgentes para o banimento das intervenções precoces, invasivas, mutiladoras, prejudiciais, cosméticas e não consentidas nos corpos de crianças intersexo, com o intuito de defender o direito a um futuro aberto” (Schiavon, 2023, p. 93). Essa luta não é de agora, ela vem de longe. “Os corpos intersexo pedem ajuda e mudança não é de hoje, mas há 30, 50 e 100 anos” (Albuquerque, 2023, p. 98).

O material narrativo intersexo revela dados valiosos sobre as intervenções mutiladoras, não consensuais, mas esse crescente volume de saberes, produzido a partir do evento traumático não é suficientemente valorizado; motivo pelo qual, dificilmente funcionará como evidência médica que leve os profissionais e as instituições ao reconhecimento de algum abuso de poder por parte da ciência que professam, muito menos poderá servir de comprovação no eventual pedido de reparação de danos.

Resta só dizer que, apesar de não emitir quaisquer palavras, as crianças intersexo, especialmente as recém nascidas, veem indicando há muito tempo, o rumo que a biomedicina e a ciência, como um todo, devem seguir. Esses avatares ou alter egos não precisam ser catalogados, interpretados, traduzidos ou modificados, a partir das suas variações de caráter genital, gonadal, hormonal e cromossômica, explicitam que por ser algo que se faz, e não algo que se é, o gênero não é natural, não tem origem nem fim, pois não existe necessariamente relação entre o corpo e o gênero de alguém.

A questão mais abrangente da constituição do sujeito sexuado, a autonomia sobre o próprio corpo, permanece inoperacional na violência de gênero. A imolação da sexualidade intersexo seja voluntária ou forçada é uma legitimação do estupro como algo ‘natural’ e funciona, a longo prazo, no interesse da posse genital exclusiva da pessoa intersexo. O estupro perpetrado pelos procedimentos intersexuais é uma aberração, não as crianças que o sofrem por terem nascido num corpo diferente da maioria.

### III. Reduccionismos de gênero e desejo

Segundo as narrativas não binárias, em particular as produzidas por pessoas intersexo, o diagnóstico e a passagem por centros hospitalares não acontece com toda criança com genitália ambígua, algumas delas têm sua integridade genital preservada. As intervenções podem ser cirúrgicas ou consistir em tratamento hormonal; elas procuram cumprir cânones estéticos de acordo com um corpo masculino ou feminino, mas os pacientes se encarreguem de decretar o fracasso dessa tentativa essencialista.

Formas essencialistas de entender o gênero se tornam a esterilidade e a frustração do próprio sistema que as gera. A imposição binária é um reducionismo que sacrifica muitas de vidas, identidades subjetivas cabíveis em dois únicos modos de ser e estar no mundo. Gênero é, segundo esta definição, “uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado” (Scott J, 2019, p. 55). Tamanha imposição se vincula ao biopoder.

A abordagem intervencionista em relação aos corpos que não se enquadram em arquétipos binários, faz com que estes passem por análise do cariótipo, medição dos órgãos genitais e avaliação da aparência da genitália. Além de serem diagnosticados, os recém nascidos passam por modificações irreversíveis por meio de cirurgias e tratamentos hormonais nem sempre sobre procedimentos devidamente informados.

A variabilidade relativa às características sexuais é imensa; a moldura binária não dá conta de conter essa imensidão. Dentro da variação intersexo registram-se pelo menos 150 maneiras diferentes de ser e estar no mundo. Após a modificação desses corpos acontece uma segunda violência que consiste na imposição do sigilo médico que gera mal-estar e desconfiança, além de reforçar um tabu que afeta muitas vidas.

Apesar de terem sido silenciadas na infância, uma vez que atingem a maioridade, as vítimas desse tipo de estupro, não se calam mais. Seja individual ou coletivamente, adultos intersexo, outrora manipulados e conduzidos ao cadafalso, reorganizam as ideias e produzem narrativas que tem “a tarefa de recuperar um sujeito (sexualmente) subalterno” (Spivak, 2010, p. 111). Tarefa esta que não pode se perder na textualidade institucional de origem arcaica que basicamente consiste no discurso heteropatriarcal.

Todavia, o fato de prevalecer a prática cirúrgica para dar legibilidade a esses corpos não significa que não existam instituições e profissionais da saúde adotando outras abordagens sobre a sexualidade, a estimulação dos corpos, a intensificação dos

prazeres e dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências que se encadeiam entre si, segundo as grandes estratégias do saber-poder (Foucault, 2010).

Condicionado pela ideia tradicional da procriação, entre outras formas de exercer controle sobre os corpos, o sistema heteropatriarcal começa a ser desestabilizado por um conjunto de impugnações que questiona a visão que “reduz a complexidade do mundo à suposta simplicidade imaginada de suas partes constituintes e procura explicar os indivíduos como produtos automáticos de impulsos internos” (Weeks, 2000, p. 40), quando “O sexo, tal como o conhecemos [...] é em si um produto social” (Rubin, 2017, p. 18), um produto discursivo sujeito a mudanças contínuas.

O corpo é o mais longo e companheiro no devir, ele vive se adequando a diversas mudanças, permanece conosco até a *separatio mortis*, em um ir e vir inacabável, mas não necessariamente se sujeita ao modelo binário dominante nem aos seus mecanismos de discriminação, pelo contrário, em certos casos o combate e desafia com suas variações sexuais como fazem os intersexos que viram epistemes perturbadores que desaprovam as cirurgias não consensuais e quaisquer interferências de caráter invasivo.

**Dilatações** (Macarena)<sup>31</sup>

Meus “ovários” eram compostos de tecido testicular; meu grupo cromossômico era 46, XY [...]; na operação que fizeram em mim aos dois meses de idade, na qual supostamente retiraram hérnias inguinais, na verdade retiraram testículos que não desceram. A primeira vez que tentei fazer sexo com meu namorado na época, doeu tanto que tive que parar. O ginecologista sugeriu dilatar a minha vagina, usando um recipiente de desodorante spray com um preservativo em cima [...]. Aos 21 anos, novas preocupações tinham a ver com minha saúde sexual, como candidíase vaginal que se repetia a cada dois meses e minha incapacidade de atingir o orgasmo [...], mas enquanto há setores da sociedade que querem normalizar nossos corpos, considerando-os monstruosos, nosso compromisso político em tudo isso é nós nos plantarmos como sujeitos que existem, resistem e são desejados.



Olhando para a narrativa de Macarena, o uso do verbo ser no pretérito significa que a realidade descrita foi superada ou que não existe mais. O seu corpo, pelo fato de

<sup>31</sup> Macarena partilha sua vivência na Periódicos, Salvador, n. 16, v. 1, set.-dez. 2021 – Revista de estudos interdisciplinares em gêneros e sexualidades. Publicação periódica vinculada ao Núcleo de Pesquisa NuCuS, da Universidade Federal da Bahia – UFBA acessível na versão completa e na língua original está disponível no link: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicos/article/view/42935/25025>>. Última consulta 12/04/2022. A imagem está acessível no link: <<https://br.pinterest.com/pin/521573200611148058/>> Último acesso 06/05/2024.

ter sido reprovado, adquiriu outra forma. Considerado inadequado segundo a convenção heterossexual foi lhe negado reconhecimento social após ter sido submetido ao crivo binário de avaliação dicotômica em que se assenta o sistema definidor de normalidade.

Ao tratarem a intersexualidade de Macarena como uma patologia, os médicos decidiram ser necessário modificar e curar a orientação sexual indesejada aos olhos de uma sociedade que se rege a partir do sexo homogamético atribuído à mulher que apresenta dois alossomos XX, e ao sexo heterogâmico, atribuído ao homem que apresenta um alossomo X e outro Y = XY, sem chance para acolher outras combinações.

A despeito da existência de muitas outras combinações sexuais, vencem as convencionadas como normais pelo excessivo poder atribuído à heterossexualidade, categoria exclusiva de sexo normal para a qual são imolados os sujeitos intersexo ainda em estado de menores de idade, integrando cada um deles às preestabelecidas duas opções homem-mulher como requisito da normatização. Utilizam-se para tanto os tratamentos cirúrgicos, hormonais, psiquiátricos e psicoterapêuticos disponíveis.

Os tratamentos que se aplicam às pessoas em extremo vulnerabilizadas por não terem atingido idade ou condições para decidir sobre o próprio corpo, são práticas irreversíveis, elas são a manifestação de um saber-poder normalizador e disciplinar, que tem como finalidade docilizar não só os corpos genitalmente alterados mas também a sexualidade. Querem outorgar-lhes um gênero definitivo, como se isso fosse possível.

A priori ninguém se torna homem ou mulher a partir de quaisquer cirurgia ou tratamento hormonal que lhe confirmam uma fixidez de gênero, pois como tem sido mostrado pela performatividade, o gênero é algo que se faz e não algo que se é. Pessoas intersexo, como qualquer outro ser humano, precisam de cuidados médicos específicos pelas variações também específicas que requerem de atenção diversificada.

O fato de as pessoas intersexo precisarem de atenção médica, a qual inclui inúmeros exames, diagnóstico e tratamento adequado às suas necessidades, não significa que devam passar por quaisquer alterações da genitália que as levem a se tornar algo que elas não necessariamente estão interessadas em abraçar como práticas performativas que são. No caso delas o desejarem, caberá a elas manifestar esse desejo

Em relação ao abuso de poder heterossexual, este consiste em primeiro lugar na pressa que leva na execução das transformações que impõe às pessoas intersexo,

esquecendo que a sexualidade é dissociada do gênero, vivenciada em nível individual, mas nunca de maneira desassociada da coletividade, uma intersecção entre ambos.

O biopoder funciona de maneira mais incisiva em sociedades que, de alguma forma, já se encontram docilizadas pelo discurso científico, portador de potencial suficiente para normalizar e disciplinar os corpos, desejos e sexualidades por meio de preconceitos e ideias tão obtusas quanto as instituições que as produzem.

Definir a normalidade sexual por meio da combinação cromossômica nos corpos é um reducionismo que se alia à exigida coerência e normalidade hetero que, até então, ninguém sabe explicar exatamente em que consiste, e inevitavelmente tropeça nas próprias ambiguidades e inconsistências, reforçando os já existentes estereótipos. Como bem entende os estudos recentes, só um olhar menos normativo superará concepções sobre “morfologias ideais e a constrição de normas corporais” (Butler, 2006, p. 98).

Talvez seja preciso lembrar que testículos e ovários são homólogos e que ambos produzem gametas. Lembrar que no caso da combinação 46, XY se verifica a presença de tecido testicular e ovariano no mesmo indivíduo, mas essa combinação não representa ameaça alguma à saúde, embora seja alegada a prevenção cancerígena para justificar a necessidade de retirá-los do corpo dos recém nascidos. Macarena não tinha mais do que dois meses de idade quando lhe retiraram os testes não descidos.

Com evidências na narrativa intersexo, as motivações para retirar os testículos se reduzem às medidas que preveem câncer; todavia, não há nenhum caso de tumoração reportado na existência das pessoas que não retiraram essas gônadas, isto é, aquelas que vivem com os testículos dentro do corpo estão bem. Aliás, estão melhor do que as pessoas que os tiveram retirados, pois não precisam tomar hormônios de reposição nem temem a possibilidade de uma osteoporose precoce, como acontece com aquelas.

Não é o perigo à saúde e sim o preconceito em relação ao tamanho, formato e lugar de alocação que legitima a fiscalização e as intervenções cirúrgicas, medidas de normalização de caráter compulsório para enquadrá-las aos critérios da cisnormatividade e outorga-lhes legibilidade e aceitação social; promessa falaciosa para quem já fez inúmeras cirurgias (nunca é uma só) e convive com as sequelas das malsucedida.

**Gônadas quietas**<sup>32</sup> (Herrejón)

Deixem as gônadas quietas  
 No seu 'fora de lugar'  
 Sem fingir sua retirada  
 Como hérnia inguinal  
 Diagnóstico não é doença  
 Nem compulsória medida  
 Que conduza à cirurgia  
 Ou à osteoporose temida  
 Os ovotestis internos  
 Não por não descerem  
 Dever ser extirpados  
 Pois geram hormônios  
 Afastam a menopausa  
 Fortalecem os ossos  
 Questionam discursos  
 Revestidos de verdade  
 Que só inflam o ego  
 E alimentam a vaidade  
 Não mais dilatadores  
 Para alongar cavidades  
 Não mais violadores  
 Da sã sexualidade  
 Mais reverência ao corpo  
 No vaivém da liberdade



Intervenções intersexo acontecem há mais de sete décadas, o tema da retirada de testes não descidos continua desafiador em termos epistemológicos, metodológicos, clínicos e éticos, pois as gônadas vistas como 'fora de lugar' são produtoras de hormônios, os quais são fundamentais para a absorção de cálcio, mineral corporal indispensável ao fortalecimento do sistema ósseo. Estarem no lugar inesperado, ocuparem o interior e não o exterior do corpo, não significa que são perigosas; não sendo cancerígenas, essas gônadas precisam apenas ser acompanhadas pelo médico.

O fato de, como primeiras medidas de normalidade, recorrer à cirurgia, à feitura de um canal vaginal e à realização de alongamentos contínuos não deixa de ter associação com a dispareunia, termo relativo à dor que pode surgir quando a mulher tem contato íntimo. No caso de Macarena, as recomendações oportunas e pontuais, o rol de cuidados e riscos que incluem rasgamentos vaginais, hemorragias intensas e dores absurdas na relação sexual foram omitidos antes dela se deparar com os resultados.

---

<sup>32</sup> A imagem dialoga com a poesia no imperativo de quebrar paradigmas de controle patriarcal, está disponível na Pinterest, <<https://br.pinterest.com/pin/1045890713441712460/>>. Último acesso 07/05/2024. O texto poético de Herrejón é inédito, deverá ser referenciado a partir desta tese.

Se foi descuido profissional da equipe interdisciplinar ou negligência dos pais, não entra no mérito da análise, mas gera perplexidade que, tendo acompanhado a paciente desde a infância, ninguém a tenha alertado sobre as limitações de um canal vaginal clinicamente construído e a impossibilidade de este, por sua estreiteza, albergar um pênis de tamanho normal sem dor extrema. Os muitos alongamentos não resolvem.

Não só os médicos e sim o arcabouço científico de base patriarcal que justifica a desatinada sugestão do ginecologista de usar recipientes de desodorante spray com um preservativo em cima, ambos os objetos, ademais de serem procedimentos grosseiros, no sentido de precariedade, esses artefatos toscos denotam desatenção, desrespeito e certa banalização, vulgarização e menosprezo em relação à sexualidade da mulher.

Violências éticas e estéticas se dão no ato de impor às pessoas uma anatomia que as aliena de si mesmas, que acentua a opacidade do conjunto de variações intersexo, oferecidas como disposição necessária para alguém se relacionar e viver em liberdade sem precisar se tornar aquilo que não pede ser ou fazer. Os paradigmas e saberes intersexo acirram a sanha cisnormativa, mas também a convidam a ampliar a visão sobre a inclusão de pessoas limítrofes que se movem nos limites da fronteira patriarcal.

Nesse quesito a indisciplina LA incentiva a se “opor, resistir e cruzar os limites opressores da dominação pela raça, gênero e classe” (Pennycook, 2006, p. 75), para investir na investigação e acompanhamento das especificidades correspondentes às variações intersexo e na formação dos profissionais da saúde que possam clinicar a partir das necessidades e não dos preconceitos. A saúde integral, a segurança e a dignidade valem mais do que uma bem-sucedida ereção, penetração e capacidade orgástica.

Marcada por diferentes eventos, Macarena atinge a maioridade, suas preocupações mudam, deixa para trás as angústias da infância e da adolescência, vinculadas à necessidade de proteção, conselhos e advertências para passar a resolver dificuldades de outra ordem, as da mulher adulta, como as relativas à incapacidade de atingir um orgasmo, as relativas ao manuseio de recipientes de desodorante spray, às dilatações que geram irritação e provocam candidíases frequentes etc.

Entre as preocupações da vida adulta está incluída a ideia de reduzir o sexo à relação peniano-genital, sem abertura para outras possibilidades de prazer, ignorando que a sexualidade é acima de tudo “o domínio imaginário; e que o seu “lugar” é todo

lugar” (Britzman, 2000, p. 67). Por um viés crítico analítico julga-se néscia a pretensão de conseguir dar reconhecibilidade de mulher a alguém pelo simples fato de lhe construir um canal vaginal a ser penetrado por um pênis. Grande reducionismo da sexualidade.

É questionável a pretensão de fazer com que uma mulher se sinta plenamente feminina pelo fato de ter adquirido um canal vaginal. Reduzem-se com essas ideias o gênero e a sexualidade às “formas de incorporação prostética que se fazem passar por naturais, mas que, em que pese à sua resistência anatômica e política, estão sujeitos a processos de transformação e de mudança constantes” (Preciado, 2014, p. 166).

Todavia, novas semioses questionam as referidas visões e intervenções normalizadoras dos corpos considerados monstruosos. Epistemes emergentes surgem da releitura de fatos traumáticos da experiência pessoal, como Macarena que se opõe às opiniões que estão na base da biopolítica de controle dos corpos com o enquadramento de um sexo verdadeiro em um corpo indefeso, traduzido como corpo dócil, conformado ao gênero e preso a um lugar perturbador onde acontece a fixação genital.

O biopoder acontece de maneira factual e discursiva, sendo que “o discurso da ordem do acontecimento é o lugar da instabilidade” (Fiorin, 2023, p. 176). Logo, é desde a instabilidade intersexo, feita de mudanças físicas não consensuais que Macarena desvela o que as práticas modificadoras escondem, a necessidade de nivelar critérios de gênero, como se não soubessem que é uma das coisas mais fugidias do humano:

humano é aquele que informa a forma como nós reconhecemos ou não, ao nível do sentimento, do desejo e do corpo, nos momentos diante do espelho, nos momentos diante da janela, nas vezes que se recorre a psicólogos, e psiquiatras, a profissionais médicos e jurídicos para negociar o que pode muito bem parecer a irreconhecibilidade de seu gênero e, portanto, de sua personalidade (Butler, 2006, p. 184).

O humano assume um posicionamento e um compromisso pessoal como corpo que é desejante e desejado, que vai rumo ao outro. Não acata proibições nem controle, pois é assumidamente insubmisso e “essa forma que ele é, responde a um desejo, a uma espera, a uma necessidade ou a uma inclinação” (Nancy, 2015, p. 49). Sentir-se desejado por alguém pode ser uma das vivências mais marcantes da impotência humana, mas ela faz com que o indivíduo se filie à indômita alteridade.

Nesse processo, é bom que se diga que há uma discordância entre o que se deseja e o que realmente se obtém, isto é, faz-se necessário entender que “o desejo não é apenas uma função intencional ligada à satisfação da necessidade animal [eu

*substituiria o termo animal por física/genital/visceral]* como se a falta fosse vinculada à positividade de um objeto material” (Safatle, 2015, p. 181, grifos nossos).

Torna-se necessário lembrar que com a entrada da sexualidade no discurso científico, esta passou a ser vista como uma força a ser controlada e dividida a partir da dicotomia entre saúde e doença, em consequência, o desejo sexual que é atração, não só física e sim associada ao todo, inclusive na união que não preencha o senso de plenitude, revela a pulsão ou impulso avassalador de ir atrás do que abala a razão.

Avassalador é não ter domínio de quem nos atrai “em um modo que geralmente interrompe a narrativa autoconsciente sobre nós mesmos que procuramos fornecer, de um modo que mude nossa própria noção como autônomos e providos de controle” (Butler, 2004, p. 22). Essa vivência visa harmonizar registros e marcas, pois um corpo harmonizado é transformador porquanto é ele que sinaliza aquilo que deseja tornar-se.

A transformação consiste em tornar-se outro alguém a partir daquilo que dá corporalidade ao desejo e ao sujeito de desejo. Mesmo sendo diversa para cada ser humano, essa experiência não é opcional e sim obrigatória. É um processo inevitável que “acontece no sentido da realização de um desejo próprio e da inscrição desse desejo em um corpo, leia-se transfiguração desse desejo em corporalidade” (Maluf, 2002, p. 149).

O paradoxo coloca o ser humano diante do objeto de desejo como algo que, longe de providenciar uma satisfação plena, tende a descentrar, colocando-o à beira de si mesmo que encarna a impossibilidade de um refúgio absoluto em si próprio e constata a impossibilidade de uma passagem radical, definitiva e integral para o outro. Desde esse abismo paradoxal Macarena se coloca como alguém que existe, resiste e é desejada.

O ser humano aprende a ver o seu corpo ao compará-lo com a imagem fascinante do corpo do outro, ao tomar tais imagens como suas, conclui que ser corpo é estar preso ao olhar do outro (Safatle, 2021). É por conta desse olhar que nasce um desejo maior que convoca a cada um a existir sem precisar da aprovação social. Macarena parece enxergar as normas sobre os corpos, as individualidades, desejos e fantasias como fruto da sexualidade disciplinada em que foi moldada, mas uma vez convicta que pode ser desejada sob formas não necessariamente canônicas, e sim vivenciadas para além do dualismo essencialista da diferença anatômica, ela se liberta.

### 3.1 O suposto instinto materno

Na contramão do discurso científico que usa a dicotomia saúde-doença para tratar as pessoas com métodos que fazem aparecer a orientação sexual como uma patologia, os epistemes alternativos intersexo participam na quebra de paradigmas. Sua contribuição é importante, faz conexões entre o que se diz sobre os corpos e as questões mais amplas de desigualdade social, pois dessa maneira rompe-se “com os modos de investigação que sejam associais, apolíticos e a-históricos” (Pennycook, 1998, p. 42-43).

Há várias formas de despossessão, segundo Safatle: as “ligadas à insegurança social e civil são modos de sujeição. Já aquelas vinculadas à insegurança ontológica são modos de liberação” (Safatle, 2015, p. 185). A despossessão que constrange e limita a liberdade de escolha difere daquela que situa e reergue a pessoa por dentro. O posicionamento em relação ao suposto instinto materno depende do grau de autonomia que se tenha adquirido na tomada de decisões sobre o próprio corpo.

A maternidade se atribui à pessoa humana que nasce com um aparelho reprodutor: ovários, útero, trompas de falópio, canal vaginal e vagina, que tenha aparência feminina, isto é, voz fina, pouco pelo no corpo e no rosto, curvas acentuadas, lábios carnudos, etc., o que torna impensável que um corpo peludo e musculoso, com bigode e barba, voz grave seja capaz de gerar, parir e nutrir um bebê.

Quebrar esse mito do suposto instinto materno ser o desejo de toda mulher, implica em se indispor com o sistema heteropatriarcal na sua totalidade, inclusive com mulheres defensoras dessa crença, social e culturalmente construída; essa categoria de mulheres é a que mais hostiliza e pressiona emocionalmente aquelas que não pensam nesses termos. Essas mulheres servem de bom grado e fortalecem o ideário heteropatriarcal.

Em certa medida elas foram forçadas em seus corpos e em suas mentes a corresponder, sob todos os aspectos, à ideia de natureza que foi determinada para elas (Wittig, 2019). As mulheres não são consultadas para o que se decide sobre elas, talvez seja o motivo pelo qual nem cogitam a possibilidade de criar estratégias de resistência e mudança, passando pelo compromisso de desaprender equívocos sobre dependência.

Os discursos heteropatriarcais têm sido responsáveis pela cristalização de ideias sobre a mulher, pregando sua dócil aderência às alternativas destinadas ao seu sexo. Esses discursos geram uma série de problemas para a mulher que se sente impelida a

resolver tudo, “é o dilema entre compaixão e autonomia, entre virtude e poder, que marca a voz moral feminina com a vontade de recuperar o seu ser e resolver conflitos sem machucar ninguém” (Gilligan, 2003, p. 53), como se alguém se preocupasse com as muitas amarguras, tristezas e violências que ela sofre da infância à velhice.

Repetidamente são veiculados os discursos machistas que geram uma série de preconceitos e situações discriminatórias que “deixam as mulheres e meninas ainda mais em risco de não realizar a autonomia corporal, de não usufruir de seus direitos e ainda mais longe da igualdade de gênero” (UNFPA, 2021, p. 9). Desde terna idade, por não ser homem e definir que o seu lugar prioritário era o lar, a mulher foi incumbida das labores domésticas, do cuidado das pessoas, aprendendo a estar “sempre a serviço de outros que não podem ou não querem trabalhar como elas” (Tiburi, 2018, p. 105).

As construções discursivas, feitas de “expressões de gênero são sempre inauguradas por um evento de linguagem, pela encenação de todo um conjunto de atributos e padrões específicos a um ou outro lado do binário homem/mulher e que são regulados por normas e ideologias sociais” (Signorini e Biondo, 2023, p. 153). Os construtos de gênero influenciam para que a mulher seja devota sempre tanto e de tal maneira aos outros que esquece de suas necessidades mais fundamentais.

Por cuidar prioritariamente dos outros e não dela, a mulher mãe aprende a se gratificar de formas que ainda a escravizam mais. A quantidade de elogios à sua abnegação pelos outros é proporcional ao esforço que ela imprime para manter em alta a admiração e o respeito associados à sua autoflagelação. É possível que o dia que ela decida pensar em si, os elogios, a admiração e o respeito diminuam e até desapareçam.

Poeticamente falando, Gloria Anzaldúa faz um retrato da mulher deserto, essa mulher que em nada se assemelha às princesas ou rainhas de longas e sedosas vestes. Não é combinando docilidade com elegância ou ternura com gentileza que Anzaldúa desenha a mulher deste lado do oceano, foi o tipo de mulher com a qual ela teve contato.

Anzaldúa descreve a mulher deserto como alguém que se confunde com os bichos selvagens, com os galhos tortuosos e com as dunas; uma mulher em conflito consigo mesma e com o entorno, brava, raivosa e ressentida com a vida; impetuosa e fugidia que dá vasão à sua fúria embora não deixe de cuidar das vidas secas; membros da família e os membros mais fragilizados nos diversos grupos e comunidades que ela frequenta.

**Deserto** (Anzaldúa)<sup>33</sup>

A mulher do deserto mete a cabeça em si mesma,  
 Como tartaruga desenterra raízes com o focinho,  
 Está com os javalis, caça coelhos como os coiotes.  
 Como uma flor a mulher do deserto  
 Não dura muito tempo  
 Mas enquanto vive enche o deserto  
 Com flores de palma e pau verde.  
 A mulher do deserto enroscada é serpente cascavel  
 Descansa de dia, mas à noite quando é mais fresco  
 Agita-se com a coruja e com as cobras,  
 Alcança um ninho de pássaros  
 E come os ovos e os filhotinhos.  
 Quando em fúria, a mulher do deserto  
 Cospe sangue dos olhos como o lagarto cornudo  
 E quando escuta um sinal de perigo  
 Pula e corre como a lebre  
 E se transforma em areia.  
 A mulher do deserto, como o vento sopra  
 Faz as dunas e as colinas.



Construídas ao longo de séculos de silenciamento e submissão feminina, algumas mulheres se obrigam a reproduzir estereótipos que as deixam exaustas e irritadiças, frustradas e infelizes; em situação de desvantagem não só pelo homem estar numa posição superior em que, necessariamente a trate mal o tempo todo e em toda circunstância, mas porque tratá-la bem ou mal onde e quando ele quiser é escolha dele.

Como toda construção identitária, a da mulher também passa pelo uso da linguagem. Ela se desdobra em muitos papéis que só ela pode reforçar ou desconstruir. A visão performativa do gênero permite desestabilizar padrões que identificam a mulher como inferior ao homem, a todo e qualquer um, e “tais padrões estão estruturalmente hierarquizados com base no binarismo” (Signorini e Biondo, 2023, p. 153).

Ao insistir em ser mulher antes do que sujeito de direitos, a mulher abre mão de si mesma; vive “a tensão entre o sucesso profissional e o que chamamos de “vida afetiva”, ou seja, a tensão entre trabalho e amor” (Soler, 2004, p. 193). As mulheres sofrem por antecipação na experiência afetiva que é descontínua e tensa. Até quando estão amando se machucam mais do que se gratificam; investem em agradar para não perder aqueles que agem de maneira indiferente ou que estão pela metade na relação. Eles agem assim:

<sup>33</sup> Anzaldúa é autora de “mulher cacto” e mais dois poemas que Micheline Verunschik posta em 13 de outubro de 2013 no site moça rara <<https://musarara.com.br/tres-poemas-de-gloria-anzaldua>>. Última consulta 12/04/2020. A imagem que acompanha o texto poético se encontra disponível no seguinte site: <<https://br.pinterest.com/pin/140806231527913/>>. Último acesso 05/06/2024.

devido à posição de superioridade e independência que lhes cabe. Devem ser, portanto, rígidos, másculos e dominadores. Por sua vez, às mulheres resta a necessidade de resguardar sua moral sexual, agindo de forma efetivamente recatada. Suas vestimentas, seus diálogos e seus comportamentos devem revestir-se da cautela necessária a ensejar o respeito do seio social. Seu corpo não é considerado sua propriedade, senão verdadeiro objeto de controle da sociedade (Lima M, 2012, p. 9).

Não pode ser generalizada a compreensão sobre mulher e homem, pois não são figuras homogêneas. Mas acredita-se que o homem é incapaz de renunciar a quaisquer privilégios sexistas, é em favor da manutenção de prerrogativas ou apanágios do seu sexo “da mesma forma que nenhum indivíduo de cor branca consegue abster-se dos privilégios racistas *restando evidente que* - as vantagens de gênero e raça advém a despeito da vontade dos indivíduos que delas usufruem” (Harding, 2019, p. 102).

Os privilégios de raça, sexo e gênero foram construídos ao longo de muitos anos por meio de discursos que acontecem de forma espontânea, quase automática ou “a despeito da vontade dos indivíduos que as usufruem” (Harding, 2019, p. 102). E se a mulher encontra dificuldade na terminologia e no esforço de uma compreensão de si fora do relacionamento com quem quer que seja, é porque aprendeu a ser valorizada, inclusive por si mesma, só na medida em que serve e vive em função dos outros.

a tentativa de se focalizar a existência das mulheres exclusivamente na criação dos filhos, é manifestamente prejudicial às crianças. A socialização como um processo excepcionalmente delicado requer um socializador sereno e amadurecido – um tipo que as frustrações de um papel puramente familiar não são suscetíveis de produzir. A maternidade exclusiva é freqüentemente, neste sentido, “contraprodutiva”. A mãe descarrega suas próprias frustrações e ansiedades em uma fixação na criança. Uma maior conscientização da importância crítica da socialização, longe de levar a uma restituição dos clássicos papéis maternos, deveria conduzir a uma reconsideração deles (Michell, 2006, p. 224).

A categoria mulher tem sido lida a partir de um corpo, de uma genitália e de um aparelho reprodutivo, pensados como homogêneos a todas as mulheres. Até décadas recentes não se podia imaginar a existência de uma mulher que não desejasse constituir família. Não era comum que a mulher rejeitasse a ideia de ter um marido e renunciasse à maternidade, mas nos dias atuais as questões de gênero estão som discussão.

Entretanto, continua sendo difícil para a mulher estabelecer o valor da sua existência como ser individual que está no tempo e no espaço por ela conquistados. Por viver contemporaneamente separada e conectada do seu desejo, necessidades e anseios mais profundos, Lacan (2008) ousa dizer que a mulher não existe, pois nenhuma

entre todas as mulheres sintetiza esse conceito na sua generalidade e completude, mas há quem diga que a mulher enquanto mãe consiga encarná-las todas; o que pode ser avassalador quando a mãe que encarna contamina o ser mulher (Maier, 2005).

Independentemente de qualquer concepção sobre a mulher, há um esforço significativo para esta se compreender à luz de um princípio escriturístico da própria subjetividade e da importância de tentar se permitir não ser tudo, para ser apenas um significante, inclusive e especialmente para ela mesma. Quebrar estereótipos não faz mal para ninguém. Ela precisa lembrar que: “o cérebro é um fenômeno individual que gera as mais variadas criações enquanto o útero gera um só tipo de criação” (Solnit, 2017, p. 17).

O fato de a mulher questionar os discursos internalizados na infância e na adolescência sobre hierarquias e privilégios de ordem patriarcal; o fato de a mulher viver em desacordo com o sistema e não estar mais disposta a fazer concessões em relação à autonomia sobre o próprio corpo, representam o seu despertar crítico para perceber o absurdo que é ela querer ser tudo para os outros enquanto esquece de si mesma. É assim que, ao engajar-se na desconstrução de paradigmas sobre casamento e gravidez, a mulher contribua para que o instinto materno seja escolha e não obrigatoriedade social.

**Rasgamento** (Esther)<sup>34</sup>

No ultrassom nada saiu, mas foi me dito que tinha síndrome de Morris, uma doença que afeta os cromossomos e o sistema reprodutivo que não terminou de se formar bem. Portanto, não teria o meu período menstrual nem poderia ter filhos, mas perguntei se poderia adotar uma criança e me disseram que sim. Para fazer sexo normal pela primeira vez e não me causar trauma, meu médico poderia ter me avisado que minha vagina não abrigaria o pênis de um homem, por menor que fosse. Mas não. Eles fizeram isso no final do ano, quando fui urgentemente ao hospital por uma forte hemorragia e um rasgamento de cinco centímetros (e minha vagina tinha três cm de profundidade). Na ocasião, eles me operaram. Com um mecanismo um tanto ortopédico, eles alongaram seis cm a minha vagina que agora mede nove centímetros.



A narrativa de Esther gera epistemes úteis às mudanças paradigmáticas. A linguagem descritiva sobre a experiência cirúrgica evidencia um alinhamento entre a

<sup>34</sup> Esther compartilha sua experiência de vida com a Brújula Intersexual onde pode ter acesso à versão original e completa: <<https://brujulaintersexual.org/2019/05/22/monologo-vagina-perdida-mrkh/>>. Última consulta 12/04/2020. A imagem que dialoga com a narrativa intersexo se encontra alojada na Pinterest, acessível no link: <<https://br.pinterest.com/pin/5770305765629028/>> Último acesso 06/06/2024.

atitude dos médicos e a política de adequação à norma heteropatriarcal, ambos parecem não se importar com a irreversibilidade e sequelas dos procedimentos utilizados para tratar a síndrome de Morris, diagnóstico de Esther, consistente na Disgenesia Gonadal Parcial (DGP) que, em termos simples descreve a insensibilidade aos andrógenos vinculados ao cromossomo X em pessoas com cariótipo 46 XY.

Pessoas com síndrome de Morris podem apresentar prejuízo total ou parcial na virilização, podem ter o canal vaginal demasiado estreito, o que dificulta as relações sexuais com penetração peniana vaginal, se o canal medir menos de dois centímetros, a relação pode gerar dor extrema, lesões e hemorragias graves. Para evitar serem hospitalizadas faz-se necessário alertá-las sobre esses riscos.

A formação do aparelho reprodutor de pessoas com cariótipo 46, XY gera certo alarme em torno de suas peculiaridades associadas à amenorreia que é a ausência de menstruação, à impossibilidade de ter relações sexuais satisfatórias e à improbabilidade de gerar filhos biológicos. Todavia, o diagnóstico dessa e de qualquer outra síndrome não se relaciona com doença, é apenas o fator que orienta o devido tratamento médico.

O diagnóstico de Morris não é motivo para gerar qualquer tipo de estigma em torno da relação sexual, em torno do grau de abnegação e resistência atribuídas à mulher em relação ao sofrimento e ao cumprimento de quaisquer obrigações maritais, constringendo-a a tolerar o intolerável, fazendo-a acreditar que dela e somente dela depende a continuidade da prole, a estabilidade familiar e o bem-estar social.

Não precisa reforçar-se a ideia que até pouco tempo circulava como destino traçado em relação à fatal obrigatoriedade de toda mulher dever responder aos ditames socioculturais, segundo os quais “a corporificação feminina parecia ser dada, organicamente necessária para procriar; parecia significar habilidades relacionadas à maternidade e às suas extensões metafóricas” (Haraway, 2019, p. 209).

É um paradoxo negar à mulher quaisquer direitos de autonomia sobre o próprio corpo; limitá-la na gestão de seu tempo e energia dentro e fora do ambiente familiar, duvidar de seu empreendedorismo; vedar-lhe as carreiras masculinas; proclamar sua incapacidade no terreno político e ao mesmo tempo “confiar-lhe a empresa mais delicada, mais grave que existe: a formação de um ser humano” (Gaspari, 2003 p. 42).

Apesar das resistências, algumas coisas mudaram ao dissolver-se a concepção de haver um homem essencial e universal; junto com essa crença também desapareceu a ideia de sua companheira oculta, pressuposto outrora atribuído à mulher. É por isso que nos dias atuais: “Ao invés disso, temos uma infinidade de mulheres que vivem em intrincados complexos históricos de classe, raça e cultura” (Harding, 2019, p. 89).

O entendimento atual sobre a indissolubilidade entre gênero e sexo convida a ir além do construto discursivo em que “o útero deveria fazer da mulher um ser peculiar, um ser à parte” (Nari, 2004, p. 108), e isso está sendo motivo de significativas reflexões, avaliações e desconstruções relativas não mais a um único e sim vários modos de ser e se definir mulher não só em termos linguísticos e corporais e sim em todos os aspectos.

O aglomerado mulher está mais diluído, abriu possibilidades, outrora negadas, para que na base do ensaio e do erro, dos limites e das ambivalências, a mulher possa se aventurar na opção preferencial por si mesma, sendo inspiração para outros. Uma aventura que deverá percorrer sozinha, pois a sociedade não está pronta para acompanhá-la nesse processo, em aparência egocêntrico, mas infinitamente cósmico.

Enquanto prática social constitutiva da realidade, a narrativa de Esther permite identificar fatos localizados no tempo e no espaço que afetam o entendimento sobre a maternidade, o que foi feito com o seu corpo veicula a ideia de este dever ter nascido para procriar, na ausência desse pressuposto os médicos o adéquam às suas determinações, ignorando que nem todas as mulheres nascem para sangrar e ser mães.

Narrativas intersexo, como a de Esther causam efeitos políticos, operam mudanças localizadas nos micro espaços; apontam para a falha hospitalar que coloca pacientes como ela em situação de perigo; evidenciam a negligência médica que esperou acontecer um rasgamento vaginal de cinco centímetros para intervir. A omissão médica sinalizada pela paciente é grave. A equipe interdisciplinar devia ter dito que além da penetração peniano vaginal, existem outras formas de dar e obter prazer sexual.

Aproveitando a narrativa em análise, faz-se necessário apontar para um dado como mínimo curioso, relativo à maior produção de corpos femininos do que masculinos; constata-se menor popularidade da neofaloplastia (construção de pênis) em relação a grande notoriedade da vaginoplastia (feitura vaginal). Há muitos mais produção de canais

receptivos do que penetradores eréteis; dado que convida a investigar os motivos e as possíveis repercussões dessa prática no que tange às relações de poder.

Práticas sociais são a consciência e valorização dos sujeitos, motivo pelo qual chama a atenção a discrepância numérica entre a feitura de vaginas e a construção de pênis. A atribuição do sexo feminino à maioria dos bebês com afalia congênita, extrofia, perda peniana traumática e micro pênis, resulta numa superlotação de vaginas e o esvaziamento de pênis na reificação clínica dos corpos intersexo. Seria interessante analisar se a complexidade e demora na edificação de um pênis e a maior facilidade na feitura de um canal vaginal são os únicos motivos de fundo ou se há outros.

Poderiam se analisar os desdobramentos socioculturais da disparidade entre a construção de canais receptivos e a edificação de penetradores eréteis. A maior produção clínica de corpos femininos do que masculinos faz pensar na desigual ocupação de espaço público, convida a fazer uma análise à luz dos papéis sociais, das diferenciações socioculturais e científicas que permeiam a maneira clínica, linguística, política e discursiva de pensar, produzir e manipular os corpos.

Identificar a importância e a razão pela qual uma nova história feminina é contada a partir do acontecimento cirúrgico em um tempo e lugar determinado; valorizar a descrição de ações e omissões, especialmente a ação complicadora que é o elemento fundamental para a caracterização de um discurso narrativo, coloca em perspectiva crítica o entendimento que se tem sobre a sexualidade satisfatória para a mulher. É possível que convenha, a partir dessa dimensão crítica, questionar a hiper valorização do ato sexual, associado à procriação, porquanto nesse ato:

tornou-se evidente que o homem “possui” a mulher, enquanto a mulher por sua vez se “entrega” ao homem. Como, entretanto, possuir é uma honra, e entregar-se, ao contrário, representa rebaixamento, a mulher adquiriu uma atitude negativa com respeito ao ato sexual. Essa atitude é constantemente fomentada pelos esforços equiparados da educação autoritária. E porque para a maioria dos homens a posse da mulher se torna mais uma prova da sua masculinidade do que uma experiência amorosa, porque a conquista é mais importante do que o amor, esse temor por parte das mulheres adquire uma conotação/razão trágica (Reich, 1988, p. 89).

Apesar de não ter sido totalmente apagada, a submissão feminina atual não acompanha “a demanda de que as mulheres provenham conforto materno, cuidado, sem julgamentos, e compaixão para seus molestadores, estupradores e espancadores, assim como para os homens que passivamente as vampirizam” (Rich, 2010, p. 34). Elas, as

mulheres (cis ou não) estão mais ativas na reivindicação de autonomia sobre o próprio corpo e na denúncia de violências de gênero, mas são estigmatizadas e pouco ouvidas.

Enquanto construção social, linguística e discursiva, o gênero faz parte de uma longa cadeia de negações e apagamentos, feita de diferenças e indiferenças em relação a mulher (Silva, 2000 apud Resende e Ramalho, 2006). Nessas construções de diversas naturezas, conjugam-se a resistência e a resiliência de quem se distancia do modelo ortodoxo de normalidade e sofre a expulsão tácita ou simbólica do convívio social.

Ao concordar com as intervenções médicas que moldam os corpos a partir de critérios que negam a possibilidade de vivenciar o prazer sexual fora do encaixe heterossexual, termina incentivando-se “uma oposição entre agência individual e estruturas sociais” (Biroli, 2013, p. 82). Lembrando que são as atitudes e não as boas intenções as que favorecem uma compreensão do indivíduo intersexo com incidências no espaço socioeducativo, favorecendo uma inserção e acolhida real da diferença.

A pessoa intersexo precisa ser vista não só como existência possível e sim como o que é de fato, uma presença indispensável pelo que especificamente é e oferece. “Essa compreensão afeta todo o protocolo de assistência à saúde, que, a partir de então, não buscaria a reparação, o apagamento e nem a correção, mas sim buscaria a disseminação do conhecimento e o respeito à existência intersexo” (Canguçu, 2023, p. 90).

Os mecanismos um tanto ortopédicos para alongar uma vagina deveriam ser aplicados àqueles que precisam alongar os horizontes éticos em relação ao fato que em uma sociedade na qual a reprodução através do sexo é uma entre outras versões possíveis: uma mulher pode “ser pai” da sua criança e um homem pode “ser mãe” da criança dele, abrindo possibilidades de experimentação social, emocional e de liberdade.

Esse alongamento de horizontes científica e eticamente fundado eliminará a distinção crucial que sustenta todas as hierarquias e explorações sociais subsequentes (Žižek, 2016)<sup>35</sup>. Motivos para acolher ou dispensar a condição de mãe/pai geradores de filhos só dizem respeito ao ser humano que não só registra como administra a sua capacidade de autonomia e o seu poder de agência em todas as circunstâncias possíveis.

---

<sup>35</sup> O sexual é político, por Slavoj Žižek, via The Philosophical Salon, traduzido por Germano Nogueira Prado, membro do Círculo de Estudos da Ideia e da Ideologia, publicado na LavaPalavra em setembro, 26 de 2016, disponível no link: <<https://lavaxpalavra.com/2016/09/26/o-sexual-e-politico/>>. Última consulta 14/04/2024.

### 3.2 O estupro disparador de revolta

O patriarcado, sistema de dominação dos corpos, não existe sem violência, ele cria e molda ao bel-prazer os corpos que lhe servem para se manter no poder e o faz por meio da força persuasiva que o institui e o reproduz como entidade monolítica de controle. O machismo, tecnologia política funcional do referido sistema dominante, gera discursos de ódio, sustentando a desigualdade entre os sexos e o controle dos corpos, linguística e discursivamente programados para obedecer e servir ao sistema que os dociliza.

O biopoder é um dispositivo que funciona como uma engrenagem, não sendo possível a existência do patriarcado sem o machismo, assim como inexiste o machismo sem a misoginia. Os três componentes se retroalimentam e sobrevivem criando as noções de gênero e sexo para que os corpos cumpram específicas funções conforme as determinações ideológicas que, embora abstratas, os oprimem de forma concreta. Esses corpos “sofrem sob seus papéis de gênero e outras hetero designações produzidas pela violenta metafísica do patriarcado” (Santos e Rodrigues, 2014, p. 31).

Fruto do desenho hierárquico das relações, o discurso misógino contribui com a violência de gênero como está contemplado no Projeto de Lei 890/23, o qual prevê a punição por crimes resultantes de discriminação ou preconceito por práticas misóginas, incluindo as relativas a violência verbal e simbólica. O PL define misoginia como discriminação, preconceito, propagação de ódio e aversão que se praticam contra as mulheres por razões da condição de sexo feminino (Agência Câmara de Notícias/2003)<sup>36</sup>.

A ACD contribui com a compreensão de fenômenos linguísticos que retratam as relações de poder promovidas por hegemonias ideológicas, uma vez que a linguagem é um instrumento poderoso para a disseminação de preconceitos e é dela que se vale o misógino para disseminar a ideia de que: “o poder sexual está no homem e que este tem o direito de realizar esse poder sobre a mulher ou sobre outros homens (que, dentro da sociedade binária, não reproduzem os estereótipos de masculinidade e virilidade) como quiser e sempre que julgar necessário” (Floriano, 2017, pp. 12-13).

---

<sup>36</sup> Câmara dos Deputados. Criação de Lei para tratamento penal e processual de crimes resultantes de práticas misóginas, Projeto de Lei 890/2023, que foi apresentado no dia 6/03/2023, se encontra disponível no seguinte link: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2350163>>. Última cons. 13/05/2024.

O machismo como prática sociocultural reserva um lugar secundário para os corpos menosprezados pelo sistema. Os humilha e ridiculariza de várias formas. Caso desobedeçam as regras do jogo de poder impostas por ele mesmo que é o único que se diverte, deverão ser punidos com violência, a qual que se manifesta em vários níveis e de diversas formas, entre as quais a simbólica, física, verbal e material.

O entendimento popular de violência apoia-se num conceito, durante muito tempo, e ainda hoje, aceito como o verdadeiro e único. Trata-se da violência como ruptura de qualquer forma de integridade da vítima: integridade física, integridade psíquica, integridade sexual, integridade moral. Observa-se que apenas a psíquica e moral situam-se fora do palpável (Saffioti, 2015, p. 18).

A mais extrema é a violência contra a mulher, cujo desfecho é o feminicídio. Em várias sociedades e épocas, a mulher não tinha opinião, ou melhor dizendo, não podia expressar sua opinião em relação às decisões do marido, não ousava enfrentá-lo, questionar suas atitudes e muito menos se permitir não ser condescendente com os seus desejos sexuais. Ao longo da história legitimou-se a dominação dos homens sobre:

as mulheres e o direito masculino de acesso sexual regular a elas estão em questão na formulação do pacto original. O contrato social é uma história de liberdade; o contrato sexual é uma história de sujeição. (...) O pacto original é tanto um contrato sexual quanto social: é sexual no sentido patriarcal – isto é, o contrato cria o direito político dos homens sobre as mulheres -, e também sexual no sentido do estabelecimento de um acesso sistemático dos homens aos corpos das mulheres (Pateman, 1993, pp. 16-17).

O sistema dominante, regulador dos corpos se fortalece na família conservadora, que defende de forma incisiva o *pater potestas* que se traduz como o poder do pai, defende-se uma família constituída em cima da legitimação da violência do homem, naturaliza-se a submissão da mulher e a obediência cega dos filhos, os quais por sua vez tendem a reproduzir o que veem no contexto familiar. Há pouco tempo o machismo atuava na vida cotidiana, dando continuidade à tradição dos privilégios dos:

homens que dispunham de muitas regalias, a começar pela dupla moral vigente, que lhes permitia aventuras sexuais com criadas e escravas, desde que fosse guardada certa discrição, enquanto às mulheres tudo era proibido, a não ser o que se destinasse à procriação de filhos, aos cuidados do lar e à domesticação dos animais. A mulher era dedicada a um homem e a um lar únicos, mas o homem tinha “natureza” poligâmica, ou seja, podia ter outras mulheres, além da esposa (Boris e Holanda, 2007, p. 457).

Reconhecer que a mulher passou a ter não apenas funções reprodutoras, mas que assumiu tarefas produtivas no ambiente de trabalho, em espaços variados, como resultado das transformações socioculturais econômicas e políticas, não impede ver na de maneira crítica que ainda persistem as contradições nas sistemáticas “formas de

produzir e de reproduzir a vida a partir de relações de dominação e de expropriação, em especial dos corpos e da autonomia das mulheres” (Narvaz e Koller, 2006, p. 51).

A monogamia existe só para as mulheres, elas são exploradas sexualmente como produtoras de herdeiros, como produtoras de corpos a serviço do sistema; enquanto a misoginia, instalada com o machismo no seio familiar, é responsável pela omissão de uma série de crimes, entre os quais o estupro, perpetrado dentro do seio familiar sem que seja punido o responsável que nem sempre, mas pode ser o homem provedor.

A cultura do estupro é “o conjunto de violências simbólicas que viabilizam a legitimação, a tolerância e o estímulo à violação sexual” (Floriano, 2017, p. 13). Essa cultura é antes de qualquer coisa um crime de gênero e é sob a perspectiva de gênero que deve ser analisado, pois expressa padrões de masculinidade e feminilidade reproduzidos de geração em geração, “fazendo com que as identidades de homem e mulher se afirmam na medida em que ocorram aproximações e afastamentos em relação ao padrão que concentra maior poder na cultura” (Gomes, 2008, p. 239).

Em decorrência do elevado índice de estupros em nível global e local, um grupo de jovens chilenas encabeçou em 2019 uma revolta sobre o tema, levaram o saber crítico acadêmico ao palco político das ruas, conseguiram que centenas de mulheres cuspissem na cara do sistema misógino uma poesia musicada e coreografada contra os estupradores contumazes, jamais devidamente punidos pelos crimes que cometem.

Em dança e canto, esse elenco de corpos espalhadas pelas principais capitais de países dos diferentes continentes foi formado exclusivamente por mulheres, crianças, jovens, idosas, cisgênero e transgênero, imigrantes, deficientes, estudantes, trabalhadoras, pansexuais, parlamentares e outras. Essa manifestação política e artística, ou melhor, artevista, para quem tiver corpo, performou sobre a realidade de opressão a potência criativa da luta e do luto. Esses atos persistem como um convite, lembrete, e uma amostra de que “não faz mal pensar que não estamos sós”, já que cantamos juntas em performances vadias e danças das mulheres, o repertório das músicas feministas sobre como nossas vidas importam (Freire e Rocha, 2022, p. 2221).

As jovens chilenas usam o pseudônimo ‘Las tesis’ em alusão ao seu pertencimento e representação do mundo acadêmico. Com a iniciativa de cunho artístico crítico que tiveram, as estudantes incentivaram um número grande de mulheres para que pudessem expressar pública e abertamente a raiva, a frustração e o descontentamento em relação a uma problemática que não diz respeito só aos homens e sim à sociedade global que abafa silencia e omite os pormenores de uma conduta desleal que virou cultura.

Ressalta-se sobre o referido evento a força da poesia e da dança como meio eficaz de reflexão e libertação catártica em um ambiente público que libera vozes múltiplas para, em uníssono, cobrar a assunção de responsabilidade e soluções, sabendo que “uma solução geral só pode ser encontrada em uma estratégia que afete todas as estruturas da exploração das mulheres” (Michell, 2006, p. 225). Ensaíam-se soluções no meio da incerteza, na feitura da dança que “rompe com qualquer chance de determinismo, para uma experiência do corpo em contato com um processo de construção, sem regra e sem mediação, e sim com o imprevisto, a imprevisibilidade” (Freire e Rocha, 2022, p. 2228).

### **O estuprador**<sup>37</sup>

O patriarcado é um juiz  
 Quem nos julga ao nascer  
 E nosso castigo  
 É a violência que você não vê (2x)  
 É feminicídio  
 Impunidade para o meu assassino  
 É o desaparecimento  
 É o estupro  
 E não foi minha culpa,  
 Nem onde eu estava,  
 Nem como eu vestia (4x)  
 O estuprador era você  
 O estuprador é você  
 Eles são os policiais  
 Os Juízes  
 O estado  
 O presidente  
 O estado opressivo  
 É um estuprador (2x)  
 O estuprador era você  
 O estuprador é você  
 Durma, menina inocente  
 Sem se preocupar com o bandido  
 Que dos teus sonhos, doces e sorridentes  
 Cuida o teu querido policial  
 O estuprador é você (4X)



A referida poesia musicada teve início no Chile, mas ganhou o mundo fazendo alusão ao machismo global e à cultura de estupro, dois desdobramentos do patriarcado que se expande e fortalece nas práticas e discursos que geram constrangimento e opressão para a mulher e as categorias mais vulneráveis, como os infantes e incapazes; “o estupro é muito mais difundido do que temos notícia, sendo praticado por homens, em

<sup>37</sup> A versão original da poesia acima referida se encontra disponível no seguinte site: <<https://www.letas.mus.br/dj-ariel-style/el-violador-eres-tu/>>. Última consulta 12/04/2020. A imagem da Pinterest está disponível no seguinte link: <<https://br.pinterest.com/pin/4785143349593921/>> Último acesso 06/05/2024.

sua grande maioria, que possuem plenas faculdades mentais de escolher praticá-lo ou não, é incentivado por uma série de mecanismos culturais” (Floriano, 2017, p. 11).

O estupro é associado à noção de afirmação da virilidade e macheza do homem que pelos costumes pode possuir toda e qualquer mulher, inclusive as vinculadas por parentesco ou afinidade, já que, nem diante delas é capaz de frear os seus instintos. Estupra para se afirmar como homem e mata quando desapontado, pois deve ter sempre à disposição o objeto sexual, devido “à influência da ideologia patriarcal, que sustenta a autoridade dos homens sobre as mulheres, legitimando todo o tipo de abusos de que elas possam ser alvo, quer no espaço privado, quer no profissional” (Dias, 2008, p. 13)

No título VI dos crimes contra a liberdade sexual do artigo 213 do Código Penal brasileiro, o estupro se configura no ato de o agente constranger mediante violência ou grave ameaça a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso (Brasil, 2009). O termo conjunção carnal se refere à penetração peniana vaginal. O ‘outro ato libidinoso’ é abrangente, pode englobar olhares, gestos e manuseios lascivos. Constata-se que as vítimas nem sempre denunciam o agressor por:

medo de ameaças de morte; vergonha de procurar ajuda; esperança de que o companheiro mude; dependência econômica; dependência emocional, também pelo descrédito da população no Poder Judiciário e segurança pública, entre outras. Pelo fato do agressor ser seu companheiro, muitas mulheres não compreendem que o ato sexual forçado é considerado uma violência, uma vez que o veem como um dever conjugal, devido a uma visão conservadora, instituindo estereótipos do comportamento feminino que leva a submissão da mulher, interferindo em sua autoestima, causando sentimento de impotência que bloqueia sua personalidade (Carvalho C *et all*, 2010, p. 1).

O estupro se dá por meio da força discursiva no exercício do poder masculino, legitimado a partir do imaginário misógino, inclusive por autoridades políticas que categorizam as mulheres entre estupráveis e não estupráveis. Em uma sociedade misógina como a nossa, não é de estranhar o estupro como prática comum nas universidades, hospitais, famílias e igrejas onde a vítima do assalto sexual é normalmente responsabilizada por sua própria vitimização. É comum o hábito de:

culpabilizar a vítima [...] na nossa sociedade. Segundo pesquisa realizada no Brasil com 3.810 pessoas (IPEA, 2014b), 58,5% dos entrevistados concordam, ao menos parcialmente, que se as mulheres soubessem como se comportar, haveria menos estupros. Uma porcentagem ainda relevante, 26%, concorda que mulheres que usam roupas mostrando o corpo merecem ser atacadas (De Carvalho e Oliveira, 2019, p. 110).

Culpabilizar a mulher é algo comum e relativamente fácil, esse comportamento apela a moralismos que apoiam o decoro para ela e a libertinagem para eles. Discursos preconceituosos e atitudes homofóbicas geram estigmas, peças essenciais no projeto de dominação heteropatriarcal. Difícil vai ser encontrar um motivo para responsabilizar a vítima de uma das formas de estupro menos conhecidas no mundo acadêmico, qual seja a perpetrada em crianças recém intersexo com menos de três anos de idade.

Faz-se referência ao silêncio sepulcral em relação às cirurgias não consensuais em espaços ambulatoriais com aval do Conselho Federal de Medicina – CFM, amparado na Resolução no 1.664/2003 que legitima as intervenções irreversíveis nos corpos intersexo, vítimas de violência de gênero, em estágios iniciais da infância, às quais fazem oposição os ativistas intersexo e a Comissão Internacional de Direitos Humanos (CIDH).

O dano da violência sexual/genital é irreparável, causa lesões corporais que atentam contra a integridade física do vulnerável, mas ninguém parece se importar com esse abuso de poder equiparado pelas próprias vítimas com o crime de estupro. Traumas e constrangimentos na relação médico-paciente geram prejuízos à autoestima e à confiança; e o dano moral atinge bens de ordem subjetivo e pessoal como a honra, a dignidade, a privacidade, a imagem e intimidade da criança intersexo.

Induzidos de maneira persuasiva a concordar com os médicos realizarem alterações irreversíveis na genitália dos neonatos, os pais e os responsáveis legais se vem fadados a virar cúmplices de cirurgias descritas como verdadeiros estupros, lembranças de horror com as quais as pessoas intersexo devem conviver pelo resto de suas vidas, pois nenhuma dessas vítimas esquece a “tecnologia das máquinas e das facas afiadas” (Butler, 2004, p. 64). Todo depoimento em primeira mão que o diga.

Eu tenho a uretra e a vagina no mesmo conduto, chamado urogenital, fui ao ginecologista e ele me deu anestesia geral, depois descobri que ele inseriu em mim um aparelho que é usado apenas para mulheres com vagina. Me rasgou, sangrei muito, durante vários dias doeu muito andar e se sentar, me senti como se tivesse sido estuprada (CIDH, 2017)<sup>38</sup>.

Vivências dolorosas, traumas inenarráveis, são a matéria prima que, entretecendo memória e esquecimento, objetividade e subjetividade, razão e emoção, busca tornar

---

<sup>38</sup> CIDH. A Comissão Interamericana de Direitos Humanos realiza uma audiência sobre a “Situação de direitos humanos das personas intersexo nas Américas” no dia 20 de março de 2017, está disponível no seguinte site: <<https://brujulaintersexual.org/2017/03/26/cidh-la-situacion-comunidad-intersexual-mexico/>>. Última consulta 12/04/2020.

público, algo que ainda não foi completamente compreendido em nível consciente pela própria vítima. O sujeito sexualmente violentado se reinventa na elaboração de sua própria narrativa de abuso, um processo longo e sofrido, pois para produzi-la deve reabrir feridas e reviver emoções que, em muitos sentidos, preferia deixar cair no esquecimento.

Enquanto vítima de estupro ambulatorial, a pessoa intersexo produz epistemes pungentes, através dos quais elabora a denúncia de um crime que se realiza de maneira discreta com base em uma ideologia de gênero que opera como anti-intersexualidade. Uma vez atingida a maioria, o intersexo esboça o perfil de um sistema complexo em prepotência e arrogância que, ao moldar sujeitos não binários a uma realidade corpórea que lhes é adversa, só acrescenta a sua autopercepção de esquisitice e impotência.

Percebendo-se incompletos, maltrapidos, machucados e injustiçados, os adultos intersexo fazem leituras constantes sobre os acontecimentos que deixaram marcas indelévels não só no plano físico corporal e sim no campo das emoções e dos pensamentos, o qual se encarrega de enviar alertas constantes sobre confiança e desconfiança nas relações humanas que integram o processo de refazimento integral.

**Estupro** (Cabral)<sup>39</sup>

Fui designada mulher ao nascer e hoje vivo como homem. Como alguém que se identifica como homem trans. Um homem trans que também é intersexual. Na minha adolescência descobriu-se que meu corpo feminino era diferente, era incompleto e que essa diferença e essa incompletude ameaçavam minha identidade de gênero, assim como minha vida sexual. Uma série de procedimentos exploratórios altamente invasivos foi seguida por uma cirurgia reconstrutiva e seis anos de tratamentos sangrentos e inúteis. Oito anos depois, o meu corpo ainda é o mesmo, exceto pelas cicatrizes externas e internas, as listras de dormência, a dor crônica no cólon que me acompanha desde os 16 anos e uma sensação, que vai e vem de objetificação e invasão. Ainda sou um homem trans, claro, mas que vive com a lembrança constante de um estupro que duraram oito anos.



A narrativa em análise reafirma uma sequência de verbos na primeira pessoa, voz ativa do narrador (fui mulher ao nascer, atualmente vivo como homem, como alguém que se identifica como um homem trans, um homem trans que também é intersexo); coloca a

<sup>39</sup> CABRAL conversa com Moreno da RADAR no domingo 21 de março de 2004, publicada sob o título “A exceção e a regra” no seguinte site: <<https://www.pagina12.com.ar/diario/suplementos/radar/9-1316-2004-03-21.html>> A imagem que dialoga com a experiência intersexo de Cabral se encontra disponível no site da Pinterest: <<https://br.pinterest.com/pin/58687601369114504/>> Último acesso 06/05/2024.

impronta do protagonismo e do poder de agência de alguém que fala de ações passadas, como fatos consumados que não mais o determinam, mas ainda o influenciam. Assume a nova realidade sem deixar de fazer referência ao passado e o faz através de uma análise crítica das situações que mereceriam também ser avaliadas em nível jurídico.

Embora algumas vezes aparecem só na adolescência, é a partir das características femininas e masculinas que normalmente se dá a identificação médica do gênero no sexo da criança recém-nascida, não sendo conflitantes essas características a nomeação acontece naquele mesmo momento. A equipe médica diagnostica a normalidade ou anormalidade sexual a partir desses critérios pré-estabelecidos que lhe permitem definir a categoria de cada indivíduo. No caso de Cabral, no ato de nascer descobriu-se que o seu corpo feminino era diferente da maioria

Os médicos entenderam que a diferença e a incompletude ameaçavam a identidade de gênero, assim como a vida sexual do paciente, em vistas desses perigos, os profissionais optam pela realização de intervenções cirúrgicas para evitar preconceitos e constrangimentos, prevenir tumores e doenças, em função disso removem gônadas que não correspondem ao sexo de designação embora nem sempre representem um perigo à saúde. Prevalece o gozo proporcionado pelo “poder de dominar o outro e instrumentalizá-lo a seu bel-prazer” (Rolnik, 2019, p. 108).

Os profissionais da saúde que praticam procedimentos exploratórios altamente invasivos devem saber que estes deixam marcas em nível físico e psicológico com sequelas graves e dolorosas, resultantes das cirurgias reconstrutivas e dos longos anos de tratamentos muitas vezes inúteis que roubam o direito de brincar, tecer relações de amizade e namoro nos jovens pacientes como Cabral esteve na Comissão Interamericana de Direitos Humanos-CIDH em 2013, definindo-se da seguinte forma:

o homem de 41 anos que vocês veem hoje aqui, foi uma menina de 14 anos há muito tempo atrás, à qual se informou que havia nascido sem vagina e sem útero, e que era preciso cortar parte de seu intestino para “criar uma vagina” através de uma cirurgia. E o propósito desta intervenção era assegurar que eu pudesse crescer e me transformar em uma mulher que pudesse ser penetrada por um homem. O fracasso dessa cirurgia é óbvio e, após duas cirurgias e seis anos de dilatações vaginais com um pedaço de ferro chamado de “supositório”, o que eu posso lhes informar é que o resultado dessa cirurgia foi a transformação daquele adolescente saudável que eu era no homem que sou, alguém que sobrevive como pode todos os dias à experiência de ter sido estuprado repetidamente,

enquanto dormia numa mesa de cirurgia (Cabral na CIDH 15 de março de 2013).<sup>40</sup>

Com a coerência de uma neurose, sustentada numa interlocução relativa a uma experiência pessoal traumática, mas também relativa ao todo complexo estruturado que é a ideologia dominante, Cabral faz referimento ao seu corpo que, continua sendo o mesmo, embora se encontre totalmente modificado, prejudicado, cheio de cicatrizes, listras de dormência e dor crônica no cólon que o acompanha desde os 16 anos e uma sensação, que vai e vem de objetificação e invasão.

A crucial narrativa intersexo evidencia que a cisnormatividade, enquanto sistema de controle, sempre encontra um jeito de fazer novas vítimas, de pegar uma singularidade corporal à qual aplicar as suas cristalizadas verdades e a sua universalidade sobre gênero e sexualidade, marcando-a para sempre e muito além das cicatrizes visíveis, refletidas no corpo, pois com toda sua indefinição, as questões éticas e morais, estão também aí para espelhar o que está oculto dentro do microsistema hospitalar, englobado pelo macrossistema heteropatriarcal e os seus subsídios.

Não há como negar a responsabilidade que cabe a ambos os sistemas na tarefa de ler-se e auto questionar-se no halo refletido da narrativa lancinante de Cabral para, na medida do possível, desenharem o significado das críticas que recebem e das quais fazem caso omissis, apesar de terem relação direta com a violência que o jovem intersexo deseja destacar e contribuir com a definição de sentidos construídos nas práticas médicas e no controle das singularidades. Essa combinação de estruturas econômicas, políticas e discursivas conseguem mostrar “as relações como tramas incompletas, historicamente localizadas e criadas conjuntamente” (Ellis *et al*, 2019, p. 26).

A trama de Cabral é complexa e dramática. Apesar de o seu corpo ser totalmente outro após a longa trajetória de frustradas tentativas de normalização, ele defende ser ainda o mesmo o que mostra a dificuldade de autopercepção. A concepção corporal reflete nuances do evento traumático, com repercussões no discurso autorreferencial que se entretetece na ambiguidade dos limites que tencionam as práticas geradoras de grande

---

<sup>40</sup> O testemunho oferecido por Mauro Cabral perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos - CIDH, aconteceu durante a audiência sobre a situação de direitos humanos das pessoas intersexo nas Américas, durante o 147º período ordinário de sessões, no dia 15 de março de 2013, disponível no site: <<https://www.oas.org/pt/cidh/docs/pdf/violenciapessoaslgbti.pdf>>. Última consulta 12/04/2020.

nível de sofrimento, incerteza e contradição e os modos de interpretá-las. Cabral se reconhece homem trans que vive com a lembrança constante de uma série de estupros.

Atravessado por múltiplos discursos de conexão espaço temporal, diversas atividades humanas, inúmeras interações, negociações significativas sobre perdas e ganhos, uniões e rupturas, encantos e desencantos em relação a pessoas e às instituições que era preferível esquecer, Cabral aceita a tarefa de reconstruir-se, obriga-se a relacionar-se com percepções multivariadas. A sua narrativa é uma etnografia crítica do desabafo, útil não só para entender melhor a si mesmo na plasticidade do evento compartilhado, mas para transcender o pessimismo analítico na interação que ganha clareza com o afloramento do inconsciente que retorna do traumático pesadelo.

a experiência intersexual é a de um páthos trágico, em seu sentido aristotélico, o de um caminho de autodescoberta que não se resolve em nenhuma redenção. A subjetividade intersexo baseia-se na intensidade de uma experiência de estranhamento. Nesse sentido, a intersexualidade é um produto paradoxal, cruelmente paradoxal dos procedimentos médicos destinados a erradicá-la (Cabral e Benzur, 2005, pp. 294-295).

Pelo acima referido, pode se dizer que o estupro ambulatorial em crianças intersexo supera toda forma de estupro, ainda que todas elas (as formas) sejam fruto da cultura hedonista, machista e misógina que antagoniza e exclui o diferente para contrariar o princípio pró-prazer, uma projeção da heterossexualidade que vive um conflito básico entre os prazeres carnis e a ânsia por atingir a pureza do espírito desencarnado.

O atraso é muito grande em termos de uma educação sexual apropriada aos tempos atuais. Alguns depoimentos de hoje parecem estar em sintonia com pontos de vista que Marx expressou sobre a questão quando muito jovem: “[...] a santificação do instinto sexual através da exclusividade, o controle do instinto por leis, a beleza moral que torna ideal o mandamento da natureza, na forma de um vínculo emocional – (esta é) a essência espiritual do casamento” (Marx VI, p. 25 *apud* Michell, 2006, p. 214).

A dimensão proibitiva da sexualidade é um tema particularmente difícil que tem afetado não só as mulheres e sim todos os seres humanos que, sob a educação da moralidade tem sido proibidos de travar uma discussão séria e compromissada sobre o assunto dentro e fora do ambiente educacional formal, independentemente da ideologia política que proferem e do público que atendem. Os índices de violência de gênero, como o estupro, diminuiriam se a visão educativa pudesse sair do moralismo.

### *3.3. Libertas pelo requebrado*

Longa tem sido a insistência na moderação como um dos critérios mais importantes no processo da feitura do que se convencionou como feminino, fazendo com que os estereótipos associados à discrição, movimentos suaves e gentis prevaleçam associados à resistência e tolerância inabaláveis como bojo de virtudes para a responsável de gerar vidas e cuidar delas, preferencialmente de maneira heróica.

O projeto de vida para a mulher é essencialmente conservador, quer impor um pensamento que visa preservar o que já existe, a manutenção masculina de privilégios, colocando um ponto final à história da emancipação das mulheres. Essa visão permeia as várias culturas, influenciando nas crenças e costumes que perpetuam o status quo que busca beneficiar os mesmos de sempre. Reservando o espaço doméstico para a mulher.

Decoro, modéstia, boas maneiras, recato e prudência tem sido modos de organizar e controlar o libido e a espontaneidade dos corpos femininos; medidas que surgem em diferentes épocas e espaços sociais, limitando a autonomia das mulheres, sua capacidade de tomar decisões sobre a própria vida e o próprio corpo em função de suas próprias aspirações e objetivos, assim como dos seus desejos mais profundos.

A falta de crescimento em autonomia por parte da mulher em relação ao homem é proporcional à desigual distribuição de responsabilidades, oportunidades, ocupação de cargos de o poder, uso do tempo, reconhecimento de direitos e deveres etc. O corpo feminino, à diferença do masculino, recebeu uma educação disciplinar para a moderação e a repressão de sentimentos e desejos sexuais, o que se contrapõe a Eros.

Eros é essa força libidinal à qual a filosofia platônica atribuía a função de estruturar o caminho que permitiria ao intelecto humano ascender até o plano das idéias (Pessanha 1973) e que o “habilita a usar essa energia de maneira a revigorar as discussões e excitar a imaginação crítica” (hooks, 2013, p. 258). A força libidinal acompanha as diversas etapas da vida, se faz presente em tudo que o ser humano faz.

Na política de diferenciação dos sexos, muito além dos aspectos físicos, o que mais pesa é a construção das diversas práticas discursivas, isto é, sexo e gênero são dois processos de construção discursiva, por meio dos quais as pessoas ganham inteligibilidade social. O gênero é, portanto, um modo de significar as relações de poder.

Algumas premissas de gênero, aceitas como certas, fazem parte das “relações hegemônicas de poder, discursivamente produzidas, sustentadas, negociadas e transformadas em diferentes contextos e comunidades” (Lazar, 2007, p. 142). Geradores de significados, os discursos de gênero são estratégias que visam controlar os corpos e as sexualidades, são “um meio de decodificar o sentido e compreensão das relações complexas entre diversas formas de interação humana” (Scott J, 2019, p. 69).

Uma das formas de opressão de gênero mais prejudiciais às vítimas consiste no apagamento da sua identidade e autonomia, inibindo o poder de exercer escolhas livres sobre o próprio corpo. O sigilo relativo à intervenção cirúrgica e hormonal em pessoas intersexo e as cirurgias em si mesmas são dois modos de comprometimento do bem-estar das pessoas. São práticas atreladas ao fato de que “na sociedade ocidental, o intersexo está circunscrito à lógica biomédica, não sendo possível vislumbrar práticas sistemáticas de promoção da saúde” (Canguçu-Campinho, 2018, p. 14).

**Mentira (Tryla)<sup>41</sup>**

Fui informada que nunca poderia ter filhos biológicos, mas poderia ter uma vida sexual “normal”, falaram para os meus pais, acho que eu devo ter entrado em choque. Não chorei, nem fiz ou respondi quaisquer perguntas. Não consegui falar pelos próximos três dias. Pior ainda, passei os quatorze anos seguintes da minha vida preocupada que o câncer voltasse. Algumas semanas depois, fui internada no hospital (...). Eles me deram uma injeção para a dor quando voltei para o meu quarto. Voltei a dormir por algumas horas. Quando acordei queriam que eu esvaziasse minha bexiga. Tentei, mas não consegui. Eles inseriram um cateter dentro de mim para drenar minha bexiga. Eles me mantiveram no hospital por alguns dias antes que eu pudesse ir para casa. Quando finalmente cheguei em casa, minha mãe me disse que o médico disse para dizer às pessoas que eu tinha meu apêndice removido. Ela disse que ninguém entenderia o que realmente aconteceu, e as pessoas zombariam de mim se soubessem a verdade.



O que aparece à primeira vista na narrativa de Tryla dialoga com a ACD, trata-se da legitimação da prática discursiva que adequa o corpo às regras de cunho heteronormativo binário, imprimindo passividade parcial ou total à vítima, conforme os

<sup>41</sup> Tryla compartilha sua vivência intersexo na Brújula Intersexual, pode ser acessada a versão original na íntegra no seguinte link: <<https://brujulaintersexual.org/2017/07/31/chica-xy-crecer-intersexual-tryla-brown/>>. Última consulta 12/04/2020. A imagem que acompanha a narrativa marcada pelo silenciamento se encontra acessível na Pinterest, link: <<https://br.pinterest.com/pin/6192518231012912/>>. Último acesso 06/05/2024.

verbos relativos a fatos consumados e sem volta de quem apenas foi informada e presume ter entrado em estado de choque, mas não chorou, não fez nenhuma pergunta, não respondeu coisa alguma porque nem conseguiu falar.

Identificada nos primeiros meses de vida, a genitália ambígua da criança intersex é vista como transgressora de normas sagradas de gênero, julgamento formado a partir do consenso da formação ideológica patriarcal e do saber médico científico. Os dois aparelhos ideológicos que dizem estar preocupados com o bem-estar individual e com a convivência social, funcionam de maneira conjunta na prática biopolítica, cuja preocupação é a manutenção do status quo e suas convenções.

Tendo adquirido robustez e credibilidade suficientes ao longo de várias décadas de parceria (pelo menos oito), a referida dupla ideológica não encontra óbices na aplicação das suas teorias e métodos. Ninguém questiona a determinação médica de trazer Tryla para a normalidade binária. Permitem-se de bom grado as mudanças operadas em seu corpo que a definem como uma pessoa silenciada, paralisada, em choque, conformada com a nova versão que a clínica lhe concede.

A ACD opera com o conceito de sujeito tanto propenso ao amoldamento ideológico e linguístico quanto agindo como transformador de suas próprias práticas discursivas, contestando e reestruturando a dominação e as formações ideológicas socialmente empreendidas em seus discursos (Melo, 2011, p. 1338).

Em um primeiro momento parece prevalecer em Tryla a propensão ao amoldamento ideológico e linguístico a partir das similitudes, da identificação e da familiarização com a genitália incorporada à nova versão de si, mas enquanto corporal e contextualizada, a existência de Tryla guarda uma dimensão política e jurídica que ganha reconhecimento a partir das representações sociais. Quanto à vontade frustrada de Tryla de poder gerar filhos biológicos, aproveita-se para lembrar que:

iniciam-se paralelamente dois tipos de movimentos feministas: o *movimento radical*, que associava à maternidade à submissão ao homem (Szapiro, 2008), e o *movimento maternalista*, que defendia a maternidade e a maternagem como principais papéis sociais femininos, reivindicando o reconhecimento dessas funções como um trabalho que deveria ser remunerado (Bock, 1991) (Obana *et al.*, 2014, p. 58).

O movimento maternalista adotado por mulheres das camadas médias e altas nas primeiras décadas do século XX, tinha em alta consideração a maternagem, a considerava como uma das atividades essenciais à vida feminina; defendia a preponderância do papel de mãe para todas as mulheres. “Tão essencial e importante

era essa função que deveria ser remunerada pelo Estado como um trabalho, já que era também uma atividade social” (Obana *et all*, 2014, p. 58).

Diferentemente da maternidade, a maternagem se estabelece pelo vínculo afetivo, pelo acolhimento e cuidado com as crianças biológicas, este acolhimento e cuidado não se reduz aos próprios filhos, se estende às crianças de outrem; cuidados estes que dependem dos valores socialmente vinculados à organização familiar e à participação mais ou menos estendida na criação que inclui os laços afetivos nas diversas culturas.

Quanto ao envolvimento da biomedicina na mudança dos corpos intersexo, há registros do início do século XX com intervenções cirúrgicas e hormonais de saberes da psiquiatria e da biologia, “abrindo possibilidade para discussão dos lócus do sexo, ou seja: se existe um verdadeiro sexo; e se existe, este é determinado através dos órgãos sexuais, da estrutura cromossômica ou da mente humana?” (Oliveira A, 2015, p. 85).

Na perspectiva crítica da LA, mais do que buscar resolver problemas sociais, se faz necessário descrever as relações de poder como medidas favoráveis a influir na mudança social em relação ao estigma e à subversão às regras, reafirmando a compreensão de que o corpo é socialmente construído. O de Tryla teve uma reconstrução clínica de quatorze anos de aproximação à feminilidade para ‘salvá-la da rejeição’.

Os verbos relativos às ações protagonizadas por terceiros que deram uma injeção, queriam que esvaziasse, inseriram um cateter, a mantiveram no hospital etc., mantém o tom desalentador da vítima e o seu estado de passividade quando diz: voltei<sup>2</sup> a dormir, acordei, tentei, mas não consegui, se eu pudesse ir. Na imbricada rede de relações de poder, dentro do ambiente hospitalar Tryla se tornou paciente vitalícia.

A ACD que se ocupa com a “construção de um aparelho teórico integrado, a partir do qual seja possível desenvolver uma descrição, explicação e interpretação dos modos como os discursos dominantes influenciam o conhecimento, os saberes, as atitudes e as ideologias socialmente partilhadas” (Melo, 2011, p. 1339), nos permite falar sobre a manipulação médica concretizada no sigilo imposto à paciente e à família.

Com a imposição do sigilo médico relativo à remoção das gônadas internas que não eram cancerígenas. A família de Tryla e ela mesma são induzidas à mentira, deveriam inventar algo para esconder a verdade; o médico sugere dizer que foi o apêndice da moça o que foi removido. O centro de produção epistémica faz um pedido

que desmonta a crença em relação à normalidade associada à naturalidade dos corpos e à legitimidade dos papéis sociais correspondentes a cada gênero.

Tryla se deixou manipular, agiu de forma acrítica, submeteu-se às compreensões, atitudes, opiniões e conhecimentos consolidados pelo poder biomédico e pela hipocrisia à qual foi induzida. A paciente vitalícia optou por mentir sobre as marcas que deveria carregar pelo resto de seus dias, mesmo assim, talvez as mais pesadas de levar não fossem as físicas e sim as do amor próprio diminuído, que poderiam se desenvolver como uma cicatriz, gerando “um sentimento de inferioridade” (Freud, 1925, p. 253).

Considerando que a identidade, assim como a linguagem, demandam posicionamentos sociais e produção de sentidos, movimentar-se entre episódios de des/re/construção faz parte da identidade que se constrói por meio de uma rede de omissões, derivações do sigilo médico sobre as cirurgias de adequação. A coerência do diagnóstico e tratamento médico relativo às variações intersexo pede credibilidade, e:

não pode vir de quem quer que seja; seu valor, sua eficácia, seus próprios poderes terapêuticos e, de maneira geral, sua existência como fala médica não são dissociáveis do personagem, definido por status, que tem o direito de articulá-la, reivindicando para si o poder de conjurar o sofrimento e a morte (Foucault, 1987, pp. 57-58).

À diferença da maioria das patologias em que os médicos só recorrem à cirurgia em casos de risco à saúde do paciente, nas variações intersexo, os especialistas não se um e sim vários procedimentos em um só paciente e invariavelmente impõem o segredo sobre a cirurgia realizada. Talvez porque no fundo sabem que dessas intervenções são desnecessárias e o que está em jogo tanto no diagnóstico quanto nas várias cirurgias é adequar os corpos à cisgeneridade o que não deixa de ser um ato abusivo.

As relações que se estabelecem nos arranjos de controle dos corpos intersexo chegam a tomar tamanha força de dominação que provocam o surgimento de dúvidas sobre aspectos éticos e morais no exercício da medicina, fazem surgir manifestações de revolta que movimentam milhares de pessoas. A conceituação de normalidade poderá tomar outro rumo quando se descobrir que a masculinização e a feminização aplicada em crianças intersexo não são eficientes nem administráveis.

As formas “como atores sociais são representados em textos podem indicar posicionamentos ideológicos em relação a eles e suas atividades” (Resende e Ramalho, 2014, p. 106). Nesse sentido vale ressaltar que a militância intersexo produz e publica

epistemes sérios e contundentes sobre os posicionamentos ideológicos por trás das atividades médicas no atendimento dos corpos intersexo, especialmente dos recém-nascidos que sofrem intervenções de risco de vida.

A militância intersexo não se omite; faz pressão em nível global e local junto à Comissão Interamericana de Direitos Humanos e à Assembleia Parlamentar da Europa, conseguindo recomendar “que os Estados revisem os protocolos médicos que estabelecem intervenções desnecessárias em crianças e que os procedimentos sejam adiados até que elas sejam capazes de dar seu consentimento prévio, livre e informado” (Leivas *et al*; 2023, p. 6). A militância surge da necessidade de construir espaços de afeto e acolhimento, laços dentro de redes de proteção para os mais vulneráveis.

**Aquilombar** (Evaristo)<sup>42</sup>

É tempo de caminhar em fingido silêncio,  
 E buscar o momento certo do grito,  
 Aparentar fechar um olho evitando o cisco  
 E abrir escancaradamente o outro.  
 É tempo de fazer os ouvidos moucos  
 Para os vazios lero-leros,  
 E cuidar dos passos assustando as vias  
 Ir se vigiando atento, que o buraco é fundo.  
 É tempo de ninguém se soltar de ninguém,  
 Mas olhar fundo na palma aberta  
 A alma de quem lhe oferece o gesto.  
 O lançar de mãos não pode ser algema  
 E sim acertada tática, necessário esquema.  
 É tempo de formar novos quilombos,  
 Em qualquer lugar que estejamos,  
 E que venham os dias futuros,  
 a mística quilombola persiste afirmando:  
 “A liberdade é uma luta constante”.



Em tempos difíceis é necessário criar espaços de acolhimento para curar tristezas, mágoas e se proteger de perigos múltiplos. É tempo de ninguém se soltar de ninguém como sugere a poesia de Evaristo. Quaisquer esforços de solidariedade servem para ganhar respeito, reconhecimento e dignidade que, individual e coletivamente, merecem se impregnar em todas as esferas da convivência humana, em contextos onde a

<sup>42</sup> A poesia de C. Evaristo pode ser livremente acessada no site: <<https://contee.org.br/novembro-negro-contee-lanca-campanha-tempo-de-aquilombar/>>. Último acesso 13/03/2021. A imagem que acompanha a poesia de Evaristo retrata a necessidade de dar as mãos para se proteger da violência estrutural; se encontra alojada na Pinterest, acessível no link: <<https://br.pinterest.com/pin/13721973856462850/>>. Último acesso 06/05/2024.

circulação de discursos homofóbicos e machistas defendem a superioridade da masculinidade em relação às mulheres e as pessoas não binárias.

Essas considerações sobre cuidado e solidariedade só tomam forma a partir da própria experiência, quando a pessoa entende que: “a razão para a atribuição de sexo em recém-nascidos severamente ambíguos permanece obscura em a maioria das instâncias” (Houk e Lee, 2012, p. 29). São essas instâncias as que precisam ser transformadas. Apesar da maneira como têm sido manipuladas e diminuídas, as pessoas intersexo se esforçam por ter uma vida melhorada para si e para quem precisar superar traumas da mesma índole. Esse processo de superação é longo e sofrido.

A militância intersexo tem corporeidades diversas, consideradas atípicas porque a sociedade tem uma visão empobrecida sobre sexo, corpo e gênero. São cis e trans, gays e heterossexuais, uma minoria em meio ao silêncio e ao segredo que a medicina impõe sobre eles. São pessoas que querem dizer ao mundo que estão unidas para combater a visão binária e corretiva que as impede de se perceberem e existir (ABRAI, 2018).

São valiosas as ações empreendidas pelos militantes intersexo, mas provavelmente o papel mais importante dessa militância consista em incomodar pessoas e instituições que acreditam na estabilidade e fixidez do sexo, gênero, orientação sexual e identidade, repisados no binarismo heterossexual. Eles produzem saberes emergentes sob a especificidade das variações sexuais, seja como autônomos ou como membros de organizações formais que lhes permitem partilhar uma leitura crítica da própria condição.

Dentre as principais reivindicações da militância está o pedido para proibir as cirurgias de designação sexual não consensuais, protegendo, dessa forma, os direitos humanos e sexuais das crianças intersexo, evitando que as adaptem ao enquadramento heterossexual e sejam mantidas no ocultamento e na marginalização social

Na militância acontece por vezes o enfretamento de familiares e profissionais da saúde que diante da ambiguidade genital se deixam levar pela lógica da normalidade hegemônica, da qual decorre grande sofrimento. O despreparo no campo da diversidade sexual prejudica a decisão dos pais que não contra argumentam com os médicos sobre a cirurgia em recém nascidos não ser questão de vida ou morte e sim uma violação.

A cada 100 nascimentos, dois são intersexo; eles fazem parte do 9% da população (ABRAI, 2024). Eles existem e resistem, integram plataformas de apoio como a Brújula

Intersexo de México e a Associação Brasileira Intersexual ou criam os seus próprios canais de comunicação. Uma vez recuperadas dos abusos sofridos, as pessoas intersexo se equilibram e libertam pela desenvoltura, pelo meneio e gingado tão próprios de quem se deixa abraçar pela sensação de liberdade das decisões conscientes.

as decisões sobre os protocolos de identidade e diferença entre elementos (consonância e dissonância), sobre os problemas de partilha entre o que é racional e o que é irracional (som e ruído), sobre o que é necessário e o que é contingente (desenvolvimento e acontecimento) (Safatle, 2022, p. 219).

Uma vida melhorada com sensação de liberdade só será satisfatória na medida em que se tornar um projeto estendido para as outras pessoas de qualquer etnia, classe, idade ou nacionalidade. Basta partir da capacidade de reter dados, informações e conceitos, aprender a pensar com o corpo, com os pés no chão: “fundamento ancestral de reconexão, acolhimento e troca de saberes” (Soares, 2021, p. 20).

Processos emancipatórios se manifestam de maneira multifacetada na interação social, nas conversas que dão vazão aos dramas pessoais que assumem uma dimensão política “ao questionar a cisheteronormatividade e os processos que a sustentam, a perspectiva queer nos faz desconfiar de relações naturalizadas entre desejos e práticas sexuais, por um lado, e identidade, por outro” (Lau e Borba, 2019, p. 12).

Corpos femininos como o de Tryla e tantos outros que lutam por reconhecimento social, se libertam gradativa e conscientemente na superação de conflitos e injustiças sociais de interesse coletivo. Múltiplo e polivalente o corpo responde a inúmeras demandas e atribuições. Ninguém dá conta de definir a imensa riqueza que envolve esse ser que não é mãe, matéria nem murmúrio e sim coiole. No México, o coiole é:

uma figura para sempre problemática, sempre potente; é o vínculo entre significado e corpo. A corporificação feminista, as esperanças feministas de parcialidade, objetividade e conhecimentos localizados, estimula conversas e códigos neste potente nódulo nos campos de corpos e significados possíveis. É aqui que a ciência, a fantasia e a ficção científica convergem na questão da objetividade para o feminino (Haraway, 1995, p. 41).

Não mais reféns da violência familiar e hospitalar que imprime trauma psíquico e ameaça a saúde física-genital, as pessoas intersexo param de agir a partir do que a cabeça produz, para libertarem saberes registrados no corpo e produzir epistemes que as conectem com o chão, desde onde aprendem a pensar com os pés e a “confiar na habilidade adquirida do corpo para gingar com maestria e não cair” (Soares, 2021, p. 20), não afundar na tristeza e na depressão por conta das violações sofridas.

### 3.4 Corporeidades insubmissas

O corpo é “um dos locais envolvidos no estabelecimento das fronteiras que definem quem nós somos, servindo de fundamento para a identidade” (Woodward, 2012, p. 15). Segundo os critérios do heteropatriarcado, a dimensão corporal da mulher sugere que ela foi feita para servir, cuidar, educar, providenciar aconchego e proteção de maneira incondicional, sendo respeitadora de normas e cânones que não deveriam ser questionados por ela que nasceu para obedecer o pai, o marido, o irmão mais velho etc.

Obediência e recato, adaptação ao que os outros decidem sem fazer questionamentos ou conflitar com as regras nem dissentir sobre a injusta divisão de tarefas dentro do ambiente familiar ou fora dele é o que se espera da mulher; o comportamento oposto seria considerada imoral, e como “toda moral consiste num sistema de regras, a essência de toda moralidade deve ser procurada no respeito que o indivíduo adquire por essas regras” (Piaget, 1994, p. 23). Como é de se esperar:

as mulheres percebem e formulam a realidade social diferentemente dos homens e essas diferenças se centram em torno de experiências de ligação e separação, as transições da vida que invariavelmente envolvem essas experiências deverão envolver as mulheres de um modo distintivo. [...] o senso de integridade das mulheres parece interligado com uma ética do cuidado, de modo que se verem como mulheres é se verem num relacionamento de conexão (Gilligan, 1982, p. 183).

Acostumados muito mal, quando não estiverem dominando, os homens sentirão a autoestima diminuída (Adichie, 215). Eles não percebem um problema nos discursos de gênero que “atuam a serviço de projetos particulares de dominação e exploração, que sustentam a distribuição desigual de poder [na sociedade]” (Ramalho, 2008, p. 45). Essa distribuição desigual não é algo novo. Parece estranho, mas antes dos anos 70 e 80 as mulheres não eram livres de ocupar as ruas, ir ou vir aonde elas queriam; só obedeciam.

Em sociedades marcadas pela violência, pela exacerbada masculinização, “as mulheres estavam fadadas ao confinamento do lar” (Trói, 2021, p. 60). Elas não eram livres de discutir “o aborto, o controle de natalidade, o abuso da esterilização, a violência doméstica, o estupro, o incesto, o lesbianismo, o assédio sexual, a prostituição, a escravidão sexual feminina e a pornografia” (Mackinnon, 2016, p. 818), mas mudanças:

confrontam e modificam as vidas de mulheres de uma maneira concreta e experiencial. Em seu conjunto, estão produzindo uma teoria política determinista centrada na sexualidade: sua determinação social, construção diária, sua expressão de nascimento e morte, e, em última instância, o controle masculino (Mackinnon, 2016, p. 818).

Um a vez que aprende a confiar no próprio corpo, nas intuições pessoais, nas próprias escolhas e objetivos, a mulher se orienta e sugere em cada circunstância se tornar livre para se envolver em relacionamentos de conexão ou decide por não manter conexão alguma. Ela se recompõe, sai do estado de mulher dependente, levanta-se para virar: “um território político de insubmissão e de desorganização dos sistemas brancos capitalistas da heteronormatividade reprodutiva” (Soares, 2021, p. 39).

Uma vez liberto das ataduras da submissão e obediência cega, o corpo feminino nem sempre pede, a maioria das vezes manda e traduz o desejo pelos deslocamentos que exigem quebrar paradigmas e preconceitos, papéis, deveres e medos impostos na infância. Esse corpo se move e se impulsiona para fazer das fronteiras, territórios de produção e disseminação de narrativas múltiplas, transgressoras, poéticas e sensíveis.

**Genitora** (Preta)<sup>43</sup>

De joelhos, com um maço  
De velas a queimar, rezo:  
Salve! Oh! Rainha  
De dupla jornada  
Genitora de rebentos catarrentos.  
Salve! Oh! Mãe geradora  
De traumas infantis,  
De futuros pais pueris.  
Oh! Clemente geradora  
De vaginas e pênis  
Bêbados do alvorecer do dia,  
Flutuantes nas calçadas da fama  
E dos becos incultos.  
Oh! Piedosa mãe  
De gerações corruptas  
No entardecer dos juízos finais,  
Solitários do proletariado  
Fiel mártir dos mártires.  
Creio em ti.



Clementes geradoras de traumas infantis, mães de gerações corruptas decidem deixar de ser as fiéis mártires dos mártires para integrar-se aos corpos que “compreenderam que precisavam construir seu espaço e sua forma de aparecer” (Trói, 2021, p. 47), não mais como geradores de vaginas, pênis e bêbados flutuantes nas

<sup>43</sup> OLIVEIRA, E. de. (Preta). Blasfêmias, In: Gracindo, H.; Pinheiro, M.; Anjos, M. (Org.) *Donna: vozes que ecoam*. Lagoa da Canoa, AL: IRDE Editora, pp. 40-43, 2022. A imagem que acompanha o texto poético está disponível na Pinterest, no seguinte link: <<https://br.pinterest.com/pin/405535141462926260/>>. Último acesso 06/05/2024.

calçadas da fama ou nos becos incultos; as genitoras de rebentos catarrentos, aprenderam a se colocar de joelhos, com um maço de velas a queimar, para, em obediência às mulheres mais velhas, rezar a Salve! Oh! Rainha, colocando seus filhos, maridos, parentes e também os filhos dos outros, sob a proteção divina.

Toda abnegação maternal assumida pelas mulheres de diversas culturas ao longo de séculos de história não adiantou grande coisa. Merecendo gratidão só receberam ingratitude, ganharam a fama de histéricas, sendo apontadas na rua como desocupadas e loucas. Até finais do século XIX toda doença feminina (tuberculose, escrofulose, escoliose, constipação e histeria) se atribuía à desobediência heteropatriarcal.

Registra-se que o médico da família “estava focado quase exclusivamente nas práticas de decodificação da histeria, entendida especialmente como uma linguagem corporal anormal típica das mulheres e sua incompreensível inserção na normalidade periférica” (Nouzeilles, 1999, p. 99). Daqueles tempos aos dias atuais, as coisas mudaram consideravelmente. Há mais liberdade de questionar, tanto é assim que:

Para apreciar realmente o valor da regra é preciso que a regra tenha sido submetida à prova da contestação. Não é apenas a exceção que confirma a regra como regra, é a infração que lhe dá a oportunidade de ser regra fazendo regra. Nesse sentido, a infração é não a origem da regra, mas a origem da regulação. Na ordem do normativo, o começo é a infração (Canguilhem, 2009, pp. 92-93).

Hoje as mulheres sabem, pelo menos algumas delas tem consciência de que elas adoecem porque obedecem! Vindas de diferentes realidades, as mulheres engajadas na militância para mudanças sociais conseguem ocupar o espaço público com seus corpos “desnudados, encobertos, paramentados ou pintados [...] transformados em artefatos políticos, acionados de diversas formas [...] para comunicar diferentes mensagens e produzir efeitos desejados” (De Castro, 2018, p. 101). Com atos performativos, reivindicam a superação do heteropatriarcado altamente prejudicial para:

a condição de mulher, o envelope ideacional que contém o corpo feminino: noções de que as mulheres desejam e provocam o estupro, que as experiências de incesto das meninas são fantasias, que as mulheres profissionais causam intrigas e se promovem valendo-se de sua sexualidade, que as prostitutas são lascivas, que a violência doméstica expressa a intensidade do amor (Mackinnon, 2016, p. 819).

As performances e performatividades das mulheres constroem o machismo local e global por sua dimensão política que faz valer o que elas reivindicam; nesse sentido, pode-se dizer que a performatividade “nomeia a prática não autorizada do direito à existência e impulsiona os sujeitos precários à vida política” (Butler, 2013, p. 101).

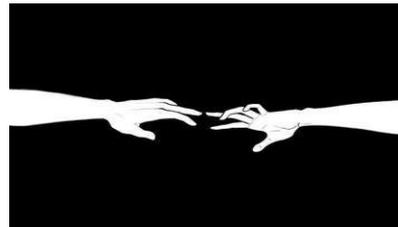
O conceito da performatividade tem sido de grande ajuda na superação de crenças sobre normalidade sexual de indivíduos e grupos, vista até recentemente como algo fixo, natural e inquestionável; o conceito é “entendido como a maneira pela qual realizamos atos de identidade como uma série contínua de performances sociais e culturais, e não como a expressão de uma identidade anterior” (Pennycook, 2004, pp. 7-8).

Hoje se vale questionar, dizer que o anormal, posterior à definição do normal, é a negação deste, o efeito obtido pela execução do projeto normativo, é a norma manifestada no fato; “há, portanto, uma relação de exclusão entre o normal e o anormal. Essa negação, porém, está subordinada à operação de negação, à correção reclamada pela anormalidade. Não há, portanto, nenhum paradoxo em dizer que o anormal, que logicamente é o segundo, é existencialmente o primeiro” (Canguilhem, 2009, p. 93).

Atos performativos intersexo revertem a lógica do normal e do anormal não em função da designação recebida em relação a gênero e, sexo, e sim da “assertiva de que o discurso tem poder constitutivo, porque, através de seu uso, os indivíduos constroem, mantêm ou transformam realidades sociais, isto é, criam, reforçam ou modificam formas de conhecimento e crença, relações e identidades” (Melo I, 2011, p. 1340).

**Desencaixe** (Anaid)<sup>44</sup>

Os pais querem saber se o bebê é menino ou menina, no meu caso, eles ficaram confusos porque meus genitais eram ambíguos, procuraram atendimento, mas ninguém foi treinado para ajudar, fiquei meses sem certidão de nascimento civil. Aos três anos, após vários testes e estudos genéticos, uma equipe interdisciplinar realizou uma cirurgia corretiva nos meus genitais, me tornei uma menina, hoje dói que tenham mutilado meus genitais e violado o meu direito de decidir, só porque não encaixava no binário, infundido pela sociedade. Seria mais fácil se não houvesse tantos tabus e rejeição ao que não é típico.



Apreensão e desorientação excessivas em relação à sexualidade dita ambígua respondem a uma ideologia que faz de tudo para assegurar sua própria coesão e reprodução pelos valores que projeta. A irrupção de um bebê intersexo no mundo, gera perplexidade e atordoamento aos pais, aos médicos e à sociedade por conta com

<sup>44</sup>Anaid publica sua narrativa na Brújula Intersexual onde pode ser lida a versão original na íntegra: <<https://brujulaintersexual.org/2017/11/27/no-soy-mito-soy-intersex-anaid/>>. Último acesso 14/07/2020. A imagem que acompanha a narrativa intersexo se encontra alojada na Pinterest, e está disponível no link: <<https://br.pinterest.com/pin/234468724344684355/>> Último acesso 06/05/2024.

condicionamentos heterossexuais. A bebezinha ficou vários meses sem certidão de nascimento civil, sem nome, sem reconhecimento social.

No Brasil existe a disciplina da Lei de Registros Públicos (Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973) que obriga os pais a registrarem “o recém-nascido no prazo de quinze dias, com a imediata indicação de seu nome e sexo no ato de registro” (PL. N.º 5.255, de 2016, p. 4). A primeira informação requerida é sobre o sexo do recém-nascido, sem esse dado não é possível lavrar a certidão de nascimento civil nem inserir na sociedade.

A inserção social garante oportunidades e direitos, para tanto precisa de um nome e sobrenome, um gênero como o que é “um instrumento de ordenação do mundo, e mesmo não sendo anterior à organização social, ele é inseparável desta. Portanto, o gênero é a organização social da diferença sexual. Ele não reflete a realidade biológica primeira, mas ele constrói o sentido dessa realidade” (Scott, 1998, p. 114).

Os mecanismos de controle do heteropatriarcado funcionam como ferramentas de uma ideologia garantidora de direitos, mas também operam como repressão, ainda que de forma atenuada, dissimulada ou até simbólica. Não existe uma abordagem puramente repressiva, nem um discurso unicamente ideológico no modo de agir, mas ambos os recursos de vigilância utilizam técnicas de repressão, que vão na contramão do direito à saúde, entendido como estado de completo bem-estar físico, mental e social.

O direito à saúde permeia as discussões sobre a realização dos procedimentos precoces em crianças intersexo, não pode ser apartado do direito à autonomia de decidirem pela realização ou não de tais procedimentos. Esse debate alinha-se à afirmação de que crianças intersexo que são submetidas a procedimentos “normalizadores” têm seus direitos à saúde sexual e reprodutiva violados, conforme o que consta em documento de autoria de um conjunto de oito agências da Organização das Nações Unidas (ONU), entre elas a Organização Mundial da Saúde (OMS) (Leivas et al, 2023, p. 6).

A bebezinha intersexo com genitália ambígua, é retida por meses no hospital sem certidão de nascimento civil, não pode ser registrada até definir seu sexo. Ela passa por vários testes, consultas, exames e estudos especializados de genética para decidir o que fazer com o seu corpo. Após todos os protocolos revisionais de normalidade realizados por uma equipe indisciplinar, prévios à cirurgia é definida uma série de mudanças que lhe conferiria uma sexualidade feminina e um nome, pois, nenhuma identidade sexual:

– mesmo a mais normativa – é automática, autêntica, facilmente assumida; *nenhuma* identidade sexual existe sem negociação ou construção. Não existe, de um lado, uma identidade heterossexual lá fora, pronta, acabada, esperando para ser assumida e, de outro, uma identidade homossexual instável, que deve

se virar sozinha. Em vez disso, toda identidade sexual é um constructo instável, mutável e volátil, uma relação social contraditória e não finalizada (Britzman, 1996, p. 74).

Não sendo algo natural, e sim um fazer da enunciação de cunho repetitivo, que se vale da fala performativa, o gênero imprime força e validade aos comportamentos e atos de estilização do corpo, os quais ganham aparência de estabilidade nas relações sociais. É o que acontece nos diversos lugares e tempos de convivência, continuamente negociada na vida de Anaid, cuja opacidade sexual, abre brechas de adesão à cirurgia de ajuste binário, embora não consta se houve consentimento devidamente informado.

Em todo caso os pais de Anaid reforçaram crenças, relações e identidades consagradas por e para a sociedade heteropatriarcal ao aderirem, como a maioria dos pais e representantes legais faz, ao modo como se convencionou o gênero, “mostrando que não há escapatória possível, que não há outra forma de ser feliz senão reproduzi-lo em sua forma de violência e representação” (Soares, 2021, p. 79).

O que médicos e pais fazem por meio dos atos de fala, tem poder constitutivo (Austin, 1962 e Searle, 1969); demonstram a mútua influência que existe entre as formas discursivas e as estruturas sociais. Esse modo de agir institucional (hospital e família) é uma estratégia que oculta ou nega visibilidade às inúmeras possibilidades performativas de proliferação das configurações de gênero que a despeito das estruturas restritivas da dominação masculina e da heterossexualidade compulsória (Butler, 2003).

Crianças em geral, desde recém-nascidas mostram chegar munidas de atenção e condução. O fato de não verbalizarem o que pensam e sentem não significa que careçam de pensamentos e opiniões sobre os acontecimentos e as pessoas à volta. Ao seu modo interpelam a sociedade, questionam as instituições que as colocam em situações de perigo; elas produzem epistemes que não se coadunam com a sociedade míope e limitante que só enxerga aquilo que o status quo define como digno de ser visto.

Quem se alivia com as cirurgias intersexo são os adultos que querem todo mundo a imagem e semelhança daquilo que os reflete e tranquiliza como seres dominados pelo medo da reprovação e da rejeição à diferença. Adultos conformados com a reprodução monótona do mesmo projetam suas inseguranças nos infantes, inviabilizam sua potencialidade de serem um questionamento vivente à invenção das correlatas visibilidades nos diferentes estágios de desenvolvimento; eles abortam projetos de vida.

Aos três anos Anaid só podia confiar no discernimento dos pais que não zelaram pelos seus interesses, pela sua saúde integral, não foram imunes às imposições do sistema. Nem por isso ela trava uma batalha contra eles ou contra os médicos; lamenta as violações de direitos e as mutilações sofridas. Identifica o nível de responsabilidade dos atores sociais, por meio de uma leitura crítica e conclui que o maior responsável é aquele que decidiu que ela não encaixava no binário, o próprio sistema heteropatriarcal.

Os anos se passam, as coisas mudam, a outrora bebezinha ganha discernimento e senso crítico sobre si mesma e os outros, compreende o funcionamento das relações humanas, das relações de poder, entende que, independentemente do seu gênero e sexo, todas as pessoas têm um corpo e que: “o corpo é, primeiramente, a irradiação da subjetividade, o instrumento que efetua a compreensão do mundo: é através dos olhos, das mãos e não das partes sexuais que apreendem o Universo” (Beauvoir, 2016, p. 10).

Uma vez atingida a maioridade, Anaid se permite questionar a inquestionável mudez da bebezinha subalterna outrora prostrada no leito hospitalar, ela entende que se omitir diante do projeto anti-intersexo, iniciado na década dos anos cinqüenta seria equivalente a invocar uma identidade sexual definida como essencial e legitimar ou privilegiar as experiências associadas a essa identidade que proíbe ser diferente, diferir.

Anaid faz um discernimento sobre o irreconciliável, suas necessidades de originalidade e a proibição de diferir; as suas reflexões em relação a um evento traumático da infância, confirmam coerência na releitura dos fatos; “um processo analítico que julga os seres humanos a partir da sua socialização e as subjetividades humanas e o uso linguístico como expressão de uma produção realizada em contextos sociais e culturais, orientados por formas ideológicas e desigualdades” (Pedro, 1997, p. 21).

Muito além de uma proposta estritamente científica da linguagem sobre os corpos, a prática, a ação social e política correspondem a uma abordagem crítica que ultrapassa o seio das experiências pessoais, para compreender, desvelar e opor-se às desigualdades sociais de todos os tipos, especialmente as construídas pelo preconceito. O biopoder, a biolítica e a masculinidade dominante estão na base da cisnormatividade que empurra para o espectro de anormalidade, submetida à correção e conversão para o binarismo sexual, sob o domínio da racionalidade moral e científica.

Preocupada em construir ações de fortalecimento da consciência daqueles/as que se encontram em situação de subalternidades (Spivak, 2010; Melo, 2019), a ACD se engaja na análise de experiências pessoais, situações de abuso de poder. Engajamento este que consiste em identificar e denunciar as diversas discriminações e violências de gênero para mudar a sociedade nas instituições e espaços de convivência humana. As denúncias de violações se fazem por meio do arcabouço teórico analítico discursivo.

O processo narrativo confirma o fato de o corpo ser uma memória que ganha vida, porquanto carregado de perdas e ganhos ao longo das mudanças às quais foi submetido. O intersexo não fica lamentando a má sorte nem espera as mudanças caírem do céu, pelo contrário ganha autonomia ao se engajar em atividades de mudança social, na produção de saberes que diminuem preconceitos, tabus e rejeição; sabe como e a quem pressionar para conseguir o respeito e o acesso aos serviços que lhe correspondem por direito. É por isso que narra suas histórias pessoais e consegue se alegrar com as conquistas favoráveis às individualidades e às coletividades intersexo.

O Brasil comemora conquistas como o Provimento CNJ 122/2021 que atualiza as regras que permitem o registro de crianças que nascem com o sexo dito indefinido ou ambíguo. Na atualidade não precisam esperar meses, como o faziam antes; elas podem ser registradas com o sexo ignorado ou fazer como a pernambucana Céu Ramos de Albuquerque que em março de 2024 obteve certidão de nascimento como intersexo em Olinda, sendo este o primeiro caso do tipo em todo o Brasil e dos poucos no mundo.

O dia 4 de abril de 2024, o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas aprovou a primeira resolução (A/HRC/55/L. 9) sobre a discriminação, violência e práticas prejudiciais contra as pessoas intersexo. Pela primeira vez numa negociação intergovernamental foi debatida a violação sistemática dos direitos humanos das pessoas com variações sexuais, estabelecendo-se um consenso sobre a urgência de coibição.

O fato é de grande relevância na conquista da autonomia sobre o próprio corpo, vem ao encontro da militância e das narrativas de pessoas intersexo que individual e coletivamente se posicionam de maneira veemente e crítica contra as cirurgias. Elas não revelam qualquer matéria ética pré-concebida, apenas produzem epistemes que contribuem com mudanças significativas nas relações sociais ao erigir princípios passíveis de encarnar um modo de ser e estar na vida como corporeidades insubmissas.

### 3.5 Desterros e desorientações

Tentativas de dar fixidez a algo que, de per se, é descontínuo e instável como a sexualidade, são reprováveis por prejudicar grave e seriamente as vítimas de tamanha injustiça. É o caso das mutilações não consensuais em crianças intersexo, práticas da cisnormatividade que materializam, especificam e denunciam violações aos direitos humanos no ambiente hospitalar, não como implicâncias pessoais e sim como atitudes negacionistas em relação à distinção sexo gênero que atende à tese de que:

por mais que o sexo pareça intratável em termos biológicos, o gênero é culturalmente construído: conseqüentemente, não é nem o resultado causal do sexo nem tampouco tão aparentemente fixo quanto o sexo. Assim, a unidade do sujeito já é potencialmente contestada pela distinção que abre espaço ao gênero como interpretação múltipla do sexo (Butler, 2018, p. 21).

Entre as características mais comuns do negacionismo, se destacam a manipulação de informações e a utilização de especialistas criadores de um embasamento teórico, recheado de ideias conspiratórias, as quais alertam para algum perigo à sociedade como a ideologia de gênero que de fato existe, mas não é aquilo que os setores conservadores disseminam para justificar os preconceitos sobre pessoas não binárias, entre as quais as intersexo, cujo direito à autonomia é violado.

Na contramão da manipulação de informações em prejuízo de uma determinada categoria social nascem os saberes alternativos que de forma crítica questionam as verdades construídas sobre o que é certo ou normal. Os epistemes intersexo, por exemplo, são uma subversão linguística diante do discurso hegemônico “que nasce da falência da representação, assim como da perda das identidades e da descoberta de todas as forças que agem sob a representação do idêntico” (Deleuze, 2006, p. 8).

Condenado a uma vida sem existência, o infante intersexo é tolhido de liberdade, é forçado a servir de combustível à máquina biomédica hospitalar que invariavelmente “necessita de identidades objetificadas e consubstanciadas” (Lima S, 2014, p. 59) para padronizar corpos e sexualidades em detrimento da diversidade e da livre escolha. Esse comportamento confirma a gritante desigualdade na relação médico-paciente, a falta de simetria e de investimento na reflexão sobre novos métodos de abordagem.

Em função da falta de investimentos em novas abordagens, a pessoa intersexo que já passou pela modificação corporal se opõe frontalmente à intervenção cirúrgica de adequação sexual encabeçada pela cisnormatividade a partir da década dos anos 50 O

adulto intersexo não esconde sua revolta nem sua reprovação dos métodos abusivos impostos aos recém-nascidos e é por meio de suas narrativas que esse adulto busca dar a conhecer, denunciar e eventualmente reivindicar o direito de indenização por todo abuso de poder sofrido nos primeiros meses ou anos de vida, não sem razão pois:

a violação de direitos humanos pelas cirurgias realizadas em crianças intersexo demonstra como os direitos à saúde e à integridade física e mental estão integrados à compreensão que se tem sobre os direitos à autonomia, ao consentimento informado, livre e esclarecido e ao melhor interesse da criança. Tais fundamentos são acionados, pelo campo biomédico, para justificar esses procedimentos, mesmo quando os sujeitos não têm condições de opinar sobre sua realização (Leivas, 2023, p. 7).

Diferentemente do que se espera, a maioria das pessoas intersexo não negam suas variações sexuais; elas assumem suas especificidades, defendem um acompanhamento médico adequado às necessidades que acompanham cada uma das variações. Enquanto adultas enfrentam o fato de não terem sido consultadas na infância como incentivo para defender a ‘ambiguidade sexual’ como atitude política, em aberta oposição aos fac-símiles de binariedade que a clínica produziu para elas.

**Movediças** (Hana Oi)<sup>45</sup>

As areias movediças começam a trazer consigo fatos inegáveis que indicam o completo fracasso das boas intenções. “Hana está pronta para a vida”, disse o Dr. Ulloa, do Centro Médico La Raza, em 1992, após a vaginoplastia que nunca precisei, mas que me foi imposta para que eu pudesse passar a vida como a pequena mulher heterossexual que todos, com as melhores intenções, esperavam que fosse para não sofrer a rejeição da sociedade e conseguir, através da aparência de naturalidade que a normalização genital e anatômica do meu corpo produziu, a felicidade desejada: despiram-me dos meus ovotestis, mutilaram meu falo entre minhas perninhas infantis, cortaram e moldaram lábios magros que são uma imitação do que eles queriam que eu fosse, e me prescreveram estrogênios para fazer crescer seios que aos olhos do mundo e da minha namorada são lindos, embora para mim sejam um lembrete de que a mulher que construíram no trauma da mutilação não sou eu.



O primeiro aspecto que a narrativa de Hana evidencia é o caráter ambíguo das práticas discursivas imbricadas com as estruturas científico-políticas nas instituições de saúde. É por meio da dominação da parte mais vulnerável da relação médico-paciente

<sup>45</sup> Hana publicou sua narrativa no dia 8 de novembro de 2021, pode ser lida na íntegra no seguinte site: <<https://vivintersex.org/2021/11/08/la-locura-de-mi-cuerpo-%ef%bf%bc/>>. Última consulta 13/04/2022. A imagem que acompanha o texto narrativo se encontra alojada na Pinterest, e está disponível em: <<https://br.pinterest.com/pin/54254370505247210/>> último acesso 07/05/2024.

que, independentemente de idade, gênero e raça se encontra na posição de inferioridade. Detentor de conhecimento científico, o médico ignora quaisquer epistemes do subalterno, mas os saberes produzidos por indivíduos intersexo, estão ganhando espaço público, especialmente com o crescimento dos espaços virtuais.

Em virtude de muito conhecimento que vem sendo gerado sobre esse assunto, o que já foi destacado por muitos colegas, o sexo vem sendo redefinido, e muitos geneticistas, muitos pesquisadores têm apontado que é consideravelmente simplista a colocação do sexo biológico dentro de um contexto binário (Clarindo, 2023, p. 68).

Médicos favoráveis às cirurgias em crianças intersexo estão imbuídos do discurso hegemônico quando diagnosticam a criança intersexo a partir da dessemelhança hetero, fazem-na sentir incompleta e abjeta por uma falha localizada na genitália infantil, quando a falha maior está no sistema que faz a cabeça dos especialistas que no intento de a adequarem à funcionalidade heterossexual lhe impõem sofrimentos muito severos.

Os médicos, socioculturalmente pensados e representados pelo poder-dizer e pelo poder-fazer, não são questionados no que dizem e fazem; tem um ego muito inflado. Como afirma Magalhães, (2004, p. 123): “A auto representação reflexiva, a linguagem especializada e os aspectos semióticos do corpo (a postura atrás da escrivaninha, anotando dados fornecidos pelos pacientes, o jaleco branco) constituem a identidade médica”. Eles se auto definem dizendo que:

O médico TEM poder. O médico tem poder. Nós temos poder de matar uma pessoa né, eu tenho poder de matar uma pessoa, posso matar uma pessoa, se eu quiser. Eu tenho um certo poder social. É uma classe, afinal de contas, que estudou muito tempo, é uma profissão/tradicional, uma profissão é de quem/dentro da atividade, que se tem algum respeito [...] (Magalhães, 2000, p. 41).

No topo da pirâmide hierárquica das relações no ambiente hospitalar, o médico é intocável. Daí que, conforme Moita Lopes e Fabrício (2005, p. 243) “para entender o mundo social faz-se necessário explorar o território das atividades languageiras que o produz”. Essa exploração territorial pode identificar que só há areias movediças nos alicerces institucionais como mostra a insatisfação da pacientes que faz alusão ao caráter incerto do procedimento cirúrgico. Ela avalia as cirurgias como completo fracasso, pois não atingem a promessa feita pelo médico, reforçando que:

[...] as exclusões, as discriminações, as desigualdades, as intolerâncias e as injustiças são um construído histórico, a ser urgentemente desconstruído. [...]. Há que se enfrentar essas amarras, mutiladoras do protagonismo, da cidadania e da dignidade de seres humanos. A ética dos direitos humanos é a ética que vê no outro um ser merecedor de igual consideração e profundo respeito, dotado do

direito de apropriar-se e desenvolver as potencialidades humanas de forma livre, autônoma e plena. É a ética orientada pela afirmação da dignidade e pela prevenção ao sofrimento humano (Flores, 2009, p. 15).

A tentativa médica serve para problematizar o poder da linguagem de criar situações e acionar efeitos, pois, segundo os estudos performativos de gênero, a linguagem não tem apenas poder para nomear, e sim para atuar até tornar-se efetivo o que ela diz. O que a máquina hospitalar se propunha era criar um corpo feminino perfeito, conforme o discurso médico que verbalizou essa intenção malsucedida no caso de Hana. Todavia, ao redefinir a sexualidade deve-se pensar que:

Quando nós percebemos variação, quando nós percebemos que há fenótipos, e, em alguns casos, devido à belíssima diversidade de traços, nós também utilizamos o termo “subtipo” ou “sub fenótipos” para que possamos, com auxílio de outras áreas do conhecimento, compreender toda essa diversidade de características e para investigarmos os fatores genéticos que levam a ela (Clarindo, 2023, p. 69).

Os gêneros discursivos fazem parte das avaliações e ações locais que representam a instituição de saúde, avaliada tanto nos resultados benéficos quanto nos prejudiciais do atendimento profissional e científico. A paciente intersexo destaca a inutilidade de uma cirurgia que ela nunca precisou, ironiza a frase do médico, pois para ela ‘estar pronta para a vida’ o médico teria de ter materializado o corpo que prometeu, mas não se confirma nos resultados com os quais ela não se sente satisfeita.

É com base na relação entre linguagem e poder, discurso e performatividade que se questiona a lógica de uma relação direta e objetiva entre sexo, gênero e comportamento social. A narrativa intersexo de Hana faz uso de sua experiência traumática para avaliar, denunciar e, de alguma forma, desestabilizar as bases da normatividade quando ironiza a assertiva do Dr. Ulloa que passa a ideia de ela só ter condições de viver a vida a partir da cirurgia que lhe conferiria reconhecimento social.

Sendo o acúmulo de saberes construídos de algum aspecto da realidade, o discurso dominante relativo à intersexualidade se constrói a partir da patologização e da dessemelhança, abstraindo da composição genética a função gonadal de pacientes como Hana que nascem com afalia congênita, extrofia, perda peniana traumática e micro pênis, aos quais se lhes adéqua um sexo feminino por ser mais difícil fazer um pênis erétil do que um canal vaginal penetrável para eles, sem consultar o que eles querem.

O indefeso corpo intersexo fica nu diante da junta médica que, sem ostentar arrogância cisgênera, poderia aproveitar a oportunidade para repensar suas normas,

práticas e técnicas naturalizadas, mas prefere repeti-las, reforçar caminhos teóricos, metodológicos e políticos desgastados, escolhe privar uma criança de um pênis ou de um clitóris por motivos que não os estritamente relacionados com preservar a saúde.

Hana teria chegado pronta para uma importante função social, qual fosse a desorientação da heteronorma, o seu corpo reunia todos os requisitos para gerar uma vertigem na androcêntrica biomedicina, mas, revestido da autoridade que o poder científico lhe confere, o médico não deixa prevalecer a variação intersexo, não descansa até realizar mudanças irreversíveis que a paciente julga serem um fiasco, uma imitação de algo que ela não pediu ser, a mulher que os outros esperavam que fosse.

O exercício do poder no mundo moderno é necessariamente o exercício de um biopoder, isto é, um poder cujos tentáculos abrangem a gestão da vida em geral (o bios), nos polos individual e coletivo. Em relação ao indivíduo, o poder se exerce por meio da vigilância, da prevenção e do tratamento de comportamentos desviantes, pervertidos ou potencialmente perigosos (Moita Lopes e Fabrício, 2005, p. 245).

Embora na visão do cirurgião após a cirurgia a paciente tenha ficado pronta para a vida, o que ele apresenta como grande sucesso, decepciona a interessada imediatamente depois do procedimento. E é desde o lugar do desapontamento e da ferida ainda aberta que a paciente realmente acorda para a vida e se dá conta de que: “alguma coisa está ocorrendo, que não é doença, que está implicada na própria lei da existência e que, no entanto, é luta e dilaceração” (Beauvoir, 1967, p. 47).

A trajetória de Hana, especialmente a sua reviravolta ou mudança de paradigmas, dialoga com a ADC, a qual “não se ocupa apenas da articulação entre palavras, das escolhas de termos carregados de ideologia utilizados pelos preconceitos ou pela dominação; tampouco se ocupa da forma gramatical de que os textos revestem o discurso” (Zoghbi, 2020b, p. 53.), esta procura ir além na busca de explicações dos fenômenos socioculturais que produzem os discursos para, de alguma forma, se tornar partícipe da diminuição das injustiças sociais.

O sujeito intersexo, cindido pelo discurso médico-científico, através do diagnóstico e determinações cirúrgicas em aparência indispensáveis para o reconhecimento social e para a prevenção de estigmas e preconceito e toda forma de violência social, associada à rejeição; o que não deixa de ser paradoxal e contraditório, pois na visão dos intersexo as práticas de retificação sexual são altamente preconceituosas e estigmatizantes.

A justificativa para retirar o micropênis do corpo da paciente intersexo era a mais nobre possível, poupar ela e a família das comparações, da vergonha, do desprezo e constrangimento social. Ao invés de educar a sociedade para a diversidade, superar complexos de inadequação e inferioridade, arranca-se um órgão são, acreditando que esse ato seja suficiente para fazer desaparecer a variação intersexo da paciente.

Hana sofreu violência de gênero na hipospádia, ao extirpar o ‘subdesenvolvido’ órgão masculino tiram gônadas saudáveis para fazer uma vaginoplastia, imitação de vagina e lábios magros. Se Hana tivesse nascido com pênis grande a recepção teria sido honrosa. Numa sociedade falocêntrica, a exuberância sexual associada ao pênis grande é bem recepcionada. Desse modo, longe de ganhar, Hana perde privilégios, a biomedicina produziu lhe uma vagina, genital não reverenciada quanto o pênis.

O biopoder domina os corpos intersexo por meio do discurso médico que ganha força na imposição de formatos corporais que apagam a diversidade. A cirurgia que uniformiza “funciona bem como uma sentença que desaparece, mas também como uma determinação ao silêncio, uma afirmação de inexistência; e, conseqüentemente, declara que de tudo isso não há nada a ser dito, visto ou conhecido” (Spivak, 2010, p. 157).

Enquanto a biomedicina coloca a cirurgia intersexo como um significante emancipatório, os pacientes vitalícios que fazem parte da militância a enxergam ou interpretam como uma justificativa para perpetuar a manipulação e repressão sexual. Os epistemes intersexo questionam a feroz benevolência padronizadora dos corpos que em nome do reconhecimento e da assimilação social, faz a retirada de gônadas saudáveis, legitima a exclusão das genitálias das margens para reforçar as do centro de poder.

A patologização continua acontecendo nos dias atuais, “o termo “intersexo” é pouco utilizado na linguagem médica, uma vez que, nesses espaços, teme-se que ele reproduza ou mesmo reforce a existência de um terceiro sexo/gênero. Utilizam, para tanto, outros termos como ADS (Anomalia do Desenvolvimento Sexual)” (Canguçu-Campinho, 2023, p. 91). Algumas pessoas intersexo dispensam toda nomenclatura ligada às convenções sociais, pois entendem que o mais importante é como são tratadas.

Nomenclaturas e promessas de inclusão social fazem parte do processo de repetições que, ao mesmo tempo, anulam a versão original de si; um mecanismo do sistema que “mostra a necessidade de repetir-se para subsistir — e aprofundar suas

regras” (Safatle, 2015, p. 189), causando dilacerações profundas nas vítimas que se encontram pisando em areia movediça (terreno inseguro) dentro de um corpo que lhes foi construído pela clínica, deixando-as mais perdidas do que antes do procedimentos.

Os atendimentos deixam a desejar. Espera-se que pessoas intersexo, dadas as especificidades e complexidades das suas variações sejam atendidas por uma equipe interdisciplinar, preocupada com a saúde integral, atualizada e atenta às “nomenclaturas em torno de um termo único, de modo que favoreça à comunicação entre os profissionais de saúde, a família e a criança intersexo, havendo espaço para construção de novos sentidos sobre o corpo e a vida” (Canguçu-Campinho, 2023, p. 91).

A violência de gênero nem sempre comporta a aplicação da força física ou fala agressiva; vale-se da persuasão para imprimir peso definitivo ao desfecho \_formatação binária da paciente\_ esquecendo que “mesmo que os sexos pareçam não problematicamente binários em sua morfologia e constituição (...), não há razão para supor que gêneros também devam permanecer em número de dois” (Butler, 2018, p. 24). Identidade de gênero forjada comporta corpo-cultura-subjetividade.

No entanto, o corpo, por si só, não determina uma identidade de gênero. No caso da corporeidade intersexo, a construção da identidade de gênero é, muitas vezes, atravessada por cirurgias ainda nos primeiros meses de vida, que podem repercutir na vida adulta como uma sensação de inconformidade ou de privação da autonomia sobre seu próprio corpo e vida (Canguçu-Campinho, 2023, p. 91).

Promessas irresponsáveis não se reduzem ao ambiente hospitalar, disseminam-se nos mais diversos espaços sociais em que a mulher se movimenta; fazem parte da linguagem atrelada à sexopolítica. A conversa persuasiva do cirurgião se mostra eficiente, não poderia ser diferente, pois só foca o lado atraente do processo cirúrgico, a produção de um corpo feminino ideal, atrelado ao empoderamento que deixa toda mulher ‘pronta para a vida’, qualquer coisa que esse ‘estar pronta’ possa significar.

Propositadamente carregada de intenções psicológico-afetivas a sexopolítica é versátil e inteligente; gera um discurso infalível sobre o ideário da mulher fatal; promessa esta que leva o intuito de materializar-se por meio de “uma formação discursiva e efeito de determinada versão das políticas de representação. E o sujeito feminista acaba por ser discursivamente construído pelo mesmo sistema político que supostamente quer facilitar a sua emancipação” (Butler, 1990, pp. 4-5).

Contrariando o discurso da sexopolítica, a premissa do sujeito intersexo é que as consequências sociais, emocionais e cognitivas de papéis fixos de gênero são um obstáculo para a uma plena emancipação humana (Žižek, 2016). Nesse sentido o intersexo, alinhado com o pós-gênero, advoga por uma abolição voluntária do gênero, um vislumbre sobre o fato de que para ser sexualizado é preciso ser assexual.

Promessas de emancipação não funcionaram em favor do sistema que fez de tudo para assimilar Hana, mas ela, a paciente intersexo consegue afastar-se, emancipar-se do poder da sedução, ela alcança desapegar-se de convicções e ideias aparentemente inamovíveis, o que pode ser a sua alforria ou salvação, ela parece dizer: “não sou quem eu ainda não sou e nunca chegarei a ser o que sou chamada a ser, enquanto os outros insistirem em me separar do que em mim consideram abjeto” (Kristeva, 2006, p. 12).

Em aparência transgressivos, os corpos intersexo são considerados socialmente perigosos porque, mesmo sem nada falar, ficam desafiando todas as proibições sobre normalidade sexual. Pessoas intersexo simultaneamente se comportam de maneira sensível na medida em que se sentem injustiçadas pelo sistema que as submete a uma escolha forçada, mas se perguntam por que deveriam decidir ser homem ou mulher quando podem ser ambos ou nenhum, sem que isso impeça reconhecer a si mesmos.

Seria irresponsável o ato de submeter-se de maneira acrítica às demandas políticas de reconhecimento, “atualmente compreendidas em seu nível mais determinante, como demandas de constituição e reconhecimento de identidades ou, no limite, de potencialidades capazes de permitir o desenvolvimento de predicções da pessoa individualizada” (Safatle, 2015, p. 13), como é o caso da pessoa intersexo.

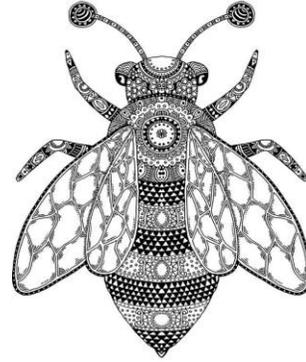
A categorização da pessoa, da orientação de gênero que for, apareceria como expressão máxima da autonomia e da autenticidade individual, definida como uma espécie de solo pré-político para toda política possível. O problema desse modo de pensar é que tal solo pré político naturaliza um modo geral de relação, isto é, pensar os sujeitos a partir de sua classificação é pensá-los a partir de relações de posse, como “quem tem uma propriedade em sua própria pessoa” (Safatle, 2015, p. 13).

Afastar-se da ortodoxia e praticar desterramentos daquilo que escraviza são estratégias de sobrevivência e reconstrução de si, são práticas favoráveis ao amadurecimento que em ocasiões servem de formação prática e continuada para realizar uma determinada

missão como a que se atribui às cigarras que, na fase de ninfas “podem viver anos, às vezes dois, e às vezes 17 anos debaixo da terra” (Rodrigues M, 2013, p. 3) para ter condições de amadurecer e produzir seu canto inconfundível que anuncia as chuvas.

**A Cigarra** (Mercedes Sosa)<sup>46</sup>

Tantas vezes me mataram, tantas vezes morri,  
Apesar de tudo, estou aqui ressuscitando.  
Graças dou à desgraça e à mão com punhal,  
Porque me matou tão mal que segui cantando.  
Cantando ao sol, como a cigarra  
Depois de um ano enterrada  
Igual que um sobrevivente que volta da guerra.  
Tantas vezes me apagaram, tantas desapareci,  
No meu próprio enterro fui sozinha e chorando.  
Fiz um nó no lenço, mas logo lembrei  
Que não era a única vez e segui cantando.  
Tantas vezes te mataram, tantas vai ressuscitar  
Quantas noites passarás acordado.  
E na hora do naufrágio, na hora da obscuridade  
Alguém te resgatará, para ir cantando.



A metáfora da cigarra convida a movimentar-se em direção a um *upgrade* ou atualização das próprias potencialidades, capazes de desorientar o sistema vigente; uma “ação que implica investir na vertigem, repensar sentidos estáveis, desconfiar de normas familiares, desaprender a ser quem somos, com isso, retraçar caminhos teóricos, metodológicos e políticos” (Lau e Borba, 2019, p. 13). A figura alegórica da cigarra sugere que, apesar de haver uma opressão apriorística, a transformação pessoal é possível.

Assim como a cigarra, a pessoa se cala estrategicamente sem deixar de gestar o seu discurso emancipatório em forma de poesia e canto, “comportamentos generificados (...) embutidos em modos específicos de falar e de agir a fim de produzir uma gama de efeitos” (Cameron, 2010, p. 133) como fez a chilena Mercedes Sosa, perseguida e presa pela ditadura militar. Exilada em 1970, sofreu a censura e a privação de liberdade que, paradoxalmente, inspiraram a música autorreferencial que eterniza o seu desterro.

O desterro não é obrigatório, mas sim necessário enquanto processo introspectivo constituído por um mapa que “organiza desejos e identidades, ordena prazeres e aversões” (Parrini *et al*, 2008, p. 105), sinalizando as areias movediças (zonas de perigo), alertando para possíveis armadilhas e desorientações que aparecem sem prévio aviso.

<sup>46</sup> A cigarra está disponível em: <<https://www.vagalume.com.br/mercedes-sosa/la-cigarra-traducao.html>>. Último acesso 13/03/2021. A imagem que acompanha a poesia musicada se encontra alojada na Pinterest, disponível no link; <<https://br.pinterest.com/pin/86764730314297242/>>. Último acesso 07/05/2024.

#### IV. Atravessamentos e desajustes

Existem diversas maneiras de abordar os atravessamentos e desajustes da subjetivação, cujo domínio se dá pela unificação de pensamentos, valores e crenças sobre os indivíduos e as coletividades; esse domínio se dá por meio da troca de ideias e opiniões a respeito de como são vistos uns corpos pelos outros e o que socialmente se espera deles. É nessa dinâmica que nascem os conceitos e os preconceitos, os estigmas e as violações de direitos às vítimas dos processos de hierarquização identitária que as empurram para as margens e as manipula, excluindo-as do convívio social. Em efeito:

a maior parte da manipulação, como nós entendemos essa noção, desenvolve-se através da fala e da escrita [...]; os que são manipulados são seres humanos e isso tipicamente ocorre através da manipulação de suas 'mentes' [...]; a manipulação é uma forma de interação conversacional, e uma vez que isso implica poder e abuso de poder, uma abordagem social também é importante (van Dijk, 2008, p. 233).

É por meio da manipulação das mentes, numa interação convencionada pelo discurso científico da biomedicina que as crianças intersexo passam pela modificação de suas genitálias, privando-as da sua realidade empírica em faixas etárias de extrema vulnerabilidade para aderirem formatos que supunham livrá-los de estigmas, quando na prática os conduzem a uma forma de descrédito dentro de uma limitada sociabilidade.

Normalmente sob a tutela dos seus genitores ou dos seus representantes legais, os bebês e crianças com genitália chamada 'ambígua' são conduzidos aos ambulatórios, clínicas e hospitais públicos ou privados para a realização das cirurgias e tratamentos hormonais do ajuste de gênero. "Estabelece-se, desse modo, um contrato social entre médicos, pacientes e acompanhantes. Tal contrato pressupõe um acordo tácito sobre representações da linguagem na prática social médica" (Magalhães, 2000, p. 18). Todavia, nesse acordo fica eliminado o principal interessado, o paciente intersexo.

A legitimada prática biomédica oficializa a não valorização da diversidade sexual por meio da manipulação que inclui a linguagem, dado que se veicula por meio dos discursos produzidos na cultura e reforçados pelo saber médico científico, reproduzidor da epistemologia dominante sobre gênero e sexualidade, feita de códigos e termos binários que silenciam, obscurecem e negam a proteção de direitos com atos irreversíveis.

Reduzir a medição da normalidade sexual à variação cromossômica é negar o paradigma humano que é um todo harmônico e não uma explicação científica reduzida à binariedade. Intuir, descobrir e compreender a diversidade sexual como um bem comum

leva a aceitar as pessoas como diversas, favorece engajar-se na transformação social que permite “colocar-se a serviço da causa da emancipação humana, na verdade da autorrealização universal” (Bhaskar, 2002, p. 58).

Pode-se ver nas epistemes intersexo uma angústia latente em toda confrontação com o modelo binário. Desde a hora em que se anuncia a necessidade de escolher um dos dois gêneros possíveis para o recém-nascido, a preocupação sobre se o que será escolhido equivale ou não com o desejo e orientação do paciente. Essa angústia se equipara com a castração simbólica que consiste em o intersexo perder a si mesmo.

Seja qual for a escolha que a junta médica faça, o intersexo perderá sempre algo, e esse algo não é o que o outro sexo (o não escolhido) tem. Nomeadamente, ambos os sexos veiculados pela heterossexualidade como normais, mesmo que estejam juntos não formam um todo, pois há algo que está irremediavelmente perdido na própria divisão dos sexos; veja-se o que sucede, por exemplo, no processo de virilização e vaginoplastia.

Fazendo a escolha que for, assume-se a perda do que o outro sexo não tem, torna-se inevitável renunciar à ilusão que o outro tem aquilo que preencheria a falta. As cirurgias em crianças intersexo podem ser, em última instância, uma tentativa de evitar a angústia da castração dos adultos que as conduzem ao bloco operatório. Médicos, pais e representantes legais dissipam a angustia que eles projetam no infante.

Nas cirurgias intersexo busca-se afirmar o reconhecimento da existência de dois gêneros, fazendo da diferença sexual algo compatível com os mecanismos de sua completa ontologização. Por outro lado, em oposição à cisnormatividade, a tendência das narrativas intersexo consiste em desconstruir essa norma ou desontologizá-la, ao deixar em evidência o seu construto histórico cheio de tensões e inconsistências (Žižek, 2016).

Crianças intersexo são vítimas das práticas biomédicas, pessoas vulnerabilizadas devido aos estigmas e preconceitos sobre a anormalidade e distopia que lhes são atribuídos. Essas concepções apriorísticas sobre pessoas intersexo geram desajustes de ordens diversas que comprometem sua saúde integral e a interdependência no que tange à interação com os outros indivíduos; ademais de serem elementos complicadores de atendimento adequado nos espaços institucionais onde elas se movimentam.

As narrativas intersexo, produzidas por pessoas que já passaram por essas experiências transformadoras, vivenciam o dilema de inadaptação às adaptações

corporais. Custam a se familiarizar com as imitações/aproximações cisgêneras que não só não satisfazem como negam o fato de cada ser humano estar num todo maior, que convida constantemente a uma interdependência harmoniosa entre muitas outras subjetividades, todas absolutamente diversas, todas eternamente inacabadas.

Há diversos tipos de violência, talvez o mais difícil de ser identificado seja aquele que imprime a violência simbólica<sup>47</sup>, entendida por Bourdieu (2012) como a forma de coação manipuladora. Esta se refere aos usos derivados do significado etimológico manipulação que consiste em mover coisas com as mãos ou nas formas comunicativas e simbólicas de interação que manipulam pela influência discursiva (van Dijk, 2008).

**A parte** (Kurt)<sup>48</sup>

Tem a parte do alto, tem a parte de baixo.  
Sou a parte do meio, a parte que parte,  
A parte que divide.  
Sou a parte que some a parte que é vento,  
O vento que apaga o vento que se alastra.  
Sou o vento que aquece a palavra  
Que forma e que deforma,  
A atitude que se contempla e se dilui.  
Sou o ponto e pronto.  
Às vezes até dois pontos.  
Atravesso o travessão, dobro  
Antes da vírgula,  
Admiro a reflexão das reticências.  
Fujo dos colchetes e parênteses  
E sigo protegido pelas aspas.  
Sou um tanto barulho,  
Sou todo silêncio.



As intersexualidades são variações, múltiplas e diversas, que têm a ver com a anatomia de pessoas e que não cumprem – portanto, mesmo sem nada dizer, questionam – a ideia binária construída socioculturalmente. Essa ideia consiste em afirmar que existem apenas dois tipos de corpos com características muito estritas e rígidas ao ponto de parecerem verdades cristalizadas indestrutíveis.

Os corpos intersexuais, por conta da flexibilidade e da fluidez em suas características gonadais e cromossômicas são ininteligíveis para o sistema binário e

<sup>47</sup>O que o sociólogo Bourdieu (2012) quis dizer com a violência simbólica de gênero é a manutenção de um poder que se mascara nas relações interpessoais nos mais diversos ambientes, esse poder cisnormativo que se infiltra no pensamento e concepção de mundo, regula as sexualidades, independentemente de sermos homens ou não.

<sup>48</sup> KURT, Helmut, poeta e amigo de Niterói, RJ (in memória), enviou-me essa poesia via Whatsapp, não se encontra na coletânea poética do autor, no link: <[http://www.kurt.com.br/poesias\\_c.htm](http://www.kurt.com.br/poesias_c.htm)>. Última consulta 12/03/2022. A imagem que acompanha a ideia de autopreservação da parte do meio, é de livre acesso no link: <<https://br.pinterest.com/pin/914862419120380/>> Último acesso 01/05/2024.

heterossexual pré-estabelecido. Na verdade, eles representam a parte que forma e deforma; a parte que se contempla e se dilui na verificação do sistema inflexível. Por esta razão são considerados dissidentes, abjetos alheios à ortodoxia ou fora da norma.

São as experiências de discriminação e violência de gênero sofrida por pessoas que nasceram com um corpo estranho ao modelo cisnormativo, as que movem a militância na reivindicação de uma identidade política. Apesar disso, a forma de compreender as variações intersexo e, portanto, o seu peso sociocultural, carregado de preconceito recai sobre as crianças modificáveis nos primeiros meses de vida.

Heterogêneo e complexo, o corpo intersexo se encontra numa parte limítrofe em ajustamento contínuo. Essa parte limítrofe é transgressora, dissidente e se desloca com agilidade graças à sua condição fluida e instável e graças à sua capacidade de responder ao comando do vento, à intuição que inspira, alastra e aquece, apesar de toda resistência racional veiculada pela formação centrada no discurso oficial ortodoxo.

Essa parte que não tem compromisso com a estabilidade conceitual nem com as aparências físicas atribuídas a etnia, raça, classe social ou qualquer outra ordem; não se submete às normas e convenções sociais sem antes analisá-las e entende-las, isto é, procura estudar as vantagens e desvantagens dos regulamentos oficiais e das crenças e tradições respeito às construções identitárias. Essa parte incomoda e estremece as estruturas que defendem a fixidez epistemológica sobre sexo, gênero e desejo.

Parte constitutiva do corpo social, o intersexo se entende como um ponto e até dois pontos para fazer uma pausa, analisar e refletir reticências; para aprender a superar o medo de comprometer qualquer essência ou perder qualquer privilégio. A parte do meio não aceita ser aprisionada por colchetes ou parênteses, segue protegida pelas aspas.

E apesar de ser um tanto barulho, muitas vezes a parte prefere ser silêncio, medida estratégica de sobrevivência de quem entende que em aparência estável, a hierarquização de indivíduos de acordo com a orientação sexual é um mecanismo de controle que, ao invés de reunir, dispersa, fragiliza, alastra e leva para lugares perigosos, gerando sensações de insegurança, opressão e segregação socialmente legitimadas; “tal como os políticos ou a mídia manipulam seus eleitores e leitores, ou seja, através de algum tipo de influência discursiva” (van Dijk, 2008, 233).

A biopolítica controla pessoas a partir do enquadramento de um sexo verdadeiro que a clínica produz e traduz como corpo dócil ou conformado, procura dominá-lo, mantê-lo alinhado à identidade de gênero, a partir de um lugar perturbador, qual seja o da fixação genital, não importa quanta dor possa imprimir nas crianças recém-nascidas.

Enquanto os profissionais da saúde se ocupam da fiscalização da normalidade sexual, conferindo-a no tamanho e na aparência das genitálias dos recém-nascidos, os adultos intersexo demonstram verdadeiro interesse em: “investigar criticamente como a desigualdade social é expressa, sinalizada, constituída, legitimada, e assim por diante, através do uso da linguagem (ou no discurso)” (Wodak, 2004, p. 225).

**Segredo** (Shana)<sup>49</sup>

Nasci com cromossomos XY tipicamente masculinos e testículos internos em vez de ovários e útero, mas meu corpo se desenvolveu com uma aparência tipicamente feminina, cheguei à puberdade e não fiquei menstruada como as outras garotas; eu não poderia ter filhos biológicos, teria que tomar suplementos hormonais pelo resto da minha vida [...]. Havia alguma explicação vaga sobre ovários cancerosos que precisavam ser removidos quando eu era bebê. Os médicos disseram, que eu “não precisava contar a ninguém nada disso”. Orientados pelos médicos de um hospital importante, meus pais concordaram em me submeter à cirurgia para remover minhas gônadas saudáveis, sem meu conhecimento ou consentimento. As noções básicas de uma vida “normal” que eu havia imaginado anteriormente foram severamente afetadas pelo meu conhecimento dessas verdades, mas à medida que minha adolescência foi passando, o que se tornou minha luta mais compulsiva não foram os sintomas em si, mas sim o manto de segredo e vergonha que cercava qualquer coisa relacionada a eles.



A imagem que acompanha a narrativa de Shana, dialoga com a poesia de Kurt, ameniza a dimensão dramática da violência de gênero em fase complicada de idade, que é a adolescência. Uma faixa etária na qual a pessoa está necessitada de “informação correta e em linguagem adequada sobre os seus direitos, incluindo o direito à saúde

<sup>49</sup> Shana compartilha sua experiência pessoal em 26/10/2020 no site teen vogue onde pode ser encontrada a versão completa e original: <<https://www.teenvogue.com/story/coming-out-as-intersex>>. Último acesso 12/04/2022. A imagem que faz alusão à simplicidade e harmonia que a adolescente poderia ter tido, é da pinterest, está acessível no seguinte link: <<https://br.pinterest.com/pin/18507048507127566/>> Último acesso 15/05/2024.

sexual e reprodutiva, bem como o acesso à educação integral em sexualidade” (UNFPA, 2013, p. 28). É na base do saber que se educa para a diversidade sexual e de gênero.

Em aparência estável, a binariedade discursiva e materialmente imposta como verdade inamovível se contrapõe às variações intersexo que não tem compromisso com estabilidade ou fixidez alguma. Cabe dizer que “instável não é desorganizado, caótico, sem qualquer princípio de ordem. Isso seria não significante. Instável é o que não é fixo, o que não é permanente e, sobretudo, o que muda de lugar” (Fiorin, 2023, p. 177).

Avessos à aparente estabilidade heterossexual, adultos intersexo produzem epistemes emancipatórios que questionam as relações de poder. É o que faz Shana, cuja variação intersexo se define como *criptorquidia*, são os testículos não descidos para o escroto que em geral aparecem como hérnia inguinal. Esse tipo de diagnóstico segue uma cirurgia simples que reposiciona os testículos no lugar correspondente.

O uso da locução ‘em vez de’ e da conjunção ‘mas’ na narrativa denota oposição ou restrição, poder e vigência da terminologia referencial, denota a força do discurso oficial proferido pela ideologia dominante que castiga o corpo de Shana por não ter menstruado nem poder ter filhos biológicos, obrigando-a a tomar suplementos hormonais pelo resto da vida por conta de ter extirpado as gônadas produtoras de hormônios.

Se ao invés de decepar clitóris agigantados, remover pênis anões e extirpar gônadas não descidas, a biomedicina olha-se para elas com a naturalidade que se enxerga o tamanho das orelhas, mãos e nariz, seria possível retê-las como produtoras de hormônios que são. Não sendo cancerígenas, essas gônadas são a regulação do crescimento, da vida sexual, desenvolvimento ósseo e equilíbrio interno como um todo.

Não sendo linear, a narrativa intersexo apresenta múltiplos caminhos de interpretação que podem desencadear em finais imprevisíveis em relação aos acontecimentos, às experiências e aos posicionamentos do narrador, normalmente instáveis; ora se posiciona como protagonista, ora como coadjuvante, ora o seu lugar de fala é de vítima, ora de vitimaria, como acontece com Shana ao se localizar na história.

A mesma fiscalização que define as obrigatoriedades de sexo e gênero na puberdade, é a que rege a família na cobrança daquilo que se espera das meninas: menstruar, casar, engravidar, ter filhos e amamentar, ainda quando na sua esquizofrenia

conceitual defende que a normalidade “não pode ser decidida por uma anatomia incontestável e institucionalizada” (Reverter-Bañón, 2004, p. 140).

O atravessamento idade imprime vulnerabilidade extrema à protagonista principal da narrativa no vocábulo ‘bebé’, faixa etária em que se deu a menção/remoção dos ovários de quem ocupava o mais suscetível dos extremos na relação médico-paciente. Dentro da qual os pais concordaram em submeter a filha à cirurgia, sem cogitar que, um dia ela poderia verbalizar os efeitos do que foi decidido sobre o seu corpo infantil.

A remoção das gônadas sem conhecimento/consentimento de Shana reforça o tratamento de objeto adotado com a bebé que, em situação de desvantagem sob qualquer ponto de vista, inclusive o do gênero feminino que não se tornou masculino, fator que torna “aceitável construir uma genitália feminina em um indivíduo XY e não uma genitália masculina em um indivíduo XX” (Machado P, 2008, p. 140).

Enquanto representação sociocultural, o intersexo se constrói pelo discurso, especialmente o discurso relativo às funções de prestígio de cada um dos gêneros que integram a binariedade, e de cada um dos protagonistas nas relações de poder em que se enaltece o masculino e o profissional da saúde que, amparado pela ciência, diz não precisar contar nada a ninguém do acontecido com o corpo da criança. Manipulação que:

envolve não apenas poder, mas especificamente abuso de poder, ou seja, dominação. Mais especificamente, a manipulação implica o exercício de uma forma de influência deslegitimada por meio do discurso: os manipuladores fazem os outros acreditarem e fazerem coisas que são do interesse do manipulador, e contra os interesses dos manipulados (van Dijk, 2008, p. 234).

A manipulação/dominação que van Dijk acaba de expressar são válidas sempre que se fala da consciência da criança subalterna – “ou, mais aceitável, do sujeito subalterno” (Spivak, 2010, p. 11). O discurso que manipula, discrimina e ignora o mais fragilizado assume que a sua existência é indiferente e até indesejada; caracteriza-se pelo preconceito das elites, guardiãs morais da sociedade que “tendem a servir como bons ou maus exemplos de práticas sociais” (van Dijk, 2015, p. 31).

O preconceito se camufla na imprecisão das informações, como a vaga explicação sobre os ovários cancerígenos que precisavam ser removidos. Logo, se a explicação médica sobre um assunto tão importante foi vaga, os pais não teriam elementos suficientes para decidir quaisquer mudanças no corpo da filha. Presume-se, portanto, que

não foi dito que a cirurgia só seria aconselhável se existisse risco de vida. Na omissão médica faltou correspondência com a verdade; omitiu-se o caráter opcional da cirurgia.

Os médicos não disseram que, ao extirpar as gônadas saudáveis, estavam tirando a única fonte de produção hormonal da bebê e que, por conta disso, ela teria de fazer consumo de suplementos hormonais pelo resto da vida, e, talvez apresentaria envelhecimento de massa óssea, osteoporose e uma menopausa prematura.

Omitir informações relevantes à paciente e à família limita a sua autonomia e compromete a escolha consciente, prerrogativa irreconciliável de decidir sobre o corpo atravessado por um grau de vulnerabilidade que se vê acentuado pela falta de clareza e consistência do diagnóstico e do que se decide em decorrência do mesmo, deixando a faculdade de ação comprometida. Uma decisão não alicerçada pelo conhecimento, evidencia a necessidade de acabar com o mito da imparcialidade médico-científica.

A ética profissional sofre sérios arranhões quando os médicos pedem a família omitir que houve um procedimento cirúrgico na genitália da paciente. A inverdade reforça o estigma que recai sobre a criança e ignora a obrigação objetiva do consentimento devidamente informado que promove o direito dela à autodeterminação na decisão-ação do profissional. A informação deve ser ampla e compreensível, abranger riscos e benefícios do procedimento, não por acaso o consentimento “é uma das materializações do direito à autonomia, à livre determinação e à dignidade humana” (Leivas, 2023, p. 7). Ambas ensejam “obrigações aos provedores dos serviços de saúde” (ENAP, 2023, p. 97).

O poder excessivo que se outorga à biomedicina se reflete nas atitudes dos profissionais da saúde, nas imitações de anatomias heterossexuais que confeccionam e raramente correspondem às necessidades reais do paciente. Aproximações não satisfazem ninguém, elas têm sido impostas em corpos indefesos, obrigando-os a conviver com os resultados. O cientista virou um mito, e como todo mito, pode ser perigoso quando induz ao erro e inibe o pensamento crítico dos outros.

Segredo e vergonha, frustração e desencantamento são sensações fortes com as quais Shana precisa lidar. Sua decepção com as figuras de autoridade, pais e médicos, alcança as políticas de identidade que insistem em moldar os corpos, especificamente as genitálias intersexo em concordância com o padrão cromossômico XX, pretendendo dar-lhes uma compleição que se aproxima da anatomia feminina cisheterossexual.

Prometer a paciente intersexo fazê-la significar mais do que antes, oferecer colocá-la na condição de habilitada para a plena aceitação social, não deixa de ser um ato irresponsável. É por isso que o processo de emancipação do sistema vigente é transgressor, gerador de epistemes que quebram paradigmas. O processo que nunca é manso e inofensivo; realiza ações pontuais a partir de atravessamentos específicos em oposição aos desajustes da subjetivação, como as apontadas por Kurt e Shana.

Ambos os textos (poético e narrativo) são epistemes marcados pelo tempo e pelo espaço, atravessamentos que convidam a tirar proveito de cada ocasião, inclusive das mais desagradáveis possíveis, produzidas pela malevolência cisgênera, em relação às quais, os corpos intersexo, outrora submetidos a procedimentos cruéis, se refazem de forma criativa, digna e original, sem comprometer o que têm de mais corajoso, a ousadia de se reconstruírem sem se submeter a qualquer clichê ou estereótipo.

De toda forma e apesar de querer se libertar de quaisquer modalidades de classificação identitária, fica evidente que as escolhas para os corpos binários ou não binários e para quaisquer outros corpos não são muitas, já que a multiplicidade de posições de gênero circula em torno do antagonismo presente no gay que é do sexo masculino, na lésbica do sexo feminino; no transexual que tem passagem de um a outro; no cross-dressing que combina com os dois; no bigênero que flutua entre os dois. Seja qual for o caminho, o binarismo está sempre à espreita e não é por acaso (Žižek, 2016).

É imprescindível especificar que um predicado é algo que alguém possui, algo que é expressão desse alguém, algo que faz parte das condições que estabelecem o campo da propriedade desse alguém. Por isso, ao definir a categorização da pessoa intersexo ou de quaisquer outras pessoas “como modo privilegiado de reconhecimento eleva-se a posse a um modo naturalizado de relação” (Safatle, 2015, p. 13).

Sem a mínima intenção de encaixar em qualquer categorização preestabelecida ou nova, as narrativas do indivíduo intersexo geram novos enunciados sobre diversidade sexual. Expondo-se em primeira pessoa, o intersexo se encontra localizado num lugar e espaço inundados pela força da recordação e da memória, o que lhe permite reivindicar-se como sujeito transitório, mostrando sua vida e o seu corpo, em constante movimento nas relações, nas tensões e nas ações dos múltiplos contextos em que se movimenta.

#### *4.1 desconstruindo paradigmas*

São as ações pontuais e conscientes as que favorecem a quebra de paradigmas no laboratório vivo e campo de testes que é a vida. Aprende-se a driblar os fiscais da verdade com atitudes que podem contribuir com a produção de epistemes, cuja veracidade e aplicabilidade restam peso à epistemologia dominante, definidora de normalidade, sem perder de vista que toda pessoa é balbuciante de idealizações e sentidos na lida com a estreiteza e a vastidão de escolhas, qual será concretizada, depende de decisões e não só das condições estabelecidas (Frankl, 1991).

Pelo viés do discurso crítico sabe-se que o sentido atribuído ao corpo é desencadeado pelo que as categorias básicas de identidade, como sexo, gênero e desejo se tornaram. No caso do sexo, a divisão binária é normalmente imposta ao ser humano desde os primeiros meses de vida, e a concepção ou ideia da diferença sexual começa a ser construída na família e na escola com as primeiras interações próprias dos primeiros anos de vida, onde se observam os comportamentos cultural e socialmente aceitos.

Mesmo que não saiba dizer em que consiste, a criança já cresce familiarizada com uma base inequívoca de cunho patriarcal que lhe permite interagir com os outros, percebe a diferença de tratamento de homens e mulheres e essa diferença serve de ponto de partida para a construção simbólica e material da categoria de gênero, todavia é a partir da adolescência que se tornam mais perceptíveis as diferenças de sexo e de gênero inscritas na cotidiana relação no ambiente escolar e outros espaços sociais.

Finalmente é na fase adulta que o corpo vem a ser percebido como o primeiro pilar e ao mesmo tempo o último reduto sociocultural e discursivo de uma construção com feições nitidamente patriarcais. Essa construção é feita de uma enorme rede de significados, está ligada ao tempo e ao espaço, aos costumes, às crenças e aos hábitos, marcadores do indivíduo e dos grupos categorizados principalmente pela diferença sexual, baseada nos princípios dicotômicos homem-mulher.

Construtos sociais de caráter dicotômico são normalmente rígidos e fechados, não negam sua relação com o discurso dominante, situado em uma sociedade qualquer em que as interações humanas são marcadas pela desigualdade, pela divisão de papéis, pelas responsabilidades e recompensas como práticas que promovem a hierarquização

entre as pessoas e incentivam que compitam entre si através do uso da linguagem que influencia não só os modos de pensar como também a maneira de agir.

Ações pontuais e conscientes estão condicionadas ao tempo e ao espaço, aspectos inerentes a toda interação em que os seres humanos se reconhecem pelo paradigma social enquanto “produtores de sentido, que se articulam em comunidades diversas, de diferentes naturezas: profissionais, étnicas, religiosas, sexuais, políticas, econômicas, etc.” (Araújo, 2003, p. 11). Entre outros produtores de sentido, temos os indivíduos intersexo que a partir da experiência hospitalar se manifestam de forma crítica.

Como para a maioria das pessoas, para as pessoas intersexo as possibilidades de escolha dentro de uma corporeidade limítrofe não só parecem poucas ou inexistentes, como muitas vezes o são. Todavia, as possibilidades delas estão relacionadas com ameaças à saúde e à integridade pessoal, entre outros motivos porque não foram escolhas e sim imposições nos primeiros meses ou anos de vida.

Apesar das circunstâncias específicas das pessoas intersexo, elas surpreendem quando fazem das suas experiências dolorosas um trampolim para alcançar os outros na prevenção de atos que, independentemente de serem culturalmente aceitos ou rejeitados, públicos ou clandestinos, imprimem grande teor de violência.

#### **Mutilação** (Pidgeon)<sup>50</sup>

Há vinte e seis anos, uma equipe de profissionais médicos descobriu que eu tinha cromossomos “XY” e testes internos, o que hoje se conhece comumente como ‘síndrome de insensibilidade parcial aos andrógenos’. Imediatamente depois, foi planejada uma cirurgia para remover esses testículos internos. Nessa época eu tinha um ano de idade. Quando eu tinha três anos, foi feita outra cirurgia, desta vez, para reduzir o tamanho do meu clitóris, porque se determinou que fosse ‘muito grande’, meio centímetro maior que o desejado. A mutilação genital que vocês escutam que sucede em outros lugares sucede aqui aos meninos e meninas intersexo. Literalmente arrancaram meu clitóris e quando tinha onze anos me realizaram uma vaginoplastia, desse modo, sem a minha permissão ou consentimento alargaram a minha vagina para que se ajustasse melhor ao pênis do meu futuro esposo. Estas são algumas das coisas que sucedem às crianças intersexo do arredor do mundo, todos os dias.



<sup>50</sup> Pidgeon compartilha suas experiências em vários sites, esta partilha provem de o vídeo cuja transcrição de 28/062017 está disponível em: <<https://www.teenvogue.com/video/watch/intersex-genital-mutilation>>. Último acesso 21/04/2021. A imagem que dialoga com o texto é da Pinterest, pode ser acessado no seguinte link: <<https://br.pinterest.com/pin/36732553194026687/>> Último acesso 14/05/2024.

O aspecto temporal e o atravessamento idade tem um impacto significativo que se concretiza no *continuum* ‘vinte e seis anos’, ‘um ano de idade’, ‘três anos’ e ‘onze anos’ para descrever, em primeiro lugar, o intervalo entre os acontecimentos cirúrgicos de alteração genital e o momento etário em que se descrevem ou registram; em segundo lugar, informam a vulnerabilidade extrema do paciente na primeira, segunda e terceira cirurgia. Em todos esses estágios a vida do vulnerável está nas mãos dos adultos.

O atravessamento idade tem muito a ver com a opinião sobre as cirurgias intersexo, relaciona-se com o estado de vulnerabilidade dos paciente e o peso do posicionamento dos acompanhantes se acentua, apesar de atribuí-lhes um papel em extremo passivo que facilita a manipulação. A manipulação ocorre “quando os receptores são incapazes de entender as intenções reais ou de perceber todas as consequências das crenças e ações defendidas pelo manipulador” (van Dijk, 2008, p. 234).

O pano de fundo da cirurgia corretiva intersexo é a presunção de dever e poder consertar a criança que se apresenta estranha por ter dois testículos internos e um clitóris meio centímetro maior do desejado como se isso fosse um problema ou fizesse diferença nas principais exigências da pessoa, mas é assim que de “criatura comum e completa. Reduzem-na a uma pessoa estragada e diminuída. Tal característica é estigma, especialmente quando o seu efeito de descrédito é muito grande” (Goffman, 1988, p. 6).

O efeito de descrédito tem a ver com a força da linguagem e o poder do discurso manipulador que constituem uma espécie de garantia de eficácia, mostram falhas graves, como as sofridas por Pidgeon, cujos hormônios eram revisados a cada seis meses, e mesmo assim os médicos falham nos procedimentos, causando uma severa osteopenia, com perda de massa óssea em quem lamenta ter se submetido a tratamentos que só o prejudicaram física e emocionalmente. Hoje ele se revolta, dizendo:

Nossos corpos precisam de certos níveis de [estrogênio] ou [testosterona] para construir ossos saudáveis; e de alguma forma, por 15 anos, nenhum médico jamais conectou meus níveis de estrogênio na pós-menopausa com meus resultados de tomografia óssea quase de osteoporose [...]. Os médicos que trabalham com crianças e jovens intersexuais são incompetentes e nos devem indenizações. Já passou da hora de irmos até suas casas, em seus pitorescos condomínios suburbanos fechados, e deixar seus vizinhos saberem que tipo de besteira esses ‘respeitáveis’ cirurgiões de urologia pediátrica e endocrinologistas estão fazendo (Pidgeon, 2021)<sup>51</sup>.

---

<sup>51</sup> Pidgeon, ativista intersexo conta sua dolorosa história sob o título ‘I am so hurt’, publicada no dia 6 de outubro de 2021 no site notícias rosas (Pink news) onde o seu depoimento pode ser lido na língua original

Quem julga a anormalidade sexual e busca sequestrar o agenciamento relativo ao recém-nascido em nome do seu bem-estar, pondera todas as decisões e executa todas as ações, basta observar o conjunto de verbos acionados na terceira pessoa do singular 'descobriu', 'se conhece', 'foi planejada', 'foi feita', 'reduzi', 'se determinou que fosse' como verdades consolidadas; e os verbos acionados na terceira pessoa do plural: 'arrancaram', 'realizaram' e 'alargaram' como naturalização das ações dos médicos.

O olhar e o discurso dos guardiões da ordem e da moral heterossexual imprimem um caráter natural ao ato agregacional-segregacional ideológico sobre as identidades sexuais na adequação do corpo intersexo, ao ajustá-lo às exigências do sistema operacional, o qual pressupõe que todo mundo deve se identificar com a relação peniano-vaginal. Pressuposição que legitima uma vaginoplastia que Pidgeon não precisava.

A correspondência da localização, da aparência e do tamanho genital define as decisões dos profissionais da saúde, cuja avaliação de normalidade consiste em fiscalizar com rigor a distribuição geográfica das gônadas no mapa corporal do paciente, considerando úteis às que, alojadas na parte interna do corpo, têm correspondência com a genitália externa, caso contrário devem ser extirpadas como se cancerígenas fossem.

Pelo fator idade, infere-se que Pidgeon não teve como se apropriar da sua denotativa variação intersexo identificada no ato de nascer, foi destituído dela quase imediatamente depois de anunciá-la. Em dois procedimentos cirúrgicos, interconectados entre si: o interno/masculino, remoção das gônadas não descendidas e o de viés externo/feminino, redução do clitóris avantajado, sequestraram o seu agenciamento e violaram direitos, atentando contra sua integridade, sua saúde e sua própria vida.

Como a maioria das histórias, a história da sexualidade é contada do ponto de vista do dominador, que tem como tática de controle abafar ou silenciar a voz do dominado ou subalterno. Ocidentais ou não, as sociedades lidam de alguma forma com as nuances dos preconceitos relativos ao corpo, o gênero, a sexualidade e o desejo; impõem práticas culturais das quais não necessariamente se orgulham ou dão a conhecer, mas nesse mundo globalizado, antes ou depois se tornam públicas.

---

e na íntegra para conhecer melhor sua trajetória: <<https://www.pinknews.co.uk/2021/10/26/pidgeon-paganis-intersex-activist-twitter-thread-medical-history/>> Último acesso 14/05/2022.

Pidgeon chama a atenção para a ambiguidade e hipocrisia social ao julgar como aberrantes e pré-históricas as práticas da clitoridectomia e da infibulação na diáspora africana ou em países de origem das vítimas; quando essas arbitrariedades são realizadas também nas clínicas, ambulatórios e hospitais, principalmente em meninas de zero a 15 anos de idade em países ‘civilizados’; ele diz: ‘a mutilação que vocês escutam que sucede em outros lugares sucede aqui aos meninos e meninas intersexo’.

Obviamente, a fronteira entre a manipulação (ilegítima) e a persuasão (legítima) é indefinida e dependente do contexto: alguns receptores podem ser manipulados por uma mensagem que não tem a mesma capacidade de manipular outros. Além disso, os mesmos receptores podem ser mais ou menos manipuláveis em diferentes circunstâncias, estados da mente e assim por diante (van Dijk, 2008, p. 234).

As mutilações genitais não são uma novidade. Há séculos e sob a desculpa de superar problemas femininos de saúde, como a histeria, se extirpava o clitóris das mulheres acometidas desse mal. Cabe registrar que em 1885, Baker Brown, ginecologista britânico, se orgulhava de sua teoria sobre a masturbação ser a causa das doenças femininas e propunha a clitoridectomia como solução desse problema. Baker produziu um livro que ganhou significativa popularidade (Coventry, 2000).

Formas de persuasão ideológica, seja a través da escrita ou da fala contribuem com a construção de crenças que estigmatizam algumas categorias de pessoas, as mesmas “podem formalmente ser legítimas eticamente, mas os indivíduos ainda assim podem se sentir manipulados por elas” (van Dijk, 2008, p. 234), especialmente quando há interesse comercial como é o caso do referido livro e outros modos de tirar vantagem.

O importante é ter claro que o tamanho do clitóris por si só não define doença alguma, mas é preciso descobrir se quem o possui tem hiperplasia adrenal congênita ou algum outro problema metabólico subjacente que possa colocar em risco sua saúde, fertilidade ou sua vida. “Às vezes, um clitóris grande é apenas um clitóris grande e, às vezes, embora raramente, é um sinal de que a garota pode morrer em poucos dias se não busca e consegue um bom endocrinologista para ela” (Dreger, 2007, p. 6).

O Corte ou Mutilação da Genitália Feminina - C/MGF é doloroso, é um procedimento que vulnerabiliza mulheres submissas ao crivo de costumes culturais e determinações médicas, com fortes hemorragias, tromboses venosas que resultam em infecções graves crônicas pelo indevido procedimento cirúrgico, causando má cicatrização e HIV quando os instrumentos da mutilação são compartilhados sem

esterilização adequada. Muitas vezes esses descuidos podem resultar em morte, mas há quatro tipos deles, são reconhecidos pela OMS e são os seguintes:

- I. Clitoridectomia. Consiste na remoção parcial ou total do clitóris e/ou prepúcio.
- II. Excisão. Acontece com a remoção parcial ou total do clitóris e dos pequenos lábios, com ou sem excisão dos grandes lábios.
- III. Infibulação. Realiza-se o estreitamento do orifício vaginal com criação de uma vedação de cobertura por corte e aposição dos pequenos lábios e/ou dos lábios maiores, com ou sem excisão do clitóris.
- IV. Outros. Inclui todos os outros procedimentos prejudiciais à genitália feminina para fins não médicos, por exemplo: picar, perfurar, fazer incisão, raspagem e cauterização (OMS, 2008, p. 4, os grifos são nossos).

A ousadia de quebrar paradigmas, transgredir normas e ainda expor as fratura do sistema que as incentiva é acompanhada pela proposta de epistemes alternativos em favor de quem se encontra na corda bamba, sem território fixo, sem garantias de segurança, nesse não lugar se convive com o fluido, opaco e nebuloso; sobrevive-se em universos diversos, instáveis e de duração incerta. O não-lugar, um termo cunhado por Marc Augé (1992) é diametralmente oposto ao que há de mais familiar e seguro.

Tanto o lugar quanto o não-lugar são polaridades fugidias (Augé, 1992), motivo pelo qual não é possível ter controle absoluto do que nelas acontece, elas se equiparam ao oceano que “fornece um vasto acervo de lições quanto à instabilidade e à mutação de identidades que estão sempre inacabadas, sempre sendo refeitas” (Gilroy, 2012, p. 30).

Ainda sobre esse oceano de instabilidades que são as polaridades fugidias de gênero: “O não lugar não é identitário nem seguro, pelo contrário, é transitório, impuro, ilegal e aberto à clandestinidade de quem está de passagem, em transição ou situação de fronteira” (Herrejón, 2021, p. 189). Significa dizer que no campo da sexualidade, mais do que aferrar-se a segurança alguma, há que se preparar para lidar com a instabilidade.

É a partir desse não lugar que Pidgeon postula a existência de um espaço de liberdade a ser exercida, a partir da potência de agir como pessoa que não mais se sente dominada no direito de decidir sobre o próprio corpo. Ele projeta para si um engajamento na quebra de paradigmas, na luta contra quem promove as cirurgias de mutilação intersexo, “a fim de, justamente, não contribuir para sua reprodução” (Hirata, 2014, p. 69).

Glória Anzaldúa também faz bom uso das “suas experiências vividas como cidadã norte-americana descendente de mexicanos, criada em uma região fronteira entre o México e os EUA, lésbica, feminista, para investigar a opressão de gênero patriarcal das duas sociedades” (Pons, 2014, p. 966), colocando-se à frente dos estudos *queer*.

A luta de reconhecimento de Anzaldúa e Pidgeon “é concebida como um processo social que leva a um aumento de comunitarização, no sentido de um descentramento das formas individuais de consciência” (Honneth, 2003, p. 64). Ambas as narrativas de vida transcendem o âmbito pessoal, atingem não uma e sim várias camadas sociais e várias sociedades na contribuição com mudanças de paradigmas sobre sexualidade.

### **Cruzamento** <sup>52</sup>

Porque eu, uma mestiça, sai continuamente de uma cultura para outra, porque eu estou em todas as culturas ao mesmo tempo, como alma entre dois, três, quatro mundos, me zomba a cabeça com o contraditório. Estou desnordeada por todas as vozes que me falam simultaneamente (Anzaldúa).



O ativismo mestiço de Anzaldúa e a militância intersexo de Pidgeon que denunciam as respectivas violências de gênero, não são em vão. A médica que operou Pidgeon reconhece ter falhado em relação ao consentimento informado e no procedimento que causou prejuízos à saúde do menor, que nos dias atuais convive com dano irreversível de perda óssea, uma osteoporose precoce que poderia ter se evitado.

Só muito anos depois da cirurgia, a médica que realizou o procedimento, admitiu o quão inadequada foi a remoção das gônadas em um estágio de desenvolvimento que se prescinde dos aportes específicos que estas fornecem; junto com elas tiraram a fonte de cálcio do paciente, provocando-lhe uma menopausa prematura (Pidgeon, 2019)<sup>53</sup>.

O cruze epistemológico interseccional em Anzaldúa consiste na articulação étnica e linguística, migrante e nacional, mestiçagem e branquitude, lesbianidade e intersexualidade; enquanto em Pidgeon, se entrecruzam as intersecções de menor e maior idade, de gênero e sexualidade, de intersexualidade e heterossexualidade.

Na contramão da teoria que defende três relações sociais fundamentais (classe, raça e gênero) que se imbricam umas com as outras pelo fato de serem transversais. Anzaldúa e Pidgeon demonstram que: “a intersecção é de geometria variável, podendo incluir, além das relações sociais de gênero, de classe e de raça, outras relações sociais, como a de sexualidade, a de idade, etc.” (Hirata, 2014, p. 66).

<sup>52</sup> Anzaldúa, G. *Borderlands/La Frontera. The New Mestiza*. San Francisco: Aunt Lute, p. 77, 1987. O trecho tirado da obra supracitada faz alusão às vicissitudes próprias da mestiçagem da autora, como mostra a imagem disponível em: <<https://br.pinterest.com/pin/24488391717939554/>> Última consulta 17/05/2024.

<sup>53</sup> As declarações da médica de Pidgeon aparecem em um vídeo sobre crianças intersexo, produzido em 21 de janeiro de 2019, publicado na Brújula Intersexual de México, o vídeo está disponível no seguinte site: <<https://brujulaintersexual.org/2019/01/21/video-intersex-pagonis-ori/>> Última consulta 24/10/2022.

O objetivo da consciência mestiça é quebrar paradigmas de etnia e gênero, encurtar distâncias entre as pessoas que migram e as nacionais com suas respectivas culturas; desmontar a dualidade do sujeito–objeto etc. Trata-se de “mostrar na carne e através de imagens no seu trabalho como a dualidade pode ser transcendida” (Anzaldúa, 2005, p. 707), sabendo que o paradigma consiste “em dois elementos fundamentais: o pensamento em si e seus produtores e praticantes” (Hill, 2016, p. 116).

Na trajetória de Anzaldúa e Pidgeon estão em evidência as materialidades representativas dos corpos migrantes e dos intersexo e das normas sociais e políticas dessas duas culturas (a chicana e a intersexual). Ambos os posicionamentos indicam que não há ninguém que seja apenas depositário das normas sociais e políticas, e sim participante ativo nas práticas sociais, isto é, nas atividades em que cada um se engaja.

Ativamente interrompe a continuidade de crenças e tradições, de mitos e preconceitos a corporeidade limítrofe e fronteira que de maneira constante se move “para fora das formações cristalizadas do hábito; para fora do pensamento convergente, do raciocínio analítico que tende a usar a racionalidade em direção a um objetivo único (um modo ocidental), para um pensamento divergente” (Anzaldúa, 2005, p. 706).

A corporeidade fronteira e limítrofe é apátrida; no entanto, possa dizer: “todos os países são meus porque eu sou a irmã ou a amante em potencial de todas as mulheres. (Como lésbica não tenho raça, meu próprio povo me rejeita; mas sou de todas as raças porque a *queer* em mim existe em todas as raças)” (Anzaldúa, 2005, pp. 707-708). Passando pela experiência desafiadora que esse trânsito provoca e sem cair no menosprezo da sua identidade, ela a reafirma ao dizer: ‘sou sem cultura’ porque:

como uma feminista, desafio as crenças culturais/religiosas coletivas de origem masculina dos indo-hispânicos e anglos; entretanto, tenho cultura porque estou participando da criação de outra cultura, uma nova história para explicar o mundo e a nossa participação nele, um novo sistema de valores com imagens e símbolos que nos conectam um/a ao/à outro/a e ao planeta (Anzaldúa, 2005, p. 708).

Como Anzaldúa, Pidgeon quebra fronteiras, movimenta-se no limiar que oscila no eixo dos pares binários, não é cis, nem privado, nem público, “nem natural ou cultural, nem psíquico ou social, nem instintivo ou ensinado, nem geneticamente ou ambientalmente determinado” (Grosz, 2000, p. 85). Ambos subvertem a ordem de controle heteropatriarcal desde a experiência de excentricidade, a partir da qual enxergam a ambiguidade das normas e o perigo dos discursos do sistema normativo.

#### *4.2 Imposições identitárias*

Os corpos intersexo sempre existiram, apenas não foram incluídos na versão da história escrita que chegou até nós. Manipulada pelos homens que decidiam quem podia ou não fazer parte da narrativa de quaisquer naturezas, contextos e áreas de conhecimento; eles decidiram as trajetórias pessoais a serem apagadas, junto com elas eliminaram suas línguas, saberes e visões de mundo, empobrecendo a versão final.

Embora sem serem totalmente apagadas, as identidades étnico-linguísticas foram subordinadas às línguas nacionais, da mesma forma que as variações intersexo têm sido subordinadas à cisgeneridade que exerce poder sobre os copos, impondo-lhes um caráter de fixidez, apesar de saber que: “toda identidade sexual é um constructo instável, mutável e volátil, uma relação social contraditória e não finalizada” (Louro, 2003, p. 27).

A história das identidades de gênero e sexualidade contém lacunas e esquecimentos em relação ao sujeito intersexo, a versão povoada de silenciamentos retrata o processo de retirada de visibilidade e de direitos que se projeta na pretensa anomalia atribuída à discrepância entre a morfologia das gônadas internas e a aparência da genitália externa, a qual culmina no apagamento do indivíduo intersexo; este é apagado no momento em que o seu corpo é modificado para o formato binário.

No ato que o intersexo vira alguém que ele não é, passa a não existir, passa a viver alienado de si mesmo ao desconsiderar o interesse próprio para se tornar compatível com a moral construída pela minoria elitista e aprovada pela maioria moralista, essa moral que insiste em sacrificar o sujeito para que viva o artefato politicamente correto, entretanto é o sujeito que dá a conhecer o coletivo, “todo indivíduo é a reapropriação singular do universal e histórico que o rodeia” (Ferrarotti, 2014, pp. 36-37).

O sistema normativo cria verdades e medidas diversas no tratamento dispensado às corporeidades, às identidades sexuais e de gênero; confere à pessoa intersexo uma condição de marginalização extrema, dificultando que viva em plenitude sua condição humana numa variação sexual específica, com direito de dispor sobre o próprio corpo. Desrespeita-se frontalmente o princípio da dignidade da pessoa humana e, ato contínuo, os elementos vinculados aos direitos da personalidade (Leandro Cunha, 2014).

Enquanto os corpos intersexo são tratados como problemas sociais a serem superados, a abordagem teórica política da corporeidade vê as suas partes físicas e os

discursos que as envolvem como o resultado sócio-histórico dos processos de corporificação das identidades que: “são constituídas no cruzamento de linhas de visibilidade e enunciação” (Borba, 2014a, p. 184). A abordagem analítica discursiva da LA e da ACD com o seu olhar crítico, analisa como são percebidos, debatidos, tecnologizados e moldados esses corpos (King, 2021).

**Esconderijo** (Cary)<sup>54</sup>

O meu sexo não é masculino nem feminino, sou intersexual com ovotestis, uma gônada que fica entre um ovário e um testículo. Fui classificada como uma verdadeira hermafrodita, designada mulher, mas nunca me identifiquei como uma mulher de verdade e queria sair dessa caixa, o que parecia implausível. Quando você enfrenta não apenas a transfobia usual, mas a voz da Autoridade Intersexual, dizendo que você não deve tentar escapar das caixas diádicas de gênero, é difícil. Tudo o que posso dizer é que quando finalmente saí do armário, foi um alívio extraordinário. Vivemos em uma cultura que trata o intersexo como vergonhoso, e a maioria de nós, nascidos dessa forma, ouviu a vida inteira para se esconder, mas eu não estou mais me escondendo.



Levando em conta o fenômeno discursivo-semiótico, a narrativa intersexo é exercida através do corpo, especificamente da genitália dita ambígua, da escrita, da fala e das imagens ou mensagens visuais que o representem, portanto, o discurso imagético que acompanha o texto narrativo de Cary é um meio que possibilita mostrar o processo gradativo de aceitação ou assimilação daquilo que ela é; nem masculina nem feminina, mas uma pessoa intersexo com ovotestis, conforme o diagnóstico médico.

A partir da importância e inseparabilidade que os dois aspectos têm para a saúde, destaca-se o diagnóstico da paciente e sua determinação de nunca mais se esconder. O primeiro aspecto é a constatação e qualificação do objeto/sujeito da avaliação; um “trabalho de conhecimento e reconhecimento de sinais, úteis para fixar alguma coisa” (Saurí, 2001, p. 11). O segundo depende da reação ao primeiro, isto é, da habilidade da paciente evitar desconectar-se de si, da sua intersexualidade para não apegar-se apenas à corporeidade politicamente correta e perfeita que o discurso manipulador promete.

---

<sup>54</sup> A imagem que dialoga com a narrativa intersexo, é de acesso público, está disponível na Pinterest: <<https://br.pinterest.com/pin/19492210902486315/>>. Último acesso 14/05/2024, representa a determinação de não mais se esconder de Cary, história partilhada em 16/06/2019 na Intersex Road Show, onde se aloja a versão completa, no idioma original: <<https://intersexroadshow.blogspot.com/2009/>>. Último acesso 06/05/2020.

Para entender e analisar o discurso manipulador é crucial, primeiramente, examinar seu ambiente social. Já assumimos que uma das características da manipulação – por exemplo, em distinção à persuasão – é que ela envolve poder e dominação. Uma análise dessa dimensão do poder envolve uma explicação do tipo de controle que alguns atores ou grupos sociais exercem sobre outros (Clegg, 1975; Luke, 1989; van Dijk, 1989; Wartenberg, 1990). Também assumimos que esse tipo de controle é, antes de tudo, um controle da mente, ou seja, das crenças dos receptores e, indiretamente, um controle das ações dos receptores baseado em essa manipulação de crenças (van Dijk, 2008, p. 235).

Ações linguísticas em contextos de saúde podem fornecer novos sentidos aos anseios e preocupações dos pacientes e ajuda-los a compreender os diversos mecanismos do controle exercido sobre eles, “entretanto, os atores sociais precisam satisfazer critérios pessoais e sociais que os permitem influenciar outros, em primeiro lugar” (van Dijk, 2008, p. 235), isto acontece com os pacientes e com os médicos.

A classificação de Cary como hermafrodita verdadeira, uma das inúmeras nomenclaturas para se referir às pessoas intersexo, tem como critérios principais a serem satisfeitos, os interesses da cisnormatividade, os da ciência médica e os dos profissionais da saúde que a representam no exercício das suas funções e ações ambulatoriais.

o hermafroditismo verdadeiro é uma condição muito rara, correspondendo à diferenciação gonádica incompleta, que leva à presença de tecidos ovariano e testicular reunidos no mesmo indivíduo. Em geral, a genitália externa é ambígua, com características morfológicas predominantes do tipo masculino, o que conduz à determinação do sexo como masculino. A genitália interna pode conter útero, trompas, epidídimo e ductos deferentes. Esses indivíduos são estéreis (Santos M, 2003, p. 27).

Os corpos hermafroditas, nos quais supostamente se encaixa Cary, apresentam cariótipos 46 XX ou 46 XX/46, XY, ocorrência de tecido testicular e ovariano no mesmo indivíduo. O corpo pseudo-hermafrodita feminino é provido: “de gônadas femininas, geralmente funcionais, e uma constituição cromossômica 46, XX. Os órgãos genitais internos são femininos, porém a genitália externa apresenta graus de masculinização, e essa é a única condição em que os indivíduos são férteis” (Santos M, 2003, p. 27).

O diagnóstico, enquanto discurso de sentença específica de detecção de anomalias, nasce da observação e investigação de características substanciais do paciente que pode reagir de forma negativa à designação ou imprimir obediência incondicional ao saber-poder proferido. No caso de Cary, as reações são variadas.

Faz-se necessário dizer que o diagnóstico de verdadeira hermafrodita já foi usado para fixar uma identidade por meio de especificidades que: “se referem, de forma geral, a corpos de crianças nascidas com genitália externa e/ou interna, nem claramente

feminina, nem claramente masculina” (Kessler, 1996, apud Machado P, 2005, p. 50), mas para entender o hermafroditismo recorremos às pesquisa do ativista intersexo Anunnaki<sup>55</sup>, para quem um animal ou planta hermafrodita pode se tornar pai com espermatozoides e mãe com óvulos, mas essa possibilidade inexistente em Cary, pois seres humanos não produzem óvulos e espermatozoides ao mesmo tempo. Ademais, como já tem sido comentado, pelo tecido gonadal praticamente todos os corpos poderiam ser:

demonstrados um “verdadeiro homem” ou uma “verdadeira mulher”, apesar do número crescente de casos duvidosos. Além disso, dado que as biópsias das gónadas só foram feitas na década de 1910 e que os médicos vitorianos insistiam na prova histológica de tecido ovariano e testicular para alegações de “verdadeiro hermafroditismo”, os únicos “verdadeiros hermafroditas” tendiam a ser hermafroditas mortos e autopsiados (Dreger, 1998, p. 27).

Anunnaki (2016) e outros teóricos defendem a existência de mais de 150 variações intersexo, sendo as mais comuns: a Síndrome de Insensibilidade Andrógina (AIS, AIS parcial, AIS completa), a Hiperplasia Adrenal Congênita (HAC), a Síndrome de Klinefelter e a Síndrome de Turner. A existência de muitas variações intersexo não são apenas devidas às alterações de genótipo, mas também às variações fenotípicas genitais, hormonais e sexuais. O hermafroditismo verdadeiro:

apesar de ter uma apresentação fenotípica mais para o lado masculino na maior parte dos casos, deverá ter opção preferencial para o sexo feminino, preservando-se as estruturas femininas eventualmente presentes como útero, trompas, cavidade vaginal e ovários. Em situações em que o ovotestis esteja presente, a tentativa de separar cirurgicamente a porção ovariana da testicular poderá preservar a capacidade funcional desses tecidos ovarianos, com possibilidades de fertilidade (Damiani *et al*, 2001, p. 45).

As condições sociais do controle manipulador do qual estamos falando, precisam ser formuladas em nível macro, levando em conta o peso da instituição hospitalar, da profissão médica, dos recursos materiais, da aparelhagem técnica e medicamentosa, dos recursos simbólicos, do saber médico-científico, do diagnóstico, das cirurgias como os fatores que definem a alteração das genitálias intersexo que tem caráter irreversível.

Não é possível continuar a viver tranquilamente sem redimensionar a autoridade dada à ciência médica, dificilmente questionada, apesar de tendenciosamente imprimir um bojo de verdades fixas, pretensamente verdadeiras e imutáveis, isto é, fazer delas

---

<sup>55</sup> Anunnaki Ray tem um site no qual publica material fotográfico e escrito a partir da sua vivência pessoal e suas pesquisas intersexo no link: <<https://anunnakiray.com/2017/12/25/difference-between-hermaphrodite-and-intersex/>>. Último acesso, 13/02/2023.

leis pétreas de natureza definitiva e intransferível por supostamente serem coerentes com a questão diagnosticada que tanto afeta os corpos, ignorando que o ser humano:

Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções de tal modo que nossas diferentes identificações estão sendo continuamente deslocadas. Se sentimos que temos uma identidade unificada desde o nascimento até a morte é porque construímos uma cômoda estória sobre nós mesmos ou uma confortadora “narrativa do eu” (Hall S, 2006, p. 13).

O sistema normativo nega essa condição instável e contraditória que empurra para diferentes direções, age como se só fosse possível pensar a corporeidade, a sexualidade e o gênero através da articulação de sistemas hierárquicos, caso contrário assumir-se-ia o conseqüente desprezo social pela falta de legibilidade do contingente intersexo que tampouco pode esperar de si e reclamar para si mesmo qualquer legitimidade.

A posição institucional e profissional protege os médicos, amparados pelo saber científico. O excesso de autoridade que lhes é outorgado favorece que manipulem os seus pacientes e não o contrário, e isso não ocorre somente por causa da sua posição de poder, “mas como uma forma de oposição ou dissidência, ou *ad hoc*, com base em características pessoais” (van Dijk, 2008, p. 235). E os efeitos são muito diferentes.

Reforçando que: “uma política baseada em identidades sexuais pode, no melhor dos casos, levar apenas a uma recalibração temporária das desigualdades de poder” (Hall *et al*, 2019, p. 481). As identidades, não só as sexuais e sim quaisquer delas “só podem ser entendidas como produtos/efeitos de performances corporais e linguísticas que repetem, reiteram ou subvertem discursos dominantes que trancafiam as posições de sujeito em binarismos, como homem/mulher, hetero/homo” (Borba, 2015, p. 91).

O discurso heterossexual é a prática social que atribui deveres e direitos por meio da linguagem, constitui-se poderosa ferramenta por meio da qual se criam e reproduzem preceitos e preconceitos sobre sexo e gênero, dizendo que ninguém deve tentar escapar das caixas diádicas e sim pacificar-se com a ideia de ajustar-se a elas. Desse modo, “nas condições prevalecentes, sobretudo no Norte global, é possível que indivíduos transitem diariamente da plena humanidade para a sub-humanidade” (Santos, 2024, p. 13).

Enquanto pessoa intersexo com ovotestes, gônadas que possuem tanto características testiculares como ovarianas, devido à variação anatômica associada à disgenesia gonadal que desafia a demarcação de fronteiras do masculino-feminino, Cary

simplifica o que os especialistas não compreendem quando insistem em definir todos os seres humanos em duas únicas categorias, determinando para os homens:

um cromossomo X e um Y, testículos, um pênis e todo o encanamento interno apropriado para fornecer urina e sêmen para o mundo exterior. Eles também têm características sexuais secundárias bem conhecidas, incluindo uma construção muscular e pelos faciais. As mulheres têm dois cromossomos X, ovários, todo o encanamento interno para transportar urina e óvulos para o mundo exterior, um sistema de apoio à gravidez e desenvolvimento fetal, bem como uma variedade de características sexuais secundárias reconhecíveis (Fausto-Sterling, 2000, p. 20).

Fausto-Sterling é uma bióloga norte-americana que realiza um estudo exaustivo sobre pessoas intersexo, ela analisa os motivos defendidos para a realização de cirurgias corretivas pela associação das características cromossômicas, anatômicas e exceções hormonais ao ideal dimórfico; nas diversas pesquisas sobre intersexualidade, ela descobre e conclui que o número de crianças potencialmente submetidas a cirurgia é “um em 1.000 e um em cada 2.000 recém nascidos” (Fausto-Sterling, 2000, p. 20).

inclui “herms” (em homenagem às verdadeiras hermafroditas, pessoas nascidas com um testículo e um ovário); “nerms” (relativo aos pseudo-hermafroditas masculinos, que nascem com testículos e algum aspecto da genitália feminina); e “ferms” (em relação aos pseudo-hermafroditas fêmeas, que têm ovários combinados com algum aspecto da genitália masculina) (Fausto-Sterling, 2001, p. 19).

O sexo designado ao nascimento poderá ou não ser validado a depender de um conjunto de características orgânicas e psicológicas que incluem o sexo de criação, a identidade e a orientação de gênero, resultante das diferentes maneiras de distinção genética, gonadal, fenotípica e psicossocial, pois, inicialmente, o embrião possui capacidade para evoluir tanto para masculino quanto para feminino; confere-se, portanto, que ao longo do desenvolvimento algumas alterações podem ocorrer.

Talvez seja necessário analisar fenomenológica e existencialmente a condição abissal das populações *queer* na sua conotação de injúria na língua original inglesa que identifica a pessoa não binária como desviante, anormal, defeituosa e impura; especialmente o contingente intersexo, cada vez mais numeroso e expropriado do direito a dizer sim à intersexualidade, sendo obrigado a se adequar às opções da condição binária que se beneficia dessa expropriação há mais de sete décadas.

Mas, esconder-se, nunca mais. Assumir, ocupar lugares desconhecidos não assusta ao bom explorador, diz Clifford (2015, p. 66) “apesar de quão desconhecido era o topo do Everest para Hillary? Ou a lua para Neil Armstrong? Seu ponto de partida é

claro”. Seguir a intuição ao invés de permanecer na zona de conforto foi o que fizeram eles; foi o que fez Amiel Vieira, sociólogo intersexo, nascido com cariótipo 46 XY e criado como Ana Maria que saiu do confinamento, engajado nos estudos ganhou visibilidade como primeira pessoa intersexo que defendeu uma tese de doutorado no Brasil.

Amiel Vieira nunca menstruou, nasceu com testículos palpáveis, uretra masculina e um micropênis que foram retirados aos dois anos de idade. Inteirou-se da cirurgia não por acaso enquanto procurava um documento de seu interesse, deparou-se com a prova material de ter sido mutilado enquanto um bebê em um hospital; no ato, saiu do circuito endosexo. Hoje se identifica como pessoa intersexo trans masculina.

**Herma fecunda** (Herrejón)<sup>56</sup>

Herma decorativa na entrada  
Guardiã da propriedade  
Aliada da natureza  
Selo de fértil virilidade  
Herma esculpida sem pressa  
Abre e fecunda caminhos  
Protege na encruzilhada  
Acerta e confirma destinos  
Herma do falo de enfeite  
Forte disposição à luta  
Concede proteção e graça  
A quem ainda procura  
Herma de pedra ou bronze  
Marcador de fronteiras  
Construção dos homens  
Nas suas noites derradeiras  
Herma de fases lunares  
Símbolo de fertilidade  
Torso altivo sem braços  
Presságio de liberdade



Tão superficial quanto é designar a cor azul para meninos e a cor rosa para meninas é definir a normalidade sexual feminina como XX e a normalidade masculina como XY; os cromossomos XX e XY não padronizam nada, não são a regra a todos os corpos. Todo corpo carrega cromossomos XX e cromossomos XY, produz hormônios femininos e masculinos em quantidades diferentes, segundo a citogenética, ciência encarregada de estudar os cromossomos. Essa ciência:

se estruturou pela fusão dos conhecimentos da Citologia com os princípios da Genética, tendo a célula como objeto de investigação e, os mecanismos da herança e da continuidade genética como método. A citologia hoje referenciada

<sup>56</sup> A imagem que dialoga com a ambivalência apresentada na poesia Herma fecunda, é de acesso livre, se encontra alojada na Pinterest <<https://br.pinterest.com/pin/19562579623397905/>>. Último acesso 14/05/2024. O texto poético de Herrejón é inédito, deverá ser referenciado a partir desta tese.

como Biologia Celular, desenvolveu-se a partir da observação de estruturas biológicas, ao microscópio, por Robert Hooke (1635-1703) (Muniz, 2009, p. 15).

Conforme a citogenética, a ausência do cromossomo Y é condição necessária para o desenvolvimento de ovários funcionais. “Os cariótipos 47, XXY, 48, XXYY, etc. determinam a formação de testículos azoospermicos, não produzem espermatozoides” (Muniz, 2009, p. 122). Todavia, o cromossomo Y supranumerado quando acompanhado de um único cromossomo X não provoca alterações sexuais.

Complexas quanto os corpos, são as evidências sobre as tecnologias de identidade e não a identidade em si mesma. O curioso é que “essas tecnologias fracassam – e, de uma maneira ou de outra, constantemente fracassam – como ocorrem descontinuidades, como são gerados interstícios ou dobras de subjetivação ou incorporação desviante” (Carrillo, 2007, p. 384). Cabe é entender que:

As lutas em curso e o trabalho que ainda precisa ser feito em relação à situação dos direitos humanos das pessoas intersexuais demonstram que (na maioria dos casos) cirurgias genitais cosméticas desnecessárias em bebês intersexuais continuam a ser realizadas em muitos países – e que esta violação dos direitos humanos tem sérias implicações para todas as pessoas, não apenas para aqueles que são intersexuais (Amato, 2016, p. 16).

A saída das caixinhas diádicas: “pretende nos tirar do eixo ao mostrar que as identidades não são portos tão seguros como pensávamos. Nesse sentido, uma perspectiva queer desorienta” (Lau e Borba, 2019, p. 12). Essa desorientação mostra que: “Se reproduzirmos acriticamente o senso comum, a ideologia contribui para sustentar a desigualdade” (Zoghbi, 2020, p. 18). Daí a ACD questionar as tecnologias de identidade, enfatizando a violenta gestão e as ações repressivas, por meio de um investimento na investigação analítica discursiva que de modo especial estuda:

o modo como o abuso de poder, a dominação e a desigualdade são representados, reproduzidos e combatidos por textos orais e escritos no contexto social e político, enfocando o modo como as estruturas do discurso produzem, confirmam e legitimam, reproduzem ou desafiam as relações de poder e dominação (Zoghbi, 2020, p. 18).

Por mais tentativas que a arquitetura política faça, o seu conjunto de normas e relações de poder não conseguem trancar os corpos em caixinhas diádicas. Os corpos não aderem às convenções do sexo cromossômico, mas atendem aos apelos das suas variações e ao seu desejo e, nesse sentido, chocam os arquitetos acostumados a lidar com corpos dóceis que se submetem às imposições cisgêneras.

### 4.3. Nomeações vinculantes

O ser humano é um ser moldado pelos discursos dominantes, “uma complexa rede de pressuposições sobre comportamentos, gostos e subjetividades que acabam por antecipar o efeito que se supunha a causa (...). O corpo é um texto socialmente construído, um arquivo vivo da história do processo de produção-reprodução sexual” (Bento, 2006, p. 87). O recém-nascido anuncia a chegada do que foi uma expectativa que se projetou com anterioridade, mas o devir, por estar normalmente sujeito a imprevistos, pode surpreender e desestabilizar as estruturas que o projetaram.

Não há nada dado a priori em relação ao sexo do bebê, este não é definido no ato sexual, nem acontece imediatamente após a fecundação, na chegada triunfal do espermatozoide, fecundando o óvulo feminino. Tudo está em aberto, as possibilidades são múltiplas, porquanto o zigoto é sexualmente neutro do ponto de vista anatômico até a sétima semana de gestação, como bem sabemos, na 6ª semana se constata:

a presença de pregas gonadais; células germinativas primordiais, as quais são fontes das espermatogônias e ovogônias. As gônadas embrionárias, até a 7ª semana, são indiferenciadas ou bissexuais. Os dutos de Wolff, que vão dar origem aos genitais masculinos e, os dutos de Müller, que dão origem aos genitais femininos, estão presentes, simultaneamente, até a 7ª semana de gestação (Muniz, 2009, p. 122).

A manipulação é uma prática discursiva que serve de ferramenta a todos, especialmente aos grupos dominantes produtores de estereótipos. Esses grupos “podem fazer isso de várias formas, por exemplo, através da persuasão, fornecendo informações, educação, instrução e outras práticas sociais que objetivam influenciar o conhecimento, as crenças e (indiretamente) as ações dos receptores” (van Dijk, 2008, p. 236).

O devir não presume um ser unitário nem definido e sim alguém que no início se faz a partir da navegação no líquido amniótico e mais tarde navega no oceano das diferenças, no intercâmbio com o outro para, de forma gradativa, acontecer. “O devir não produz nada por filiação; toda filiação é imaginária. O devir é sempre de outra ordem que a ordem da filiação. Ele pertence à aliança” (Deleuze e Guattari, 1997, p. 19).

Discursos sobre nomeação e filiação, proferidos pela biomedicina e a família, são reforçados por todos os envolvidos na projeção de ideais sobre o bebê que, de folha em branco passa a ser um texto escrito a muitas mãos, submetido à regularização formal dos corpos, a partir da assimilação dos valores culturais com a força performativa dos

papeis atribuídos: “um processo intensivo, múltiplo e descontínuo de estabelecer inter-relações” (Braidotti, 2005, p. 92) a partir do momento do nascimento.

As nomeações mostram ser política e ideologicamente intencionadas, carregam exigências realizadas através de atos, gestos e atuações de caráter performativo. “Para que essas ações tenham êxito é necessário que elas sejam constantemente repetidas e vigiadas” (Colling *et all*, 2019, p. 11). É pela memória, pelo saber, o poder, o dever e o dizer, que os fatos fazem sentido; eles se inscrevem “em formações discursivas que representam no discurso as injunções ideológicas” (Orlandi, 2013, p. 53).

### **Catástrofe** (Ray)<sup>57</sup>

Desde que minha vida foi destruída por esse ideal de homem e mulher, eu brincava que tinha nascido no planeta errado, que a nave mãe havia me deixado aqui. Sim, minha vida foi uma catástrofe completa, em muitos aspectos, esperando que parecesse feminina, que me tornasse hormonalmente feminina, quando meu corpo e cérebro foram virilizados ou masculinizados. Não pertencer quase me tirou a vida várias vezes devido a tentativas de suicídio e erros médicos (...). Bebês intersexuais e transexuais devem ser salvos de cirurgias mutiladoras, danos sociais, psicológicos e psiquiátricos. As terapias de conversão e as cirurgias genitais de normalização deveriam ser consideradas coisas do passado bárbaro. Se quiséssemos cirurgia ou hormônios mais tarde, seria nossa escolha informada, graças ao direito da autodeterminação.



Tanto a imagem quanto o texto narrativo mostram que o termo intersexo é um “conceito limiar ou fronteiroço que oscila perigosa e indecidivelmente no eixo dos pares binários” (Grosz, 2000, p. 85); confirmam que a história corporal não se desloca nem se separa dos dispositivos de construção de poder dicotômico. A vida de Ray, comprometida pela prática dicotomizante que afeta a auto avaliação, faz com que ele se perceba incongruente ao brincar de ter nascido no planeta errado onde a nave mãe o abandonara.

Ao problematizar as excludentes dicotomias masculino-femininas, Ray quer romper hierarquias que definem lugares de atuação pré estabelecidos. O seu relato

<sup>57</sup> A narrativa pode ser consultada na versão completa no idioma original no site do ativista intersexo: <<https://anunnakiray.com/2015/10/15/all-intersex-bodies-are-beautiful-and-i-do-not-need-fixed-to-fit-your-normal/>>. Último acesso 11/05/2020. A imagem que acompanha o texto, representa a sensação de Ray ter nascido no planeta errado, uma experiência marcada por aspectos dramáticos de insegurança, é de acesso livre e se encontra no site: <<https://br.pinterest.com/pin/5559199535379283/>>. Último acesso 14/05/2024.

contra hegemônico serve de pára-raios à prática reguladora para desestabilizar e frear o seu “poder de produzir, demarcar, circular, diferenciar, os corpos” (Butler, 2002, p. 18).

Perceber-se como pessoas deslocadas engloba a sensação de não estar no lugar apropriado, essa percepção afeta o modo ver o mundo ao ponto de alimentar-se a vontade de montar um apartamento em Urânio desde onde fala o monstro (Preciado). No mundo paralelo busca-se alívio longe das nomenclaturas e dos preconceitos e estereótipos que agridem aberta ou veladamente vítimas de estigma sexual.

As formulações “analiticamente intocadas e politicamente perigosas” (Haraway, 2004, p. 217-218), impostas como fardos sobre pessoas como Ray, fazem com que ocupem um dos dois polos da binariedade, submetendo-as à norma que “priva de qualquer forma de resistência, de qualquer possibilidade de usar seu corpo” (Preciado, 2013, p. 96). Afeta a confiança de Ray em relação à figura materna como fac-símile de um artefato frio, privado de sensibilidade, sentimentos e capacidade de cuidar do filho.

Semelhante ao poema intitulado ‘blasfêmia’ na súplica e no atordoamento diante das experiências de perda e inferiorização, a narrativa de Ray reage à coisificação do corpo, mostrando a desestabilização emocional de criaturas abandonadas ao próprio naufrágio e à marginalização dos grupos de convivência social que se organizam a partir de critérios de semelhança e adequação às seguranças que os afastam do medo.

o medo é inerente à natureza humana e necessário à sobrevivência da espécie, Entre os diferentes tipos de medo, é o medo do outro, de suas ações e das privações por ele ocasionadas e que ocorre, sobretudo, nas situações de desigualdade social, que, geralmente, caracteriza o discurso intolerante (Barros, 2015, p. 64).

A autora da poesia e o autor da narrativa levam a sério a raiva provocada pelas privações sofridas, os dois fazem referência ao valor das coisas que reivindicam, não reprimem a blasfêmia porque, por incrível que pareça, essa forma de ofensa “nos protege da maioria moral interna” (Haraway, 2019, p. 163), da hipocrisia, da acomodação resignada e das aparências. A angústia e o medo não andam com parcimônias, são irreverentes, é deles que nasce a irreverência produtora de gritos agônicos.

A imagem que acompanha o poema representa a necessidade de exorcizar medos internalizados, vontades de desintoxicar-se da raiva, da vingança reversa como processo de autopunição quando a vítima se confunde com o vitimador, apesar de serem muito poucas suas opções em comparação às oportunidades deste. Os dois textos endossam

a linguagem herética, escandalizam quem desaprova o uso de termos relacionados às paixões e emoções mais intensas. O blasfemo não esconde o desgosto de ter-se tornado uma quimera, um rabisco ou esboço do que os outros projetaram que fosse.

**Blasfêmia** (Preta)<sup>58</sup>

Mulheres rogam-te o perdão das orgias da vaidade, do descaso, do desamor, da lua caolha, do sol estrábico de cada dia. Bendita sois vós. Oh! Prematura ideia do ser. As escolhas foram tomadas: importa com que idade? Os becos da cidade mudaram, assim os percorri sem me dar conta que decisões não mudam o grande formigueiro de saúvas. Quero navegar os mares numa jangada, salvando os naufragos de si mesmos. Quiçá os deuses no alvorecer ignorem a força brutal, alimentem a chama do florescer leve, límpido como cristal.



O sujeito intersexo “empreende movimentos forçados, constitui ressonâncias internas e dramatiza relações primordiais da vida” (Deleuze, 2006, p. 236), o intersexo sempre que pode procura escolher para si algo diferente às projeções dos outros; não bastando passar de intersexo para homem ou de intersexo para mulher, e sim “infectar as bases moleculares da produção da diferença sexual” (Preciado, 2008, p. 110). Corpo e cérebro são virilizados ou masculinizados. Clitóris e pênis são muito próximos, ambos:

têm um corpo cavernoso ou corpora cavernoso (mesma coisa) e uma glândula (a cabeça). A cabeça de ambos é conhecida por ter o mesmo número de terminações nervosas (a menos, é claro, que uma pessoa tenha sido circuncidada ou tenha sofrido redução do clitóris ou amputação). Separadamente e sem intervenção médica, um não é superior ao outro. Tornar um superior ao outro é uma invenção cultural. Tanto o pênis quanto o clitóris podem ficar eretos, ingurgitados de sangue e sexualmente excitados. Obviamente, o pênis se torna ereto para o mundo exterior, para a penetração. Enquanto o clitóris fica ereto, internamente e com as suas glândulas externas, cumprindo a sua função sexual normal (anunnakiray.com, 18 março, 2016).

Adequar-se às exigências da heteronormatividade sexual pode gerar sentimentos de frustração e incongruência pode comprometer a autoestima de pessoas como Ray, cuja inadequação se define a partir da hierarquização de sexo e gênero que toma como referência a dimensão binária. Uma vez recuperadas, não temem dizer que sua vida foi uma catástrofe completa e que rejeitam veementemente as cirurgias de ajuste padrão.

<sup>58</sup> Preta, autora do poema Blasfêmia, é pseudônimo de Oliveira, referenciada no final do trabalho. A imagem que faz alusão tanto à dramaticidade do poema quanto à coragem de quem decide lidar de frente com a realidade adversa se encontra no site <<https://br.pinterest.com/pin/384776361930594368/>>. Último acesso 01/05/2024.

Uma vez superada a fase crítica pós-operatória, os intersexo questionam a naturalização das definições de sexo e gênero como desdobramentos “das representações mentais socialmente partilhadas, que o poder social reproduz por meio de sua realização e legitimação discursiva” (Van Dijk, 2015, p. 22). Pessoas como Ray, são vítimas da intolerância e do preconceito que “decorrem de operações de triagem e buscam os valores absolutos, ou seja, de unicidade e de pureza” (Barros. 2015, p. 70).

Essas pessoas evidenciam a estreita relação entre a política de identidade e os atos de linguagem na confluência das variações diagnosticadas e dos procedimentos, não necessariamente em favor da saúde do paciente e sim para alinhá-lo à norma. Elas mostram “os efeitos que a rejeição provoca em quem destoa do quadro de normas previamente estabelecidas e legalizadas pela sociedade” (Machado I, 2015, p. 129).

É importante dissentir do modelo hegemônico e alertar para o perigo das cirurgias que traçam fronteiras intransponíveis entre dois pontos distantes vistos como alianças sublimes na romantizada relação homem-mulher, vivem atribuindo um gênero antes que as pessoas possam entender o modo como as normas de gênero as conformam e atuam sobre elas, antes que sejam capazes de eleger e reproduzir essas normas (Butler, 2014).

A manipulação “é ilegítima porque viola os direitos humanos ou sociais dos que são manipulados” (van Dijk, 2008, p. 235), resulta em hemorragias provocadas por erros médicos e cirurgias mal sucedidas, gera quadros depressivos, “transtornos alimentares, isolamento social, estresse pós-traumático, sentimento de inutilidade, sensação de inadequação, dificuldade de confiar nas pessoas e instituições, automutilação, ansiedade, perda de autoestima e disfunção sexual” (Fróes et all, 2022, p. 55).

Bebés intersexo devem ser salvos de cirurgias mutiladoras, danos sociais, psicológicos e psiquiátricos, mas não serão os médicos a fazer isso, pois eles incentivam e realizam terapias de conversão e cirurgias de normalização. Os detentores do saber científico decidem a partir da ciência o que é melhor, mas o que mais assusta é “perceber que tão pouco saber dito científico gerou tanto poder” (Bento, 2010, p. 75).

A questão ética que envolve os pais na autorização da cirurgia, os faz assumir a responsabilidade na toma de decisões por seus filhos no que é melhor para eles sem forçá-los a encaixar numa moldura que não pode contê-los. Todavia, sem o

conhecimento teórico e técnico, relativo à matéria sobre a qual devem opinar, os pais e representantes das crianças são vítimas de injustiça hermenêutica (Fricker, 2007).

A anuência dos pais para a realização da virilização e feminização de um filho intersexo deveria ter declaração de legitimidade, juridicidade, eficácia e serventia. Ninguém pode consentir algo sem pleno conhecimento, tampouco pode ser totalmente responsabilizado por consentir um procedimento cirúrgico prejudicial à saúde, sendo privado do conhecimento necessário para decidir sobre algo tão sério.

Pratica-se uma série de ações sistêmicas de distorção e deturpação de informações e significados por parte daqueles que, em caráter oficial representam instituições de saber-poder que contribuem para o descrédito do saber científico e para o demérito ético profissional, subestimando e negligenciando outros saberes, produzidos dentro e fora da estrutura simbólica e material de promoção da saúde.

A injustiça epistêmica ocorre se, e somente se, o falante, no caso o cirurgião, receber um déficit de credibilidade devido ao preconceito sobre o paciente e à ausência de informação devida, especificada, imparcial e relevante, atitude prejudicial à qualidade do especialista, cuja falha está ligada às várias formas de dominação, entre as quais o tratamento diferenciado de gênero na preferência pelo sexo masculino.

Toda preferência é uma forma de discriminação; o fato de valorizar os sexos de maneira hierárquica, pressionando os pais para mutilar bebês é como dizer que eles não passam de um simples artefato biopolítico que se ajusta à normalização do adulto, em alinhamento com a polícia de gênero que vigia o berço dos seres que estão por nascer, para transformá-los em pessoas heterossexuais. “A norma faz sua ronda em torno dos corpos frágeis” (Preciado, 2013, p. 98) e o faz por meio da manipulação.

a manipulação é ilegítima em uma sociedade democrática porque (re)produz ou pode reproduzir desigualdade: ela serve aos interesses dos grupos dos poderosos e seus falantes, e fere os interesses dos grupos e falantes menos poderosos. Isso significa que a definição não está baseada nas intenções dos manipuladores, nem na maior ou menor consciência dos receptores acerca da manipulação, mas em termos de suas consequências sociais (van Dijk, 2008, p. 236).

Ao focalizar os efeitos materiais que os discursos “produzem (tais como exclusão, hierarquização, interiorização, etc.) podemos produzir rupturas em discursos opressores” (Lau e Borba, 2019, pp. 18-19). É o que fazem as narrativas intersexo, questionam normas sob as quais alguém é constrangido a se tornar o mais próximo possível do

ideário de normalidade hegemônica, quando, *a priori*, se sabe rejeitado pelo regime de verdade que dá legitimidade à velha e autoritária forma de exercer poder.

O controle social e a normalização dos corpos realça a restrição das identidades a uma presumível coerência necessária entre corpo sexuado, práticas e desejos (Pino, 2007). A tendência de ordenar o mundo em formas regulares e reguláveis, envolve de tal forma que passa-se a aceitar esse modo de agir como o campo dado do conhecimento inquestionável. Novos epistemes sobre a anatomopolítica do corpo humano ajudam a ler-se e encontrar-se no texto e no sexo, ocupando as lacunas que escondem efeitos inenarráveis das violações às sexualidades e aos corpos.

Narrativas que navegam na linguagem criativa e subversiva, evidenciam a celeuma do construto hetero que diz respeito à sociedade como um todo e não somente às crianças mutiladas, submetidas a longos processos de masculinização e feminização. A narrativa intersexo permite ver de que maneira o ser humano é propositadamente esculpido pelo discurso normativo no processo de apagamento identitário.

O termo anatomopolítica se refere “aos dispositivos disciplinares encarregados de extrair do corpo humano sua força produtiva, mediante o controle do tempo e do espaço, no interior de instituições, como a escola, o hospital, a fábrica e a prisão” (Furtado e Oliveira, 2016, p. 34). Em todas conflita-se com o gênero assinado ao nascer, “(quase que universalmente) enfrentam dificuldades em função da predominância do binarismo de gênero e da matriz heterossexual na maioria das culturas” (Almeida, 2012, p. 515).

Difícil é fugir dos dispositivos disciplinares desde as estruturas que os criam e reforçam, a emancipação “não pode ser alcançada apenas pela mudança da consciência; ao contrário, ela deve ocorrer na prática, ou seja, deve passar pela transformação dos próprios agentes ou participantes” (Bhaskar, 1998 p. 462) “buscando uma transformação social interna e macrossocial para um contexto macrossocial” (Barros, 2015, p. 13).

Na perspectiva dos estudos críticos do discurso, toda narrativa é uma nova epistemologia socialmente útil ao revestir-se de intenção transformador. O testemunho de Ray terá alcançado seu objetivo se contribuir para a abertura de caminhos que conduzam a práticas discursivas fortalecedoras da vontade de questionar o sistema para desestabilizar crenças, estruturas e efeitos deletérios das nomeações vinculantes.

#### 4.4. Resguardo das diferenças

Numa sociedade em que prevalecem os simulacros e a legitimação das desigualdades, a linguagem que nomeia as relações, os poderes e os lugares de fala, se constitui no veículo mais importante na imposição identitária, mas a linguagem não sobrevive à substância das identidades que constitui. “Todas as identidades são apenas simuladas, produzidas como um efeito óptico por um jogo mais profundo, que é o da diferença e da repetição” (Deleuze, 2006, p. 8).

A constituição identitária é uma imposição-manipulação que, do ponto de vista social, “é uma forma discursiva de reprodução do poder da elite que é contra os melhores interesses dos grupos dominados e que (re)produz a desigualdade social” (van Dijk, 2008, pp. 237-238). Classificar pessoas, distribuir nomenclaturas, atribuir termos vinculantes e patologizantes aos corpos que se diferenciam do heterossexual correm o risco de conferir verdades absolutas, inamovíveis e impossíveis de serem apagadas ou se dissociarem do sujeito que adere a elas.

O contato com a própria verdade na interação com o outro implica em entender que a diferença não é matéria indiferente e sem representação e sim um princípio genético “que não é menos capaz de dissolver e destruir os indivíduos quanto de constituí-los temporariamente” (Deleuze, 2006, p. 74). Nesse sentido, a diferença não só se afasta de toda e qualquer representação identitária, como invariavelmente:

*precede de direito a forma e a matéria, a espécie e as partes, e qualquer outro elemento do indivíduo constituído. Na medida em que se reporta imediatamente à diferença, a univocidade do ser exige que se mostre como a diferença individuante precede, no ser, as diferenças genéricas, específicas e mesmo individuais (Deleuze, 2006, p. 70).*

As inscrições dos gêneros se dão através dos discursos relacionados ao papel dos que produzem e reproduzem concepções estereotipadas de normalidade. O discurso homofóbico parte da relação dominado-dominador, esquema de controle de “uma relação entre o que fazemos, o que estamos obrigados a fazer, o que nos está permitido fazer, o que nos está proibido fazer no campo da sexualidade; e o que está proibido, permitido, ou é obrigatório dizer sobre nosso comportamento sexual” (Foucault, 1996, p. 9).

*A inscrição dos gêneros -feminino ou masculino- nos corpos é feita, sempre, no contexto de uma determinada cultura e, portanto, com as marcas dessa cultura. As possibilidades da sexualidade -das formas de expressar os desejos e prazeres- também são sempre socialmente estabelecidas e codificadas. As*

identidades de gênero e sexuais são, portanto, compostas e definidas por relações sociais, elas são moldadas pelas redes de poder de uma sociedade (Louro, 2000, p. 6).

O binarismo se impõe como linha divisória, constrói a diferença que serve como ponto de partida na classificação de categorias de sexo e gênero. “As diferenças de sexo e gênero inscritas no corpo se convertem no primeiro pilar e ao mesmo tempo no último reduto do patriarcado” (Reverter-Bañón, 2004, p. 134). A diversidade sexual ainda não ganhou consenso em termos teóricos e metodológicos. As variações intersexo são:

A lógica não binária, nem mulher nem homem, mas um entre dois ou nenhum dos dois, isto é interessante porque a nomeação aqui favorece a abertura, ela aponta para o potencial infinito do entre dois. Entre dois significantes, entre mulher e homem, um infinito. O sujeito se constitui inventando-se neste contínuo holofrático do entre dois, um sujeito sem interrupções e sem perdas (Pitav, 2023, p. 73).

O intersexo é como “uma árvore, cujas raízes são firmes e fixas na terra, mas cujos ramos se abrem em tantas direções para o céu” (Kupfer, 2023, p. 171); como diz Darnton (1986, p. 335) “deveríamos ser capazes de abrir caminho até elas, não dando saltos intuitivos dentro de etéreos climas de opinião, mas meditando sobre as fontes”, afastando as ideias fixas quando for necessário, basta saber pegar o momento.

**Momento** (Kurt) <sup>59</sup>

Pego o momento  
Que me assalta  
E quebro-o  
Em várias fraturas expostas.  
E exponho em paralelo,  
Universos diversos.  
Fotógrafo: vivências, olhares,  
Odores e até mesmo,  
O sentimento  
Captado pelo som  
De quem conta uma história.  
Inspiro tudo  
E transpiro o sumo...  
Revelo a essência em palavras  
E sigo discretamente  
Por trás das linhas  
Que formam trilhas,  
Fazendo desse movimento  
Um retrato falado.



<sup>59</sup> KURT, Helmut, poeta de Niterói, RJ, coletânea poética no site: <[http://www.kurt.com.br/poesias\\_c.htm](http://www.kurt.com.br/poesias_c.htm)>. Último acesso 15/06/2021. A imagem que representa a elegância da poesia está alojada na Pinterest, pode ser visualizada no link: <<https://br.pinterest.com/pin/512284526372286395/>>. Último acesso 06/05/2024.

O poema e a imagem que o acompanha, convidam a perceber os movimentos corporais de quem pega o momento que assalta para ver que aparecem fraturas relativas ao tempo, na experiência de fotografar vivências, olhares, odores e captar sentimentos, na voz de quem conta uma história, inspira e transpira o sumo, isto é, a essência que permite seguir discretamente por trás das linhas e trilhas, na brevidade do encontro.

O poder é inerente a todos os sistemas sociais e relações humanas, se assim não fosse, há muito tempo o intersexo seria visto como potencial imenso entre dois significantes, viveria sem restrições como infinidade de possibilidades, ao invés de sofrer mutilações irreversíveis porque não é aceita a ideia de o sujeito constituir-se inventando-se, num contínuo devir (sem interrupções e sem perdas).

**Privacidade** (Reino Unido) <sup>60</sup>

Fiz minha primeira cirurgia quando tinha três meses, o que obviamente não me lembro, mas depois passei por outras nove cirurgias, a maioria das quais me lembro [...] Quando tinha 15 anos, fiz um *check-up* médico, foi a primeira vez que meu pai me esperou do lado de fora. Eu sempre estive lá com o médico e muitas vezes os alunos de medicina me cutucavam e mediam, me dizendo se eu parecia ou não um menino, se eu estava virando ou não homem de verdade, verificando se eu desenvolvia feições femininas, seios, se tinha pelos no corpo ou não, para ver se minha voz estava mudando, etc. O homem que tinha sido meu cirurgião desde que eu tinha três meses decidiu ver se eu poderia produzir esperma. Eu não fazia ideia de que não precisava fazer isso, que poderia ser feito um exame simples, mas esse médico resolveu fazer manualmente. Na época, eu não fazia ideia de que aquilo era inapropriado, ou que ele fazia por motivos sexuais, sendo um homem intersexual, estava acostumado a não ter privacidade naquela parte do meu corpo que todos chamam de “partes íntimas”, em toda a minha vida, elas nunca haviam existido. Anos depois esse médico foi preso.



Lamentavelmente, como apontam as diversas teorias: “o sexo como o conhecemos - identidade de gênero, desejo sexual e fantasia, maneira de encarar a infância- é em si mesmo um produto social” (Rubin, 2012, p. 12). Uma produção de muitas

---

<sup>60</sup> Reino conta sua trajetória na revista #MiHistorialIntersex Relatos de vida de pessoas intersex que vivem em Europa, a versão completa se encontra nas páginas 42-47 e está disponível no link: <[https://oiieurope.org/wp-content/uploads/2022/02/MiHistorialInter\\_ES.pdf](https://oiieurope.org/wp-content/uploads/2022/02/MiHistorialInter_ES.pdf)>. Último acesso 11/05/2022. A imagem que acompanha a narrativa intersexo se encontra alojada na Pinterest e está disponível no link: <<https://br.pinterest.com/pin/4855512091909890/>> Última consulta 06/05/2024.

mãos que dá forma e consistência ao que se define como normal e natural na formulação de uma ordem que se associa à constituição identitária do indivíduo.

Idade, memória, esquecimento e número de cirurgias são os primeiros itens que aparecem na narrativa que estamos analisando. A imagem que acompanha o texto de Reino representa a combinação de memória e esquecimento no processo narrativo de eventos que repercutem na sua vida, no “desencaixe espaço temporal, o qual lança o indivíduo em terrenos não familiares” (Fabrício e Borba, 2023, p. 33).

O narrador pega o momento, o quebra em várias fraturas, abrindo novas trilhas ao esquecimento em relação à primeira cirurgia na curta idade de três meses, para em seguida exaltar como obviedade, o fato de lembrar as nove cirurgias subsequentes. Ele não guarda lembranças de todos os acontecimentos nas diversas etapas de desenvolvimento; o que ele faz é negociar o que irá reter na memória e o que irá deixar de fora, e o destino de tudo que é deixado de fora é o limbo, um depósito de reserva.

Como a maioria das narrativas intersexo, a de Reino revela uma vida de constrangimento e vergonha, de danos físicos, morais e psicológicos, causados pelos procedimentos invasivos e os atos antiéticos e abusivos dos profissionais da saúde no longo itinerário de readequação sexual que começou logo depois do nascimento. No primeiro abuso ele era apenas um bebê, mesmo que ele quisesse, não tem como negar as marcas deste episódio, elas estão no corpo apesar de não ter registros racionais.

Sua trajetória de vida tem uma relação inequívoca com a assinação inicial do sexo, primeiro fundamento de viés heterossexual nas formas genitais (Alcántara, 2018). A ‘malformação’ ou ‘imperfeição’ sexual é atenuada na tentativa médica de desaparecer rasgos ambíguos, mediante uma cirurgia normalizadora que causa danos à dignidade e à integridade psicofísica do jovem, algo que ele deverá resolver mais tarde.

A idade é um atravessamento recorrente nesta narrativa, que registra o check-up aos 15 anos, fase delicada após a adolescência, com desafios diferentes daqueles da infância, necessidades e comportamentos também diversos, com implicações graves sobre uma nova situação de vulnerabilização, o jovem intersexo que nunca antes tinha ido desacompanhado ao médico, esperava uma experiência satisfatória com o cirurgião que vinha atendendo-o desde os três meses de idade, mas o profissional se aproveitou da menoridade, ingenuidade e inocência do paciente para abusá-lo sexualmente.

Ressalte-se a banalização do corpo e da relação profissional na maneira como os alunos de medicina cutucavam, mediam e faziam brincadeiras em relação à genitália do paciente, querendo saber se parecia ou não um menino, se estava virando ou não homem de verdade, verificando se desenvolvia feições femininas, se cresciam em volume os seios e os quadris ou se tinha pelos no corpo e se sua voz estava mudando para mais grave ou mais fina. Percebe-se um tom jocoso na descrição dessas interações.

O tom das interações, denota a falta de limites na relação profissionais da saúde –paciente, o que compromete o respeito. Muita familiaridade entre pessoas que frequentemente se encontram por motivos profissionais, pode desdobrar-se em uma permissividade que deixa de lado as motivações iniciais dos encontros; isso pode ser prejudicial não só para uma das partes e sim para ambas, responsáveis pelo vínculo que se estabelece entre elas e os rumos que possam tomar na invasão da privacidade.

Na banalização de limites, a parte mais forte da relação médico-paciente, tende a fazer o oposto do que deveria, ou seja, fala de modo menos formal, com sentenças e gestos informais, comportamento ambíguo que deixa a vítima confusa, sem saber o que fazer com a quebra da formalidade que é substituída com uma familiaridade de alguém que, pelo lugar que ocupa e papel que desempenha pode “assumir formas manipuladoras quando a compreensão é intencionalmente prejudicada” (van Dijk, 2008, p. 240).

As normas e convenções sociais tem um lado positivo, existem como prevenção, causam um impacto sobre os indivíduos, fazem parte da construção das identidades; portanto, não poderiam ser desconsideradas ou perder peso nas práticas médicas. Gestos e expressões jocosas dos alunos de medicina na corriqueira forma de tratá-lo, não parecem desapontar o paciente que nem julgar inapropriada, desrespeitosa ou invasiva tanta intimidade, mas se surpreende com a atitude invasiva do médico que, diga-se de passagem, sempre participou do clima de hilaridade junto com os estudantes.

Parafraseando van Dijk (2008, p. 240) “A dimensão ética também pode envolver o critério cognitivo, qual seja, se o controle de compreensão é intencional ou não”, distinguir entre estupro doloso (intencional) e estupro culposos (acidental). O profissional da saúde desrespeita o paciente desde a omissão diante do erro dos estudantes de medicina, futuros colegas médicos ao não chamar sua atenção.

O abuso sexual tácito ou implícito é um dos maiores traumas em vulneráveis e, por vários motivos, quando e se alguma reação acontece, é normalmente tardia. A dilatação de tempo entre o fato ultrajante e a denúncia está atrelada à auto percepção de inadequação, vergonha e culpa que a vítima se auto atribui, apesar de que, na relação médico-paciente, é o especialista quem responde por não respeitar os limites aos quais sua atividade profissional o obrigam e constroem no exercício diário.

O profissional da saúde não teve zelo profissional, manteve envolvimento sexual com o paciente, não colocando uma parede de natureza simbólica que permitisse “a supressão da sexualidade, da personalidade, e, de forma mais contundente, da racionalização do contato corporal em relação ao outro” (Heilborn, 2002, pp. 16-17) que é a parte mais vulnerável por conta da menoridade e por sua condição de paciente.

Nada justifica o abuso sexual de um médico que, em atividade profissional não age como conhecedor de princípios fundamentais relativos à ética e aos direitos humanos do menor que não fazia ideia de aquilo ser inapropriado. O que o jovem diz é muito revelador. Ele estava acostumado a não ter privacidade naquela parte do seu corpo que todos chamam de ‘partes íntimas’, em toda sua minha vida, elas nunca haviam existido.

Os órgãos genitais nunca haviam existido como partes íntimas, ou privadas para o jovem intersexo, não porque elas não existissem de fato, mas porque não eram respeitadas como tais. Ele mesmo dizia que os estudantes de medicina cutucavam sempre e faziam brincadeiras com sua genitália, agindo de maneira leviana.

Todavia, o direito à privacidade e à salvaguarda das partes íntimas é um direito protegido por lei, a não observação tem consequências que não parecem ter sido levadas em conta no caso em análise. Segundo a Constituição Federal, art. 5º, inciso X, são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.

Esse tipo de crime é pouco denunciado, a falta de registros dificulta saber o número real de casos, mas normalmente supera o volume notificado à polícia e ao judiciário. O Departamento de Medicina Legal da Unicamp indica que somente 10% a 20% das vítimas denunciam o abuso. O Código Penal brasileiro prevê penas severas para crimes contra a dignidade sexual, como o estupro de vulnerável, reclusão de 8 a 15 anos (BRASIL, 1940). Esse crime em especial gera um trauma que:

impede a lembrança (da vítima), desestruturando uma narrativa que dê, aos que não viveram a ação traumatizante, acesso a uma determinada verdade sobre o passado, a “verdade da vítima” Em situações-limite, a violência extrema gera traumas sociais que vão além das vítimas diretas, e os traumas geram esquecimento, processo que implica em revisão do passado que pode se desdobrar em silêncio completo sobre algo (“tabu”) ou, mais comumente, em uma memória seletiva e lacunar. Não raro, a própria vítima individual desenvolve uma memória seletiva, e não encontra uma escuta social disposta a ouvi-la (Napolitano, 2018, p. 210).

O jovem com 15 anos de idade passa por uma decepção que o deixa confuso, temporariamente impedido de mensurar a magnitude do prejuízo físico e moral. O estado de vulnerabilidade afeta a possibilidade de distinguir a diferença entre o contato lascivo do médico e o toque de respeito e cuidado que se espera de profissionais como ele. Comprometido o raciocínio, nem se cogitam reações imediatas associadas à pretensa virilidade do sistema dominante na figura do pai. O que fez ou deixou de fazer em todas as ocasiões que viu os estudantes fazerem chacota com a sexualidade do filho?

Desmontar um sistema que se materializa e fortalece nas instituições, cujos discursos sobre cuidar da saúde dos pacientes não condizem com suas práticas, implicará em analisar a rede de significados ligados aos corpos, categorizados principalmente pela diferença sexual dicotômica do masculino-feminino como vem sendo conveniado pelo sistema hegemônico; “implicará uma reorganização maciça do simbólico que acabará por ser traduzido como o fim do patriarcado” (Reverter-Bañón, 2004, p. 134).

Pelas narrativas que produzem, os corpos intersexo têm a missão de nos lembrar cotidianamente que há em todos nós um pouco ou um muito de desajuste, pelo que eles e só eles poderão nos obrigar a perguntar quantas vezes for necessário, “o que exatamente -se alguma coisa- faz com que o resto de nós seja inquestionável?” (Dreger, 2003, p. 6). Esse olhar para dentro de nós é necessário, se quisermos aprofundar o que seja a igualdade de direitos e o respeito à diferença na hora de aplicá-los.

Igualdade e diferença são elementos que sempre estiveram em pugna e assim permanecerão, não sabemos por quanto tempo, não porque não devesse ser melhor, mas porque, por enquanto, o que mais pesa na balança é o que não quer superar essa distância. Assim, “reconhecer e manter uma tensão necessária entre igualdade e diferença, entre direitos individuais e identidades grupais, é o que possibilita encontrarmos resultados melhores e mais democráticos” (Scott J, 2005 p. 12).

direito à liberdade sexual; direito à autonomia sexual, à integridade sexual e à segurança do corpo sexual, direitos à privacidade sexual; o direito ao prazer

sexual; direito à expressão sexual, direito à associação sexual; direito às escolhas reprodutivas livres e responsáveis; direito à informação sexual livre de discriminações. Estes são alguns dos desdobramentos mais importantes dos princípios fundamentais de igualdade e da liberdade que regem o direito da sexualidade (Raupp, 2006, p. 85).

Todos os atores sociais masculinos acreditam estar exercendo suas tarefas de forma correta, para isso foram-lhes confiadas as incumbências de vigiar, zelar, preservar a norma e endireitar ou corrigir quaisquer condutas que ameacem romper a harmonia desejada; o excesso de zelo patriarcal, policial e médico impede enxergar o outro como ser humano. A insistência em manipular os corpos tidos como anormais, moldá-los à suposta normalidade, que ninguém sabe em que exatamente consiste, faz de todos nós perdedores. Perdemos a oportunidade de aprender com o diferente sumariamente apagado, o outro “perde seu poder de significar, de negar, de iniciar seu desejo histórico, de estabelecer seu próprio discurso institucional e oposicional” (Bhabha, 2001, p. 59).

O controle dos corpos faz do diferente um dilema paralisante. Questionamentos explícitos ou velados às verdades patriarcais são possíveis graças às teorias críticas pós-coloniais, aos avanços teóricos e metodológicos dos estudos linguísticos, da LA e da ACD que com suas pesquisas, socialmente engajadas, têm conseguido, de algum modo, minimizar ou driblar os reducionismos de gênero, propondo-se a ouvir não o que se diz sobre as anomalias sexuais, mas sim o que as pessoas, ditas anômalas, dizem sobre o sistema que insiste em querer controlá-las como se fossem objetos manipuláveis.

Mostrando que a subalternidade não é uma categoria fixa ou uniforme, ao contrário do que veiculam os discursos dominantes, o intersexo entende que sem a superação de preconceitos, não haverá como superar a impunidade para os que se aproveitam da ocupação de lugares que camuflam suas tendências desviantes, reflexo de um sistema que alimenta atitudes individualistas de isolamento ao invés de incentivar a aquisição e atualização contínua de conhecimento científico, mas também de valores éticos.

Nunca é tarde para os profissionais da saúde e quaisquer pessoas que ocupam cargos de responsabilidade semelhante, além de se atualizarem com os conhecimento teórico, relacionar-se com pessoas que pensam e agem de maneira ética, falar com esses outros de tal maneira que se aprenda com eles a resguardar as diferenças e a desaprender privilégios nas relações que não por serem formais precisam ser abusivas.

#### *4.5 Pichações no muro da cisnormatividade*

Assim como pichar é uma prática nascida da urgência de produzir uma epistemologia alternativa àquela imposta de cima para baixo, as narrativas intersexo nascem do imperativo de produzir um saber alternativo ao exigido pelo saber científico. Tanto as pichações quanto as narrativas intersexo são epistemes variados, discursos subversivos que transgredem estruturas de policiamento corporal e sexual.

A linguagem transgressiva pode parecer ruim, vulgar e feia aos olhos dos setores mais conservadores que, em relação às pichações, alegam serem agressivas formas de poluição visual e uma afronta à ordem, mas não são nada disso para quem vivencia e considera a arte mais do que a vida, “justamente porque funda um mundo mais complexo, para além das emoções coisificadas” (Carvalho A, 2011, p. 1).

As variações intersexo são pichações nos muros da cisgeneridade normalmente pensada como sistema de normas, valores e regras que estruturam formas de comportamento e interação em múltiplas esferas da vida, especialmente as correspondente à sexualidade. As corporeidades e as narrativas intersexo para os campos da linguagem, do desejo e do gênero são avaliadas em referência a normatividades que parecem dotadas de força de coesão.

Essas formas transgressivas de discurso buscam conquistar espaços negados; picham os muros do sistema que segrega, aliviam de alguma forma suas frustrações e raivas contidas pelos danos sofridos. O desejo e a necessidade delas vão além das ações provisórias e descontínuas; não é só a materialidade dos muros que querem atingir e sim o rígido e autoritário conglomerado de ações tipicamente hetero centradas que bloqueia processos de crescimento individual e coletivo.

Descrições individuais são produtoras de saberes de transformação, as pichações intersexo buscam alcançar a sociedade como um todo para mostra-lhe a desigual ocupação de espaço tanto na produção quanto na publicação de fatos tergiversados pelas epistemologias hegemônicas; tergiversações de fatos reais que afetam as categorias mais distantes do centro de produção epistemológica.

As narrativas intersexo como pichações normalmente individuais, retratam as formas de organizar o espaço que ocupam os corpos em determinados contextos sociais. Os sujeitos dessas práticas sociais, tanto o pichador de muros quanto o narrador de vivências intersexo, estão sempre expostos não só “à multiplicidade de

projetos identitários como também à percepção da heterogeneidade identitária existindo em um mesmo ser social” (Moita Lopes, 2006, p. 94).

É por isso que as narrativas intersexo, enquanto pichações no muro da cisgeneridade “precisam ser abordadas como um fenômeno sócio espacial – em especial pela grande quantidade de praticantes, pela dispersão geográfica e pela sua continuidade temporal” (Corrêa, 2020, p. 3). Suas narrativas precisam ser lidas por olhares sensíveis que saibam perceber a intencionalidade dos autores na exposição de seus dramas pessoais que se dirigem a todos, mas só quem sintoniza com as próprias contradições e ambivalências é que consegue entrar na mesma vibração.

Há olhares mais receptivos do que outros, há aqueles que conseguem perceber o entusiasmo que impulsiona a mão a deixar fluir emoções e intenções a serem decodificadas. Na medida em que autor e leitor vibram na mesma sintonia, podem olhar na mesma direção, comungar do espírito do evento narrado torando-se testemunhas do que foi silenciado e/ou mutilado por conta do preconceito.

**Testemunho** (Cecília)<sup>61</sup>

Somos testemunho do mítico  
 Testemunho do silenciado  
 Testemunho do Mutilado  
 Testemunho do apressado  
 Testemunho da ignorância  
 Testemunho da incerteza  
 De um constrangimento familiar  
 E o que tinha de ser escondido  
 Somos testemunhas da dor  
 Testemunhas do negado  
 De vocabulários impostos  
 E mãos médicas em nossos corpos infantis  
 Também somos testemunhas de uma luta  
 Testemunho de uma força  
 Testemunho de empatia  
 Testemunho de uma bandeira  
 Testemunho corajoso  
 Testemunho de sobreviventes



A poesia e as duas figuras do texto imagético concentram o sentido do corpo mítico, silenciado, mutilado, incerto, constrangedor, negado e recriminado aos intersexo na fase infantil, testemunhas sobreviventes de luta, força e coragem. Como todas as linguagens as duas apresentadas “oscilam entre os polos da instabilidade e

---

<sup>61</sup> Cecilia publica a poesia testemunho intersexo na plataforma da Brújula Intersexual de México, a mesma pode ser lida na versão íntegra e na língua original no seguinte *link*: <<https://brujulaintersexual.org/2020/05/13/testimonio-intersex-cecilia/>>. Último acesso 06/05/2021. A imagem está alojada na Pinterest, *link*: <<https://br.pinterest.com/pin/315322411425343750/>>. Último acesso 25/05/2024.

da estabilidade” (Fiorin, 2023, p. 177), exatamente da mesma forma que oscilam as pichações nos muros da cidade, e as narrativas intersexo no muro heterossexual.

O texto poético de Cecília dialoga com a diversidade de gênero, especialmente no que se refere à empatia, à coragem e à sobrevivência que atravessam as testemunhas da instabilidade e incoerência relativas ao “princípio do prazer e não da realidade” (Fiorin, 2023, p. 177), são pichações/narrativas que se embrenham nos muros da suposta ortodoxia, coerência, estabilidade e fidelidade à norma.

Insurgências discursivas fazem parte da polivalência social do signo ideológico como propostas de emancipação que carregam um traço importante de resiliência que evidencia posições do sujeito excluído que se levanta das próprias cinzas, e se reorganiza sabendo que “a representação é sempre construída ao longo de uma “falta”, ao longo de uma divisão, a partir do lugar do Outro” (Hall, 2012, p. 112).

A vontade de se refazer pode ser maior do que a vida, é por isso que pode renascer uma força interior transformadora em quem se coloca à caminho na ocupação de um espaço temporal específico que toma da vida “sentimentos contraditórios e, ao se organizar como uma inteligência sensível produz no receptor uma dialética das emoções” (Carvalho A, 2011, p. 1), exibindo comportamentos que prescindem de palcos e tabladados, câmeras e holofotes para testemunhar verdades.

Independente de por quem seja escrita a narrativa e onde seja realizada a pichação “no momento de sua criação raramente tem a intenção de ser um evento político” (Soldatenko, 2013, p. 1) embora retrate problemas que se arrastam ao longo de décadas, devido à indiferença dos que deveriam agir para sua superação. Esses registros carregam uma conotação crítica, visam refletir velhos temas e veicular mensagens políticas numa linguagem velada, pelo que viram atos de alto valor epistêmico e teor subversivo quando conseguem ganhar visibilidade social.

Sugerir as existências intersexo, como verdadeiras pichações no muro da prática higienista da heterossexualidade, comporta num confronto inevitável com os setores mais conservadores da sociedade, uma minoria formada pelas elites que, eternamente dividida entre o poder constituído e a sociedade em geral, é essencialmente discursiva e exerce poder pela fala (van Dijk, 2015).

Originalidade, autonomia e coesão seguem uma lógica interna que se nutre e flui por si só, até ser transportada e se derramar para fora numa codificação que carrega dentro de si a chave necessária para o seu deciframento que consiste numa temática específica interpretada em paralelo com outras, a partir das semelhanças.

Vivências e ações são analisadas “frente aos seus contextos e, principalmente, a partir dos seus praticantes” (Corrêa, 2020, p. 3), escrevem-se graças às relações humanas e às pessoas, entre as quais as que se acostumam com as estruturas a serviço do controle dos corpos, mas também das que se alegram com sua ruptura na conformação de espaços temporais que incorporam outras variações e parâmetros.

Por conflitar com os interesses e as alianças feitas entre as instituições defensoras e mantenedoras da tradição patriarcal, para a qual o ensemble perfeito só é possível na relação homem-mulher e qualquer outra combinação é tida como anormal e inadequada para o encaixe social, é que as dissidências intersexo se tornam valiosos recursos poéticos, imagéticos, corporais e epistemológicos factíveis de ocupar diversos espaços, ganhando a visibilidade que lhes tinha sido negada.

#### **Aberração** (Bélgica) <sup>62</sup>

O mais horripilante para mim eram os exames médicos, onde me despia na frente de assistentes ou alunos, e as fotos que eles tiravam nessas ocasiões, como se eu fosse uma “aberração” de circo. Tudo isso sem nunca ter tido uma doença. Além disso, meus pais foram pressionados a me criar como uma “menina”, enquanto eu preferia ser um menino. Para isso, eles me mandaram para uma escola feminina e me obrigaram a estudar matérias que eu não gostava. Como resultado, fui reprovada na escola e só na idade adulta pude fazer as aulas que me serviam e me permitiam encontrar um emprego. Também parei de fazer os tratamentos de feminização que não estavam funcionando para mim e isso resultou em osteoporose precoce. Desde então, faço um tratamento de masculinização e me sinto bem comigo mesmo. É difícil para mim aceitar meu corpo como ele é, e devido às várias mutilações, minha vida sexual é muito limitada, até inexistente, e acabo me isolando, o que é pesado para mim e muitas vezes me coloca em estado depressivo. Tenho certeza que teria um futuro melhor se não tivesse passado por todos esses tratamentos desnecessários, porque eu estava bem de saúde, só era diferente da maioria das pessoas. Com o ativismo supere as marcas dessas práticas.



A narrativa intersexo e o recurso imagético prestam contas de um episódio específico, localizado pontualmente no passado; materializam uma interpretação em termos que fazem alusão à narradora, aos participantes da trama narrada e aos acontecimentos, aos quais atribuem adjetivos como horripilante e aberração de circo.

<sup>62</sup> Bélgica conta sua trajetória na revista #MiHistorialIntersex Relatos de vida de pessoas intersex que vivem em Europa, a versão completa se encontra na página 20, disponível no seguinte site: <[https://oiieurope.org/wp-content/uploads/2022/02/MiHistorialInter\\_ES.pdf](https://oiieurope.org/wp-content/uploads/2022/02/MiHistorialInter_ES.pdf)>. Último acesso 16/05/2022. A imagem que acompanha a narrativa de Bélgica está alojada na Pinterest, acessível no seguinte link: <<https://br.pinterest.com/pin/5559199534405493/>>. Último acesso 06/05/2024.

A autopercepção é limitante e ambígua, por um lado, Bélgica desmerece a si própria ao reproduzir os discursos da política identitária dominante e das micro técnicas disciplinares; por outro lado, também as questiona e desdenha como horripilantes.

Aqueles que não suportam as próprias ‘imperfeições’, as depreciam enquanto significantes que detonam “um campo de produção que tem hospedado distintos significados ao longo do tempo” (Alcántara, 2018, p. 15 2). O termo aberração denota irregularidades ou desvios de algo que a sociedade aceita como padrão ou como normal, mas são o medo e o preconceito os que ativam ignorância e mesquinhaia cognitivas que atribuem adjetivos ruins aos que resistem a transcrição heterossexual.

Bélgica se percebe como corporeidade ‘aberrante’ que deve “restabelecer a ordem e a “coerência” entre corpo, gênero e sexualidade” (Bento, 2010, p. 173) no processo de recriação pessoal que se dá na descrição do mundo social tal como se apresenta, cheio de contradições, ambivalências e desencantos; sua narrativa denuncia as estruturas a serviço do biopoder que a atingiu em nível profundo modificando sua sexualidade, não só nas operações que atingem o corpo.

Os estudos da linguagem analisam a patologização dos corpos por meio de uma atitude crítica sobre critérios do que é normal e aceitável culturalmente. Paradoxalmente, a linguagem que se ocupada da patologização dos corpos é a mesma que os liberta. Toda patologização deve sucumbir diante do princípio da dignidade humana que impõe o dever global de abstenção de violência e maus tratos.

A complexidade da sociedade contemporânea e o pluralismo a ela inerentes exigem, para fins de tratamento isonômico, que seja respeitada a coexistência das mais variadas concepções de vida, características físicas, psicológicas, culturais, convicções religiosas, políticas, ideológicas, filosóficas e sociais. Nas palavras de Habermas (2004, p. 171-172), a cultura majoritária não pode se revestir em fachada do todo (Mendes, 2019, p. 394).

Pensar as pessoas para além da máquina de controle corporal, das situações traumatizantes e dos desfechos frustrantes descritos por Bélgica que suspende os tratamentos de feminização que não estavam funcionando para ela que lida com uma osteoporose precoce desde a retirada das suas únicas fontes de hormônio. A biomedicina e as tecnologias empenhadas em conferir uma naturalidade binária e estável aos corpos intersexo fracassam com os seus modelos de representação.

Se a manipulação pode concretamente afetar a formação ou mudança de modelos mentais singulares, os objetivos gerais da manipulação discursiva são o controle das representações sociais compartilhadas por grupos de pessoas, tendo em vista que essas crenças sociais, por sua vez, controlam o que as pessoas fazem e dizem em muitas situações e durante um período relativamente longo (van Dijk, 2008, p. 242).

De forma hierárquica e unilateral os médicos decidem os modelos de representação que definem a normalidade parcial ou integral de cada criança e repassam essa convicção-ficção para os pais. “Esta trajetória diagnóstica se assemelha a um jogo de quebra-cabeça em que os exames clínicos, laboratoriais e de imagem são as peças que, quando encaixadas, revelam ou constroem o sexo ou mais ainda delineiam as fronteiras deste self” (Canguçu-Campinho, 2012, p. 26).

Formas de conhecimento produzidas em situações localizadas com a dramaticidade e outros elementos em aparência impróprios para os critérios da cientificidade acadêmica, fortalecem a dimensão indisciplinar da LA que vai além do diálogo entre disciplinas por reconhecer que epistemes emergentes são “a luta da significação intensa contra a insignificância” (Yaguello, 1981, p. 33).

Saberes emergentes desmistificam o saber formal dominante, desconstroem o mito da imprescindibilidade das cirurgias de normalização. A indisciplinar LA dialoga com esses epistemes sobre questões relevantes que envolvem a linguagem e o corpo, um corpo desfigurado pelas mutilações e por uma intersexualidade sequestrada ou inexistente que o torna depressivo, optando pelo isolamento social, etc.

A solidão, o desânimo e o estado depressivo de Bélgica são aspectos residuais do espetáculo de circo em que ela foi a figura principal, o foco de atenção atraia espectadores que não existem mais; sumiram de cena. Médicos, estudantes de medicina, assistentes e fotógrafos não estão mais presentes, desapareceram; o show foi encerrado. Abandonaram Bélgica à própria sorte porque “a linguagem é, ao mesmo tempo, da ordem da necessidade e da ordem do prazer” (Fiorin, 2023, p. 176).

Os antigos fãs ou espectadores da paciente não participam nos dramas de quem quer que seja, eles não têm noção do que seja lidar com as sequelas de cirurgias de adequação para resolver uma patologia inexistente e corrigir um defeito que só existe na sua imaginação. Bélgica era saudável antes das cirurgias; nada adianta lamentar as mutilações, os tratamentos feminilizantes ou masculinizantes; nada mitiga a frustração da vítima que busca reerguer-se.

Quando Bélgica diz ‘eu estava bem de saúde’, ‘só era diferente da maioria das pessoas’ e ‘teria um futuro melhor se não tivesse passado por todos esses tratamentos desnecessários’ lamenta as alterações de uma genitália “repleta de símbolos opostos, que frequentemente se unem e se confundem, de modo que se revela a união inextricável entre o bem e o mal, o claro e o escuro, a aparência e a realidade” (Ceccagno, 2017, p. 65). O posicionamento em relação às cirurgias para que:

não sejam feitas em bebês e crianças, no entanto, não significa negativa de tratamento. Ao contrário, deve-se disponibilizar aos intersexuais e seus familiares todo o suporte necessário, como terapia psicológica e hormonal, grupos de apoio e contato com outros pacientes intersexo. Não há, na literatura científica internacional, um consenso no sentido de que tais cirurgias devam ser realizadas de forma urgente e precoce. Além disso, à exceção de alguns casos mais graves, via de regra, não se mostram imprescindíveis à preservação da saúde dos pacientes (Mendes, 2019, p. 388).

Os procedimentos desnecessários impostos a Bélgica por não possuir uma identidade socialmente aceita, são apoiados por quem finge não saber que: “as identidades são construídas em práticas que produzem, promulgam, ou performam a identidade – a identidade que se entende como uma identificação e o resultado de um trabalho semiótico socialmente condicionado” (Blommaert, 2005, p. 205).

Bélgica se mostra consciente dos seus medos e limites e de que há “algo no interior da experiência sexual que não se submete integralmente às normas e identidades, descobre que ter um gênero é um modo de ser despossuída” (Safatle, 2015, pp. 174-175). Talvez esta seja a oportunidade de dispensar qualquer identidade que escraviza, mas esse desapego exige uma atitude corajosa e consciente.

O fato de reivindicar o direito de não se apegar a qualquer identidade implica em criar um espaço outrora negado, especialmente na clínica das mutilações. A palavra, outrora reprimida, se destrava no ativismo para despertar o saber de pessoas que bravamente dividem seus dramas por meio da narrativa de si; desse modo entretecem laços, trazem alívio e, eventualmente, conseguem a superação da dor, fazendo da militância um espaço sociopolítico terapêutico.

E esse ser, clinicamente mutilado e socialmente deslocado, esse avatar que se faz presente nos diversos contextos sociais, nos diversos espaços físicos e simbólicos onde sobrevive como aderência, como ameoba e pesadelo para os imiscuídos no processo de patologização, responsáveis pela discriminação, o silenciamento e a invisibilização das variações intersexo e todas as categorias que dissidiam da norma.

Independentemente do tamanho do prejuízo sofrido, esses seres e saberes são as pichações que se plasmam nos muros erigidos pela heteronormatividade, à qual se desestabiliza quando intui, ouve, vê ou toca as indesejáveis especificidades *queer* que sem nada dizer, com a simples presença conseguem sustentar uma atitude crítica e questionadora, capaz de dar um nó no sistema que tem feito de tudo para eclipsá-las, mas nada o suficientemente forte como para fazê-las desistir do seu objetivo que consiste em desviar o curso da história para poder ter um final mais feliz.

## Considerações conclusivas

A pesquisa das narrativas intersexo permitiu malhar as ideais sobre linguagem, corpo, gênero, desejo e sexualidade; o mergulho nas temáticas específicas de cada evento traumático possibilitou enxergar a linguagem em geral e o discurso em particular na sua dimensão binária polarizada no contexto das exigências de produção científica/acadêmica que serviu de incentivo para adiar a preocupação com os processos avaliativos para focar no estudo de forma mais leve.

Conforme o primeiro objetivo, surgiu uma semiótica desorientadora do sistema na queerização do self e da linguagem para registrar que não há nada de inócuo no discurso produzido em nome do saber científico que com aval das instituições a serviço do biopoder se impõe materialmente aos corpos intersexo, aproximando-os do modelo dominante de normalidade sexual. Evidenciou-se que o o sexo só encontra seu lugar onde as práticas discursivas tropeçam e de modo nenhum onde conseguem produzir significado (Copjec, 2006).

As seis falas trouxeram registros da apropriação indevida do conhecimento que a biomedicina faz ao ignorar os saberes produzidos pelas vítimas de violência obstétrica, sexual e de gênero, especialmente das que viram pacientes vitalícias. Foi pensando nelas que se ousou propor uma *queerização* linguística e corporal, frisando a necessidade de um levantamento de dados e danos das cirurgias, a partir das narrações traumáticas das crianças que, tendo se tornado adultas, falam abertamente sobre as perdas materiais e extrapatrimoniais.

Os 19 anos de feminização forçada que privou Ale dos prazeres da infância; a perda de controle pelo pavor e medos inenarráveis de Peter; as constrangedoras sessões de virilização de Ana; o estupro médico sofrido por Yela; os traumáticos episódios de bullying de Harnaam e as mal sucedidas cirurgias prejudiciais à vida de Gaby expõem feridas em aberto; revelam a cegueira do Estado e a omissão das instituições na falta de admissão de culpas, na ausência de desculpas e na impensada restauração de danos causados aos menores de idade.

Coube às narrativas do segundo capítulo a função de descrever os efeitos da imposição heteropatriarcal no exercício biomédico, no declínio hetero da cis instabilidade. Apostando na transgressão como resistência, as seis falas foram bem-sucedidas no sentido de denunciar as principais violações aos direitos humanos e sexuais, enfatizando o papel transgressor na conquista imprescindível de espaços que

possibilitem a vivência sadia da diversidade sexual, encarnada como um dos maiores questionamentos ao vigente reducionismo sobre o tema.

Os seis testemunhos do segundo capítulo lidaram com o conteúdo denso da dominância masculina que vigora em ambientes rígidos, quase ditatoriais. As vítimas se viram entre a difícil continuidade e a urgente ruptura com o traumático passado; perceberam-se divididos entre a distância e a aproximação de situações que preferiam esquecer; entre o silêncio e a intenção de dizer algo que se tornava inenarrável, mas que precisavam soltar para não morrerem de asfixia.

Michael passou pela convulsão e a angústia sem achar respaldo na competência médica; constrangedora e angustiante foi a perseguição de Georgie, alcançada por figuras masculinas que ostentam uma força policial, patriarcal que beira a crueldade ao deixa-la mutilada sem motivo aparente; Alemanha demorou a reagir à máquina de poder que a submeteu a longos processos degradantes; Sean desmascarou contradições e incertezas da cis instabilidade; Maddie realçou os encadeamentos da intersexualidade que não é uma identidade nem uma orientação de gênero e sim uma ferida que parece não ter como deixar de supurar.

Em resposta ao terceiro objetivo que investiga as verdades cristalizadas que respondem pelo ar de mistificação atribuído ao instinto materno e e à omissão sobre a cultura do estupro, os seis testemunhos englobaram a pluralidade e a representatividade de gênero que desorienta a matriz patriarcal, eles caracterizaram o grito outrora sufocado, após o longo sequestro, suas vozes irromperam de forma contrastante com a proibição de fala no sigilo imposto.

Macarena denunciou os reducionismos de gênero ao narrar os dolorosos métodos de alargamento vaginal. Esther atestou que nem todo útero gera filhos, nem todas as vítimas de estupro estão dispostas a encobertar o estuprador. Tryla reagiu à obrigação do sigilo médico. Anaid questionou a burocracia e os jargões do discurso oficial, Hana, insatisfeita com o corpo fabricado pela clínica, viveu o desterro e a desorientação como acontece com a cigarra, figura emblemática que só após longo soterramento libera o melhor dos seus cantos.

Conforme o quarto objetivo, as narrativas alocadas no último capítulo, evidenciaram a luta corporal de quem rasga várias camisas de força, tirando os interlocutores da acomodação, para faze-los passar por uma sondagem quanto à participação nas práticas que reforçam o binarismo sexual, persuadindo-os sobre a postura crítica que reside na superação do silenciamento e da invisibilidade, a fim de

virar a pichação corporal fita de protuberâncias barrocas que se incrustam como amebas no muro erguido pela heterossexualidade.

A interdição levou Shana a mostrar desajustes sofridos sob a pressão heterossexual; Pidgeon fez severas críticas à biomedicina por ter retirado sua única fonte de cálcio; Cary pontuou equívocos graves como a nomenclatura 'hermafrodita verdadeira'; Ray mostrou os efeitos das nomeações vinculantes; Reino destacou o resguardo das diferenças e Bélgica revelou ter sido tirada do fundo do poço quando acordou para a vida e para a militância.

As seis narrativas ou testemunhos pessoais de adultos intersexo ativaram memórias outrora reprimidas para ganhar visibilidade, estatuto de reconhecimento legítimo e socialmente relevante, elas acessaram o passado não mais no papel de "vítimas" ignoradas, pois ganharam espaço público, traçaram possibilidades etnográficas de significativo impacto ao romper os limites colocados pelo controle dos corpos. E uma vez públicas, essas histórias transcenderam seu caráter funcional de desabafo catártico para se afirmarem como políticas de memória nas mudanças sociais que daqui para frente pretendem operar.

As narrativas intersexo vislumbraram que se houvesse lugar para a sexualidade livre de mistificação heteropatriarcal, os seus corpos não precisariam ser trazidos para as nomenclaturas binárias, pois esses corpos já nascem com os elementos necessários para vir a se tornar uma experiência pessoal e coletiva profundamente enraizada na própria identidade, podendo essa vivência ser nutrida pelos insumos que o próprio universo intersexo produz.

Retomando os trabalhos sobre intersexualidade que foram encontrados na pesquisa sobre o Estado da Arte, vimos que esta pesquisa se soma ao esforço na criação de espaços que acolhem, discutem e buscam minimizar o sofrimento psíquico de adultos intersexo, produtores de epistemes valiosos no combate às cirurgias não consensuais nos primeiros meses ou anos de vida, dialogando com textos poéticos e imagéticos que somam sensibilidade ao tema.

Os epistemes emergentes aqui apresentados evidenciaram que os significantes homem-mulher são vazios de sentido inclusive quando as diferentes culturas lhes colocam conteúdo ou significado por meio de definições, nomeações e atributos. Elas os tornam incompletos e arbitrários como tudo que se classifica. Os significantes, isto é, os corpos reificados, são estranhos para si próprios, percebem-

se uma cisão com o real, uma espessura dialógica alienante que os deixa em situação de desvantagem em relação aos outros corpos.

Isto se dá porque são corpos postos à margem, mesmo que tenham sido reificados, são preteridos em relação àqueles corpos que se mantiveram intactos no sentido de não terem sido tolhidos de parte alguma do corpo sem sua autorização. Os adultos intersexo desvendaram que o acontecimento cirúrgico não consensual, na pretensão de trazer harmonia e reconciliação ao corpo clinicamente produzido, lhe gera mais fraturas das já existentes antes da cirurgia.

Ao caracterizá-los como homens ou mulheres, a biomedicina, representada pelo o cirurgião, acredita inaugurar os indivíduos intersexo como seres humanos normais, quando é possível que, aproximando-os da binariedade, esteja acentuando diferenças e variáveis que agravam sua situação fundamental no ato de impossibilitar a ineditude e originalidade da qual se quisessem abrir mão caberia somente a eles que não precisam de tutela alguma.

Foi desde a experiência de inferiorização e incompletude que os adultos intersexo vislumbraram a possibilidade de tornar-se uma experiência desenraizada por meio da escrita, desde que haja lugar para narrativas livres da mistificação e universalização dos paradigmas de normalidade que as grandes narrativas constroem. Eles arrancaram palavras à linguagem heteropatriarcal, devolvendo-as ao lugar em que pudessem ser reorganizadas em seu favor.

O arcabouço teórico da indisciplinar LA mostrou que o conhecimento médico científico precisa fazer sentido para a realidade social ser transformada; deixou em evidencia que o saber ortodoxo deve penetrar nas raízes dos problemas sociais por meio de estruturas, mecanismos e poderes que possam ajudar a melhorar a vida dos indivíduos, ouvindo-os, acolhendo os seus saberes como acréscimos ao saber produzido nas instituições já existentes.

Ao desmitificarem nomenclaturas de encorpadura densa, subsidiárias do sistema de domínio que há séculos tende a jogar todo mundo nos mesmos vasos comunicantes, os epistemes emergentes das narrativas intersexo revelaram o potencial emancipatório dos saberes produzidos à margem; sua capacidade de agência se dá na prática reflexiva não atrofiada pelas intervenções violentas e traumáticas, pois aí onde não tenha sido destruída a capacidade de elaborar os próprios pensamentos há possibilidade de fazer escolhas livres conforme a ACD.

A LA e a ACD dialogaram com os epistemes emergentes na análise das narrativas, essa interação favoreceu identificar um comum denominador entre os autores desses depoimentos, qual seja a identificação do primeiro bem material a recuperar como autônomo, personalíssimo e intransferível, qual seja o corpo intersexo, abastecido de registros suficientes sobre as desiguais relações de poder no que tange à apropriação de conhecimento.

Em conformidade com as narrativas intersexo, identificamos a existência de um silogismo sofisticado do estupro intersexo, travestido nas cirurgias corretivas definidoras de sexo e nas práticas de alongamentos vaginais, motivo pelo qual apelamos à criticidades acadêmica para sugerir o termo genérico 'narrativas de estupro intersexo' que parece estar em consonância com o corpus teórico e com o sentir de quem passou por violências equiparadas com esse crime.

O saber alternativo mostrou ser uma fonte de informações sobre um problema de pouca visibilidade, talvez pelos atos omissivos que corroboram a regressão moral espelhada nos traços do binarismo de gênero numa sociedade que mal tem ouvido o termo intersexo, quanto menos saber o que comporta estar entre o silêncio e a intenção de dizer algo sobre o denso peso da dominância masculina e o seu alto grau de toxicidade em nível local e global.

Graças às ferramentas metodológicas e aos procedimentos analíticos foi possível identificar uma considerável discrepância entre a produção clínica de masculinidades e feminilidades, na qual estas são maioria. Sugere-se aprofundamento desse aspecto discrepante em termos quantitativos por suas possíveis repercussões no cotidiano (entendimentos e dissentimentos sobre o corpo, o prazer, a sexualidade, as violências e as tecnologias).

Não foi tarefa fácil selecionar as narrativas que combinassem com os textos poéticos que tratariam do assunto específico que interessava à bagagem que engloba as diversas variações intersexo, a qual se relaciona com o prazer, com a masturbação, os quais continuam sendo temas tabu e motivo de condenação ou, pelo menos, omissão nas produções acadêmicas sobre corpo, gênero e sexualidade a partir de padrões que impossibilitam a exploração do tema.

A partir das produções poéticas, algumas totalmente inéditas como as produzidas pela autora do trabalho, foi possível perceber que a sua linguagem contrasta com a ideia de recato, timidez, desinteresse ou apatia ao prazer sexual atribuída ao corpo feminino como se desejar fosse algo errado, sujo ou mesmo

doentio. Os textos escolhidos apresentam a vivência do prazer sexual através da experiência de cada um se reinventar no gozo de tornar-se o que se é.

Foi assim que, a partir de um número limitado, uma população relativamente pequena de testemunhos de vida, buscou-se somar às investigações já existentes sobre o tema pesquisado, observando que os seus epistemes não desprezam nem concorrem com o saber oficial, apenas sugerem que os opostos aprendam a se estranhar para, eventualmente, se unirem como saber representativo da complexidade humana, situada além da construção binária.

Tanto a LA quanto a ACD se mostraram ferramentas valiosas na análise que nos permite adotar um posicionamento analítico crítico e político sobre o conhecimento científico e os epistemes emergentes que poderiam estar presentes na grade curricular das graduações, não apenas da área da saúde mas em todas as áreas de conhecimento pelas quais o corpo transita, devendo romper fronteiras acadêmicas e chegar à opinião pública para superar preconceitos.

O subalterno seria, segundo Spivak (2010), aquele que carece do poder de autorrepresentação, alguém a quem se nega o reconhecimento como sujeito da própria história, como acontece com as crianças intersexo e, mais ainda, alguém que não consegue subverter a ordem política dominante, embutida na engrenagem hospitalar sob o regime de controle dos corpos que não se adequam à norma.

Nesse sentido, espera-se que uma vez públicas, as histórias de vida intersexo possam transcender o seu caráter funcional de desabafo catártico para se firmarem como epistemes políticos que visam operar mudanças sociais e ganhar visibilidade, estatuto de reconhecimento legítimo e socialmente relevante, capaz de romper paradigmas em nível local e global. Rupturas benéficas em nível individual e coletivo.

Advoga-se por uma pedagogia da reelaboração das narrativas intersexo como trauma vivido que não somente se reduza às lembranças, mas que, ganhando a necessária projeção política no espaço público, possa se somar à verdade factual epistemológica com desdobramentos éticos, morais, educacionais e jurídicos que renovem as políticas públicas educacionais e da saúde em alinhamento com os Direitos Humanos que gradativamente conquistam confiança e credibilidade, com iniciativas de grande relevância como a Resolução da ONU publicada em abril de 2024 proibindo cirurgias em recém-nascidos e crianças intersexo.

## Referências

AKOTIRENE, C. *Interseccionalidade: feminismos plurais*. São Paulo: Pólen, 2019.

ALBUQUERQUE, L. R. de. Discurso sobre a não virilização do cérebro: incoerência e preconceito. *Revista Direito e Sexualidade*, Salvador, v. 1, n. 1, pp. 97–98, 2023.

ALCÁNTARA, E. Intersexualidad. In: MORENO, H e ALCÁNTARA, E. (Org.) *Conceptos clave en los estudios de género*. Universidad Nacional Autónoma de México/Centro de Investigaciones y Estudios de Género. México, 2018, pp. 151-168.

ALMEIDA, G. Homens trans: novos matizes na aquarela das masculinidades? *Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 20, n. 2, maio-agosto, 2012, pp. 513-523.

AMATO, V. *Intersex Narratives: Shifts in the Representation of Intersex Lives in North American Literature and Popular Culture*. Thesis as a dissertation in fulfillment of the requirements for the degree of Doctor of Philosophy (Dr. Phil.) by the Faculty of Arts and Humanities II at Humboldt University of Berlin: KU, 2016, 317 fls.

ANUNNAKI, R. *Eight Names for the SAME thing: Penis, Phallus, Clitoris, Phallocitoris, Micropênis, Microphalus, Clitoromegaly and Pseudo-Penis*. Publicado no dia 8 de março de 2016 no blog do ativista visionário LGBTQIA+ Mx Anunnaki Ray Marquez. Disponível no seguinte link: <<https://anunnakiray.com/2016/03/18/eight-names-for-the-same-thing-penis-phallus-clitoris-phalocitoris-micropenis-microphalus-clitoramegaly-and-pseudo-penis/>>. Último acesso 24 de outubro de 2022.

ANZALDÚA, G. La consciência de la mestiza: rumo a uma nova consciência. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 13, n. 3, setembro-dezembro, 2005, pp. 704-719.

ARÁN, M; MURTA, D. Do diagnóstico de transtorno de identidade de gênero às redescrições da experiência da transexualidade: uma reflexão sobre gênero, tecnologia e saúde. *Physis Revista de Saúde Coletiva*, v. 19, n. 1, 2009, pp. 15-41.

ARAÚJO, C. A. Estudos de usuários: pluralidade teórica, diversidade de objetos. In: *Encontro nacional de pesquisa em ciência da informação*, 9., 2008, São Paulo. Anais. São Paulo: Ancib, 2008.

BAKHTIN, M. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. Trad. Yara Frateschi Vieira. 4. ed. São Paulo: Hucitec: Brasília: Edunb, 1999.

BARAD, K. Performatividade pós-humanista: para entender como a matéria chega à matéria. *Vazantes*, vol. 1, nº. 1, 2017, pp. 7-34.

BARRETO, N. *Esconderijos em papéis*. Salvador: Kalango, 2007.

BARROS, D. Intolerância, preconceito e exclusão. In: Lara, G. e Limberti, R. (Org.). *Discurso e (des)igualdade social*, 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2015, pp. 61-78.

BEAUVOIR, S. *O segundo sexo*. Trad. Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

BEAUVOIR, S. *O segundo sexo: a experiência vivida*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2016.

BENTO, B. Gênero: uma categoria cultural ou diagnóstica? In: ARILHA, M.; LAPA, T.S. PISANESCHI, T.C. (Org.). *Transexualidade, travestilidade e direito à Saúde*. São Paulo, Oficina Editorial, 2010, pp. 167-197.

BENTO, B. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BERLANT, L.; WARNER, M. Sex in public. In: WARNER, M. *Publics and counterpublics*. New York: Zone Books, 2002, pp. 187-208.

BERTERO, C. Cultura organizacional e instrumentalização do poder. In: FLEURY, M. T.; FISCHER, R. M. (Org.). *Cultura e Poder nas organizações*. São Paulo: Atlas, 1996.

BHABHA, H. *O Local da Cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

BHASKAR, R. From science to emancipation. Alienation and the actuality of enlightenment. New Delhi; London: Sage Publications, 2002.

BHASKAR, R. Critical realism. Essential readings. In: ARCHER, M.; BHASKAR, R.; COLLIER, A.; LAWSON, T.; NORRIE, A. Centre for critical realism. London: Routledge, 1998.

BIRMAN, J. *Mal-estar na atualidade: a psicanálise e as novas formas de subjetivação*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

BIROLI, F. Autonomia, opressão e identidades: a resignificação da experiência na teoria política feminista. *Revista Estudos Feministas* (UFSC. Impresso), v. 21, 2013, pp. 81-105.

BORBA, R.; LOPES, A. Escrituras de gênero e políticas de *différance*: imundície verbal e letramentos de intervenção no cotidiano escolar. *Linguagem & Ensino*, Pelotas, v.21, n. especial da VIII SENALE, 2018, pp. 241-285.

BORBA, R. Linguística queer: uma perspectiva pós identitária para os estudos da linguagem. *Revista Entrelinhas*, v. 9 n. 1, janeiro/junho, 2015, pp. 91-107.

BORBA, R. *(Des)aprendendo a “ser”*: trajetórias de socialização e performances narrativas no Processo Transexualizador. Tese de Doutorado no Programa Interdisciplinar de Pós-graduação em Linguística Aplicada, Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2014a, 206 fls.

BORIS, G.; HOLANDA, M. De. Mulher, corpo e subjetividade: uma análise desde o patriarcado à contemporaneidade. *Revista Mal-estar e Subjetividade*. Fortaleza, v. 7, n. 2, set. 2007, pp. 451-478.

BOSI, E. *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê, 2003.

BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. Tradução: Maria Helena Küher, 11ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2012.

BRAIDOTTI, R. *Metamorfosis: hacia una teoría materialista del devenir*. Madrid: Akal, 2005.

BRASIL. Decreto Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. *Código Penal*. Disponível em: <[http://w.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del2848compilado.htm](http://w.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm)>. Último acesso 20 de abril de 2023.

BRASIL. Câmara Legislativa. Projeto de Lei nº. 5255/2016, apresentado no dia 11/05/2016 pela Deputada Laura Carneiro, sobre os registros públicos e registro civil de pessoas intersexo. Disponível para consulta no site da Câmara Legislativa: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1460564](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1460564). Último acesso 13/03/2023.

BRITZMAN, D. Curiosidade, sexualidade e currículo. In: LOURO, G. (Org.) *O Corpo Educado: Pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, pp. 61-82.

BRITZMAN, D. O que é esta coisa chamada amor: identidade homossexual, educação e currículo. *Educação e Realidade*, v. 21 n. 1, jan/jun., 1996, pp. 71-96.

BUCHOLTZ, M. e HALL, K. Theorizing identity in language and sexuality. *Language in Society*, v. 33, n. 4, outubro, 2004, pp. 469-515.

BURGOS, D. Deconstrucción y Subversión. In: SOLEY-BELTRÁN, P. e SBASAY, L, (Eds.) *Judith Butler en disputa: Lecturas sobre la performatividad*. Madrid: Eagles, 2012, pp. 101-133.

BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, J. *Relatar a si mesmo: crítica da violência ética*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

BUTLER, J. Repensar la vulnerabilidad y la resistencia. *XV Simposio de la Asociación Internacional de Filósofas*, Madrid, 2014.

BUTLER, J.; ATHANASIOU, A. *Dispossession: the performative in the political*. Cambridge, Malden: Polity Press, 2013.

BUTLER, J. *Deshacer el género*, Barcelona: Paidós, 2006.

BUTLER, J. *Vidas precarias: el poder del duelo y de la violencia*. Buenos Aires: Paidós, 2004.

BUTLER, J. *Cuerpos que importan: sobre los límites materiales y discursivos del "sexo"*. Buenos Aires: Paidós. 2002.

BUTLER, J. *Excitable Speech: A politics of the performative*. New York: Routledge, 1997.

BUTLER, J. *Bodies That Matter: On the Discursive Limits of Sex*. New York: Routledge. 1993.

BUTLER, J. Variaciones sobre sexo y género. Beauvior, Wittig y Foucault. In: SEYLA, B. e DRUCILLA, C. (Ed.) *Teoría feminista y teoría crítica*. Valencia: Alfonso el Magnánimo, 1990.

CABRAL, M. La excepción y la regla. *Página 12, Radar*. Dom. 21 de marzo, 2004, pp. 1-3.

CABRAL, M.; BENZUR, G. Cuando digo intersex. Un diálogo introductorio a la intersexualidad. *Cedernos Pagu*, n. 24, enero-junio, 2005, pp. 283-304.

CACOPARDO, A. Nada sería posible si la gente no deseara lo imposible. Entrevista a Silvia Rivera Cusicanqui. *Andamios*, v. 15, n. 37, mayo-agosto, 2018, pp. 179-193.

CAMARGO, W. X. Circulando entre práticas esportivas e sexuais: etnografia em competições esportivas mundiais LGBTs. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012, 314 f.

CAMERON, D. Desempenhando identidade de gênero: conversa entre rapazes e construção da masculinidade heterossexual. In: OSTERMAN, A. e FONTANA, B. (org.). *Linguagem, gênero e sexualidade*. São Paulo: Parábola, 2010. pp. 129-149.

CAMERON, D. e KULICK, D. *Language and sexuality*. Cambridge: University Press, 2003.

CANGUILHEM, G. O normal e o patológico. 6. ed. rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

CANGUÇÚ-CAMPINHO, A. K. *A construção dialógica da identidade em pessoas intersexuais: o x e o y da questão*. Tese de doutorado. Salvador, UFBA, 2012, 204 fls.

CANGUÇÚ-CAMPINHO, A. K. *Aspectos da construção da maternidade em mulheres com filhos intersexo*. Dissertação de Mestrado, Salvador, Bahia. UFBA, 2018, 130 fls.

CANGUÇU-CAMPINHO, A. K. Reflexões sobre a fragmentação nominativa e a demanda de saúde integral da pessoa intersexo. *Revista Direito e Sexualidade*, Salvador, v. 1, n. 1, pp. 90–91, 2023.

CARBONI, F.; MAESTRI, M. A linguagem escravizada: língua, história, poder e luta de classes. São Paulo: Expressão popular, 2006.

CARBONI, F.; MAESTRI, M. *A linguagem escravizada: língua, história, poder e luta de classes*. São Paulo: Expressão popular, 2003.

CARNEIRO, S. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. Tese de Doutorado em Educação junto à Área de Filosofia da Educação, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da USP, sob a orientação da Professora Doutora Roseli Fischmann. São Paulo: FEUSP, 2005, 339 f.

CARRILLO, J. Entrevista com Beatriz Preciado. *Cadernos Pagu*, v. 28, janeiro-junho, 2007, pp. 375-405.

CARVALHO, A. e MARQUES, P. Uma Proposta Metodológica para Aproximação entre Arte e Psicologia: o método objetivo-analítico de Vygotsky. In: AVELINO, Y. (Org.) *Olhares Cruzados: Cidade, História, Arte e Mídia*. Curitiba: CRV Ed. 2011.

CARVALHO, C. FERREIRA D. e SANTOS, M. dos. Analisando a Lei Maria da Penha: a violência sexual contra a mulher cometida por seu companheiro. *Anais do I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas*. Universidade Estadual de Londrina, 24 e 25 de junho GT 5. Gênero e Violência. Coord. Sandra Lourenço, 2010, pp. 47-53.

CASSIANO, Ricardo. *Melhores Poemas*. Seleção Luiza Franco Moreira. São Paulo: Global, 2003. pp. 108-112.

CECCAGNO, D. Heart of darkness e a alteridade. 65 *Acta Scientiarum. Language and Culture* Maringá, v. 39, n. 1, p. 63-70, Jan.-Mar., 2017

CELANI, M. A. A. Afinal, o que é Linguística Aplicada? In: PASCHOAL, M. S. Z. e CELANI, M. A. A. (Orgs.) *Linguística Aplicada: da aplicação da Linguística à Linguística transdisciplinar*. São Paulo: EDUC, 1992, pp. 15-23.

CIDH - Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Violência contra Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersexo nas Américas. *OAS Ser. L/VIII. Doc. 36/15, rev. 1*, 12 noviembre, 2017.

CIDH - Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Audiência sobre a “Situação de direitos humanos das personas intersexo nas Américas” em 20 de marzo de 2017, disponível <<https://brujulaintersexual.org/2017/03/26/cidh-la-situacion-comunidad-intersexual-mexico/>>. Última consulta 12/04/2020.

CLARINDO, W. R. Variações de aspectos genéticos que levam à diferenciação do sexo. *Revista Direito e Sexualidade*, Salvador, v. 1, n. 1, p. 66–70, 2023.

CLIFFORD, J. Notas sobre teoría y viaje. In: RODRÍGUEZ F. (Ed.) *Teorías viajeras. Cuadernos de teoría crítica*. Instituto de Literatura y Ciencias del Lenguaje, n. 1. Viña del Mar: Colección Dársena. Pontificia Universidad Católica de Valparaíso, 2015, pp. 63-78.

COLLING, L.; ARRUDA, M. e NONATO, M. Perfechatividades de gênero: a contribuição das fechativas e afeminadas à teoria da performatividade de gênero. *Cadernos Pagu*, n. 57, 2019, pp. 1-34.

COLLING, L. *Que os outros sejam o normal: tensões entre movimento LGBT e ativismo queer*/ Leandro Colling, Salvador: EDUFBA, 2015.

CORA, L. La mujer no debería existir: Reflexiones acerca de la inconveniente idea de género en la creación artística. In: *Arte y género: problemáticas actuales desde una visión multidisciplinaria*. MEDELLÍN, M. (Org.) Mexicali, Baja California: Universidad Autónoma de Baja California, 2019, pp. 77-88.

CORRÊA, C.A.B. Pichação: corpos em performance. XII Seminário Internacional de Investigación en Urbanismo, São Paulo-Lisboa, 2020.

COPJEC, J. *El sexo y la eutanasia de la razón*. Buenos Aires: Paidós, 2006.

COSTA, H. da. *O discurso historiográfico da Linguística Aplicada brasileira* [manuscrito] Hilda Rodrigues da Costa. Orientador: Prof. Dr. Alexandre Ferreira da Costa. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Letras, 2011, 96 fls.

CRENSHAW K. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. Estudos Feministas, ano 10, nº 1, 2002, pp. 171-188.

CUEVAS, C. *Corpos abjetos e amores malditos: homossexualidade, anonimato e violência institucional na Ditadura Stronista em Assunção, 1959*. Dissertação de Mestrado em História. Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná-UFPR. Curitiba, 2015, 170 fls.

CUNHA, L. Direito à indenização decorrente da ofensa à dignidade da pessoa humana intersexual. In: DIAS, M. B. Intersexo. São Paulo, *Revista dos Tribunais*, 2018, pp. 195-206.

CUSICANQUI, S. *Un mundo ch'ixi es posible*. Ensayos desde un presente en crisis. Silvia Rivera Cusicanqui. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Tinta Limón, 2018.

DAMIANI, D.; GUERRA-JÚNIOR, G. As Novas Definições e Classificações dos Estados Intersexuais: o Que o Consenso de Chicago Contribui para o Estado da Arte? *Arquivos Brasileiros de Endocrinologia e Metabolismo*, v. 51, n. 6, 2007, pp. 1013-1017.

DAMIANI, D.; SETINA, N.; KUPERMAN, H.; MANNA, T. e DICHTCHEKENIAN, V. Genitália Ambígua: Diagnóstico Diferencial e Conduta. *Arquivos Brasileiros de Endocrinologia e Metabolismo*; vol. 45, n. 1, fevereiro, 2001, pp. 37-48.

DARNTON. R. *O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa*. Trad. Sonia Coutinho. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DA SILVA, G. A imagem de si: entre obediência e subjetividades dissonantes. *Revista Cippus*– Unilasalle. Canoas Rio grande do Sul: v. 8 n. 2, novembro, 2020.

DE CARVALHO, J.; OLIVEIRA, A. Cultura do estupro: considerações sobre violência sexual, feminismo e Análise do Comportamento. *Acta Comportamentalia: Revista Latina de Análisis de Comportamiento*, vol. 27, n. 1. Universidad Veracruzana, México. 2019.

DE CASTRO, C. *Corpo, emoção e identidade no campo feminista contemporâneo brasileiro*. A marcha das vadias do Rio de Janeiro. RJ: UFRJ/IFCS, 2018, 315 fls.

DELEUZE, G., Diferença e Repetição. Tradução de Luis B. L. Orlandi e Roberto Machado, Rio de Janeiro: Graal, 2006.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: Editora 34, 1997.

DIAS, I. Violência contra as mulheres no trabalho: o caso do assédio sexual. *Sociologia, problemas e práticas*. n. 57, 2008, pp. 11- 23.

DIAS, M. B. *Homoafetividade e os direitos LGBTI* / Maria Berenice Dias. 6ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

DREGER, A. *Why Disorders of Sex Development? (On Language and Life)*. Publicado no blog da escritora Alice Dreger no dia 17 de novembro de 2007. Disponível em: <<https://alicedreger.com/dsd/>>. Último Acesso 13/07/2021.

DREGER, A. Intersex and Human Rights: the long view. In: SYTSMA, S. (Org). *Ethics and Intersex*. Holanda: Springer, 2006, pp. 73-86.

DREGER, A. *Hermaphrodites and the Medical Invention of Sex*. Cambridge: Harvard University Press, 2003.

DREGER, A. Ambiguous Sex or Ambivalent Medicine? *The Hastings Center Report*, maio/junho, v 28, n. 3, 1998, pp. 24-35.

ELLIS, C.; ADAMS, T. e BOCHNER, A. Autoetnografia: un panorama, In: BÉNARD, S. (Org.) *Auto etnografía, una metodología cualitativa*. México: Universidad Autónoma de Aguascalientes/ El Colegio de San Luis, 2019.

ENAP. Direitos humanos e saúde mental. Curso permanente: Damião Ximenes Lopes. *Fundação Escola Nacional de Administração Pública*. Diretoria de Desenvolvimento Profissional. Brasília, DF: SAIS - Área 2 A, 2023.

ESCALEIRA, B. Sangria: palavra de corte de Luiza Romão. *Criolla*, n. 20, 2º sem, 2017.

EVARISTO, C. Gênero e Etnia: uma escrita(vivência) de dupla face. Texto apresentado no *X Seminário Nacional e I Seminário Internacional Mulher e Literatura*. UFPB, 2003.

EUGENIO, G. Pelo direito de existir além das barreiras patologizantes: a experiência das pessoas trans em uma perspectiva argumentativa. *Dissertação Mestrado em Direito* pela Universidade de Brasília, Brasília, 2018, 140 fls.

FABRÍCIO, F; BORBA, R. Introdução. In: *Oficina de Linguística Aplicada: homenagem a Luiz Paulo da Moita Lopes Fabrício, B. e Borba, R. (Org.)*. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp. 2023, pp. 19-45.

FABRÍCIO, B. Linguística aplicada e visão de linguagem: por uma indisciplinaridade radical. *RBLA*, v. 17, n. 4, 2017, pp. 599-617.

FABRÍCIO, B. Linguística Aplicada como espaço de “desaprendizagem”: redescrições em curso. In: MOITA LOPES, L. P. (org.). *Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006, p. 45-66.

FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2016.

FANON, F. *Os condenados da terra*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005.

FAUSTO-STERLING, A. *Cuerpos Sexuados: La política de Género y la Construcción de la Sexualidad*. Barcelona: Melusina, 2006.

FAUSTO-STERLING, A. Dualismo em Duelo. *Cadernos Pagu*, v. 17, 2001, pp. 9-79.

FAUSTO-STERLING, A. The five sexes, revisited. The emerging recognition that people come in bewildering sexual varieties is testing medical values and social norms. *The science*, July/August, 2000, pp. 19-23.

FERRAROTTI, F. Sobre a autonomia do método biográfico. In: NÓVOA, A. e FINGER, M. (Org). *O método (auto)biográfico e a formação*. Natal: EDUFRN, 2014, pp. 29-57.

FERREIRA, M. O corpo enquanto objeto discursivo. In: PETRI, V. e DIAS, C. *Análise do discurso em perspectiva: teoria, método e análise*. Santa Maria: Ed. Da UFSM, 2013, pp. 99-108.

FIORIN, J. L. Reflexões indisciplinadas sobre epistemologia em linguística. In: *Oficina de Linguística Aplicada: homenagem a Luiz Paulo da Moita Lopes Fabrício, B. e Borba, R. (Org.)*. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp. 2023, pp. 173-192.

FISHER, A. *Manual Prático de Linguagem Inclusiva: Uma rápida reflexão, 12 técnicas básicas e outras estratégias semânticas*. São Paulo: Vila Madalena, 2020.

FLORES, J. H. *A reinvenção dos direitos humanos*. Tradução de Carlos Roberto Diogo Garcia; Antônio Henrique Graciano Suxberger; Jefferson Aparecido Dias. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009.

FLORIANO, R. Cultura do estupro: prática e incitação à violência sexual contra mulheres. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 25, n.1, janeiro-abril, 2017, pp. 9-29.

FOUCAULT, M. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 2010.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. São Paulo: Graal, 2004.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.

FOUCAULT, M. A arqueologia do saber. Trad. L. F. Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

FRANKL, V. *Em busca de Sentido: um psicólogo no campo de concentração*. Tradução de Walter O. Schlupp e Carlos C. Aveline. Petrópolis: Vozes, 1991.

FREIRE, Rebeca Sobral; ROCHA, Lucas Valentim. “O estupro é você! El violador eres tu! We know the rapist is you!”: O que cantam e dançam as feministas em coreografias de protestos transnacionais. In: *encontro nacional de pesquisadores em dança*, 7, 2022. Salvador: Associação Nacional de Pesquisadores em Dança – Editora ANDA, 2022. pp. 2220-2232.

FREITAS, D. Cirurgias em bebês e crianças intersexo: procedimentos que propiciam a pedofilia? *Revista Direito e Sexualidade*, Salvador, v. 1, n. 1, pp. 12–20, 2023.

FREUD, S. (1927-1931). *O Futuro de uma Ilusão: O Mal-Estar na Civilização e outros trabalhos*. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, Vol. XXI. 1996.

FREUD, S. *Um estudo autobiográfico: inibições, sintomas e ansiedade, a questão da análise leiga e outros trabalhos*. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago. Vol. XIX. 1925.

FRÓES, A; BULGARELLI, L; e FONTGALAND, A. *Entre curas e terapias: práticas de conversão sexual e de gênero no Brasil*. São Paulo: All Out e Instituto Matizes. 2022.

FURTADO, R; CAMILO, J. O conceito de biopoder no pensamento de Michel Foucault. *Revista Subjetividades*, vol. 16, n. 3, 2016, pp. 34-44.

GARZÓN, V. *El pasado entrometido*. La memoria histórica como campo de batalla/Iván Garzón Vallejo. Santiago: RIL editores. Universidad Autónoma de Chile, 2023.

GASPARI, Leni Trentim. *Educação e Memória: Imagens Femininas nas “Gêmeas do Iguazú” nos anos 40 e 50*. (Dissertação de Mestrado em Educação) Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2003.

GIL, C. H. *Máscaras masculinas: Héroes, patriarcas y monstruos*. Barcelona, España: Editorial Anagrama, 2006.

GILLAM, L.; HEWIT, J. & WARNE, L. Ethical Principles for the Management of Infants with Disorders of Sex Development. *Hormone research in pediatrics*, v. 74, n. 6, 2010, pp. 412-420.

GILLIGAN, C. *In a Different Voice: psychological theory and women's development*. Harvard University Press. Cambridge, Massachusetts, 2003.

GILLIGAN, C. *Uma voz diferente: psicologia da diferença entre homens e mulheres da infância à idade adulta*. Trad. Nathanael C. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1982.

GILROY, P. *O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência*. São Paulo: Editora 34; Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2012.

GIMÉNEZ, F. Errores exquisitos: por una erótica de corporalidades intersexuadas. In: LISTA, M; GIMÉNEZ, F. (Org.). *Tratado breve de concupiscências e prodígios*. Ciudad de México: La Cifra, 2016, pp. 41-54.

GIMÉNEZ, F. *Erótica de la banalidad: simulaciones, abyecciones, eyaculaciones*. Universidad Autónoma de Querétaro. México: Fontamara, 2011.

GOELLNER, S. A construção cultural do corpo. In: LOURO, G. (Org). *Corpos, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. Petrópolis, RJ: vozes, 2013, pp. 30-42.

GOFFMAN, E. *Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. Rio de Janeiro: LCT, 1988.

GOLDMANN, L. *Dialética e Cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

GOMES, R. A dimensão simbólica da violência de gênero: uma discussão introdutória. *Athenea digital: Revista de pensamento e investigação social*, n. 14, 2008, pp. 237-243.

GROSZ, E. Corpos reconfigurados. *Cadernos Pagu*, v. 14, 2000, pp. 45-86.

GUITZEL, V. Poesia trans: a arte da resistência I. *Esquerda Diário, Arte e Poesia*. Coletânea poética. Publicada na sexta-feira 29 de janeiro de 2016, pp. 1-27. Disponível em: <<https://www.esquerdadiario.com.br/Poesias-TRANS-A-arte-da-resistencia-1->>. Último acesso dia 24 de junho de 2022.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. Traduzido por Laurent Léon Schaffter. Vértice, 1990.

HALL, K; BORBA, R.; HIRAMOTO, M. Relocating power: the feminist potency of language, gender and sexuality research. *Gender and Language*, v. 15, n. 1, pp. 1-10, 2021.

HALL, K.; LEVON, E. e MILANI, T. Navigating normativities: Gender and sexuality in text and talk. *Language in Society*, n. 48, 2019, pp. 481-489.

HALL, S. *A identidade cultural da pós-modernidade*. São Paulo: DP&A, 2006.

HALL, S. Quem precisa da identidade? In: SILVA, T. (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

HARAWAY, D. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. LORDE, A e HOLLANDA, B. (Org.). Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019, pp. 163-220.

HARAWAY, D. (1991). Gênero para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. *Cadernos Pagu*, v. 22, 2004, pp. 201-246.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 5, 1995, pp. 7- 41.

HARDING, S. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. In: *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. LORDE, A. e BUARQUE, H. (Org.) Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019, pp. 87-112.

HARPER, C. *Intersex*. New York: Oxford International Publishers Ltd., 2007.

HEILBORN, ML. Fronteiras simbólicas: gênero, corpo e sexualidade. *Cadernos Cepia*, nº 5, Gráfica JB, Rio de Janeiro, dezembro de 2002, pp. 73-92.

HERREJÓN, E. M. Mestiçagem na escrita anzaldiana: o esforço queer de fronteira. *Revista Inventário*, n. 27, fev-mar, Salvador, 2021, pp. 187-202.

HERREJÓN E. M. Fronteiras e multidões queer. In: ZOGHBI, D. e BORGES, R. *Diálogos com a linguística: saberes em relação*. Salvador: Quarteto editora, 2020, pp. 29-55.

HERRERA, P. Pacto de silêncio como expressão de violência intrafamiliar. *Revista Direito e Sexualidade*, Salvador, v. 1, n. 1, pp. 10–11, 2023.

HILL, P. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Revista Sociedade e Estado*, vol. 31, n.1 janeiro/abril, 2016.

HIRATA, H. Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social*, revista de sociologia da USP, v. 26, n. 1, 2014, pp. 61-73.

HOLMES. M. *Intersex: A Perilous Difference*. Selinsgrove, PA: Susquehanna University Press; Distributed by: Associated University Press, 2008, 198 p.

HONNETH, A. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Ed. 34, 2003.

hooks, b. *The Will to Change: Men, Masculinity, and Love*. New York: Washington Square Press, 2004. Chapter 2 *Understanding Patriarchy*. Tradução para uso didático, Brasil, Rio de Janeiro, abril de 2020, pp. 17-36.

hooks, bell. *Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra*. Tradução de Cátia Bocaiuva Maringolo. São Paulo: Elefante, 2019. 380 p.

hooks, b. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. Tradução. Marcelo Brandão. São Paulo: Editora WMF, Martins Fontes, 2013.

HOUK, C. e LEE, P. Update on disorders of sex development. *Current Opinion Endocrinology Diabetes Obesity*, vol. 19, n. 1, fev., 2012, pp. 28-32.

INDURSKY, F.; MITTMAN, S. e FERREIRA, M. C. (Org). *Memória e história na análise de discurso*. Mercado de Letras Edições e Livraria Ltda.: Campinas/SP, 2011.

JESUS, C. B. de. “Adequação” genitália e a violação do direito à paternidade biológica. *Revista Direito e Sexualidade*, Salvador, v. 1, n. 1, pp. 94–95, 2023.

KATZ, J. N. *A invenção da heterossexualidade*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.

KESSLER, S. J. The medical construction of gender: case management of intersexed infants. In: LASLETT, B; KOHLSTEDT, S. G; LONGINO, H; HAMMONDS, E. (Eds.) *Gender and Scientific Authority*. Chicago, University of Chicago Press, 1996, pp. 340-363.

KING, B. Biopolitics and intersex human rights: A role for applied linguistics. *Applied Linguistics & Politics*. University of Hong Kong. May 26th, 2021, pp. 1-23.

KING, B. Becoming the intelligible other: speaking intersex bodies against the grain. *Critical discourse studies*, v. 13, n. 4, 2016, pp. 359-378.

KOERNER, K. Questões que persistem em Historiografia Linguística. *Revista Da Anpoll*, v. 1, n. 2, 1996, pp. 45-70.

KRENAK, A. *Ideais para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das letras, 2020.

KRESS, G. Critical Discourse Analysis. In: W. G. (org.). *Annual Review of Applied Linguistics* v. 11. 1990, pp. 84-99.

KRISTEVA, J. *Poderes de la perversión: Ensayo sobre Louis-Ferdinand Céline*. Traducción Nicolás Rosa. México: Siglo XXI Editores, 2006

KRISTEVA, J. *Poderes de la perversión*. México: Siglo XXI Editores, 2004.

KUPFER, M. O autista e as discussões de gênero: um abalo para a psicanálise? In: KARDOUS, P. (Org.). *A querela do gênero: uma abordagem psicanalítica*. 1ª ed. Salvador, BA: Ágalma, 2023, pp. 155-174.

LAENDER, N. R. A construção do sujeito contemporâneo. *Cogito*, v. 6. Salvador. 2004.

LANDOWSKI, E. *Interações arriscadas*. Trad. Luiza Helena Oliveira da Silva. São Paulo: Estação das Letras e Cores e Centro de Pesquisa Sociosemióticas, 2014.

LAU, H. D. e BORBA, R. Conhecendo a linguística queer: entrevista com Rodrigo Borba. *Revista X*, Curitiba, v. 14, n. 4, 2019, pp. 8-19.

LAURETIS, T. de. Género y teoría queer. *Mora* (B. Aires), Ciudad Autónoma de Buenos Aires, v. 21, n. 2, 2015, pp. 197-118.

LAZAR, M. Feminist Critical Discourse Analysis: articulating a feminist discourse praxis. *Critical Discourse Studies*, v. 4, n. 2, p. 141-164, august, 2007.

LEAP, W. Queering Gay Men's English. In: *Gender and Language Research Methodologies*, HARRINGTON, K.; LITOSSELITI, L.; SAUNTSOON, H. e SUNDERLAND, J. (Ed). New York: Palgrave Mcmillan, 2008, pp. 283-296.

LARA, G.; LIMBERTI, R. Apresentação. In: Lara, G. e Limberti, R. (Org.). *Discurso e (des)igualdade social*, 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2015, pp. 7-11.

LEAL, Dodi, Tavares Borges. *De trans para Frente*. São Paulo: Patuá, 2017.

LEITE, M. T. C. Cirurgias reconstrutivas sexuais: cuidados, urgências e direitos. *Revista Direito e Sexualidade*, Salvador, v. 1, n. 1, p. 6-9, 2023.

LEIVAS, P; SCHIAVON, A; RESADORI, A; VANIN, A; ALMEIDA, A; MACHADO, P. Violações de direitos humanos nos procedimentos normalizadores em crianças intersexo. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 39, n. 1, 2023, pp. 1-14.

LEWIS, E. *Acho que isso foi bastante macho pra ela*: reforço e subversão de ideologias heteronormativas em performances narrativas digitais de praticantes de pegging/Tese de Doutorado na PUC RJ, Letras. Orientadora: Liliana Cabral Bastos. 2016, 333 fls.

LIMA, M. *O estupro enquanto crime de gênero e suas implicações na prática jurídica*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2012.

LIMA, S. de. Intersexo e (in) visibilidade: cidadania e saúde na busca do registro geral de identificação (RG). Tese de Doutorado - Escola Paulista Medicina, Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), São Paulo, 2014, 103 fls.

LINN SANTOS. Prefácio In: LEAL, Dodi. *De trans pra frente*. São Paulo: Patuá, 2017.

LORDE, A. *Textos escolhidos de Audre Lorde*. Revisado e editado por coletivo Heretika, Editora Lésbica Independente, 2018, pp. 1-35.

LORDE, A. *Sister Outsider. Essays and Speeches by Audre Lorde*. Berkeley: Crossing Press, 2007.

LOURO, G. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2020.

LOURO, G. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

LOURO, G. (Org.) *O Corpo Educado: Pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

MACHADO, I. Narrativa de vida e construção da identidade. In: Lara, G. e Limberti, R. (Org.). *Discurso e (des)igualdade social*, 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2015, pp. 129-142.

MACHADO, P. *O sexo dos anjos*. Representações e práticas em torno do gerenciamento sócio médico e cotidiano da intersexualidade. Tese de Doutorado em Antropologia Social, Porto Alegre: UFRS, 2008, 266 fls.

MACHADO, P. O sexo dos anjos: um olhar sobre a anatomia e a produção do sexo (como se fosse) Natural. *Cadernos Pagu*, v. 24, janeiro-junho, 2005, pp. 249-281.

MACKINNON, C. Feminismo, Marxismo, Método e o Estado: Uma Agenda Para a Teoria. *Revista Direito & Práxis*. Rio de Janeiro, v. 07, n. 15, 2016, pp. 798-837.

MAGALHÃES, I. Teoria crítica do discurso e texto. *Linguagem em (Dis)curso - LemD*, Tubarão, v. 4, n. especial, pp. 113-131, 2004.

MAGALHÃES, I. *Eu e Tu: A Constituição do Sujeito no Discurso Médico*. Brasília: Editora Thesaurus, 2000, 181 págs.

MALUF, S. Corporeidade e desejo: Tudo sobre minha mãe e o gênero na margem. *Estudos feministas*, ano 10, 1º semestre, UFSC, 2002, pp. 143-153.

MARCUSCHI, L. Gêneros textuais emergentes no contexto da tecnologia digital. In: MARCUSCHI, L. e XAVIER, A. (Org.) *Hipertexto e gêneros digitais*. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2005, pp. 13-67.

MARX, C. ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

MATTEI, P. A sexualidade da fêmea humana à luz da evolução. In: DREHMER, C.; FIGUEIREDO, D.; REZENDE DA SILVEIRA (Org.) *Contribuições da evolução biológica ao pensamento humano*. Pelotas: Editora UFPel, 2018, pp. 115-124.

MELO, I. de. Análise Crítica do Discurso: modelo de análise linguística e intervenção social. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, v. 40, n. 3, pp. 1335-1346, set-dez, 2011.

MELO, I. Análise do discurso e análise crítica do Discurso: desdobramentos e intersecções. *Revista Eletrônica de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Lingüística e Literatura* Ano 05 n. 11 - 2º Semestre de 2009.

MICHELL, J. Mulheres: A revolução mais longa. *Revista Gênero*. Niterói, v. 6, n. 2 - v. 7, n. 1, p. 203-232, 1. - 2. sem. 2006.

MILANI, T.; LEVON, E. Israel as homotopia: Language, space, and vicious belonging. *Language in Society*, n. 48, 2019, pp. 607-628.

MISKOLCI, R. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 11, nº 21, jan./jun. 2009, pp. 150-182.

MOIRA, A. O cis pelo trans. *Estudos Feministas*. Florianópolis, vol. 25, n. 1, janeiro-abril, 2017, pp. 365-373.

MOITA LOPES, L. P. da e FABRÍCIO, B. F. Por uma ideologia linguística responsiva às teorizações Queer. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, v. 21 n. 2, 2020, pp. 371-387.

MOITA LOPES, L. P.; FABRÍCIO, B. F. Por uma proximidade crítica nos estudos em Linguística Aplicada. *Calidoscópio*, vol. 17, n. 4, dezembro, 2019, pp. 711-723.

MOITA LOPES, L. P. Linguística Aplicada como lugar de construir verdades contingentes: sexualidades, ética e política. *Gragoatá*, Niterói, n. 27, 2º sem. 2009, pp. 33-50.

MOITA LOPES, L. P. da. Uma Linguística Aplicada mestiça e ideológica: interrogando o campo como linguista aplicado. In: MOITA LOPES, L. P. (org.). *Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006, pp; 13-44.

MOITA LOPES, L. P. da; FABRÍCIO, B. F. Discurso como arma de guerra: um posicionamento ocidentalista na construção da alteridade. *DELTA 21*, Especial, 2005, pp. 239-283.

MORANDO, L. Intervenção de Paul B. Preciado nas Jornadas da Escola da Causa Freudiana. *Resista observatório de resistências plurais*. Publicado em 12/12/2019. Acessível em: <<https://resistadotblog.wordpress.com/2019/12/12/intervencao-de-paul-b-preciado-nas-jornadas-da-escola-da-causa-freudiana/>>. Última consulta: 09/01/2020.

MORETTI, F. O século sério. Tradução de Denise Bottmann. In: *A cultura do romance*. São Paulo: Cosac Naify, 2009, pp. 823-863.

MORGAN, D. *Discovering men*. New York: Routledge, 1992.

MUNIZ, Milton. *Citogenética*. Florianópolis: Biologia/EAD/UFSC, 2009. 126 p.

NANCY, J. L. (1940). *Corpo, fora*. Tradução de Márcia Sá Cavalcante Schuback. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2015.

NANCY, J. L. *Ser singular e plural*. Título original: *Être singulier pluriel* (1996, Galilée, Paris). Tradução de Antonio Tudela Sancho. Madrid: Arena Libros, S.L. 2006.

NANCY, J. L. *Essere singolar e plurale*. Título original: *Être singulier pluriel* (1996, Galilée, Paris). Traduzione di David e Tarizzo Torino: Einaudi, 2001.

NAPOLITANO, M. Aporias de uma dupla crise: história e memória diante de novos enquadramentos teóricos. *Saeculum – Revista de História*, n. 39, jul/dez, 2018, pp. 205-218.

NARI, M. *Políticas de maternidad y maternalismo político (1890-1940)*. Buenos Aires: Biblos, 2004.

NARVAZ, M.; KOLLER, S. Famílias e patriarcados: da prescrição Normativa à subversão criativa. *Psicologia & Sociedade*; v. 18 n. 1; jan/abr. 2006, pp. 49-55.

NOUZEILLES, G. Patagonia as borderland: Nature, culture, and the idea of the state. *Journal of Latin American Cultural Studies*, v. 8, n. 1, pp. 1999, pp. 35–48.

OBANA, S; DUARTE, M. e MAKUCH, M. Maternidade e Formas de Maternagem desde a Idade Média à Atualidade. *Pensando Famílias*, v. 18, n. 1, jun., 2014, pp. 55-62.

OMS (WHO Library). *Eliminating female genital mutilation: an interagency statement* UNAIDS, UNDP, UNECA, UNESCO, UNFPA, UNHCHR, UNHCR, UNICEF, UNIFEM, WHO. Geneva, Switzerland: WHO Press, 2008.

OLIVEIRA, A. Os corpos refeitos: a intersexualidade, a prática médica e o direito à saúde. *Revista de Gênero, Sexualidade e Direito*. Minas Gerais, v. 2, n. 1, jan/dez. 2015, pp. 1-25.

OLIVEIRA, E. de. Blasfêmia. In: GRACINDO, H.; PINHEIRO, M.; ANJOS, M. (Org.). *Donna: vozes que ecoam*. Lagoa da Canoa, AL: IRDE Editora, 2022, pp. 40-43.

OLIVEIRA, MRG de. Trejeitos e trajetos de gayzinhos afeminados, viadinhos e bichinhas pretas na educação! *Periódicus*, v. 1, n. 9, maio/out, Salvador, 2018, pp. 161-191.

ORLANDI, E. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2013.

PAGONIS, P. Intersex activist reclaims the word hermaphrodite and shares their painful story: 'I am so hurt', published on October 26<sup>th</sup>, 2021, in Pink News where the full story can be found: <<https://www.pinknews.co.uk/2021/10/26/pidgeon-pagonis-intersex-activist-twitter-thread-medical-history/>>

PAGONIS, P. Video produzido el 21 de enero de 2019 en la Brújula Intersexual disponible en el enlace: <<https://brujulaintersexual.org/2019/01/21/video-intersex-pagonis-ori/>> Última consulta 24/10/2022.

PAIS, J. *Ganchos, Tachos e Biscates: Jovens, Trabalho e Futuro*. Berlin: Machado. 2003.

PARRINI, R; CASTAÑEDA, X; MAGIS, C; RUIZ, J e LEMP, G. Identidad, deseo y verdad: la construcción de una escena social homoerótica en comunidades migrantes mexicanas en Estados Unidos. *Norteamérica*. Ano 3, n. 1, janeiro-junho, 2008, pp. 97-119.

PATEMAN, C. *O contrato sexual*. Trad. Marta Avancini. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1993.

PEDRO, E. Análise crítica do discurso: aspectos teóricos, metodológicos e analíticos. In: Pedro, E. (Org.). *Análise crítica do discurso: uma perspectiva sociopolítica e funcional*. Lisboa: Caminho, 1997. pp. 19-46.

PELÚCIO, L. Subalterno quem, cara pálida? Apontamentos às margens sobre pós-colonialismos, feminismos e estudos queer. *Contemporânea*, v. 2, 2012, pp. 395-418.

PENNYCOOK, A. Linguística Aplicada Indisciplinar como amálgama epistêmico. In: Oficina de Linguística Aplicada: homenagem a Luiz Paulo da Moita Lopes Fabrício, B. e Borba, R. (Org.). Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp. 2023, pp. 47-78

PENNYCOOK, A. Applied linguistics as epistemic assemblage. *AILA Review*, v. 31, n.1, 2018, pp. 113-134.

PENNYCOOK, A. Uma linguística aplicada transgressiva. In: MOITA LOPES, L. P. (org.). Por uma linguística aplicada indisciplinar. São Paulo: Parábola, 2006, pp. 67-84.

PENNYCOOK, A. Performance and language studies. *Critical inquiry in language studies: an international journal*. v. 1, n. 1, 2004, pp. 1-19.

PENNYCOOK, A. A linguística aplicada dos anos 90: em defesa de uma abordagem crítica. In: SIGNORINI, I; CAVALCANTI, M. C. (org.). Linguística aplicada e transdisciplinaridade. Campinas: Mercado de Letras, 1998, pp. 23-49.

PEREIRA, F. Uma perspectiva decolonial sobre o uso de tecnologias para o ensino de inglês. *Ilha do Desterro*, v. 74, n. 3, Florianópolis, set/dez 2021, pp. 227-246.

PERVIN, N. e NASREEN, M. Sexism in language: a legacy of male thought process. *International Journal of English Language and Literature Studies*, v. 6, n. 4, 2017, pp. 78-90.

PIAGET, J. *O Juízo Moral na Criança*. 1. Ed. São Paulo: Summus, 1994. 302 p.

PIMENTEL, R. e MAGALHÃES, A. Heteronímia, homoerotismo e dissidência de gênero: Aymmar Rodríguez, poeta transgressor. V *Desfazendo Gênero -V Seminário Internacional Desfazendo Gênero*, 22 a 25 de novembro, 2021, pp. 1-15.

PITAVY, T. Objeto não identificado. In: KARDOUS, P. (Org.). *A querela do gênero: uma abordagem psicanalítica*. 1ª ed. Salvador, BA: Ágalma, 2023, pp. 71-80.

PIRES, B. G. Uma visão antropológica sobre a resolução 1.664/03 do CFM. *Revista Direito e Sexualidade*, Salvador, v. 1, n. 1, p. 71, 2023.

PONS, C. Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez. *Estudos Feministas*, Florianópolis, vol. 22, n. 3, setembro-dezembro, 2014, pp. 965-986.

PRECIADO, P. B. *Manifesto contrassexual: práticas subversivas de identidade sexual*. São Paulo: n-1, 2014.

PRECIADO, P. B. Quem defende a criança queer? Viçosa, MG, *Sumario*, n.1, jan-jun, 2013, pp. 96-99

PRECIADO, P. B. Multidões Queer: notas para uma política dos “anormais”. *Estudos Feministas*, v.19, n.1, Jan/Abr. Florianópolis, 2011, pp.11-20.

PRECIADO, P. B. *Biopolítica del género*. La invención del género o el tecno cordero que devora a los lobos. *Conversaciones feministas*. Buenos Aires: Ají de pollo, 2009a, pp. 15-38.

PRECIADO, P. B. *Testo Yonqui*. Madrid: Espasa Calpe, 2008.

QUINTILIANO, M. *Redes Afro-Indígena afetivas: uma Autoetnografia sobre Trajetórias, Relações e Tensões entre Cotistas da Pós-Graduação Stricto Sensu e Políticas de Ações Afirmativas na Universidade Federal De Goiás*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás, UFG, Goiânia, 2019, 131 fls.

RAJAGOPALAN, K. Performativity and the claims of Scientificity of modern linguistics. *DELTA*, vol. 28, n.1, 2012, pp. 85-103.

RAMALHO, V. *Discurso e ideologia na propaganda de medicamentos: Um estudo crítico sobre mudanças sociais e discursivas*. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade de Brasília (UnB), 2008, 193 fls.

RAUPP, R. Para um direito democrático da sexualidade. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, ano 12, n. 26, jul /dez., 2006, pp. 71-100.

REICH, W. *Psicologia de massas do fascismo*. Título original Die Massen psychologie des faszismus, tradução de Maria da Graça M. Macedo. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

REICH, W. *A função do orgasmo: problemas econômico-sexuais da energia biológica*. Título original Die Funktion des Orgasmus, tradução de Maria da Glória Novak, São Paulo: Editora Brasiliense, 1975.

RESENDE, V. M. Between the European legacy and critical daring: epistemological reflections for critical discourse analysis. *Journal of Multicultural Discourses*, v. 5, n. 3, 2010, pp. 193-212.

RESENDE, V. e RAMALHO, V. *Análise de discurso crítica*. São Paulo: Contexto, 2006.

- REVERTER-BAÑÓN, S. La (in)vestidura de los cuerpos. *Lectora*, 2004, pp.133-140.
- REZENDE, L. Epilinguistic activity and Portuguese language teaching. *Revista do Gel*, São Paulo, v. 5, n.1, pp. 95-108, 2008.
- RICH, A. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. *Bagoas*, n. 05, 2010, pp. 17-44.
- RIESSMAN, C. Narrative Analysis. In: *Narrative, Memory & Everyday Life*. University of Huddersfield, Huddersfield, 2005, pp. 1-7.
- RODRIGUES, M. *A luta de vida e morte por trás do canto das cigarras*. Publicado no dia 30 de outubro de 2013, disponível em: <<https://oeco.org.br/analises/27722-a-luta-de-vida-e-morte-por-tras-do-canto-das-cigarras/>>. Última Consulta 08 de junho de 2022.
- ROLNIK, S. Esferas da Insurreição: Notas para uma vida não cafetinada. 2ª ed. São Paulo: n-1 edições, 2019. 208 p.
- ROSA, J. G. *Grande sertão: veredas* (1956). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- RUBIN, G. (1949). *Políticas do sexo*. São Paulo: Abu Editora, 2017.
- RUBIN, G. *Pensando Sexo: Notas para uma teoria radical da política da sexualidade*. 2012.
- SAFATLE, Vladimir. *Em um com o impulso*. 1ª.ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora, 2022.
- SAFATLE, V. Corpos insubmissos e identidades descompostas no cinema de David Cronenberg. *Revista discurso*, v. 51, n. 2, 2021, pp. 39-55.
- SAFATLE, V. Dos problemas de gênero a uma teoria da desposseção necessária: ética, política e reconhecimento em Judith Butler. Posfácio do livro de Judith Butler, *Relatar a si mesmo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- SAFFIOTI, H. *Gênero, patriarcado, violência*. 2a edição. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- SAFFIOTI, H.; ALMEIDA, S. *Violência de gênero: poder e impotência*. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.
- SANDRINE, P. Pessoas intersexo e a produção de evidências científicas sobre seus corpos: contribuições da justiça epistêmica. *Revista Direito e Sexualidade*, Salvador, v. 1, n. 1, pp. 21–24, 2023.
- SANTOS, A. *Para lá do binarismo? O intersexo como desafio epistemológico e político*. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 102, dezembro, 2013, pp. 3-20.

SANTOS, B. de S. Renovar la teoria crítica y reinventar la emancipación social. Buenos aires: Glacso Libros, 2006.

SANTOS, B. de S. *Pela Mão de Alice*. São Paulo: Cortez Editora, 1995.

SANTOS FILHO, I. dos. *A construção discursiva de masculinidades bissexuais: um estudo em linguística queer*. Ismar Inácio dos Santos Filho. Tese de Doutorado. Centro de Artes e Comunicação, Programa de Pós-graduação em Letras UFPE. Recife: O autor, 2012, 248 fls.

SANTOS, M. de M. A Clínica da Intersexualidade e Seus Desafios para os Profissionais de Saúde. *Psicologia ciência e profissão*, v. 23, 2003, pp. 26-33.

SANTOS, M. G.; RODRIGUES, S. M. Entrevista com a professora Márcia Tiburi. *Sapere Aude*. Belo Horizonte, v. 5, n. 9, 1º semestre, 2014, pp. 28-37.

SANTOS, S. O modelo predominante da masculinidade em questão. *Políticas Públicas*, v.14, n. 1, 2010, pp. 59-65.

SAURÍ, J. J. O que é diagnosticar em psiquiatria? São Paulo: Escuta, 2001.

SCHACHTNER, C. The Narrative Space of the Internet. In: *The Narrative Subject*. Palgrave: Macmillan, 2020, pp. 77-124.

SCHEIN, E. *Cultura organizacional e liderança*. São Paulo: Atlas, 2009.

SCHIAVON, A. de A. Por uma saúde com base em direitos humanos para pessoas intersexo: proposições de um grupo interdisciplinar. *Revista Direito e Sexualidade*, Salvador, v. 1, n. 1, pp. 92–93, 2023.

SCOTT, D. *Refashioning futures: Criticism after postcoloniality*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1999.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. In: *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. LORDE, A. et all BUARQUE, H. (Org.) Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019, pp. 50-83.

SCOTT, J. O enigma da igualdade. *Estudos Feministas*, Florianópolis, vol. 13, n.1, janeiro-abril, 2005, pp. 11-30.

SCOTT, J. *La citoyenne paradoxale*. Les féministes françaises et les droits de l'homme. Paris: Albin Michel, 1998.

SIGNORINI, I; BIONDO, F. (Des)construções das categorias identitárias mulher “de verdade” e mulher feminist em página do Instagram. In: Oficina de Linguística Aplicada: homenagem a Luiz Paulo da Moita Lopes Fabrício, B. e Borba, R. (Org.). Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2023, pp. 139-171.

SILVA, A. *Bullying: mentes perigosas nas escolas*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

SILVA, E. P. de Queiroz. Sexualidade, gênero e corpo no contexto de políticas de educação no Brasil. *Revista Suplemento Exedra*, 2014. pp. 26-45.

SILVA, F. *Mulheres na ciência: vozes, tempos, lugares e trajetórias*. Tese (Doutorado em Educação) – Instituto de Educação, Universidade Federal do Rio Grande, 2012, 148 fls.

SILVA, T. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, T.; HALL, S. e WOODWARD, K. (Org.) *Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, pp. 73-102.

SOARES, M. *NÓS: Afetos e Literatura*. Mayana Rocha Soares. Tese de doutorado em Literatura e Cultura. Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia. Orientadora: Denise Carrascosa França Salvador; UFBA, 2021, 220 fls.

SOLDATENKO, G. The politics of writing on walls. *Rhizomes*, Cultural Studies in emerging knowledge, n. 25, 2013.

SOLER, C. *Lo que Lacan dijo de las mujeres: Estudio de psicoanálisis*. Trad. A. Palácios. Buenos Aires: Paidós, 2004.

SOLNIT, R. *A mãe de todas as perguntas: reflexões sobre os novos feminismos*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SPIVAK, G. (1942). *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SQUIRE, C. O que é narrativa? *Civitas*, Porto Alegre, v. 14, n. 2, 2014, pp. 272-284.

SUTHERLAND, J. Os efeitos político-culturais da tradução do queer na América Latina. *Revista Periódicus*, maio-outubro, Salvador, 2014.

TAMAR-MATTIS, A. Report to the Inter-American Commission on Human Rights: Medical Treatment of People with Intersex Conditions as a Human Rights Violations. *Advocates for Informed Choice*, March 13, 2013, pp. 1-18.

TEIXEIRA, T. e SANTOS, N. Gozar os gêneros: para uma escuta queer de não-binarismos de gênero. In: *Transações de gênero: ressonâncias e saberes trans*. *Ex æquo*, n. 38, 2018, pp. 129-145.

TEIXEIRA, C. M., e MAGNABOSCO, M. M. (2010). Gênero e diversidade: formação de educadoras/es: *Autêntica*; Ouro Preto: UFOP.

THREADGOLD, T. Performing theories of narrative: theorizing narrative performance. In: THORNBORROW, J. e COATES, J. *The Sociolinguistics of Narrative*. Amsterdã: John Benjamins, 2005, pp. 261-278.

TIBURI, M. *Feminismo em comum: para todas, todes e todos*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos. 1. Ed. 2018.

TIMMERMANS, S.; YANG, A.; GARDNER, M.; KEEGAN, C.; YASHAR, B.; FETCHNER, P.; SHNORHAVORIAN, M.; VILAIN, E.; SIMINOFF, L. e SANDBERG, D. Does Patient-centered Care Change Genital Surgery Decisions? The Strategic Use of Clinical Uncertainty in Disorders of Sex Development Clinics. *JHSB - Journal of Health and Social Behavior*. Oct.10th, 2018, pp. 520-535.

TRÓI, M. de. *Salvador, cidade movente: corpos dissidentes, mobilidades e direito à cidade*. Tese (doutorado em Cultura e Sociedade), Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021, 336fls.

UNFPA - Fundo de População das Nações Unidas. *Meu corpo me pertence: reivindicando o direito à autonomia e à autodeterminação*. Brasil: Pro Graphics, Inc. 2021.

VAN DIJK, T. Discurso das elites e racismo institucional. In: Lara, G. e Limberti, R. (Org.). *Discurso e (des)igualdade social*, 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2015, pp. 31-48.

VAN DIJK, T. *Discurso e manipulação*. São Paulo: Contexto, 2008, pp. 233-263.

VAN DIJK, T. Discurso, poder y cognición social. *Cuadernos, Maestría en Lingüística*. Escuela de Ciencia del Lenguaje y Literaturas, Cali, Año 2, 1994.

VECCHI, R. A crise da pós memória e o horizonte das sobrevivências: campos de batalha da memória no Brasil contemporâneo, *estud. lit. bras. contemp.*, Brasília, n. 64, e 645, 2021.

VERGUEIRO, V. Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise auto etnográfica da cisgeneridade como normatividade/Viviane Vergueiro. 2016. 244 fls.

VERUNSCHK, M. Musa rara. Literatura e Adjacência. Três poemas de Gloria Anzaldúa. Publicados em 13/10/2013, Disponíveis no site da musa Rara <[hutus://musarara.com.br/tres-poemas-de-gloria-anzaldua](http://musarara.com.br/tres-poemas-de-gloria-anzaldua)> Último a cesso 12/02/2022.

VIEIRA, A.; GUIMARÃES, A., GOMES, B., e CORTEZ, M. A excepcionalidade da América Latina: uma entrevista com Mauro Cabral sobre os desafios e avanços da militância intersexo. *Periódicus*, Salvador, n. 16, n.º 1, set/dez. 2021, pp. 220-239.

WARHOL, A. *Mi filosofía de A a B y de B a A*. Barcelona: Tusquets. 1998.

WEEKS, J. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, G. (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, pp. 35-82.

WITTIG, M. Não se nasce mulher. In: LORDE, A. e BUARQUE, H. (Org.) *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019, pp. 77-86.

WITTIG, M. *The Straight Mind and other Essays*. Boston: Beacon, 1992.

WODAK, R. Do que trata a ACD: um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. *Linguagem em (Dis)curso*. v. 4, n. especial, 2004, pp. 223-243.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. da; HALL, S.; WOODWARD, K. (Org.) *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis; Rio de Janeiro: Vozes, 2012, pp. 7-72.

WOOLF, V. *Um teto todo seu*. Trad. Bia Nunes de Sousa. São Paulo: Tordesilhas, 2014.

WOOLF, V. *Profissões para mulheres e outros artigos*. Tradução de Denisse Bottmann. Porto Alegre, RS: L&PM, Pocket, 2012.

YAGUELLO, M. *Alice au pays du langage*. Pour comprendre la linguistique. Paris, Éditions du Seuil, 1981.

ZAMBONI, J. *Educação bicha: uma a(na[ll])rqueologia da diversidade sexual*. Tese de Doutorado em Educação - Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, Centro de Educação. Orientadora: Maria Elizabeth Barros de Barros. 2016, 115 fls.

ZOGHBI, D. Interface entre Linguística Aplicada Crítica e Análise de Discurso Crítica. In: ZOGHBI, D e BORGES, R. *Diálogos com a Linguística: saberes em relação*. Salvador: Quarteto Editora, 2020a, pp.11-28.

ZOGHBI, D. Descolonizando gênero: uma visão crítica à luz da Linguística Aplicada crítica e da Análise do Discurso Crítica. *Revista Philologus*, Ano 26, n. 77. Rio de Janeiro: CiFEFiL, mai/ago, 2020b.

### **Glossário técnico**

Andrógeno. Pessoa cuja expressão de gênero transita entre os dois polos, homem e mulher. Em geral, o andrógeno usa roupas, corte de cabelo e acessórios, por exemplo, considerados unissex (ABRAI).

Assexual. Pessoa que não sente atração sexual por pessoas de qualquer gênero (ABRAI).

Bifobia. É a deslegitimação das experiências bissexuais, termo usado também para descrever reações negativas de pessoas heterossexuais, lésbicas e gays em relação à bissexualidade. (GSHOW).

Binarismo. Denominado como “dimorfismo sexual”. Crença, construída ao longo da história, em uma dualidade simples e fixa entre indivíduos dos sexos feminino e masculino. Quando essa ideia está associada à de que existiria relação direta entre as categorias sexo (biológica) e gênero (psicossocial), incorre-se no cissexismo (ABRAI).

Bissexual. Pessoa que se atrai afetivo-sexualmente por pessoas de qualquer gênero (ABRAI).

Brasil sem homofobia. O Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB (Gays, Lésbicas, Transgêneros e Bissexuais) e de Promoção da Cidadania de Homossexuais “Brasil sem Homofobia”, é uma das bases fundamentais para ampliação e fortalecimento do exercício da cidadania no Brasil. Um verdadeiro marco histórico na luta pelo direito à dignidade e pelo respeito à diferença. É o reflexo da consolidação de avanços políticos, sociais e legais tão duramente conquistados (UFPB).

Cariótipo. É o conjunto de cromossomos presentes em um indivíduo. Esse grupo de elementos possui todas as informações que determinam as características de quem somos (homem, mulher, cis, trans, travesti intersexo etc.) (Nosso).

Cirurgia de Redesignação Genital/Sexual ou de Transgenitalização. Procedimento cirúrgico por meio do qual se altera o órgão genital da pessoa para criar uma neovagina ou um neofalo. Preferível ao termo antiquado “mudança de sexo”. É importante, para quem se relaciona ou trata com pessoas transexuais, não enfatizar exageradamente o papel dessa cirurgia em sua vida ou no seu processo transexualizador, do qual ela é apenas uma etapa (ABRAI).

Cisgênero. Abrange pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi determinado quando de seu nascimento (ABRAI).

Cissexismo. Ideologia, resultante do binarismo ou do dimorfismo sexual, que se fundamenta na crença estereotipada de que características biológicas, relacionadas a sexo são correspondentes a características psicossociais relacionadas a gênero. O cissexismo, ao nível institucional, redundando em prejuízos ao direito à auto expressão de gênero das pessoas, criando mecanismos legais e culturais de subordinação das pessoas cisgênero e transgênero ao gênero que lhes foi atribuído ao nascimento. Para

as pessoas trans em particular, o cissexismo invisibiliza e estigmatiza suas práticas sociais (ABRAI).

Clitoridectomia. É a remoção parcial ou total do clitóris e da pele no entorno (BBC).

Clitoroplastia. Também chamada de clitoridectomia, consiste na extirpação completa ou parcial do clitóris, é praticada em crianças intersexo que apresentam clitóris maior do que a norma médica estabelece que não deve ultrapassar os 5 cm (Nosso).

Crossdress. Pessoa que, frequentemente, veste-se, usa acessórios e/ou moqueia-se de modo diferente do que é, socialmente, estabelecido para o seu gênero, sem se identificar como travesti ou transexual. Geralmente, são homens heterossexuais, casados, que podem ou não ter o apoio de suas companheiras (ABRAI).

Drag Queen/King. Refere-se ao indivíduo que se monta de acordo com o gênero oposto para performances artísticas (ABRAI).

Despatologização. Conceito introduzido por uma campanha internacional pela exclusão da transexualidade, da travestilidade e das manifestações de gênero escapam à noção binária homem/mulher da Classificação Diagnóstica e Estatística de Doenças (CID), da Organização Mundial de Saúde (OMS) e do Manual Diagnóstico e Estatístico das Doenças Mentais (DSM), da Associação Psiquiátrica Americana (APA). Em nível nacional, a campanha estende-se à reformulação do processo transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS), tendo em vista a adoção de uma concepção de saúde que reconheça a pluralidade de identidades de gênero como uma manifestação natural dos seres humanos (ABRAI).

Direito à proteção do Estado. Defende que Toda pessoa, independentemente da sua orientação sexual, identidade de gênero, expressão de gênero ou características sexuais, tem direito à proteção do Estado contra qualquer forma de violência, discriminação ou qualquer outro dano, seja cometido por agentes estatais ou por qualquer indivíduo ou grupo (Yogyakarta).

Discriminação. Comportamento de fundo preconceituoso com relação a algo ou a alguém sobre quem se tem uma opinião que dificilmente será modificada (Nosso).

Disforia de gênero. É o estado emocional e psicológico de quem, por não se identificar com o gênero que lhe foi atribuído no nascimento, sofre de insatisfação e angústia constantes, trata-se de um desconforto generalizado, como se estivesse no corpo errado (Nosso).

Diversidade sexual. Expressão usada para pontuar que não há só dois únicos modos de ser e estar no mundo, quais sejam o modo homem e o modo mulher, e sim muitas outras formas de viver a sexualidade para além do que se veicula como normal (Nosso).

DSD. Os Distúrbios do Desenvolvimento Sexual ocorrem quando há uma discrepância entre a aparência da genitália e a composição genética do indivíduo, por sorte nem sempre se manifestam no nascimento e sim na adolescência. Pouparam-se da cirurgia precoce (Nosso).

Estereótipo. Imagem fixa e preconcebida acerca de algo ou alguém. É o fundamento das crenças e dos preconceitos. Preconceito ou juízo preconcebido acerca de algo ou alguém, com base em estereótipos. Predis põe a determinadas atitudes com relação ao objeto do preconceito, que pode ou não se manifestar na forma de discriminação (ABRAI).

Estigma. Dissonância negativamente apontada e construída pela sociedade que tende a classificar em categorias e comportamentos esperados normais, menosprezando as identidade que um indivíduo ou grupo possam apresentar por ser diferentes, categorizados de maneira negativa por sua forma de pensar, agir e existir considerada inferior e defeituosa (Nosso).

Estudo Colaborativo Latino-Americano de Malformações Congênitas (ECLAMC). É a prevenção através da pesquisa clínica e epidemiológica das anomalias do desenvolvimento, trabalha com nascimentos hospitalares em países latino-americanos com fatores de risco na causalidade de malformações, com metodologia caso-controle (ECLAMC).

Excisão. É a remoção parcial ou total do clitóris e dos pequenos lábios (BBC).

Expressão de gênero. Forma como a pessoa se apresenta. Envolve sua aparência e seu comportamento, de acordo com expectativas sociais de aparência e de comportamento de um determinado gênero. Depende da cultura em que a pessoa vive. Indepe nde do sexo biológico. (ABRAI).

Gay. Homem que sente atração sexual/afetiva por outros homens (ABRAI).

Gênero. Indepe nde do sexo. Trata-se de uma classificação pessoal e social das pessoas como homens ou mulheres. Orienta papéis e expressões de gênero (ABRAI).

Gênero Fluído. Pessoa que é ou se entende como mulher em algum momento da vida, homem em outro, e transita por outras identidades de gênero (ABRAI).

Gonadectomia. Processo de castração, remoção de ovários, testículos e/ou ovotestis (Nosso).

Hiperplasia adrenal congênita (HAC). Compreende um conjunto de condições associadas a desequilíbrios de atividades enzimáticas, resultado de descompassos metabólicos na produção do hormônio cortisol (Gov.br).

Heteronormatividade ou heterossexualidade compulsória. Crença na heterossexualidade como característica do ser humano “normal”. Desse modo, qualquer pessoa que saia desse padrão é considerada fora da norma, o que justificaria sua marginalização (ABRAI).

Heterossexual. Pessoa que se atrai afetivo-sexualmente por pessoas de gênero diferente daquele com o qual se identifica (ABRAI).

Hipogonadismo. Define-se como a deficiência de testosterona associada a sintomas ou sinais, a deficiência de produção de espermatozoides, ou ambas. Pode resultar de uma doença dos testículos (hipogonadismo primário) ou do eixo hipotalâmico-hipofisário (hipogonadismo secundário). Ambos podem ser congênitos ou adquiridos

como resultado de envelhecimento, doença, fármacos, medicamentos ou outros fatores. Ainda, inúmeras deficiências congênitas de enzimas causam diversos graus de resistência androgênica dos órgãos-alvo. O diagnóstico é confirmado pelos níveis hormonais. O tratamento varia de acordo com a etiologia, mas tipicamente é feito com reposição do hormônio liberador de gonadotropina, gonadotropina ou testosterona. (MSD).

Hipospadia. Refere-se a um meato uretral (buraco de xixi) localizado na parte inferior, e não na ponta do pênis. Nas hipospadias menores ou distais, o meato pode estar localizado na parte inferior do pênis, na glândula. Em hipospadias mais pronunciadas, a uretra pode estar aberta do meio da diáfise até a glândula, ou a uretra pode até estar totalmente ausente, com a urina saindo da bexiga atrás do pênis (ISNA, 1998-2008). É uma das anomalias urológicas mais comuns, complexas e diversas em crianças, ocorre aproximadamente um em cada 250 recém-nascidos de sexo masculino (Kaefer, 2021).

Homens Trans. Pessoas identificadas como sendo pertencentes ao gênero feminino no nascimento, mas que se reconhecem como pertencentes ao gênero masculino e reivindicam-se como homens (ABRAI).

Homofobia. Preconceito e/ou discriminação com relação a lésbicas, gays, bissexuais e, em alguns casos, a travestis, transexuais e intersexuais, fundamentado na percepção, correta ou não, de que alguém vivencia uma orientação sexual não heterossexual (ABRAI).

Homossexual. Pessoa que se atrai afetivo-sexualmente por pessoas de gênero igual àquele com o qual se identifica (ABRAI).

Identidade de gênero. Gênero com o qual uma pessoa se identifica, que pode concordar ou não com o gênero atribuído em seu nascimento. Difere da sexualidade da pessoa. Identidade de gênero e orientação sexual são dimensões diferentes. Pessoas trans podem ser heterossexuais, lésbicas, gays ou bissexuais, da mesma forma que pessoas cisgênero (ABRAI).

Infibulação. O corte ou reposicionamento dos grandes e dos pequenos lábios. Em geral inclui costura para deixar uma pequena abertura. A prática não é apenas extremamente dolorosa e estressante como também gera o risco de infecção: o fechamento da vagina e da uretra deixa as mulheres com uma pequena abertura pela qual passam o fluido menstrual e a urina (BBC).

Intersexismo. É evidenciada em violência generalizada e discriminação severa contra pessoas intersexo, como a prática de mutilação genital intersexo. O tratamento discriminatório inclui infanticídio, abandono, mutilação e negligência, além de preocupações mais amplas com relação ao direito à vida. Pessoas intersexo enfrentam discriminação na educação, emprego, saúde, esporte, com impacto na saúde mental e física e nos níveis de pobreza, inclusive como resultado de práticas médicas prejudiciais (ABRAI).

Intersexo. Pessoa, cujo corpo varia do padrão, culturalmente tido como masculino ou feminino, no que se refere a configurações dos cromossomos, a localização dos

órgãos genitais (testículos que não desceram, pênis demasiado pequeno ou clitóris muito grande, final da uretra deslocado da ponta do pênis, vagina ausente) e coexistência de tecidos testiculares e de ovários (ABRAI).

Intersexualidade. A intersexualidade refere-se a um conjunto amplo de variações dos corpos tidos como masculinos e femininos, que engloba, conforme a denominação médica, hermafroditas verdadeiros e pseudo-hermafroditas. Termo guarda-chuva que engloba condições também chamadas de diferenças de desenvolvimento sexual (DSD), definidas congênitas no desenvolvimento do sexo cromossômico, gonadal e/ou anatômico. Os termos intersexo e DSD são genéricos para se referir a diversas síndromes de insensibilidade andrógina, hiperplasia adrenal congênita virilizante (HAC), de Klinefelter, Turner, hipospádia, extrofia da bexiga e muitas outras variáveis. A intersexualidade, considerada uma deformidade patológica, é alvo de intervenções cirúrgicas corretivas que visam enquadrar pessoas intersexuais nos padrões binários de sexo, gênero e orientação sexual de aceitação social (ABRAI).

Lésbica. Mulher que sente atração sexual/afetiva por outras mulheres (ABRAI).

LGBTQIA+fobia. Condutas de ódio por motivos de gênero e orientação sexual serão enquadradas como crime de racismo. A decisão foi tomada no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) 26 e do Mandado de Injunção (MI) 4733.

LGBTQIA+. Termo guarda-chuva que abrange um grupo amplo, não homogêneo, de pessoas de orientação não heterossexual cisgêneras. A sigla representa pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, queer, intersexo, assexuais etc., mas nem todas as categorias se identificam ou sentem pertencer a esse agrupamento; é o caso das pessoas intersexo que não são uma orientação de gênero como os acima referidos (Nosso).

Mulheres Trans. Pessoas identificadas como sendo pertencentes ao gênero masculino no nascimento, mas que se reconhecem como pertencentes ao gênero feminino e reivindicam-se como mulheres (ABRAI).

Mutilação genital feminina ou MGF. É o corte ou a remoção deliberada da genitália feminina externa. A prática envolve a remoção ou o corte dos lábios e do clitóris, e a Organização Mundial da Saúde a descreve como um procedimento que fere os órgãos genitais femininos sem justificativa médica. (BBC).

Não binário. O não binário sente que seu gênero está além ou entre homem e mulher e pode defini-lo com outro nome e de maneira totalmente diferente (ABRAI).

Nome social. O nome social é um direito conquistado por todas as pessoas que lutam pela troca do nome que representa um gênero com o qual não se identificam. É a forma pela qual uma pessoa se reconhece e quer ser reconhecido, e na prática não é exclusivo para pessoas transgênero, transexuais ou travestis, mas um direito de todas as pessoas. O nome social também é de interesse coletivo, porque identifica a pessoa pelo nome que ela é conhecida perante a sociedade, tanto para o exercício de seus direitos como para o cumprimento de suas obrigações. (TRF4).

Orgulho. Antônimo de vergonha. Conceito desenvolvido pelo movimento social LGBT para propagar a ideia de que a forma de ser de cada pessoa é uma dádiva que a aproxima de comunidades com características semelhantes às suas, e deve ser afirmada como diferença que não se altera, não deveria ser reprimida nem recriminada (ABRAI).

Orientação sexual. Refere-se à atração afetivo-sexual por alguém de algum(ns) gênero(s). Uma dimensão não depende da outra. Não há uma norma de orientação sexual em função do gênero das pessoas, assim, nem todo homem ou mulher é “naturalmente” heterossexual. Em um ciclo natural, essa descoberta acontece entre a infância e o início da adolescência, mas, por preconceito e por discriminação, pode ser bloqueada e, até mesmo, negada (ABRAI).

Osteopenia: é uma condição relacionada a perda de massa nos ossos que ocorre de forma gradual. Esse estado pode levar a situações mais graves, como a osteoporose, doença que causa o comprometimento direto na resistência óssea pela perda de grande massa (CEU).

Pansexual. Atração sexual ou romântica por qualquer sexo ou identidade de gênero (ABRAI).

Papel de gênero. Modo de agir em determinadas situações, conforme o gênero atribuído, ensinado às pessoas desde o nascimento. Construção de diferenças entre homens e mulheres. É de cunho social, não biológico (ABRAI).

Processo Transsexualizador. A pessoa transgênero passa por esse processo para que o seu corpo adquira características físicas do gênero com o qual se identifica. Pode ou não incluir tratamento hormonal, procedimentos cirúrgicos variados (como mastectomia, para homens transexuais) e cirurgia de redesignação genital/sexual ou de transgenitalização (ABRAI).

Queer. Literalmente, a palavra significa *estranho* e sempre foi usada como ofensa a pessoas LGBT+. No entanto, a comunidade LGBT+ apropriou-se do termo e, hoje, é uma forma de designar todos que não se encaixam na heterocisnormatividade, que é a imposição compulsória da heterossexualidade e da cisgeneridade (ABRAI).

Queerização. É o processo de transgressão das normas hegemônicas sobre gênero e sexualidade, consiste na dessacralização da biopolítica heteronormativa, por meio do questionamento do seu histórico de violência e negação de direitos fundamentais às pessoas não binárias. Trata-se de uma semiótica desorientadora do sistema que saúda, condecora e engrandece a si mesmo em detrimento de multidões queer espalhadas pelo mundo (Nosso).

Queerizar. É uma atitude de influência performática benéfica para estar no mundo sem precisar cultivar, reverenciar, enaltecer ou prestar contas a qualquer regime opressivo que impeça ou limite a liberdade de escolha sobre o próprio corpo. Esse delineamento decolonial e político que desconstrói verdades cristalizadas sobre as subjetividades, visa superar a tendência a enaltecer e venerar ideais, crenças, atitudes e discursos sobre os afetos, as corporeidades e os sexos, de modo a acabar com essa visão do abjeto como inclassificável (Nosso)

Sexo biológico. Classificação biológica das pessoas, como machos ou fêmeas típicos ou, ainda, estados intersexos. Baseia-se em características orgânicas como cromossomos, níveis hormonais, anatomia sexual, órgãos reprodutivos e genitais. Pessoas intersexo têm características sexuais congênitas que não se enquadram nas normas médicas e sociais para corpos tidos como femininos ou masculinos e que criam riscos ou experiências de estigma, de discriminação e de ódio (ABRAI).

Síndrome de Insensibilidade Completa aos Andrógenos (SICA). A síndrome de insensibilidade a androgénios é uma doença recessiva ligada ao cromossoma X, que leva a alterações no receptor de androgénios. Na forma completa é caracterizada por um cariótipo XY com fenótipo feminino. Os indivíduos têm genitália externa feminina, testículos e ausência de estruturas com origem nos ductos mullerianos (RCAAP).

Síndrome de Klinefelter (47 XXY). Trata-se de uma condição genética na qual pelo menos um cromossomo X extra é adicionado ao cariótipo masculino normal (46, XY) e acomete cerca de 1 em cada 500 homens (ABRAI).

Síndrome de Rokitansky. Doença congênita de origem desconhecida, a Síndrome de Rokitansky afeta o sistema reprodutivo feminino e é caracterizada pela ausência ou má formação dos órgãos genitais, principalmente o útero e o canal vaginal. Quando presentes, essas estruturas apresentarem tamanhos menores do que o considerado normal. Há ainda associação com malformações do trato urinário, como agenesia renal, em cerca de 30% dos casos, e mais raramente, associação com malformações do sistema esquelético, auditivo e cardíaco. Já o canal urinário, ovários, trompas de falópio, pequenos e grandes lábios, clitóris, hímen e ânus tem o desenvolvimento saudável (SOGESP).

Síndrome do Ovário Policístico (SOP). A síndrome é caracterizada por menstruação irregular ou ausente e, com frequência, obesidade ou sintomas causados por uma concentração elevada de hormônios masculinos (andrógenos), tais como excesso de pelo no corpo e acne (MSD).

Transfeminismo. Feminismo transgênero. Linha de pensamento e de movimento de cunho feminista que reconhece o direito à autodeterminação das identidades de gênero das pessoas transgênero e cisgênero, o poder exclusivo dos indivíduos sobre os seus próprios corpos e a interseção entre as variadas identificações dos sujeitos. Por meio do pensamento transfeminista, entende-se que o gênero é uma categoria distinta de sexo, importante para se compreender os corpos e as relações sociais entre homens e mulheres. A prática do transfeminismo com relação a mulheres, em particular, corresponde à constatação de que a liberação das mulheres trans está intrinsecamente ligada à liberação de todas as mulheres (ABRAI).

Transfobia. Preconceito e/ou discriminação em função da identidade de gênero de pessoas transexuais ou travestis. Não confundir com homofobia (ABRAI).

Transgênero: abrange o grupo diversificado de pessoas que não se identificam, em graus diferentes, com comportamentos e/ou papéis esperados pelo gênero que lhes foi determinado quando de seu nascimento (ABRAI).

Trans Masculinos. Pessoas identificadas como sendo pertencentes ao gênero feminino no nascimento, mas que se reconhecem como pertencentes ao espectro do gênero masculino. Têm expressão de gênero masculina, mas não se reivindicam da forma com que o ser homem está construído em nossa sociedade (ABRAI).

Transexual: Pessoa que possui uma identidade de gênero diferente do sexo biológico. Homens e mulheres transexuais podem manifestar a necessidade de realizar modificações corporais, chamado de processo transexualizador, por meio de terapias hormonais e intervenções médico-cirúrgicas, com o intuito de adequar seus atributos físicos (inclusive genitais - cirurgia de redesignação sexual) à sua identidade de gênero. (BAHIA)

Transexual homem: pessoas identificadas como sendo pertencentes ao gênero feminino no nascimento, mas que se reconhecem como pertencentes ao gênero masculino e reivindicam-se como homens (ABRAI).

Transexual mulher: pessoas identificadas como sendo pertencentes ao gênero masculino no nascimento, mas que se reconhecem como pertencentes ao gênero feminino e reivindicam-se como mulheres (ABRAI).

Transtorno de dor gênito-pélvico. A dor durante a relação sexual pênis-vagina pode estar associada a fatores psíquicos e biológicos e tem alta prevalência em mulheres. No Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V), o Transtorno de Dor Gênito-Pélvica/Penetração (DGPP) engloba a dispareunia e o vaginismo, compreende os seguintes sintomas: dor gênito-pélvica, dificuldade à penetração vaginal, medo associado à penetração vaginal, tensão da musculatura do assoalho pélvico à tentativa de penetração (FEBRASGO).

Travestis. Pessoas identificadas como sendo pertencentes ao gênero masculino no nascimento, mas que se reconhecem como pertencentes ao gênero feminino e tem expressão de gênero feminina, mas não se reivindicam como mulheres da forma com que o ser mulher está construído em nossa sociedade (ABRAI).

## Anexos

### 1. Quadro com as Fontes do Glossário

ABRAI	< <a href="https://abrai.org.br/informacoes-e-recursos/glossario/">https://abrai.org.br/informacoes-e-recursos/glossario/</a> >
BBC	< <a href="https://www.bbc.com/portuguese/internacional-50859530">https://www.bbc.com/portuguese/internacional-50859530</a> >
BAHIA	< <a href="https://www.defensoria.ba.def.br/?s=transexual&amp;search-type=main">https://www.defensoria.ba.def.br/?s=transexual&amp;search-type=main</a> >
ECLAMC	< <a href="http://www.eclamc.org/port/index.php">http://www.eclamc.org/port/index.php</a> >
FEBRASGO	< <a href="https://www.febrasgo.org.br/pt/noticias/item/146-dor-na-genitalia-e-na-relacao-sexual">https://www.febrasgo.org.br/pt/noticias/item/146-dor-na-genitalia-e-na-relacao-sexual</a> >
CEU	< <a href="https://www.clinicaceu.com.br/a-clinica/">https://www.clinicaceu.com.br/a-clinica/</a> >
MSD	< <a href="https://www.msmanuals.com/pt-br/casa/health-topics">https://www.msmanuals.com/pt-br/casa/health-topics</a> >
RBSB	SBRASH - Sociedade Brasileira de Estudos em Sexualidade Humana. 2017, v. 28, n. 2; pp. 69 – 74
RCAAP	< <a href="https://revistas.rcaap.pt/actaradiologica/article/view/11705">https://revistas.rcaap.pt/actaradiologica/article/view/11705</a> >
SOGESP	< <a href="https://www.sogesp.com.br/saude-mulher/blog-da-mulher/sindrome-de-rokitansky-o-que-e-e-como-trata-la/">https://www.sogesp.com.br/saude-mulher/blog-da-mulher/sindrome-de-rokitansky-o-que-e-e-como-trata-la/</a> >
TRF4	< <a href="https://www.trf4.jus.br/trf4/controlador.php?acao=pagina_visualizar&amp;id_pagina=2207">https://www.trf4.jus.br/trf4/controlador.php?acao=pagina_visualizar&amp;id_pagina=2207</a> >
UFPB	< <a href="https://www.ufpb.br/escolasplurais/contents/noticias/e-books/brasil-sem-homofobia">https://www.ufpb.br/escolasplurais/contents/noticias/e-books/brasil-sem-homofobia</a> >
YOGYAKARTA	< <a href="https://www.mpf.mp.br/pfdc/midiateca/outras-publicacoes-de-direitos-humanos/pdfs/principios-de-yogyakarta">https://www.mpf.mp.br/pfdc/midiateca/outras-publicacoes-de-direitos-humanos/pdfs/principios-de-yogyakarta</a> >

### 2. Quadro de documentos e acontecimentos sobre intersexualidade

Decreto 678/92	Reconhecimento de Direitos Intersexo <a href="https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d0678.htm">https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d0678.htm</a>
2003 OII	Fundação da Organização Intersex International, pioneira no ativismo intersexo.
CFM 1.664/03	<a href="https://sistemas.cfm.org.br/normas/arquivos/resolucoes/BR/2003/1664_2003">https://sistemas.cfm.org.br/normas/arquivos/resolucoes/BR/2003/1664_2003</a> .
2015-2018	Malta, Chile e Portugal proíbem as cirurgias em crianças intersexo
PL 5255/2016	<a href="https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1460564">https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1460564</a>
CNJ 348/2020	Dispõe sobre nome social de intersexo usuárias dos serviços judiciários <a href="https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3519">https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3519</a>
Março 2021	Alemanha proíbe as cirurgias em crianças intersexo
Prov. 122/21	Autorização de registro com “sexo ignorado”, <a href="https://ibdfam.org.br/noticias/8905/">https://ibdfam.org.br/noticias/8905/</a>
ONU 2020	Reunião técnica sobre intersexo com profissionais da área médica declaração sobre fim de práticas mutiladoras
06/07/2023	O fim das cirurgias em bebês intersexuais foram aprovadas na Conferência Nacional de Saúde
Res. 552/23	<a href="https://achpr.au.int/pt/adopted-resolutions/resolucao-sobre-promocao-e-proteccao-dos-direitos-das-pessoas-intersexuais">https://achpr.au.int/pt/adopted-resolutions/resolucao-sobre-promocao-e-proteccao-dos-direitos-das-pessoas-intersexuais</a>
la. Certidão/24	<a href="https://www.brasildedireitos.org.br/atualidades/cu-a-1-brasileira-reconhecida-como-intersexo-na-certido-de-nascimento">https://www.brasildedireitos.org.br/atualidades/cu-a-1-brasileira-reconhecida-como-intersexo-na-certido-de-nascimento</a>
MPF R. 122024	<a href="https://mpf-pede-revogacao-de-norma-do-cfm-que-recomenda-cirurgia-precoce-em-criancas-intersexo/">https://mpf-pede-revogacao-de-norma-do-cfm-que-recomenda-cirurgia-precoce-em-criancas-intersexo/</a>
UFRJ 7/02/24	Amiel Vieira Tese: “uma autoetnografia bioética: há cuidado em saúde para a pessoa intersexo com genital atípico?”.
4/04/2024	Resolução ONU proibindo cirurgias <a href="https://ilga.org/news/united-nations-intersex-resolution-human-rights-council/">https://ilga.org/news/united-nations-intersex-resolution-human-rights-council/</a>

### 3. Quadro descritivo da Escala de Prader

Prader I, aumento isolado do clitóris, indica que a virilização tenha ocorrido após 20 semanas de VIU.
Prader II, aumento do clitóris associado a um intróito vaginal em forma de funil, podendo visualizar-se aberturas uretral e vaginal distintas, indica virilização iniciada com 19 semanas de VIU.
Prader III, aumento de clitóris associado a um intróito profundo, em forma de funil, com a uretra esvaziando-se na vagina, como pseudo seio urogenital e vários graus de fusão lábio-escrotal, indica uma virilização ocorrida com 14-15 semanas de VIU.
Prader IV, clitóris fálico com abertura urogenital em forma de fenda na base do falo, indica virilização ocorrida com 12-13 semanas de VIU.
Prader V, fusão lábio-escrotal completa e uretra peniana, indica virilização ocorrida com 11 semanas de VIU.

A Tabela apresenta os cinco graus de virilização da genitália feminina externa (Prader, 1954).



Imagem de Gil Guerra (UniCamp)  
Do centro para a esquerda leia-se a evolução da genitália feminina, do centro para a direita a evolução da genitália masculina, consideram-se normais as imagens dos extremos

<<https://www.prp.unicamp.br/pibic/congressos/xvicongresso/paineis/023392.pdf>>

#### 4. Classificação da diferenciação sexual

Cariotipo 46, XY I. Distúrbios da determinação gonadal	Cariotipo 46, XX
Hermafroditismo verdadeiro	I. Distúrbios da determinação gonadal
Disgenesia gonadal mista	Hermafroditismo verdadeiro
Disgenesia gonadal pura XY	Disgenesia gonadal pura
Disgenesia testicular	Tipo XX/Homem XX
Síndrome da regressão testicular Precoce:	II. Distúrbios da diferenciação sexual feminina
Agonadismo (regressão entre 8a e 12a semanas)	Hiperplasia congênita de supra-renais
Testículos rudimentares (regressão entre 14a e 20a semanas)	21 hidroxilase
Tardia: Anorquia (regressão após 20a semana)	(CYP21) 11 hidroxilase
Agenesia ou Hipogenesia de células de Leydig.	(CYP11B1) 3β hidroxisteroide desidrogenase
	(3βHSD 2) 20,22 desmolase
II. Distúrbios da função testicular	
Deficiência ou anormalidade de LH ou de seu receptor	(CYP11A) 17 hidroxilase
Síndrome da persistência dos ductos de Müller	(CYP17) Deficiência de aromatase
Defeitos de síntese de Testosterona	Andrógenos maternos ingeridos e/ou produzidos
Deficiência enzimática 20, 22 desmolase	Idiopática.
(CYP11A) 3β hidroxisteroide	
	I. Distúrbios da determinação gonadal
desidrogenase tipo 2	Hermafroditismo verdadeiro
(3βHSD2)17-hidroxilase	Disgenesia gonadal pura
(CYP17)17,20 desmolase	Tipo XX/Homem XX
(CYP17) /17β-hidroxisteroide-desidrogenase tipo 3	
(17βHSD3) Interferência transplacentária	II. Distúrbios da diferenciação sexual feminina
Biossíntese de testosterona por ingestão hormonal materna.	Hiperplasia congênita de supra-renais
	21 hidroxilase
	(CYP21) 11 hidroxilase
III. Distúrbios dos tecidos-alvo	
(Dependentes de andrógenos)	(CYP11B1) 3β hidroxisteroide desidrogenase
Deficiência de 5α redutase tipo 2 (SRD5A2)	(3βHSD 2) 20,22 desmolase
Síndrome da insensibilidade androgênica (AIS)	(CYP11A) 17 hidroxilase
Forma completa (CAIS)	(CYP17) Deficiência de aromatase
Forma parcial (PAIS).	Andrógenos maternos ingeridos e/ou produzidos

#### Aneuploidias

Síndrome de Klinefelter e suas variantes	Tumor de Wilms com cariótipo 46 XY
Síndrome de Turner e suas variantes	(Mutações no gene WT-1)
Defeitos embriogênicos não atribuíveis às gônadas	Denys-Drash/WAGR
Hormônios ou alterações cariotípicas	Frasier
Epispádia Transposição peno-escrotal	Agenesia renal com cariótipo 46XX
Pênis bifido associado a extrofia vesical	Quadros sindrômicos
Agenesia de pênis associada a ânus imperfurado	Tumor de Wilms com cariótipo 46 XY
Ausência congênita de vagina	(Mutações no gene WT-1)

#### Mosaicismos

Hermafroditismo verdadeiro	Disgenesia gonadal
----------------------------	--------------------

## 5. Quadro 1 do estado da arte

<b>Base de Dados:</b> Banco de Teses e Dissertações da Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior - CAPES <a href="http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/">http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/</a>					
Tema Pesquisado: Narrativas Intersexo					
Ano	Título	Autor	Tipo	Area	IES
2019	O que dá humanidade ao corpo? Desdobramentos do sexo-gênero para o reconhecimento da intersexualidade	Silva Karina Mikelly Gomes da.	Tese 230 fls.	C. Sociais	UFRN
Resumo: Entrevistas semiestruturada com profissionais da área de saúde dos hospitais observados e estudo de caso com um jovem intersexo potiguar a fim de localizar a intersexualidade no RN. A partir dos estudos queer a pesquisa pensa sexo e gênero como categorias significadas [...] uma reflexão crítica e sociológica sobre a experiência intersexo.					
Ano	Título	Autor	Tipo	Area	IES
2008	Aspectos da Construção da Maternidade em Mulheres com Filhos Intersexuais	Campinho, Karina Figueira Canguçu	Dissertação 130 fls.	Saúde coletiva	UFBA
Resumo: A transição para maternidade, apesar de envolver um evento não normativo, exige um alto grau de empoderamento materno no cuidado à criança. Essas mães são desafiadas a construir um lugar social para sua criança e utilizam tanto a revelação como o segredo sobre a situação de intersexualidade. A maternidade representa o eixo central da vida dessas mulheres. A maternidade, nesta condição, se constrói através da negociação de significados sobre o corpo e sobre o gênero proveniente do âmbito familiar e do discurso biomédico.					
Ano	Título	Autor	Tipo	Area	IES
2007	Intersexo e identidade: História de um corpo reconstruído	Lima S. Acioly Monteiro	Dissertação 110 fls.	Psicologia Social	PUC-SP
Resumo: Estudo de narrativa de história de vida de sujeito diagnosticado com ambiguidade genital para permitir a compreensão do processo de reconstrução social de seu corpo.					

## 6. Quadro 2 do estado da arte

<b>Base de Dados:</b> Banco de Teses e Dissertações da Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior - CAPES <a href="http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/">http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/</a>					
Tema Pesquisado: Linguagem Intersexual					
Ano	Título	Autor	Tipo	Area	IES
2019	Intersexualidade e as questões bioéticas na atenção à saúde	Angelita Wisniewski da Silva	Dissertação 73 fls	Bioética	PUCPR
Resumo: Elementos biológicos são fundamentais e amparam a tomada de decisões [...] O melhor interesse da criança e a proteção da dignidade humana são o centro do processo de tomada de decisões, revelando-se que as intervenções visam propiciar à pessoa nascida na condição de intersexualidade, condições no mínimo anatômicas para o exercício pleno da sexualidade.					

## 7. Quadro 3 do estado da arte

<b>Base de Dados:</b> Banco de Teses e Dissertações da Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior - CAPES <a href="http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/">http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/</a>					
Tema Pesquisado: Crianças Intersexo					
Ano	Título	Autor	Tipo	Area	IES
2019	Intersexualidade e Direito Ao Próprio Corpo: Garantia à Integridade Corporal	Pretes Erika Aparecida	Tese 220 fls.	Direito	UFMG
Resumo: Os procedimentos cirúrgicos e hormonais para a readequação sexual realizados em pessoas crianças e adolescentes intersex são baseados em discursos e práticas normalizadoras que buscam adequação de corpos considerados anormais a um padrão de gênero estabelecido na matriz heteronormativa. Tais intervenções biomédicas precoces negam ao sujeito intersexual o direito à autodeterminação e direito ao próprio corpo. Os parâmetros adotados pelo Brasil para o manejo e tratamento médico de pessoas intersex menores de 18 anos fere o direito ao próprio corpo e à autodeterminação de tais sujeitos.					
Ano	Título	Autor	Tipo	Area	IES
2012	A construção dialógica de identidade em pessoas intersexuais: o X e o Y da questão	Campinho, Ana Karina Figueira Canguçu	Tese 204 fls.	Saúde coletiva	UFBA
Resumo: A experiência tanto da pessoa nascida intersexual quanto da sua família é configurada no encontro com saberes e poderes próprios ao campo da medicina, ensejando a coexistência de um olhar prioritariamente biológico e um outro olhar que inclui outras dimensões da pessoa como: sentimentos, valores e experiência. O senso de si é então elaborado a partir da negociação de sentidos familiares e médicos sobre o corpo e gênero, mas envolve uma dimensão pessoal que organiza e dá sentido às experiências tornando-as base para a configuração da identidade.					

Obs. Os três quadros acima resultam da triagem sobre narrativas intersexo, linguagem intersexual e crianças intersexo realizada em dissertações de mestrado e teses de doutorado da CAPES e do IBICT.

### 8. Quadro descritivo das narrativas intersexo

Capítulo	Títulos	Nome	Descrição
I	Potências da linguagem e do discurso	Ale	Feminização. Processo de feminização forçada, que pode resumir em duas palavras: estupro e tortura.
1, 1	Narrar para desenjaular saberes	Peter	Descontrole. Sem controle da vida, o sangue estava ficando espesso e corria o risco de ter um derrame.
1, 2	Intermitências de memória e esquecimento	Ana	Alienação. No primeiro mês de vida só podia ver a mãe uma vez por dia para que pudesse amamentá-la.
1, 3	A beira do desconhecido	Yela	Pânico. Estava paralisada e não conseguia se mexer, tinha dificuldade para respirar diante do abuso sexual.
1, 4	Discursos e saberes médicos	Harnaam	Bullying. As pessoas atacam, insultam e atormentam aqueles que não têm vergonha de ser eles mesmos.
1, 5	Queerização do self e da linguagem	Gaby	Calibrações. Incômodas e estigmatizantes, chamadas também de alongamentos, calibrações são um estupro.
II	Ondas da sexualidade no contorno dos corpos	Michael	Desabafo. Por conta da grande frustração diz para o médico pegar os implantes e usá-los como supositórios,
2, 1	Evidências da cis instabilidade	Sean	Consentimento. A mãe não estava disposta a fazer uma cirurgia, foi o seu cuidado que o poupou dos horrores.
2, 2	Desdobramentos do machismo	Georgie	Bandagens. Rasgou as bandagens apenas para descobrir que o seu seio esquerdo havia sido removido.
2, 3	Heterossexualidade compulsória	Paloma	Humilhada. Sentiu-se muito mal com a situação, muito humilhada e indefesa, mas não disse nada.
2, 4	Transgressões à dominância masculina	Alemanha	Intimidada. Provocada e intimidada porque tinha aparência diferente das outras jovens da mesma idade.
2, 5	Encadeamentos intersexuais	Maddie	Invasiva. Passa por uma cirurgia invasiva, muda o seu corpo sem entender completamente suas opções.
III	Reduccionismos de gênero e desejo	Macarena	Dilatações. O ginecologista sugere usar um recipiente de desodorante spray com um preservativo em cima.
3, 1	O suposto instinto materno	Esther	Rasgamento. Alongaram seis cm a sua vagina que agora mede nove centímetros.
3, 2	O estupro disparador de revolta	Cabral	Estupro. Vive com a lembrança constante de uma série de estupros que duraram oito anos.
3, 3	Libertas pelo requebrado	Tryla	Mentira. O médico disse para dizer às pessoas que eu tinha tido o meu apêndice removido.
3, 4	Corporeidades insubmissas	Anaid	Desencaixe. Mutilaram os seus genitais e violaram o seu direito de decidir, só porque não encaixa no binário.
3, 5	Desterros e desorientações	Hana Oi	Movediças. A mulher que construíram no trauma da mutilação não é ela.
IV	Atravessamentos e desajustes	Shana	Segredo. Não foram os sintomas em si, mas sim o manto de segredo e vergonha que cercava.
4, 1	Desconstruindo paradigmas	Pidgeon	Mutilação. Alargaram a sua vagina para que se ajustasse melhor ao pênis do seu futuro esposo.
4, 2	Imposições identitárias	Cary	Esconderijo. Ouviu a vida inteira para se esconder, mas ela não está mais se escondendo.
4, 3	Nomeações vinculantes	Ray	Catástrofe. A vida foi uma catástrofe completa, em muitos aspectos, esperando que parecesse feminina.
4, 4	Resguardo das diferenças	Reino	Privacidade. Estava acostumado a não ter privacidade naquela parte do seu corpo.
4, 5	Pichações na cisnormatividade	Bélgica	Aberração. As fotos que eles tiravam a faziam sentir como se ela fosse uma "aberração" de circo.

Obs. Abreve descrição que acompanha cada uma das narrativas intersexo serve de estímulo para ir além do fragmento que sintetiza e dá origem ao título de cada uma das falas. Para acessar as versões na íntegra veja-se o quadro 9.

### 9. Links com as versões completas das narrativas intersexo

Nome	Acesso à versão completa da narrativa
Ale	<a href="https://brujulaintersexual.org/2018/02/27/ale-chile-iachr/">https://brujulaintersexual.org/2018/02/27/ale-chile-iachr/</a>
Peter	<a href="https://www.starobserver.com.au/news/national-news/it-was-a-dreadful-struggle-find-appropriate-healthcare-when-intersex/">https://www.starobserver.com.au/news/national-news/it-was-a-dreadful-struggle-find-appropriate-healthcare-when-intersex/</a>
Ana	<a href="https://brujulaintersexual.org/2022/08/19/vida-pagina-ana-ma/">https://brujulaintersexual.org/2022/08/19/vida-pagina-ana-ma/</a>
Yela	<a href="https://oii.europa.org/wp-content/uploads/2022/02/MiHistoriaInter_ES.pdf">https://oii.europa.org/wp-content/uploads/2022/02/MiHistoriaInter_ES.pdf</a> (p. 69)
Harnaam	<a href="https://brujulaintersexual.org/2018/09/28/harnaam-kaur/">https://brujulaintersexual.org/2018/09/28/harnaam-kaur/</a>
Gaby	<a href="https://brujulaintersexual.org/2018/02/25/hsc-intersex-gaby-argentina/">https://brujulaintersexual.org/2018/02/25/hsc-intersex-gaby-argentina/</a>
Michael	<a href="https://oii.org.au/18138/opinion-michael-noble/">https://oii.org.au/18138/opinion-michael-noble/</a> <- <a href="https://ihra.org.au/category/articulos/personal-stories/">https://ihra.org.au/category/articulos/personal-stories/</a>
Sean	<a href="https://www.washingtonblade.com/2019/01/01/intersex-activists-denounce-infant-surgeries/">https://www.washingtonblade.com/2019/01/01/intersex-activists-denounce-infant-surgeries/</a>
Georgie	<a href="https://www.abc.net.au/local/stories/2014/12/01/4135509.htm">https://www.abc.net.au/local/stories/2014/12/01/4135509.htm</a>
Paloma	<a href="https://brujulaintersexual.org/2015/03/17/historia-de-paloma-mujer-intersexual-con-hiperplasia-suprarrenal-congenita/">https://brujulaintersexual.org/2015/03/17/historia-de-paloma-mujer-intersexual-con-hiperplasia-suprarrenal-congenita/</a>
Alemanha	<a href="https://oii.europa.org/wp-content/uploads/2022/02/MiHistoriaInter_ES.pdf">https://oii.europa.org/wp-content/uploads/2022/02/MiHistoriaInter_ES.pdf</a> (pp. 62-67)
Maddie	<a href="https://www.teenvogue.com/story/im-intersex-and-i-was-told-i-could-never-have-sex-unless-i-got-surgery">https://www.teenvogue.com/story/im-intersex-and-i-was-told-i-could-never-have-sex-unless-i-got-surgery</a>
Macarena	<a href="https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicos/article/view/42935/25025">https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicos/article/view/42935/25025</a>
Esther	<a href="https://brujulaintersexual.org/2019/05/22/monologo-vagina-perdida-mrkh/">https://brujulaintersexual.org/2019/05/22/monologo-vagina-perdida-mrkh/</a>
Cabral	<a href="https://www.pagina12.com.ar/diario/suplementos/radar/9-1316-2004-03-21.html">https://www.pagina12.com.ar/diario/suplementos/radar/9-1316-2004-03-21.html</a>
Tryla	<a href="https://brujulaintersexual.org/2017/07/31/chica-xy-crecer-intersexual-tryla-brown/">https://brujulaintersexual.org/2017/07/31/chica-xy-crecer-intersexual-tryla-brown/</a>
Anaid	<a href="https://brujulaintersexual.org/2017/11/27/no-soy-mito-soy-intersex-anaid/">https://brujulaintersexual.org/2017/11/27/no-soy-mito-soy-intersex-anaid/</a>
Hana Oi	<a href="https://vivirintersex.org/2021/11/08/la-locura-de-mi-cuerpo-%ef%bf%bc/">https://vivirintersex.org/2021/11/08/la-locura-de-mi-cuerpo-%ef%bf%bc/</a>
Shana	<a href="https://www.teenvogue.com/story/coming-out-as-intersex">https://www.teenvogue.com/story/coming-out-as-intersex</a>
Pidgeon	<a href="https://www.teenvogue.com/video/watch/intersex-genital-mutilation">https://www.teenvogue.com/video/watch/intersex-genital-mutilation</a>
Cary	<a href="https://intersexroadshow.blogspot.com/2009/">https://intersexroadshow.blogspot.com/2009/</a>
Ray	<a href="https://anunnakiray.com/2015/10/15/all-intersex-bodies-are-beautiful-and-i-do-not-need-fixed-to-fit-your-normal/">https://anunnakiray.com/2015/10/15/all-intersex-bodies-are-beautiful-and-i-do-not-need-fixed-to-fit-your-normal/</a>
Reino	<a href="https://oii.europa.org/wp-content/uploads/2022/02/MiHistoriaInter_ES.pdf">https://oii.europa.org/wp-content/uploads/2022/02/MiHistoriaInter_ES.pdf</a> (pp. 42-47)
Bélgica	<a href="https://oii.europa.org/wp-content/uploads/2022/02/MiHistoriaInter_ES.pdf">https://oii.europa.org/wp-content/uploads/2022/02/MiHistoriaInter_ES.pdf</a> (pp. 18-20)

### 10. Quadro de inserções poéticas

Cap	Título	Autor	Acesso à versão completa da narrativa
I	Brinde	Guitzel	<a href="https://www.esquerdadiario.com.br/spip.php?page=gacetilla-articulo&amp;id_articulo=4812">https://www.esquerdadiario.com.br/spip.php?page=gacetilla-articulo&amp;id_articulo=4812</a>
1, 1	Cuspe	Cassiano	<a href="https://almaacreana.blogspot.com/search/label/CASSIANO%20RICARDO">https://almaacreana.blogspot.com/search/label/CASSIANO%20RICARDO</a>
1, 2	Gaiola	Herrejón	Inédito (Referenciar-se há a partir desta Tese)
1, 3	Canibalismo	Anzaldúa	<a href="https://musarara.com.br/tres-poemas-de-gloria-anzaldua">https://musarara.com.br/tres-poemas-de-gloria-anzaldua</a>
1, 4	Marcas	Cabral	Cabral, Mauro. Pensando la intersexualidad hoy. 2003. (cf. referências)
1, 5	Dissolvido	Barreto	Barreto, Natan. Esconderijos em papéis. Salvador: Kalango, 2007 (cf. referências)
II	Ser ou não ser	Linn Santos	Leal, Dodi. De trans para Frente. São Paulo: Patuá, 2017 (Prefácio) (cf. referências).
2, 1	Instável	Kurt	<a href="http://www.kurt.com.br/oesias_c.htm">http://www.kurt.com.br/oesias_c.htm</a>
2, 2	Pedaços	Anzaldúa	<a href="https://musarara.com.br/tres-poemas-de-gloria-anzaldua">https://musarara.com.br/tres-poemas-de-gloria-anzaldua</a>
2, 3	Ferretes	Herrejón	Herrejón E. M. Salvador: Quarteto editora, 2020, p. 38 (cf. referências)
2, 4	Mal necessário	Ney	<a href="https://www.letras.mus.br/ney-matogrosso/47728/">https://www.letras.mus.br/ney-matogrosso/47728/</a>
2, 5	Ferida intersexo	Herrejón	Herrejón E. M. Salvador: Quarteto editora, 2020, p. 31 (cf. referências)
III	Gônadas	Herrejón	Inédito (Referenciar-se há a partir desta Tese).
3, 1	Deserto	Anzaldúa	<a href="https://musarara.com.br/tres-poemas-de-gloria-anzaldua">https://musarara.com.br/tres-poemas-de-gloria-anzaldua</a>
3, 2	O estuprador	Chile	<a href="https://www.letras.mus.br/dj-ariel-style/el-violador-eres-tu/">https://www.letras.mus.br/dj-ariel-style/el-violador-eres-tu/</a>
3, 3	Aquilombar	Evaristo	<a href="https://contee.org.br/novembro-negro-contee-lanca-campanha-tempo-de-aquilombar/">https://contee.org.br/novembro-negro-contee-lanca-campanha-tempo-de-aquilombar/</a>
3, 4	Genitora	Preta	Oliveira, E. de. (Ver Referências).
3, 5	A cigarra	M. Sosa	<a href="https://www.vagalume.com.br/mercedes-sosa/la-cigarra-traducao.html">https://www.vagalume.com.br/mercedes-sosa/la-cigarra-traducao.html</a>
IV	A parte	Kurt	Arquivo pessoal (Referenciar-se há a partir desta Tese).
4, 1	Cruzamentos	Anzaldúa	Anzaldúa, G. Borderlands/La Frontera. The New Mestiza. San Francisco: Aunt Lute, p. 77, 1987
4, 2	Herma fecunda	Herrejón	Inédito (Referenciar-se há a partir desta Tese).
4, 3	Blasfêmia	Preta	Oliveira, E. de. (Ver Referências).
4, 4	Momento	Kurt	<a href="https://intersexroadshow.blogspot.com/2009/">https://intersexroadshow.blogspot.com/2009/</a>
4, 5	Testemunho	Cecília	<a href="https://brujulaintersexual.org/2020/05/13/testimonio-intersex-cecilia/">https://brujulaintersexual.org/2020/05/13/testimonio-intersex-cecilia/</a>